



Número: 140/2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

MARIA ALICE REBELLO DO NASCIMENTO

OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO
CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA
ANTROPOLOGIA DO BRASIL

Tese apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Política Científica e
Tecnológica .

Orientador: Prof. Dr. Tamás J. M. K. Szmrecsányi

CAMPINAS - SÃO PAULO
Fevereiro - 2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA do I.G. - UNICAMP**

N17i Nascimento, Maria Alice Rebello do
Os instrumentos de avaliação da produção científica no campo das Ciências Humanas e Sociais: um estudo de caso da Antropologia do Brasil / Maria Alice Rebello do Nascimento.- Campinas, SP.: [s.n.], 2004.

**Orientador: Tamás József Márton Károly Szmrecsányi.
Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.**

1. Comunicação científica. 2. Indicadores. 3. Periódicos – Avaliação. 4. Antropologia - Brasil. 5. Ciências Humanas – Pesquisa. 6. Ciências Sociais – Pesquisa. I. Szmrecsányi, Tamás, 1936 -. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

AUTORA: MARIA ALICE REBELLO DO NASCIMENTO

**OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO
CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA
ANTROPOLOGIA DO BRASIL**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Tamás J. M. K. Szmrecsányi

Aprovada em: ____/____/____

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Tamás J. M. K. Szmrecsányi	_____ -Presidente
Prof. Dr. John Manuel Monteiro	_____
Profa. Dra. Léa Maria Leme Strini Velho	_____
Profa. Dra. Renate Brigitte Viertler	_____
Prof. Dr. Ruy de Quadros Carvalho	_____

Campinas, 28 de fevereiro de 2005

DEDICATÓRIA

in memoriam

Meu marido faleceu quando eu estava iniciando meu novo projeto de tese. Este trabalho é dedicado à “intensa paixão pela vida”, espírito manifesto na vida de meu companheiro apaixonante, apaixonado, amante, amado, amigo, confidente, incentivador, solidário, parceiro e cúmplice – Luiz Gonzaga do Nascimento.

AGRADECIMENTOS

A elaboração dos agradecimentos às instituições e pessoas que me auxiliaram e que me deram suporte para a elaboração desta tese se mostrou mais do que uma tarefa de praxe, a oportunidade pela qual me sinto muito contente em expressar minha sincera gratidão e necessária referência a todos os que fizeram parte, de forma tão especial, desta etapa de minha vida.

Primeiramente, agradeço as minhas filhas Cristiane e Juliana, sem dúvida, meus verdadeiros pontos de equilíbrio, meus tesouros e muito da minha razão de viver. Embora, muito diferentes, suas constantes declarações de encorajamento, amor, envolvimento, paciência e dedicação me ajudaram a concluir este trabalho.

Às minhas amigas, de algumas décadas agradeço cada momento de troca pessoal e intelectual, de apoio, de solidariedade e de amizade. Em ordem alfabética Ângela, Deise, Diva, Leila, Maria das Graças, Maria Isabel e Regina, saibam que vocês mais do que amigas, se incorporaram à minha família e me sinto intensamente gratificada por perceber que o tempo, a distância e as mazelas da vida não nos separou. Também, quero registrar meus agradecimentos aos meus laços de sangue - minhas irmãs Yolanda e Marylanda e meus sobrinhos.

Sou grata ao Departamento de Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências da Unicamp que me acolheu e me ofereceu excelentes condições para o desenvolvimento de meu trabalho. Ainda agradeço a atenção e o auxílio prestado pela Secretaria de Pós-Graduação do IG, em particular pela atenção e auxílio prestado pela Valdirene.

Meu especial agradecimento se dirige ao Prof. Tamás Szmrecsányi pela sua paciência, apoio incondicional e orientação nesta grande empreitada acadêmica, acreditando em sua orientanda “desorientada” pelas ciladas que a vida lhe pregou. Também, eu agradeço aos professores Leda Maria Caira Gitahy, Sandra de Negraes Brisolla, Sérgio Robles Reis de Queiroz e Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho que, de maneiras distintas, me ajudaram a abrir caminhos que tornaram factível a realização deste trabalho.

A seguir agradeço os examinadores desta tese. O momento da Qualificação foi muito profícuo, tanto do ponto de vista intelectual, quanto pessoal. O papel do Prof. Tamás foi fundamental para que eu pudesse apresentar, num curtíssimo espaço de tempo, um texto preliminar que viria a ser enriquecido com as contribuições da Profa. Margarida Maria Moura e do Prof. Ruy de Quadros Carvalho. As contribuições da Profa. Margarida que se estenderam durante o

período de redação da tese foram fundamentais para me ajudar a entender a forma de organização da Antropologia feita no Brasil.

Mais uma vez, a forma de condução da orientação e o apoio de meu orientador - Prof. Tamás, no período de redação de tese foi decisivo para que eu pudesse dar conta de uma missão quase impossível, qual seja de pesquisar, ler, fazer pesquisa de campo e redigir o texto em exíguos oito meses. Também, quero externar minha gratidão aos demais examinadores da Banca de Doutorado que muito contribuíram para enriquecer esta versão final, permitindo corrigir erros de digitação, subtrair repetições e redundâncias, adicionar citações bibliográficas e incluir algumas novas tabelas que em muito facilitarão a leitura do texto. A Profa. Renate Brigitte Viertler e o Prof. John Manuel Monteiro, pensadores da Antropologia, permitiram elucidar uma série de questões relativas à área. Ao Prof. Ruy e a Prof. Léa quero agradecer principalmente suas contribuições relativas aos indicadores e suas variantes.

Por fim, agradeço aos antropólogos brasileiros que tiveram paciência para responder a um questionário inquietante e desafiador de uma ilustre desconhecida da Antropologia.

LISTA DE TABELAS

TABELA 4.1. Programas de Pós-Graduação em Antropologia.....	160
TABELA 5.1. Total de Currículos Analisados.....	172
TABELAS 5.2. Grau de Atualização dos Currículos – CV-Lattes.....	174
TABELA 5.3. Formação Acadêmica e/ou Titulação no Exterior.....	175
TABELA 5.4. Participação em Cursos no Exterior - Por Países.....	176
TABELA 5.5. Domínio de Outros Idiomas.....	178
TABELAS 5.6. Contribuições à Produção Científica.....	181
TABELA 5.7. Produção Bibliográfica do Corpo Docente.....	182
TABELA 5.8. Distribuição dos Respondentes por Instituição.....	188
TABELA 5.9. Doutores em Antropologia: Idade no Fim do Curso, segundo a Instituição de Titulação.....	192
TABELA 5.10. Doutores em Antropologia: Média e Mediana das Idades na Conclusão da Graduação, Mestrado e Doutorado.....	193
TABELA 5.11. Lista Qualis e a Classificação dos Periódicos.....	203
TABELA 5.12. Lista Qualis e a Circulação dos Periódicos.....	204
TABELA 5.13. Lista Qualis - Classificação e Circulação dos Periódicos.....	204
TABELA 5.14. Lista Qualis e o ISSN.....	204
TABELA 5.15. Lista Qualis e a Circulação dos Periódicos.....	205
TABELA 5.16. Lista Qualis e a Tipologia dos Periódicos.....	205

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VII
LISTA DE TABELAS.....	IX
SUMÁRIO.....	XI
RESUMO.....	XV
ABSTRACT.....	XVII
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1. OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA CIÊNCIA.....	15
1.1. A Construção Conceitual.....	18
1.1.1. A Teoria de Merton.....	19
1.1.2. A Cienciometria em Price.....	24
1.1.3. A Proposta de Garfield.....	28
1.2. A Avaliação da Produção Científica no Contexto da Ciência Mundial.....	30
1.2.1. As Tecnologias de Informação e a Era Eletrônica.....	35
1.2.2. A Tensão entre as Ciências Humanas e Sociais e as Nomotéticas.....	38
1.3. As Dificuldades de Construção de um Modelo Brasileiro.....	44
1.4. Os Meandros da Produção Científica na Antropologia no Brasil.....	52
CAPÍTULO 2. AS MODALIDADES DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUA UTILIDADE.....	63
2.1. Os Livros e os Capítulos de Livros.....	70
2.2. Os Artigos de Periódicos e os Periódicos Científicos.....	74
2.3. As Teses e as Dissertações	79
2.4. A Divulgação em Eventos.....	80
2.5. A Literatura Cinzenta.....	82
2.6. A Divulgação na Mídia.....	85

CAPÍTULO 3. ESTUDO DE CASO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL.....	93
3.1. Um Outro Olhar.....	95
3.2. Os Museus de Ciências Naturais Abrem Suas Portas.....	97
3.2.1. O Museu Nacional.....	99
3.2.2. O Museu Paulista.....	100
3.2.3. O Museu Paraense Emílio Goeldi.....	101
3.2.4. O fim da Era dos Museus.....	102
3.3. A Formação da Antropologia Nacional.....	103
3.4. A Ampliação dos Espaços Institucionais.....	109
3.4.1. A Universidade como Projeto.....	110
3.4.1.1. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.....	111
3.4.1.2. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.....	114
3.4.1.3. Outros Movimentos e Outras Instituições.....	116
3.4.2. As Principais Associações Científicas.....	118
3.4.2.1. A ABA.....	119
3.4.2.2. A ANPOCS.....	122
3.4.3. As Publicações.....	122
CAPÍTULO 4. O MODELO BRASILEIRO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM ANTROPOLOGIA.....	133
4.1. O Financiamento da Antropologia no Brasil.....	134
4.1.1. A Fundação Ford.....	135
4.1.2. A FINEP.....	137
4.1.3. A CAPES.....	139
4.1.4. O CNPq.....	144
4.1.5. A FAPESP.....	147
4.2. A Plataforma Lattes e seus Currículos.....	151
4.3. Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia.....	155

CAPÍTULO 5. OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA.....	169
5.1. A Caracterização da Produção Científica dos Antropólogos no CV-Lattes.....	171
5.1.1. Dados Gerais.....	173
5.1.2. Produção Bibliográfica.....	178
5.1.3. Produção Técnica.....	182
5.1.4. Produção Artística/Cultural.....	185
5.1.5. Outros Campos.....	185
5.1.6. Indicadores de Produção.....	186
5.2. Entrevistas com Antropólogos Brasileiros.....	187
5.2.1. Os Autores e os Avaliadores.....	190
5.2.2. Os Dilemas e os Impasses dos Antropólogos.....	200
5.2.3. A Imagem das Agências de Financiamento.....	209
CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS.....	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	235
ANEXOS.....	269
ANEXO I(a) Relação dos Professores dos Programas de Pós-Graduação em antropologia – Ordem Alfabética.....	271
ANEXO I(b) Relação dos Professores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia – Por Instituição.....	277
ANEXO II - Roteiro das Entrevistas, Acompanhadas do Modelo da Carta Padrão.....	283
ANEXO III(a) Lista Qualis – A.....	285
ANEXO III(b) Lista Qualis – B.....	287
ANEXO III(c) Lista Qualis – C.....	289
ANEXO III(d) Lista Qualis – Internacional.....	291
ANEXO III(e) Lista Qualis – Nacional.....	293
ANEXO III(f) Lista Qualis – Local.....	295



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CAMPO DAS
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA ANTROPOLOGIA DO BRASIL

Maria Alice Rebello do Nascimento

RESUMO: A comunicação científica, qualquer que seja o ângulo pelo qual for examinada, constitui parte essencial do processo de investigação científica. Contudo, essa comunicação sempre enfrentou a mudança e a diversidade. Os principais veículos utilizados no passado, de maneira preponderante, em suas mais variadas modalidades de divulgação: inscrições, manuscritos, conferências, livros impressos, agora subsistem com novos meios de divulgação criados pela tecnologia da comunicação, que se incumbem de “apagar” a distinção tradicional entre a comunicação formal e a informal. O que parece haver se mantido durante todo esse tempo é a noção de que apenas os próprios cientistas podem avaliar o trabalho de seus colegas – os seus pares. Para tentar entender todo esse enredamento, a pesquisa teórica se embasou nos preceitos teóricos de funcionamento da ciência descritos por Robert Merton, nas análises quantitativas da ciência empregadas por Derek de Solla Price e na contribuição de Eugene Garfield que criou os índices de citações bibliográficas. Do ponto de vista da pesquisa empírica, examinou-se a produção científica e o “fazer” dos pesquisadores brasileiros no campo da Antropologia, a partir da análise dos currículos destes antropólogos, disponíveis no CV-Lattes e de entrevistas estruturadas encaminhadas aos principais atores desta pesquisa. O conjunto destes resultados permitiu evidenciar que a comunicação científica em Antropologia é veiculada em periódicos, mas principalmente em outras modalidades de publicação, a despeito do crescente emprego de instrumentos internacionais de medição da produção da ciência que elegeram os periódicos e seus artigos. Essa mudança cultural, vinda do exterior, vem se refletindo nas agências de fomento à pesquisa do Brasil. Porém, essa crescente importância dos periódicos internacionais, de maneira indiscriminada, imposta em todos os ramos da ciência, tem trazido enormes prejuízos, no que tange ao desempenho da produção científica visível da Antropologia brasileira e no financiamento de suas pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Científica; Indicadores; Periódicos - Avaliação; Antropologia - Brasil; Ciências Humanas - Pesquisa; Ciências Sociais - Pesquisa.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

**THE EVALUATION INSTRUMENTS OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE FIELD OF
SOCIAL AND HUMAN SCIENCE: A STUDY OF CASE OF THE ANTHROPOLOGY IN BRAZIL**

Maria Alice Rebello do Nascimento

ABSTRACT: The scientific communication, no matter from which angle it will be examined, constitutes an essential part of the scientific investigation process. Nevertheless, this communication has always faced change and diversity. The main means used in the past, in a preponderant way, in its most varied kinds of disclosure, were: inscriptions, manuscripts, conferences, printed books, subsist now with new means of disclosure created by the communication technology, which undertakes to “abolish” the traditional distinction between formal and informal communication. One thing that seems to have been maintained for all this period is the notion that only scientists themselves can evaluate the work of their colleagues – or their peers. In order to understand all this entanglement, the theoretical research was based on the theoretical rules of functioning of science described by Robert Merton, on the quantitative analysis of science applied by Derek de Solla Price as well as on the contribution done by Eugene Garfield who created the indexes for biographical quotations. From the empirical research point of view, the scientific production and the “doing” of the Brazilian researchers in the Anthropological field were examined on the basis of the curricula analysis of these anthropologists, available in the CV-Lattes, as well as structured interviews submitted to the main actors of this research. The set of these results has allowed to evidence that the scientific communication in Anthropology is transmitted through journals, but mainly through other ways of publishing, in spite of the increasing usage of international instruments of measurements of the scientific production that elected the scientific journals and their articles. This cultural change, originated from abroad, has been reflecting upon the agencies that are encouraging the research in the Brazil. However, the increasing importance of the international reviews, indiscriminately imposed on all branches of the science, has brought considerable damages in relation to the development of the visible scientific production of Brazilian Anthropology and the financial help for its researches.

KEYWORDS: Scientific Communication; Indicators; Reviews - Evaluation; Anthropology - Brazil; Human Sciences - Research; Social Sciences – Research.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o que ora anuncio é basicamente para responder a uma série de inquietações percebidas durante a fase de coleta de dados deste trabalho. O encaminhamento de uma entrevista eletrônica aos antropólogos, via e-mail, levou-os à formulação de um elenco de questões, destacadas a seguir: *Por quê perguntas tão complexas, questões que estão em permanente elaboração neste momento da avaliação trienal? De onde você está tirando estas questões? É a partir de algum documento da área? São suas próprias hipóteses de pesquisa?*

A idéia de pesquisar, como parte de minha formação em nível de doutorado, uma geração de indicadores que avaliem a comunicação dos resultados de pesquisa na teia científica de atores distintos que trocam semelhanças e diferenças fundamentais, na trama variada das disciplinas da ciência, surgiu da minha experiência profissional, enquanto bibliotecária do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Era um trabalho que envolvia uma multiplicidade de tarefas afeitas à organização de uma biblioteca multidisciplinar, com vistas a atender professores de formação e especialidades bastante diversificadas (Literatura, Lingüística, Economia, História, Filosofia, Política, Sociologia e Antropologia). Ao mesmo tempo, havia a percepção de que esse não era o único mundo possível. O pluralismo dos muitos outros Institutos, Faculdades, Departamentos e Disciplinas de nossa Universidade demandava uma razoável parcela de recursos orçamentários, a fim de manter a infra-estrutura de nossas bibliotecas.

Num primeiro momento, o orçamento anual da UNICAMP não chegava a ter rubrica para a aquisição de livros e de revistas nacionais. Por outro lado, a captação de recursos extra-orçamentários sempre se apresentou muito restrita e deficitária nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Também, as aquisições de livros, pouco sistemáticas, dependiam de projetos ou convênios com as agências de financiamento nacionais e internacionais. E as revistas brasileiras só chegavam às prateleiras da biblioteca às custas de intercâmbios e de doações. Ao mesmo tempo, independentemente dos bons e dos maus momentos financeiros, a Universidade conseguia garantir com certa regularidade as assinaturas de periódicos estrangeiros, uma vez que suas coleções permitiam, em máxima medida, o funcionamento de muitas das áreas científicas da Instituição. O custo anual da

assinatura de um periódico de referência (índice bibliográfico) nas áreas das Ciências Nomotéticas era equivalente, ou muito próximo, ao de toda uma coleção de periódicos da Biblioteca do IFCH. Além disso, quando rareavam os recursos financeiros na rubrica dos periódicos estrangeiros, as estatísticas de uso da coleção dos periódicos da Universidade funcionavam como um forte fator de pressão de corte dos vários títulos assinados, notadamente em Humanidades.

Por diversas razões, proporcionalmente, enquanto um pesquisador da Área de Ciências Exatas usava um periódico dez vezes, os cientistas sociais tendiam a fazê-lo uma única vez. Da mesma forma, enquanto os periódicos de referência - índices bibliográficos são utilizados pelos primeiros como “livros de cabeceira” para organizar suas bibliografias de pesquisa, os cientistas sociais utilizam, além desses índices, outros instrumentos, tais como: garimpar livros nas estantes das bibliotecas, visitar livrarias, ou analisar as bibliografias finais de trabalhos de outros autores que lidam com a mesma temática. De maneira geral, essa ocorrência deriva da insuficiência semântica dos índices bibliográficos destas últimas áreas, nem sempre capazes de dar conta de um vocabulário de busca. Nas Ciências Humanas e Sociais a complexidade exigida em função do emprego de muita sinonímia e das demais derivações lingüísticas dificulta a organização de um índice de recuperação bibliográfico, uma vez que o vocabulário controlado, muito usual na organização de índices bibliográficos se apresenta insuficiente nas Ciências Humanas e Sociais. Hoje, com o avanço das tecnologias de informação e das sofisticadas ferramentas de recuperação por assunto nas diferentes bases de dados e nas diferentes partes de um documento (título, sumário, texto, bibliografia etc.), eles talvez já estejam em estágio mais condizente com as necessidades das áreas das Humanidades.

Como fruto desse meu complexo convívio multidisciplinar, intradisciplinar e interdisciplinar pude perceber que só o aprimoramento profissional me permitiria não só realizar um trabalho melhor e mais crítico, mas principalmente entender como se estrutura a política de divulgação científica brasileira e as formas pelas quais a comunidade científica se apropria dos canais de comunicação que divulgam sua produção, e como essas estruturas variam entre os distintos campos científicos da Universidade. Além disso, tornou-se importante avaliar como essas diferenças acabam por implicar em maiores dificuldades de financiamento da pesquisa – sempre

insuficientes face ao crescimento exponencial da ciência e das demandas, não só das Ciências Humanas e Sociais, mas de todos os campos científicos instalados em uma instituição universitária.¹

Foram essas circunstâncias e as indagações dela decorrentes que me conduziram ao Departamento de Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências da UNICAMP. Nessa complexa vertente residia a idéia de ultrapassar as barreiras de uma formação eminentemente técnica oferecida pela Biblioteconomia, e adentrar o mundo da ciência, em uma de cujas pontas centram-se os pesquisadores, enquanto que na outra emergem as publicações da produção deles, com o bibliotecário sendo um dos agentes intermediários dessa complexa cadeia científica. E, como exemplo dessa complexa situação nada melhor que assentar nossas investigações na área da Antropologia, um campo fértil de investigação. Atualmente, a Associação Brasileira de Antropologia conta com um cadastro de aproximadamente 10 mil antropólogos acadêmicos e não acadêmicos a serviço da Antropologia brasileira. Entretanto, esta pesquisa analisa a produção científica, tendo como universo os professores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia aprovados pela CAPES que somam pouco mais de duzentos antropólogos. Como é bem sabido, por outro lado, na universidade, só os professores de tempo integral estão em condições de contribuir de forma significativa para a investigação científica, pelo fato da mesma ser um centro formador de quadros especializados, espaço gerador de novos conhecimentos através da pesquisa e ainda por ser um lugar de reflexão sobre os temas contemporâneos. Enfim, é justamente no contexto universitário que todos os ramos científicos avançam juntos, permitindo entender melhor os distintos processos do “fazer” da ciência e perceber as nuances do financiamento dos órgãos de fomento à pesquisa. Também, essa disciplina – a Antropologia no Brasil, feita por estrangeiros e a Antropologia do Brasil, elaborada por brasileiros e estrangeiros, construiu-se aqui em condições históricas muito específicas - enquanto país colonizado, e não colonizador -, permitindo inferir que a utilização de um único padrão universal (hegemonia dos

¹ As Ciências Humanísticas incorporam todas as possibilidades: Ciências Sociais, Humanidades e Artes e/ou Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas e Artes e, também a expressão inglesa *Soft Sciences* – Ciências Flexíveis ou Moles. Por Ciências Nomotéticas entendam-se as Ciências da Natureza, as Ciências Exatas e Tecnológicas e, também o termo em inglês *Hard Sciences* que significa quantitativo e rigoroso – Ciências Rígidas ou Duras.

periódicos como indicador de produtividade da ciência), não pode dar conta da complexidade dos diferentes campos científicos, em todas as suas nuances. Em contraposição à Antropologia brasileira construída em condições específicas particulares, os padrões hoje hegemônicos de medição da produtividade científica correspondem, em boa medida, à construção de um padrão norte-americano de “fazer” ciência, em conformidade com o contexto do ambiente de pesquisa dos Estados Unidos.

Embora, a finalidade institucional da ciência seja a obtenção e difusão do conhecimento certificado, de fato enquanto atividade, a ciência é uma construção social complexa que requer recursos humanos qualificados e altos investimentos. Também, depende de normas gerais que a regem e a protegem, contando com a participação dos árbitros - peer review - para as distintas disciplinas, ainda que relacionadas entre si. E, toda essa estrutura conduz ao objetivo final - ou seja, à exigência de que seus resultados de pesquisa sejam comunicados. Entretanto, a ciência não é neutra nem extemporânea; ela se mantém através da concentração e geração desses novos conhecimentos, o que, em consequência, favorece o monopólio econômico de seus resultados. Assim, cada vez mais a ciência tem se orientado por noções relativas à competitividade econômica, em parte por requerer investimentos públicos cada vez mais significativos e por, em parte, enfrentar ao mesmo tempo limitações financeiras crescentes em todo o mundo. Esse dilema passou a exigir complexas avaliações políticas, sociais, econômicas e técnicas, tanto dos investimentos a serem feitos, como dos resultados alcançados por intermédio delas.

“O *ethos* da ciência é esse complexo, com ressonâncias afetivas, de valores e normas que se consideram obrigatórias para o homem da ciência. As normas se expressam em forma de prescrições, proscricões, preferências e permissões.” (MERTON, 1977, p. 357).

Até o início da Segunda Guerra Mundial, o financiamento da ciência não chegou a apresentar maiores dificuldades. Mas, a partir de então, o crescimento exponencial da ciência – aumento do número de cientistas, do volume de novos conhecimentos gerados e da quantidade de publicações aliados à saturação dos recursos financeiros, determinou o surgimento de novos métodos de avaliação dos investimentos em pesquisa científica. Essa reestruturação exigiu a incorporação de políticos e burocratas, que, por sua vez,

passaram a demandar índices quantitativos que mostrassem claramente as tendências da ciência e as possíveis conseqüências das políticas a serem executadas. Implicitamente, o emprego de análises quantitativas da ciência supõe a medição dos insumos como indicador das atividades científicas, e a medição de seus resultados como indicador de produtividade, que ultimamente emprega os periódicos científicos como indicador hegemônico da produção científica. Ora, se a ciência é vista como um conjunto de *inputs* e *outputs*, deve existir um processo intermediário, - ou seja, das atividades científicas propriamente ditas, - que só pode ser examinado de maneira eficiente por especialistas devidamente enfiados nessas atividades, inclusive como pesquisadores, daí o papel sempre ativo do árbitro. Embora, o encontro de formas de medir o avanço da ciência continue a ser uma preocupação permanente dos cienciométricos, principalmente de países centrais, em países periféricos, como é o caso do Brasil essas tentativas, como já mencionado, apresentam dificuldades óbvias, já que os indicadores de resultados refletem apenas parcialmente os resultados de quaisquer atividades científicas produzidas *in loco*. Por outro lado, há que levar em conta que os hábitos e modalidades preferidos de publicações variam de maneira significativa, não apenas de acordo com a nacionalidade dos pesquisadores, mas também em conformidade com as diversas disciplinas, a natureza das pesquisas e o contexto institucional. Daí, serem os instrumentos de avaliação ora empregados incompatíveis com a Antropologia e suas áreas correlatas.

Isto posto, fica evidente que as premissas acima demonstram a insuficiência dos indicadores universais de avaliação científica por não serem condizentes com as necessidades da ciência brasileira derivadas das tensões entre países centrais e periféricos; entre produção internacional e local; entre língua inglesa e outras línguas (no caso, o português); entre artigos científicos e outras modalidades, e, finalmente, entre Ciências Humanas e Sociais e Nomotéticas.

Nos últimos anos, a exemplo do que ocorre nos países centrais, têm sido crescente o interesse de especialistas e autoridades governamentais brasileiras pelo estabelecimento de indicadores quantitativos de medição da produção científica, os quais, além de auxiliarem no entendimento da dinâmica de C&T, também, funcionam como instrumentos para o planejamento de políticas e a tomada de decisões neste setor. Nesse nível de valoração, a tomada de decisões em C&T tornou-se um processo complexo e

contencioso, solucionado a partir de mecanismos simplificadores dessa tarefa, com medições objetivadas das distintas dimensões da ciência - os indicadores científicos. Mais genericamente, se havia uma demanda explícita da área de política científica, coincidentemente, iniciaram-se os estudos sociais da ciência, teóricos e empíricos. Os estudos sociais da ciência constituem um campo interdisciplinar de análise das atividades científicas, incluindo uma ampla gama de interesses e perspectivas intelectuais, entre os quais se pode mencionar três vertentes. A primeira concentra-se na Sociologia do Conhecimento. A segunda focaliza os estudos de laboratório - ou seja, a atividade científica - e a terceira, conhecida como Cienciometria envolve análises quantitativas da produção científica baseando-se fundamentalmente nos trabalhos de Robert K. Merton, Derek J. de Solla Price e de Eugene Garfield.

Os estudos em Cienciometria, cuja meta é gerar informações e discussões de caráter quantitativo, têm contribuído para a superação de alguns desafios peculiares à expansão da ciência moderna. Contudo, não se pode deixar de reconhecer que os indicadores bibliométricos de avaliação da produção científica apresentam alguns problemas conceituais e metodológicos, constituindo apenas um indicador parcial e de primeira aproximação à atividade científica que se pretende avaliar. No tocante à questão conceitual surge toda a problemática advinda da interação informal que permeia a ciência, que abrange desde às redes pessoais de cientistas até as comunicações científicas formais, passando pela chamada produção de literatura cinzenta e pelos novos canais das tecnologias de informação e de comunicação. Já as dificuldades metodológicas concentram-se na construção das bases de dados surgidas com o intuito inicial de divulgar a ciência, deles derivando indicadores de produtividade da ciência (*Web of Science*) ou de outras bases que têm uma vocação canalizada para a gestão e acabam sendo utilizadas como um ferramental de pesquisa (*CV-Lattes*). Em ambos os casos, se de um lado, melhoram o nível de agregação do conhecimento, do outro, podem ocultar diferenças importantes e misturar produções diversas e incomparáveis entre as distintas disciplinas científicas. A transformação de dados secundários, como é o caso dos índices bibliográficos, em instrumentos de avaliação da produção científica tem sido, no mínimo, bastante problemática.

A despeito dessas limitações mais significativas, o acervo científico do Thomson ISI (Institute for Scientific Information) tornou-se o modelo a ser seguido. Hoje, estima-se que circulem pelo mundo, cerca de 1 (um) milhão de periódicos científicos. Menos de 1% desse volume, aproximadamente 9.000, encontra-se indexado no ISI, em três bases de dados. A primeira – SCI (*Science Citation Index*) indexa em torno de 6 mil dos principais periódicos referentes a 184 áreas das chamadas Ciências Nomotéticas. Sua velocidade de atualização gira em torno de 18 mil novos artigos por semana. No campo das Ciências Humanas e Sociais, o ISI oferece o SSCI (*Social Science Citation Index*) com aproximadamente 1.800 periódicos que abrangem cinquenta áreas do conhecimento, inclusive a Antropologia. Ele indexa em média 2.700 novos artigos por semana. A terceira base, de Artes e Humanidades AHCI (*Art & Humanities Citation Index*), relaciona por volta de 1.200 periódicos, indexando aproximadamente 2.500 novos artigos semanais. Enquanto que a representatividade da primeira base (SCI) é pouco contestada pela comunidade científica, por ser bastante completa e aprofundada e estar muito próxima às necessidades dos cientistas dessas áreas, o mesmo não ocorre com a base SSCI composta por disciplinas sociais que, por sua natureza, são menos codificadas e internacionalizadas. Também, muitas das mais conceituadas e “nobres” publicações da área, como as européias, cujos periódicos não têm o inglês como língua-mãe não são necessariamente por ela indexadas. Além disso, há em todos os casos um viés em benefício dos periódicos - e não de outras formas de publicação da produção científica -, fazendo com que a ciência dos países periféricos em geral e particularmente as Ciências Humanas e Sociais desses países permaneçam duplamente sub-representadas. Em várias destas últimas disciplinas, especialmente naquelas que têm em comum um caráter mais aplicado, o fato do universal ser o local, gera uma distorção que tende a se acumular e se acentuar. Além disso, o caráter fortemente científico das novas tecnologias também tem reforçado essa tendência, favorecendo as Ciências Nomotéticas que trabalham com produtos tangíveis, em detrimento das Ciências Humanas e Sociais, que têm como objetos de estudo o homem e a sociedade.

Vários artigos produzidos pela revista *Scientometrics*, têm buscado continuamente mecanismos que tornem as revistas científicas mais visíveis à luz da ciência mundial, - tais como publicar em inglês, escolher conselhos editoriais compostos por cientistas

renomados, garantir maior frequência na periodicidade e outros ingredientes. Entretanto, outros tantos trabalhos de análise dos periódicos e de seus artigos, que buscam entender as razões da ocorrência desse fenômeno concluem que, apesar de ajustados aos pré-requisitos determinados pelo ISI, quando cadastrados nesta base, esses mesmos periódicos continuam a registrar um baixo fator de impacto em muitas revistas produzidas em diversos países e campos do conhecimento. Autores como Léa Velho, Hebe Vessuri, Ivan Figueira, Jacqueline Letta, Subbiah Arunachalam, Judit Bar-Ilan, D. Beaver, M. Bordons, A. Fernandez-Cano, Wolfgang Glänzel, J. Gläser, S. Goldfinch, Sami Gülgöz, William Hood, Kapseon Kim, L. Lange, P. Mutschke, P. Nagpaul, N. Narvaez-Berthelemot, J. Rey-Rocha, B. Stefaniak, M. Zitt e muitos outros são alguns dos exemplos de pesquisadores preocupados com a questão. De maneira perversa, parece que a única forma de fornecer visibilidade aos resultados de pesquisas desenvolvidas nos países periféricos reside na procura de periódicos indexados pelo ISI. Entretanto, se por um lado eles garantem visibilidade aos artigos de pesquisadores brasileiros, pelo outro eles ocasionam uma série de prejuízos não apenas às revistas brasileiras, mas particularmente às Ciências Humanas e Sociais desenvolvidas no Brasil. Elas conseguem ameaçar as publicações locais, muitas vezes organizadas com esforço e participação dos pesquisadores. Podem transferir as já minguadas divisas nacionais dos órgãos de fomento, considerando que muitas das revistas consagradas só publicam mediante pagamento do pesquisador. Também, talvez representem o abandono do português em favor de outras línguas, causando prejuízos incalculáveis às Ciências Humanas e Sociais. Enfim, a prática costumeira de publicar em periódicos pode provocar um reducionismo das comunicações efetuadas nestas disciplinas, uma vez que as revistas ainda incluem em seus critérios de publicação uma séria restrição ao número de páginas, prática incoerente com as demandas de divulgação científica dos cientistas sociais.

Para os pesquisadores dessas últimas disciplinas, os periódicos e seus artigos constituem apenas um dos meios possíveis para medir a produtividade científica, e não o principal veículo de divulgação de sua produção. De um modo geral, os periódicos se prestam muito mais à divulgação de resultados parciais de pesquisas e/ou de trabalhos em andamento. No tocante às outras modalidades de produção científica, os pesquisadores em Ciências Humanas e Sociais privilegiam os livros e suas variantes, como a publicação

de capítulos de livros, a organização de coletâneas e o trabalho de coordenação editorial de uma série. Ainda é bastante valorizada a divulgação de seus resultados de pesquisa em eventos, quer sejam locais, nacionais e internacionais, sem deixar de lado a elaboração de pareceres, relatórios e laudos. Também, faz parte desse universo a elaboração de resenhas, a organização de filmes e a divulgação na mídia (jornais, revistas generalistas, rádio e televisão). Portanto, os antropólogos têm utilizado outros veículos de comunicação – livros, ensaios, resenhas de livros, apresentação de trabalhos em eventos, relatórios, dissertações, teses e outros, sendo muitos deles caracterizados tecnicamente como literatura cinzenta, e que quase nunca chegam a ser considerados pelos consagrados indicadores internacionais de produção científica, com isso prejudicando a avaliação de desempenho da Antropologia, inclusive no que se refere à obtenção de recursos, independentemente da real produtividade da área.

Na verdade, a produção científica dos diferentes ramos do conhecimento não pode ser simplesmente homogeneizada, mas deve refletir as singularidades e particularidades de cada área. Num sentido mais estrito, a utilização sistemática de *referees* - ou seja, de árbitros, baseada no método de julgamento por pares pode facilitar a avaliação dos pesquisadores da mesma disciplina, uma vez que são os colegas cientistas capazes de reconhecer o estado da arte em seu campo e dar um parecer sobre a qualidade do produto em questão. Contudo, essa rigorosa aparente auto-regulação ao mesmo tempo que consegue preservar a autonomia de cada disciplina, acaba desencadeando tendências à negociação entre as diferentes disciplinas, cabendo aos pesquisadores em geral a busca de soluções para propor e validar indicadores que nem sempre respeitam a variada identidade dos distintos ramos da ciência, definindo o alcance e as limitações de cada um. Entretanto, essa negociação entre os vários campos científicos é indispensável, dadas as distorções oriundas da avaliação vigente que confere hegemonia aos artigos de periódicos científicos. Como já foi mencionado, toda essa complexidade gera, em máxima medida, a aplicabilidade de procedimentos que podem trazer sérios prejuízos e entraves na avaliação de desempenho da Antropologia e conseqüentemente no financiamento de suas pesquisas.

Não se pretende com isso negar a importância da avaliação, mas apenas mencionar que esta tem que ser feita com critérios que, evidentemente, não podem ser os

mesmos para disciplinas e circunstâncias históricas diversas. O mesmo se aplica aos instrumentos de avaliação – no caso, os indicadores quantitativos – que precisam ser adequados e adaptados à realidade, em vez de se tentar fazer o contrário. Sob este aspecto, a *Plataforma Lattes* do CNPq representou não apenas um grande avanço no registro das atividades científicas realizadas no Brasil, mas também a oportunidade de inscrever novos indicadores científicos, anteriormente nem referenciados. O *CV-Lattes* permite levantar as redes de pesquisadores, interpretar os resultados de seus trabalhos e visualizar a atuação da comunidade científica nacional, especificando de forma ativa a cooperação entre seus integrantes e as modalidades de publicações preferidas pelos pesquisadores brasileiros. Aliás, esta base de dados possibilitou efetuar uma radiografia da prática da comunicação científica dos antropólogos. Também, outras bases de dados, a exemplo do *CV-Lattes* propiciam a oportunidade de mapear o universo da pesquisa científica desenvolvida no Brasil. A brilhante iniciativa brasileira de disponibilizar várias bases de dados do porte do *CV-Lattes*, como a *Lista Qualis*, a *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*, o *Portal de Periódicos* e o *SciELO* é importantíssima, mas insuficiente para contemplar as necessidades locais de alguns campos científicos, notadamente das Ciências Humanas e Sociais. Assim, é fundamental dispor dos índices de citações bibliográficas do Thomson, de visibilidade internacional, mas é imprescindível contar com bases de dados especializadas em Ciências Humanas e Sociais, nacionais e regionais para dar conta da visibilidade local, cuja análise e levantamento das publicações (livros e suas variantes, artigos científicos e outros) estejam centrados nas áreas específicas do conhecimento.

Em função do que foi dito até aqui, a presente tese está organizada em cinco capítulos, excluindo esta Introdução e a Conclusão. Seu tema foi-se estruturando em torno da questão central inicialmente pensada, qual seja a de situar e analisar os instrumentos de avaliação da produção científica e suas implicações, quanto à sua aplicabilidade ao campo das Ciências Humanas e Sociais, tendo como estudo de caso a Antropologia brasileira. A primeira vertente deste trabalho requereu uma sistematização da literatura técnica disponível, exigindo o entendimento de uma gama de estudos existentes relacionados às questões que norteiam este trabalho: os indicadores de avaliação da ciência; as modalidades de produção científica e sua utilidade; o estudo da

Antropologia no Brasil, em seus mais distintos aspectos, não apenas de sua estruturação e aperfeiçoamento no País, mas ainda quanto ao financiamento de suas pesquisas, como modelo de referência de uma área científica. A segunda vertente, que envolveu a pesquisa empírica exigiu o trabalho de uma massa de dados quantitativos sobre a produção científica dos antropólogos brasileiros. Para fins desta análise, os currículos dos mais de duzentos pesquisadores doutores dos onze Programas de Pós-Graduação em Antropologia foram extraídos do *CV-Lattes*, resultando numa amostra de 171 antropólogos. Mas, procuramos ir além desse esforço de complementar e filtrar os dados quantitativos com uma interpretação antropológica, através de entrevistas efetuadas junto a algumas dezenas desses pesquisadores.

O detalhamento do Capítulo 1 permite explicitar os indicadores de avaliação da ciência no cenário internacional e local. Desde a primeira metade do século XX, o mapeamento das idéias dominantes no tocante à produção dos resultados científicos sugere três blocos principais. De um lado, os preceitos teóricos de funcionamento da ciência e os mecanismos que a regem, descritos por Robert K. Merton. Do outro, o crescimento exponencial da ciência – *big science* que levou Derek J. de Solla Price a estabelecer parâmetros demográficos e materiais da comunidade científica. E, por último, a contribuição de Eugene Garfield que criou e estimulou o uso dos índices de citações bibliográficas, como instrumento facilitador da pesquisa, que mais tarde transforma-se em um elemento imprescindível no processo da avaliação da produção científica. Num segundo momento, dado pela nova organização da ciência *mainstream* de avaliação da produção científica, observa-se como a comunicação científica vem sendo utilizada na dinâmica das Ciências Nomotéticas, Humanas e Sociais, com as suas reações coletivas face aos impactos causados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Fatores esses que afetam, de maneira distinta, os cientistas em geral, e mais profundamente os cientistas sociais, entre os quais os antropólogos, criando novos entraves para a construção de um modelo brasileiro.

O Capítulo 2 busca conceituar e descrever as modalidades de produção científica e sua utilidade. Procurou, também, contextualizar os veículos de divulgação científica - livros, capítulos de livros, artigos científicos, periódicos, literatura cinzenta e outros, a fim de verificar sua aplicabilidade na Antropologia. A discussão dos conceitos de

produção científica e a análise dos diversos aspectos e formatos de sua divulgação serviram para fazer o contraponto entre os indicadores internacionais de avaliação da ciência, que privilegiam os artigos científicos e seus periódicos, com as necessidades e possibilidades da Antropologia feita no Brasil.

O Capítulo 3 está centrado no estudo de caso da Antropologia brasileira. A contextualização da disciplina requereu investigar, caracterizar e compreender o processo pelo qual a Antropologia se implantou e se consolidou do Brasil. Essa reconstrução analítica envolve vários momentos, enquadrados em períodos do desenvolvimento histórico, cultural, econômico, político e social do Brasil, não como simples seqüência de fatos isolados, mas de processos contextualizados e analisados para deles se extrair a natureza, a função, a sustentação e a importância dos antropólogos brasileiros. A fase inicial da Antropologia brasileira coincidiu com a vinda dos naturalistas europeus incumbidos de coletar material e organizar coleções para abastecer os museus de seus países de origem.

É assim que, nas palavras de Tamás Szmrecsányi, “dada a natureza colonial da economia do País durante boa parte de sua história, não é de estranhar que a investigação científica tivesse tido um início relativamente tardio entre nós, constituindo-se no início como uma atividade trazida de fora e voltada para o atendimento de interesses externos.” (SZMRECSÁNYI, 1985, p.167).

Entretanto, essa prática foi logo substituída pela instalação de museus brasileiros, representando um importante salto no processo de formação da disciplina. Por volta da década de 1920 surgiram os primeiros pesquisadores brasileiros que estudavam a Etnologia Indígena e a Antropologia da sociedade nacional. As décadas de 1930 e 1940 anunciaram a criação e a expansão dos cursos superiores em Ciências Sociais. A década de 1950 representou o momento de estabelecimento das Associações Científicas e das Agências de Financiamento à Pesquisa e, por fim, as décadas de 1960 e 1970 se tornariam o marco para a expansão organizada dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e a consolidação dos veículos de comunicação mais empregados por esses pesquisadores brasileiros.

O Capítulo 4 analisa o modelo brasileiro de gestão do conhecimento em Antropologia, com ênfase no financiamento da disciplina. A descrição das principais

agências de fomento à pesquisa serve para distinguir a tessitura da disciplina no contexto de investimentos no País, uma vez que o processo de amadurecimento da pesquisa em Antropologia aconteceu a partir da década de 1970, com a efetiva implantação dos cursos de pós-graduação. Esse aprimoramento da formação profissional dependeu prioritariamente de investimentos advindos inicialmente da Fundação Ford e posteriormente da FINEP, da CAPES, do CNPq e da FAPESP para o Estado de São Paulo.

O Capítulo 5 se incumbe de descortinar a pesquisa empírica, através de dois instrumentos de análise. O primeiro baseou-se nos registros de produção científica do Sistema Eletrônico da *Plataforma Lattes*, desenvolvida pelo CNPq e pelo Grupo/Stela/UFSC, com ênfase no *CV-Lattes*, cuja análise só serviu para corroborar as conclusões prévias contidas neste texto. O levantamento e a análise dos currículos dos antropólogos foi utilizado, não para medir-lhes a produção individual, mas para mapear a disciplina como um todo. O segundo instrumento empírico de análise consistiu das entrevistas realizadas por correio eletrônico, junto aos antropólogos constantes dos cursos de pós-graduação em Antropologia, reconhecidos pela CAPES. Foram enviados questionários estruturados aos antropólogos – os principais atores desta pesquisa, objetivando avaliar e interpretar possíveis desvios ocorridos com os dados obtidos no sistema de currículos do CNPq. O principal objetivo foi o de elaborar uma pesquisa de percepção dos especialistas no campo da Antropologia, permitindo entender os princípios mais significativos que regem os seus processos de trabalho, bem como os principais critérios que balizam a comunicação científica dos antropólogos que vivenciam um universo científico mais internacionalizado, mas que ao mesmo tempo estão preocupados com as questões locais. Por fim, esta última etapa do trabalho empírico visou esclarecer a imagem que os pesquisadores têm de sua disciplina, de seus pares, da ciência feita na periferia e nos países centrais e, também, de como sua produção intelectual interfere diretamente no financiamento de suas pesquisas. Esta prática possibilitou entender quais as formas de comunicação mais utilizadas pelos especialistas, formas essas que nos levaram a sugerir a reformulação de indicadores quantitativos a serem utilizados em conformidade com a realidade da Antropologia no Brasil e dos critérios internos da disciplina vistos pelos seus membros.

A parte final do trabalho, à guisa de Conclusões e Perspectivas retoma os diferentes elementos gerados nos capítulos anteriores, com vistas a analisar o papel dos indicadores de produção científica no contexto da ciência. De certa forma, este capítulo se incumbe de sugerir, de maneira efetiva, o uso de indicadores de avaliação em Antropologia que sejam passíveis de generalização, mas que ao mesmo tempo contemplem a diversidade da forma, do suporte e da função da comunicação científica. No caso da Antropologia, a inclusão de outros veículos de divulgação, como parâmetros de produtividade, não ocorreria por acaso. Mas, principalmente serviria não apenas para rever as bases de dados ora existentes, mas para ampliar as opções de organização e da estruturação de outros índices de citações coerentes com a realidade local e a especificidade da Antropologia e de suas áreas correlatas.

CAPÍTULO 1. OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA CIÊNCIA

A necessidade de avaliação da produção científica é um fato. Essa constatação é consensual entre a comunidade científica e as afirmações aqui registradas de Amílcar Davyt, Léa Velho, Michael Moravcsik e de Tamás Szmrecsányi só reforçam o ideário da ciência. Também, alguns outros autores, como Benoit Godin, Edna L. da Silva, Edson K. Kondo e Raimundo N. dos Santos discutem a importância da avaliação da produtividade científica ao considerar que a ciência só alcança sua legitimidade quando é analisada e aceita pelos pares.

Então, Tamás Szmrecsányi, sugere que, “ao mesmo tempo, tanto a produção como as aplicações da ciência e da tecnologia são atividades de elevados custos, financiados, não pelos seus praticantes, mas pela sociedade que as sustenta. No mundo em que vivemos, a avaliação da ciência e da tecnologia constitui por isso um direito da sociedade e uma obrigação do Estado (...). Devido à multiplicidade e à complexidade das variáveis em jogo, a avaliação da ciência e da tecnologia constitui uma atividade essencialmente pluridisciplinar, a ser desenvolvida por equipes de especialistas familiarizados com os mais diversos campos do conhecimento – inclusive, mas não apenas, dos que porventura estiverem sendo examinados. A avaliação intrínseca, cujos critérios variam de disciplina para disciplina, só pode ser feita de maneira eficiente por especialistas devidamente enfiados nas atividades sob análise – inclusive como pesquisadores, mas também a avaliação extrínseca, embora seja de caráter mais geral, requer a participação de especialistas, não podendo ser deixada a amadores ou a simples burocratas (...). Em outras palavras, a própria avaliação precisa ser submetida à avaliação e não apenas à avaliação dos indivíduos e grupos diretamente envolvidos no(s) projeto(s), mas da sociedade como um todo.” (SZMRECSÁNYI, 1987, p. 84-85).

Mais especificamente, Moravcsik relata que existem três aspectos da ciência que podem ser medidos: atividade, produtividade e progresso. Assim, ele os define: “Resumidamente, atividade significa algo como o consumo relevante dos recursos de *input*. Produtividade significa o grau em que tal consumo produz resultados relevantes. Finalmente, progresso também mede o grau em que essa produtividade nos leva mais

perto de se atingir certos objetivos específicos.” (MORAVCSIK apud VELHO, 1985, p. 36).

Nesse sentido, Amilcar Davyt e Léa Velho acabam por sugerir que “a avaliação é mais que uma ação cotidiana na ciência; ela é parte integrante do processo de construção do conhecimento científico.” (DAVYT & VELHO, 2000, p. 93).

É sabido que toda vez que um cientista termina um trabalho de pesquisa torna-se urgente divulgar seus resultados de pesquisa para o restante da comunidade científica. É assim que a ciência mundial funciona dentro de um complexo sistema social, com seus próprios canais de comunicação, ritos, valores, normas, regras e princípios éticos descritos na literatura da área. Para tanto, existem muitas formas de comunicação em ciência: a primeira delas evidentemente é a oral, a mais antiga e importante da humanidade. Em reuniões e congressos, o cientista entra em contato direto com seus pares e submete suas idéias, especulações e resultados aos colegas. Isso é tremendamente importante para o cientista por dois motivos. Primeiro, porque ele precisa ter certeza se o que está anunciando e propondo é correto e aceitável, para que possa dar prosseguimento aos passos seguintes do processo de pesquisa e divulgação. Em segundo lugar, porque fazer ciência é um processo eminentemente social, que envolve fatores como reconhecimento pelos pares, ascensão na escala social própria dos cientistas e recompensas realizadas pelo trabalho, como por exemplo o prêmio Nobel. De fato, o cientista é constantemente avaliado com base em sua produtividade na comunicação de suas pesquisas. Não adianta fazer uma pesquisa científica se não houver divulgação em local considerado “nobre” para os interlocutores de cada área e para a aceitação dos pares. Portanto, os resultados de pesquisa que não constem dos índices bibliométricos internacionais são resultados de pesquisas perdidas para a ciência mundial e, talvez pouco valorizados no próprio interior da ciência feita no Brasil. Com efeito, um dos desafios da atualidade é o desenvolvimento de uma geração de indicadores que permitam avaliar a comunicação dos resultados de pesquisa, respeitando os atores distintos das diferentes disciplinas da ciência.

Em geral, no Brasil, o alcance das publicações científicas, em seus mais distintos canais, padecem do problema crônico da falta de financiamento, da limitação da distribuição e conseqüentemente da restrição de divulgação. Entretanto, no outro ponto da

escala, a comunicação científica internacional tem sido mostrada de maneira habilidosa de organização e disseminação desse conhecimento produzido. Neste sentido, ao longo dos anos vem emergindo dos bastidores do “fazer” científico internacional a imagem de um modelo clivado da produção científica mundial, hierarquizada de maneira pré-estabelecida, opondo países centrais aos países periféricos, contrapondo língua inglesa a outras línguas, distinguindo a produção internacional da produção local, distanciando as Ciências Nomotéticas das Ciências Humanísticas e, finalmente discriminando outras modalidades de comunicação científica dos artigos científicos artigos científicos. Essa eficiente metáfora, persistente e constante, tem penetrado a cultura dos instrumentos de avaliação da produção científica mundial. E, como de costume, essa clivagem tende a se tornar bastante configurada e convencional, parecendo capaz de se perpetuar.

Na verdade, o desenvolvimento entre as disciplinas não é tão nítido, nem tampouco estável. No século XVIII, julgava-se que todos os estudos acerca do mundo à nossa volta constituíam alguma modalidade de investigação filosófica. Grande parte daquilo que denominamos Ciências Físicas aparecia sob a denominação de Filosofia Natural, enquanto algumas das Ciências Sociais modernas, junto com a História, eram consideradas como Filosofia Moral. Essa classificação de disciplinas vem mudando sistematicamente e vários arranjos são propostos, que podem envolver particularmente dificuldades de cunho financeiro, conforme descreve Arthur Meadows. “Uma questão mais importante é como as Ciências Sociais devem posicionar-se intelectualmente em relação à Ciência e às Humanidades. Essa incerteza tornou-se particularmente forte nos Estados Unidos quando o Congresso norte-americano criou agências destinadas a financiar pesquisas em Ciência, Humanidades e Artes, mas deixou de estabelecer uma para as Ciências Sociais. Os cientistas sociais defrontaram-se, então, com a premente questão de saber a que agência de financiamento deveriam recorrer. Sua escolha em geral dependia do fato de que a Ciência tinha à sua disposição muito mais recursos financeiros do que as Humanidades.” (MEADOWS, 1999, p. 42).

Mais especificamente, no entendimento de Arthur Meadows: “Parece que os acadêmicos costumam dividir as matérias em rígidas (Ciências Naturais e Tecnologia), flexíveis (Humanidades) e as que se situam no meio (Ciências Sociais).” (MEADOWS, 1999, p. 60).

Por outro lado, foi em decorrência do desenvolvimento da ciência que surgiram as primeiras Sociedades e Associações Científicas no século XVII, com reflexos constantes nos séculos posteriores. A preconização da institucionalização da ciência foi abrindo caminhos para dar início à era dos periódicos científicos e à instauração do sistema de arbitragem entre os cientistas. Esse campo de atividades foi evoluindo para o crescimento de uma área de estudos empíricos e metodológicos de pesquisa, iniciados com os conceitos e proposições reveladas nas obras dos três autores já citados – Robert Merton, Derek de Solla Price e Eugene Garfield, a partir de análises da estrutura cultural da ciência e das normas que a rege. Então, com a crescente expansão dos periódicos indexados e dos impactos da revista e de seus artigos, os instrumentos de avaliação da produção científica, a partir desse prisma, passaram a ser a tônica da ciência, sendo discutidos à exaustão na busca de entender a dinâmica contida nos estudos bibliométricos e cienciométricos e o seu aprimoramento que, de certa forma passaram a definir o paradigma dominante vigente, deixando em segundo plano as diferenças entre as disciplinas e a variedade de canais de comunicação.

1.1. A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL

Desde a primeira metade do século passado, o mapeamento das idéias dominantes no tocante à produção dos resultados científicos, sugere três blocos principais. De um lado, os conceitos teóricos de Robert Merton, que demonstram as disfunções da ciência, de outro, o surgimento da *big-science*, descrita por Derek de Solla Price - crescimento exponencial da ciência e perda de controle da produção científica, que levou à medição quantitativa. E, por fim Eugene Garfield que criou o ISI - Institute for Scientific Information, tendo como finalidade organizar e disponibilizar a produção científica, através da captação de artigos e de revistas científicas, em razão do crescimento “descontrolado” do conhecimento, atividade essa que acabou por gerar os instrumentos hegemônicos de avaliação da ciência.

Esse novo paradigma, produzido pela ciência, anuncia o controle da produção científica e desencadeia o advento da ciencimetria. A combinação entre a obrigatoriedade de publicar do cientista e a explosão de publicações periódicas

científicas, num mundo que se globaliza, deixa evidente que só uma minoria do mundo científico consegue integrar a chamada ciência mundial. Para tanto, num primeiro momento há que se entender o funcionamento da ciência e seus mecanismos, descritos por Robert Merton e o crescimento exponencial da ciência que levou Derek de Solla Price a estabelecer parâmetros demográficos e quantitativos da comunidade científica. E, por último, Eugene Garfield que criou e estimulou o uso dos índices de citações científicas, como instrumento facilitador da pesquisa e que se tornou um elemento imprescindível no processo de avaliação da produção científica. O segundo momento captura o modo exato como a comunicação científica vem sendo utilizada, sua reação coletiva e os impactos causados pelas novas tecnologias. Fatores esses que afetam, de maneira distinta os cientistas em geral e, mais profundamente os cientistas sociais.

1.1.1. A TEORIA DE MERTON

Em 1937 ² Robert Merton em sua obra *Science and the Social Order*, descreve, de maneira inédita, a estrutura normativa da ciência, com a formulação geral de normas, ideais e mesmo, as de orientação aos cientistas em suas relações mútuas, explicitando a questão da relação entre pares, dos estudos de citações, das premiações científicas, entre outras. Sua obra, entre muitas outras questões, tratava de levar a termo uma análise sociológica do crescimento e desenvolvimento da ciência como atividade social distintiva, composta de valores e princípios normativos, legitimados em bases institucionais.

Por conta da vigência dessas normas reguladoras de conduta da comunidade científica emerge o sistema institucional de recompensa da ciência. O enfoque teórico adotado por Robert Merton, revela a variedade de situações patogênicas que aparecem dentro da comunidade científica e que abordam importantes questões: a consequência das desigualdades na produtividade dos cientistas; o grau de equidade do sistema de recompensa que garante o reconhecimento profissional e até mitos relacionados ao

² Trabalho apresentado em dezembro de 1937 na American Sociological Society Conference. [Também, transcrito como capítulo XV de *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press, 1967. p. 537-549].

exercício da ciência. É o caso dos descobrimentos múltiplos, nos quais estão habilitados, em sua grande maioria, os cientistas que trabalham na fronteira do conhecimento e exploram o estado atual da ciência. Daí, também, o surgimento do efeito Mateus - pelo qual cientistas eminentes que recebem prêmio Nobel - obtêm um crédito desproporcionalmente maior se comparados aos cientistas relativamente desconhecidos, em pesquisas similares.

Nesse sentido, de acordo com Robert Merton: “Um estudo dessa análise demonstrou que os artigos de laureados, como o prêmio Nobel, foram citados 30 vezes mais, do que nos cinco anos anteriores ao anúncio de sua premiação”. (MERTON, 1977, p.569).

Ainda, em conformidade com as análises efetuadas por Robert Merton, a estrutura normativa e reguladora da ciência rege os cientistas em suas relações mútuas que, por sua vez, dependem de quatro imperativos básicos: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado. No universalismo a ciência deve ser submetida a critérios impessoais pré-estabelecidos, em consonância com a observação e o conhecimento anteriormente confirmado. A aceitação ou a rejeição às pretensões de pesquisas científicas não deve depender de atributos pessoais ou sociais de seu protagonista: sua raça, nacionalidade, religião, classe e qualidades pessoais. A objetividade exclui o particularismo. Também, o acesso à ciência é universal, independente dos atributos de quem o produziu, garantindo impessoalidade. O imperativo do universalismo está profundamente arraigado ao caráter impessoal da ciência. Mas, na prática, nem sempre acontece o universalismo devido ao caráter hegemônico da ciência desenvolvida nos países centrais e simultaneamente ao “descrédito” da pesquisa em países periféricos e ao nacionalismo vigente das nações. O mundo constituído por Estados nacionais, cada um com sua correspondente dose de etnocentrismo, mergulham o universalismo em permanente crise. Particularmente em tempos de conflito internacional, quando a definição dominante da situação exalta as lealdades nacionais, o cientista se vê submetido aos imperativos em conflito do universalismo, o que descreve que o etnocentrismo não é compatível com o universalismo. Entretanto, o processo de condenar a violação do princípio universalista tem como função reafirmar as normas universalistas, vigentes até então, na ciência.

Enfim, “a aceitação ou rejeição das pretensões a figurar nas normas da ciência não deve depender dos atributos pessoais ou sociais de seu protagonista, de sua raça, nacionalidade, religião, classe e qualidades pessoais, consideradas como tais, irrelevantes. A objetividade exclui o particularismo. A circunstância de que as formulações científicas verificadas se referem, neste sentido específico, a seqüências e correlações objetivas caminha contra todo o esforço de impor critérios de validade particularistas(...) O imperativo do universalismo está profundamente arraigado no caráter impessoal da ciência.” (MERTON, 1977, p. 359).

O comunismo, posteriormente rebatizado por Bernard Barber como comunalismo, é um segundo elemento integrante do *ethos* científico. Ele destaca que os direitos do cientista à sua propriedade intelectual estão limitados ao seu reconhecimento, resultando numa cooperação competitiva, na qual as competências se socializam, aumentando a estima do pesquisador. A concepção institucional da ciência, como parte do domínio público, está vinculada ao imperativo da comunicação dos resultados de pesquisa. O segredo, estratégia tão empregada entre os pesquisadores, particularmente das Ciências Tecnológicas é considerado a antítese da norma mertoniana e, do outro lado, a comunicação plena e aberta significa seu real cumprimento. O caráter comunal da ciência se reflete no reconhecimento dos cientistas de sua dependência com a herança cultural e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da qualidade essencialmente cooperativa e seletivamente cumulativa dos ganhos científicos. A humildade do cientista não só é apropriada, mas resulta da compreensão de que o avanço científico supõe a colaboração de gerações passadas e presentes e da comunidade científica mundial. Em resumo, o comunalismo, elemento integrante da essência científica é incompatível com a definição de tecnologia como “propriedade privada”. E mais: “tendo em conta a importância institucional outorgada ao reconhecimento e à estima como único direito de propriedade do cientista sobre seus descobrimentos, a preocupação por prioridade científica se converte em uma resposta normal. As controvérsias sobre prioridades que permeiam a história da ciência moderna tem sua origem na ênfase institucional da originalidade. Dele resulta uma cooperação competitiva. Os produtos da competência se socializam e aumenta a estima do produtor.”. (MERTON, 1977, p. 363).

O desinteresse é tratado pela ciência como um componente institucional básico. Ao cientista se atribui a paixão ao conhecimento, a curiosidade e a preocupação com o bem estar da humanidade, nos quais o desinteresse não deve ser identificado como altruísmo, nem tampouco como ação vinculada ao egoísmo. Tais equivalências confundem o nível institucional de análise com o nível motivacional, porque se tem atribuído ao cientista a paixão do conhecimento, uma ociosa curiosidade, a preocupação altruísta pelo bem estar da humanidade e uma série de outros motivos particulares. No quesito desinteresse, a questão não acontece em função do pesquisador isoladamente, mas é como via de regra regido pelos compromissos dos grupos de pesquisa e do Estado, em que a escolha acontece em função da ciência.

“A ciência (...) inclui o desinteresse como elemento institucional básico. O desinteresse não deve ser identificado como altruísmo, nem tampouco a ação interessada deve ser confundida com o egoísmo. Tais equivalências confundem o nível institucional de análise com o nível motivacional. Se atribue ao cientista a paixão pelo conhecimento, uma ociosa curiosidade, a preocupação altruísta pelo bem estar da humanidade e muitos outros motivos especiais.”(MERTON, 1977, p. 365-366).

Por último, o ceticismo organizado está relacionado de várias maneiras com os outros elementos do *ethos* científico. É um mandato metodológico e institucional. O avaliador é a própria comunidade científica, na qual todos os elementos são passíveis de questionamentos e a metodologia deve explicar os procedimentos, de forma coerente com o paradigma vigente da ciência, com vistas a garantir a re-aplicação dos estudos. Esse mito diz respeito à competência de cientistas por prioridade, ou seja, os mais ativos, os mais produtivos, os mais citados e que influenciam os trabalhos de outros pesquisadores. Aliás, a questão central desse paradigma mertoniano se localiza na potente união da estrutura normativa da ciência com seu distintivo sistema institucional de recompensas, bases essas que norteiam e permeiam toda a dinâmica da comunidade científica. Essa confluência da ciência - de crescimento exponencial das dimensões, da opulência e da proeminência da ciência, em sua ótica moderna toma o rumo inverso da adoção reducionista do ISI, ao elaborar uma única lista da produção do conhecimento. Obviamente, esse índice bibliográfico, inicialmente pensado pelo ISI, adquire novos contornos para atender as exigências construídas no interior da ciência. Como outras

instituições, a ciência tem desenvolvido um elaborado sistema de recompensas para aqueles que se ajustam às suas normas. Com o crescimento, a profissionalização da ciência e o sistema de recompensas, os periódicos e seus artigos lidam com o fator de impacto, as citações das pesquisas e as co-citações (colaborações), que têm sido exaustivamente discutidas e manifestamente crescido a um ritmo acelerado, sofisticando enormemente o universo da comunicação científica e criando incessantemente maneiras peculiares de medição do conhecimento científico produzido. Esse cenário só permite reforçar o poder que as normas que regem a comunicação científica exercem sobre o "fazer" científico.

Em termos mais gerais, o respeito às regras da ciência permanece entre os cientistas. É Robert Merton quem nos afirma que: "quando os cientistas sabem que seus colegas se orientam pelas mesmas normas – e sabem que trocam regras efetivas e legítimas para a interação em situações científicas de rotina – é maior a probabilidade de que sua conduta se ajuste a elas." (MERTON, 1977, p. 619).

Em termos mais específicos, alguns outros fatores analisados por Merton só reforçam o grau de complexidade e as variantes existentes em torno da comunicação científica. É o caso das gerações recentes de pesquisadores, em que o Prêmio Nobel, que designa distinguidos cientistas de todo o mundo, reflete o signo mais destacado de reconhecimento na ciência. Há também os prêmios, as medalhas, os títulos honoríficos conferidos pelas Academias, Associações e Sociedades internacionais, nacionais e locais. Dessa forma, o sistema de eponímia, muitas vezes eterniza nomes de uma geração para toda uma época, como é o caso exemplar da expressão "era freudiana". Contudo, a eponímia é talvez a mais alta insígnia recebida por um cientista. É um prêmio que, se tem grande valor absoluto, está limitada a alguns poucos pesquisadores. Em toda sua complexidade, que incluem desde os epônimos que registram os nomes de cientistas na linguagem internacional da ciência até a imensa série de prêmios paroquiais e efêmeros, o sistema de recompensas da ciência só faz reforçar e perpetuar a ênfase institucional na originalidade de cada comunicação científica, acrescida do complexo conjunto de valores e normas descritos pela ciência, quais sejam: universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo.

Em síntese, estes imperativos propostos por Robert Merton acabaram por estabelecer a premiação e a publicação como sistema de recompensa da ciência, levando a muitos estudos empíricos. Estudos esses que permitiram a avaliação da produção científica mundial através de medidas quantitativas e, conseqüentemente a perda de controle, mesmo que parcial, da comunidade científica. De todo modo, parece que as interpretações dos sistemas de indexação de artigos científicos ganharam um caráter de autonomia, reduzindo as interferências dos cientistas.

1.1.2. A CIENCIOMETRIA EM PRICE

Derek John de Solla Price, um dos seguidores de Robert Merton e historiador da ciência da Universidade de Yale, desde 1951 se ocupou em trabalhar com a quantificação de amplos parâmetros da ciência mundial. As considerações deste autor As considerações de Price estabelecem, pois, algumas leis: a lei do crescimento exponencial (ampliação do número de cientistas, de publicações e de recursos alocados) e a de saturação (redução de recursos financeiros e de emprego dos recursos humanos). A curva logística de Derek de Solla Price, pai da Cienciometria e da Biblioteconomia, demonstra que a ciência aumenta exponencialmente, a um índice composto de 7% anualmente, duplicando suas dimensões a cada dez a quinze anos, crescendo também, em um fator de dez a cada meio século e aproximadamente em um fator de 1 milhão, nos trezentos anos que nos separa da invenção, no século XVII, do artigo científico. As leis do crescimento exponencial e de saturação, descritas por Derek de Solla Price revelam não apenas a magnitude do tamanho da ciência, mas também os números assustadores de periódicos, artigos e autores. Empiricamente falando, não demonstram apenas o crescimento exponencial, mas fundamentalmente o caráter logístico desse crescimento e a inevitável saturação, o que exige formulação de políticas e de novos arranjos na estrutura da ciência e na dinâmica do trabalho científico. As considerações de Price estabelecem, pois, algumas leis: a lei do crescimento exponencial (ampliação do número de cientistas, de publicações e de recursos alocados) e a de saturação (redução de recursos financeiros e de emprego dos recursos humanos). A curva logística descrita pelo Autor demonstra que a ciência aumenta exponencialmente, a um índice composto de 7% anualmente, duplicando suas

dimensões a cada dez a quinze anos, crescendo também, em um fator de dez a cada meio século e aproximadamente em um fator de 1 milhão, nos trezentos anos que nos separa da invenção, no século XVII, do artigo científico. Portanto, as leis do crescimento exponencial e de saturação, descritas por Derek de Solla Price revelam não apenas a magnitude do tamanho da ciência, mas também os números assustadores de periódicos, artigos e autores. Empiricamente falando, não demonstram apenas o crescimento exponencial, mas fundamentalmente o caráter logístico desse crescimento e a inevitável saturação, o que exige formulação de políticas e de novos arranjos na estrutura da ciência e na dinâmica do trabalho científico. Aliás, a curva de crescimento exponencial da produção de periódicos descrita por Derek de Solla Price mostra que desde 1665, quando se criou o primeiro periódico científico, esse número aumentou para mil em 1800, 10 mil em 1850, 100 mil em 1900, com uma projeção prevista, na ocasião de seus estudos, de 1 milhão de revistas no ano de 2000. Derek de Solla Price nos esclarece que, “desde o aparecimento da primeira revista científica até 1960, já haviam sido publicados mais de 10 milhões de artigos científicos, com um crescimento a uma taxa de 6% ao ano, o que equivale anualmente a 600 mil novos artigos”. (PRICE, 1986, p. 8).

Assim, seus estudos empíricos, decorrentes da *big science*, entre outras questões, explicitam que o volume de publicações científicas dificulta, cada vez mais, o acompanhamento da produção científica e tecnológica devido ao dilúvio de resultados de pesquisa e de produção científica publicadas no campo especializado de cada pesquisador. Diante desse cenário, parece que só resta ao cientista a tarefa crescente de identificar dentro da vasta produção, os trabalhos mais significativos publicados em sua área de atuação. Para tentar abranger esse novo universo de periódicos e remover a pressão que acompanha esse crescimento surgiram os chamados resumos correntes - *abstracts*, que indicam as temáticas dos resultados de pesquisa publicados.

Também, os “colégios invisíveis”³ servem para garantir, de maneira informal, maior interação entre os cientistas, inclusive através da prática de leitura prévia, dos

³ “O nome colégio invisível deriva historicamente de um grupo de pessoas em meados do século XVII que formalmente organizou a Royal Society de Londres. Eles se comunicavam por carta para conseguir audiência para seu trabalho, bem como assegurar prioridade e manter seus pares informados. Na ciência moderna o termo não é específico e sua definição varia consideravelmente de autor para autor.” (PRICE, 1986, p.119).

artigos no prelo - *preprints*. Nesse aspecto, nada mais oportuno que, além dos mecanismos descritos acima, desenvolver um sistema de coleta, organização e controle dessa produção científica - os índices de citações bibliográficas, em âmbito internacional. No entanto, as conseqüências mais dramáticas descritas por Derek de Solla Price enfatizam, principalmente o fato anormal e crucial da *big science* - o recurso financeiro. As finanças da ciência, mesmo que não necessariamente regulares, permeiam todas as relações sociais e políticas e suas implicações.

Também, é sabido que o campo da ciência tem crescido mais rapidamente que a maioria dos outros campos da atividade humana. De acordo com os estudos realizados por Derek de Solla Price em 1961, a população científica tem duplicado a cada quinze anos aproximadamente, superando em muito o acelerado índice de crescimento da população total. Conseqüentemente, os números relativos aos cientistas, aos periódicos e aos financiamentos disponíveis para a pesquisa têm crescido exponencialmente, em ritmos variados, quer temporalmente, quer do ponto de vista do campo científico.

Existem, entretanto, outras contribuições de Derek de Solla Price a considerar. Segundo ele, os periódicos ganham maior relevância na pesquisa em razão de dois fatores principais. Primeiramente, porque são documentos disponíveis em grandes bibliotecas. Em segundo lugar, porque apresentam registros de controle -International Standard Serial Number (ISSN). A propósito, ao partir do enfoque de preservação garantido pelas bibliotecas, Derek de Solla Price revela estudos de uso da coleção de periódicos da Biblioteca de Ciências de Londres, nos quais ficaram registrados que 10% da coleção de periódicos avaliados eram suficientes para atender 80% da demanda. Então, Derek de Solla Price reconhece a biblioteca como instituição responsável pela função organizativa e mantenedora do conhecimento científico produzido e acumulado. Entretanto, afirma que a dinâmica da comunicação científica apresenta mecanismos próprios, na maioria das vezes, independentes da biblioteca. Ele reforça que “para muitos cientistas, os índices de citações, em máxima medida nunca funcionaram apenas como ajuda bibliográfica, mas também como um serviço bibliográfico fundamental. Também, a engenharia social dos colégios invisíveis sempre produziu resultados superiores às possibilidades da biblioteca convencional ou às organizações de serviços de informação.” (PRICE, 1986, p.179).

Uma outra avaliação de Derek de Solla Price trata da questão da elaboração de artigos em colaboração, fenômeno que se iniciou na Primeira Guerra Mundial de maneira tímida, sendo considerado um raro evento, mas que após a Segunda Guerra Mundial enfrentaria um rápido crescimento. Os artigos científicos em colaboração crescem espantosamente em alguns campos da ciência, agregando dois ou mais nomes. Essa estratégia permite que a pesquisa desenvolvida por um pesquisador reconhecido incorpore outros pesquisadores, que se tornam autores subsidiários. O resultado é que o número de autores por artigo tem se transformado em um bom indicador para o campo de pesquisa que se utiliza dessa sistemática. Aliás, estudos comparativos feitos por Derek de Solla Price entre o *Science Citation Index* e o *Social Science Citation Index* mostram que a média anual de artigos em colaboração nas Ciências Nomotéticas era de 30%, enquanto nas Ciências Humanas representava 19%. (PRICE, 1986, p. 259-265).

Um outro traço considerado por Derek de Solla Price trata da frequência da citação, dos artigos recentes, apontando para a obsolescência de um artigo após uma década. Os cálculos elaborados por Price mostram que aproximadamente 70% dos artigos citados acompanham a curva normal de crescimento. Mas, após a primeira década, 30% são altamente selecionadas pela literatura recente, estando situados entre um a seis anos na curva de sobrevivência do artigo - isto é, de sua imediação. Entretanto, alguns estudos mais recentes demonstram que a sobrevivência de um artigo envolve questões mais complexas, se considerada a variável da ampla distinção dos campos científicos. As disciplinas mais codificadas (Ciências Nomotéticas) apresentam uma proporção maior de referências a obras mais recentes, exibindo uma maior imediação.

Ainda, nas palavras de Robert Merton “os dados de citações sugerem que as Ciências Sociais estão em uma posição intermediária entre as Ciências Físicas e as Humanidades , quanto ao grau de codificação (...). Nas Ciências Físicas, mais analíticas, em torno de 60% das publicações mais citadas apareceram nos últimos cinco anos precedentes. Nas Humanidades as cifras correspondentes representam de 10 a 20%. No meio estão as Ciências Sociais, onde as citações se referem a publicações igualmente recentes em uma proporção que varia de 30 a 50%.” (MERTON, 1977, p. 636).

1.1.3. A PROPOSTA DE GARFIELD

Um dos herdeiros de Robert Merton foi Eugene Garfield, que criou, na década de 1960 o Institute for Scientific Information (ISI) em Filadélfia, com o objetivo de compilar, organizar e localizar informações, vendendo a idéia de manter o pesquisador atualizado na fronteira do conhecimento. Contudo, Derek de Solla Price em 1963, três anos após o lançamento dos índices referenciais de Eugene Garfield - trabalho pioneiro de criação do *Science Citation Index* do ISI e os seus dados de registro, explorou a sua potencialidade como base de dados fazendo com que o estudo das citações bibliográficas, através de sua quantidade (do número de citações) revelassem o impacto do trabalho do pesquisador, passando assim a funcionar como um mecanismo de reconhecimento de sua influência.

Através dessa ótica, surgiria uma base de dados internacional, que, além de funcionar como indicador quantitativo da produção científica, permitiria comprovar o reconhecimento científico dos periódicos e dos pesquisadores que neles publicam, através da indexação dos artigos, da análise de citações e do fator de impacto. Os cientistas passaram a obter o reconhecimento desses trabalhos através da indexação de seus artigos e da análise de citação bibliográfica, baseado no número de vezes que o pesquisador é citado. Por sua vez, o periódico, através da adoção do fator de impacto tornou mensurável a medida de frequência do título de cada revista citada no *Science Citation Index*, por um dado período. Esse instrumento constitui um dos parâmetros para identificação da qualidade de uma publicação periódica. O resultado do seu uso é a classificação dos títulos de revistas, de acordo com o volume médio de citações obtidas por seus artigos.

Essa série de inovações no campo bibliográfico, criada por Eugene Garfield, que inicialmente objetivava facilitar de forma imparcial e totalmente técnica a difusão dos resultados de pesquisas científicas disponíveis nos periódicos, acabou se tornando um instrumento reificado que adquiriu vida própria, que em seguida se transformaria na sua essência. Os artigos e as revistas indexadas deixaram de constituir meras listas bibliográficas, encaradas como uma simples ferramenta de trabalho. Na verdade, esses novos métodos de avaliação foram absorvidos indistintamente, sem consciência dos estudos de alto nível da tradição mertoniana. E, muito pior, esses indicadores, como um

sistema com caráter de autonomia, passaram a refletir-se nas comparações quantitativas entre as áreas do conhecimento e, também entre países centrais e periféricos. Em resumo, os trabalhos que apenas revelam os resultados quantitativos da produtividade da ciência, talvez acabem por reduzir drasticamente a contribuição qualitativa dos próprios cientistas.

Devido a sua pseudo-objetividade e falta de outro instrumental de medição da produção científica, o ISI passou a se constituir em importante fonte de dados para muitos tipos de medições. No início, como foi o caso de Derek de Solla Price, as informações publicadas parecem ter sido mais utilizadas pelos historiadores e sociólogos da ciência para explorar aspectos como ramificação da ciência e crescimento do conhecimento científico. A partir da década de 1980, depois de ter vendido sua base de dados para diferentes instituições de pesquisa e outros órgãos graças ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação como uma ferramenta auxiliar na elaboração de política científica, a Cienciometria começou a tornar-se uma área de interesse acadêmico de maneira mais abrangente. Mais recentemente, essa disciplina passou a ser largamente utilizada para a medição do próprio conhecimento científico.

Aparentemente os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais não se deram conta ainda da influência que o Thomson ISI exerce sobre o apoio financeiro às diferentes disciplinas. O discurso corrente dos pesquisadores dessas disciplinas é de que sua vocação de aplicabilidade está intimamente ligada às Ciências Nomotéticas, portanto todo o instrumental empírico quase nunca é objeto de preocupação da parcela de pesquisadores vinculados às Ciências Humanas e Sociais. Entretanto, não se pode perder de vista que não existem outros modelos de medição de produção científica tão largamente experimentados. Por outro lado, também, não é possível negar a existência no ISI de duas outras bases de dados especializadas em Humanidades na indexação das Ciências Humanas e Sociais: o *Social Science Citation Index* e o *Arts & Humanities Citation Journal*, nem tampouco deixar de julgar a que vieram.

Léa Velho, com relação ao aparato das possibilidades de medição da produção científica disponível no Thomson ISI, nos esclarece que “com esta finalidade há uma grande variedade de aplicações, tais como o uso do número de publicações e citações para auxiliar na avaliação do desempenho científico de pesquisadores, grupos e centros de pesquisa; na tomada de decisões quanto à distribuição de recursos financeiros por

parte de organizações governamentais, fundações, instituições de fomento; no uso de análise de citações para prever áreas emergentes de interesse tecnológico dentro da ciência e, por fim, no estudo comparativo do desempenho de certas nações.” (VELHO, 1985, p. 37).

Apesar das críticas e da discussão exaustiva de que as Ciências Humanas e Sociais vivenciam situações muito peculiares, e portanto distintas das Ciências Nomotéticas, a existência do ISI e de suas bases de dados, têm levado inexoravelmente a uma supervalorização da chamada ciência mundial, mais visível, mais citada e mais disponível. Entretanto, esse fato não impede que as Humanidades venham a estabelecer novas maneiras de medir sua produtividade, no contexto dos países periféricos, inclusive de repensarem seus caminhos de inserção nessa nova conjuntura mundial.

1.2. A AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA MUNDIAL

A tradição cienciométrica e suas derivações não aconteceram por acaso, nem tampouco foram impostas pelos países centrais. Nesses países, particularmente nos Estados Unidos, a organização e a consolidação dos instrumentos de avaliação da produtividade científica resultaram de um longo processo de construção. Também, é possível perceber, em geral, dentro do modelo proposto que nesses países, mesmo as Ciências Humanas e Sociais conseguem integrar-se ao modelo vigente com menores dificuldades ou questionamentos. Isso, talvez ocorra, porque nos países centrais, quando os pares se reúnem para avaliar a qualidade da pesquisa e determinar as prioridades de financiamento, eles trabalham com padrões de julgamento identificáveis e reconhecidos por uma grande parcela da comunidade científica e dos administradores em política de C&T, o que cria mecanismos facilitadores para operacionalizar, avaliar e medir essa produtividade. Esse procedimento quando aceito pelos pares como um dos objetivos fundamentais, encontra coerência com a forma de pensar dos avaliados, permitindo, portanto, legitimar as decisões tomadas. Para tornar esse julgamento mais mecanizado e automático, essa convenção estabeleceu o uso dos índices criados pela Cienciométrica - de citação, co-citação e de impacto. Para as comunidades científicas em questão, esses

critérios são úteis e funcionais porque permitem quantificar uma qualidade que já está socialmente construída. Trata-se do resultado de um esforço prévio da própria comunidade que durante décadas trabalhou arduamente, a fim de consolidar uma prática social baseada na existência de uma vinculação causal entre a quantidade de publicações e a qualidade das mesmas, obviamente derivada da relevância da temática da pesquisa.

Essa equiparação estratégica ora vigente na ciência mundial tem contribuído para o avanço científico e tecnológico dos países centrais e, conseqüentemente para o desenvolvimento de suas forças produtivas. Além disso, esse contexto tem exigido a elaboração de metodologias de planejamento e de políticas governamentais como mecanismos essenciais para acelerar o processo de desenvolvimento econômico. Trata-se, portanto de um processo de desenvolvimento condicionado pelas estruturas sociais que operam dentro de um sistema econômico em que predominam as relações capitalistas e no qual o processo de desenvolvimento frequentemente se limita ao crescimento da economia.

Atualmente, o Thomson ISI é o líder global para fornecer soluções integradas de informação científica com valor agregado aos clientes do campo científico. Suas receitas alcançaram US\$ 7.6 bilhões no ano de 2003, geradas por 30 mil empregados e no atendimento de 20 milhões de usuários entre analistas políticos, cientistas, autores, estudantes, bibliotecários, editores, redatores e outros, situados em cento e trinta países. Seus principais produtos são as bases de dados que fornecem referências bibliográficas, cobrindo todas as áreas do conhecimento humano.

Por meio desses índices, o Thomson ISI incorpora a própria inovação científica e tecnológica, criando novos serviços e produtos ao re-empacotar produtos anteriormente existentes. Ao re-empacotar os índices de citação bibliográfica - *SCI*, *SSCI* e *A&HI* - agora na versão eletrônica *Web of Science* -, produz automaticamente novas derivações de avaliação. A primeira e mais antiga (1961), o *Science Citation Index* cobre a maioria das revistas internacionais importantes para as áreas das Ciências Básicas, Aplicadas e Médicas. É multidisciplinar e indexa mais de 6 mil dos principais periódicos referentes a 164 áreas do conhecimento (Agricultura, Neurociência, Astronomia, Bioquímica, Biologia, Biotecnologia, Física, Química, Ciência da Computação, Matemática, entre muitas outras). A segunda base, do campo das Ciências Sociais, o *Social Science Citation*

Index, lançado em 1972, tem a mesma função para as Ciências Sociais, abrangendo cinquenta áreas do conhecimento (Antropologia, Ciência Política, Direito, Estudos Urbanos, História, Linguística, Psicologia, Saúde Pública, Sociologia, entre outras) e, por fim começou a ser editado em 1978. A terceira base - *Arts & Humanities Journal* relaciona os artigos e periódicos das áreas de Artes e Humanidades em geral.

A representatividade das bases do ISI na produção internacional, em certos domínios do conhecimento é pouco contestada pela comunidade científica. O mesmo não ocorre com as outras duas bases, integradas pelas Ciências Humanas e Sociais que, por sua natureza, tratam usualmente de temáticas mais regionalizadas. Isso faz com que o meio científico as encare com certa reserva, considerando baixa sua representatividade, o que recomenda que a sua utilização seja feita com cautela. De qualquer forma, 95% dos periódicos neles indexados são em língua inglesa, e especificamente produzidos por entidades norte-americanas, com a ciência do continente europeu, em geral, e a dos países periféricos, especificamente, permanecendo bastante sub-representadas. Exponencialmente, as disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, de caráter mais aplicado, têm vivido essa distorção de maneira muito mais acentuada.

Outros produtos criados pelo ISI, também representam uma segunda avaliação. Por exemplo, a revista *Journal Citation Reports* oferece de maneira sistemática e objetiva a avaliação crítica das revistas mais importantes do mundo - o fator de impacto de aproximadamente 9 mil periódicos mais frequentemente citados em duzentas disciplinas. Com relação ao fator de impacto existe muita polêmica com relação ao seu real valor como medida de qualidade da ciência. Isso porque é importante considerar que, além do número de citações, também importa o tempo pelo qual as publicações são citadas. Deste modo, seria prudente usar o conceito de vida média, pois apenas pesquisas marcantes conseguem sobreviver através do tempo. Segundo Arthur Meadows, “uma característica marcante de publicações importantes não é só o fato de serem altamente citadas, mas serem citadas durante um período de tempo mais longo do que outras publicações.” (MEADOWS, 1999, p. 97).

O mesmo acontece com um novo produto. O boletim *ISI Highly Cited* inclui dados para as medições científicas de produtividade dos pesquisadores, listando, em sua última edição, 4.800 pesquisadores mais influentes, extraídos de uma comunidade global de

aproximadamente 5 milhões de cientistas. Trata-se de uma base de dados que cobre basicamente cientistas das Ciências Nomotéticas.

Por último, a revista *Scientometrics* procura interpretar toda a orquestração do ISI. Seus artigos apontam para os novos rumos da produção científica e sugerem possíveis caminhos para alcançar uma produtividade ideal. *Scientometrics: an international journal for all quantitative aspects of the science, communication in science policy*, é publicada pelas editoras Kluwer da Holanda e da Akadémiai Kiadó da Hungria, com sete números por ano. Seus editores - editor chefe e fundador, editor e co-editor, respectivamente são T. Braun, A. Schubert e W. Glänzel.

Assim, deve-se assinalar aqui algumas diferenças. Dois princípios fundamentais da ciência regem os resultados de pesquisa - isto é, a comunicação científica. Primeiramente, a contribuição científica é algo que deve estar disponível para o fundo comum do conhecimento, uma vez que o comunalismo é a norma que prescreve a comunicação aberta a outros cientistas e correlativamente proíbe o segredo. Em segundo lugar, o sistema de arbitragem, institucionalizado a partir das Sociedades e Academias científicas criadas a partir do século XVII, foi decisivo para a invenção social do periódico científico. De qualquer modo, o periódico científico e seus artigos têm garantido essa lógica. Mas, embora essas afirmações pareçam corretas, elas são insuficientes. O primeiro mandamento reza que a produção científica serve para compor o fundo do conhecimento, não importando o veículo de comunicação. Portanto, há bons motivos para cautela, pois a questão real que já se discute é quanta produção científica entra em circulação anualmente. Uma resposta abrangente exige um estudo de todos os veículos de comunicação. Quanto ao segundo item, nas últimas décadas, de maneira crescente os cientistas têm participado intensamente do processamento de informações por computador, tornando o armazenamento da comunicação científica em meios eletrônicos bastante usual entre os pesquisadores. Supõe-se, em geral, que os fatos atuais prenciem uma transferência, talvez lenta, mas constante e crescente, da comunicação científica dos meios impressos para os meios eletrônicos. E, esse novo componente poderia alterar por completo o padrão vigente, qual seja da hegemonia do periódico científico.

Até agora, os estudos mais freqüentes do ISI têm circulado pelas citações e suas variantes e o fator de impacto dos periódicos por ele indexado. Uma primeira preocupação atual, embora Robert Merton já tivesse observado os casos de auto-citação como estratégia para garantir maior visibilidade do artigo e maior impacto para o periódico, ⁴ é um dos vários aspectos que estão na agenda dos instrumentos de medição da produção científica.

Outro tema atual aborda a questão da co-autoria, muito embora, o hábito de trabalhos coletivos já se haver tornado uma prática bastante difundida nas Ciências Nomotéticas. A análise dos arquivos da publicação *The Physical Review*, entre os anos de 1948 e 1956, mostrou que nesse período foram apresentados 14.512 textos com um pouco mais da metade de autoria única. Entre os artigos aprovados para publicação de cada cem artigos, oitenta eram de autoria única. Porém, é importante lembrar que nas Ciências Nomotéticas o cenário atual é bastante distinto.

Enfim, vale registrar que, em geral, existem muitos esforços na elaboração de índices bibliográficos especializados nas diferentes áreas do conhecimento, enfatizando a produção científica de seus países de origem e a divulgação de seus periódicos. Esses índices têm como principal objetivo dar visibilidade aos resultados das pesquisas científicas, podendo também oferecer alguns estudos cientiométricos. Entretanto, só o ISI dispõe de infra-estrutura sofisticada e de última geração para apresentar controles cientiométricos mais elaborados. O elenco de índices bibliográficos internacionais nos fornece algumas pistas. Para a Antropologia – *Anthropological Index, Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*; Sociologia – *Sociological Abstracts*; Educação – *ERIC*; Filosofia – *Philosopher's Index*; Psicologia – *Psychological Index*; Literatura – *MLA International Bibliography*; Biologia – *Biological Abstracts*; *Engineering Index*; Química - *Chemical Abstracts* e muitas outras, em sua versão eletrônica essas listas assumem a estrutura de “pacotes”, juntando bases variadas que agregam ou desagregam índices, de acordo com a conveniência do mercado editorial. O banco de dados do ISI, no sistema eletrônico chama-se *Web of Science, o Sociological*

⁴ ”É notável a tendência generalizada de que os artigos de um periódico citem a outros artigos do mesmo periódico.” (MERTON, 1977, p. 597).

Abstracts e algumas outras bases de Humanidades recebem o nome de *Social Sciences Full Text*, toda a série do *Bulletin Signalétique* chama-se *PASCAL* (Ciências Nomotéticas) e *Francis* (Humanidades), e assim sucessivamente.

1.2.1. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E A ERA ELETRÔNICA

Embora os primeiros computadores, surgidos por volta de 1940, fossem considerados fundamentais para o tratamento de números, era óbvio que também poderiam ser empregados no tratamento da informação alfabética. Assim, na década de 1960, já surgiam os computadores para o processamento de informações bibliográficas. Por outro lado, o crescimento exponencial das pesquisas alcançara então uma etapa em que os cientistas encontravam dificuldades para se manterem a par da literatura primária relevante. Até mesmo sua localização com a ajuda da literatura secundária (índices) começava a ser uma tarefa penosa em algumas áreas. Os computadores eletrônicos ofereciam duas vantagens. Podiam armazenar enorme quantidade de informações e também ordená-las rapidamente. A questão consistia em como melhor usar essas vantagens com a finalidade de encontrar itens da literatura que fossem pertinentes às necessidades do pesquisador. O método clássico passou a ser por meio de buscas com palavras-chave.

Os computadores eletrônicos foram inicialmente equipamentos caros e de enormes proporções, demandando grandes ambientes arejados e mantidos a temperaturas ideais até que os microcomputadores, os chamados computadores pessoais, se tornassem comuns na década de 1980. Grande parte dessas atividades iniciais envolvia o processamento de informações provenientes de financiamentos de fontes militares. As referências bibliográficas e os resumos assim tratados eram, portanto, principalmente relativos às Ciências Nomotéticas e Tecnológicas. A maioria da literatura secundária das Ciências Humanas e Sociais teve que esperar, e só pôde ser tratada dessa forma a partir da década de 1980, quando os computadores de uso pessoal reduziram seus custos. Por essa época, quase de imediato e de forma inevitável, o número de bases em meio eletrônico começou a crescer avassaladoramente. Assim, os computadores registraram comunicações científicas que antes estavam alijadas da frente de pesquisa, processando

informações secundárias ao contrário de primárias. Do ponto de vista da comunicação científica, entretanto, o meio eletrônico só se tornaria de fato interessante quando começou a processar todos os tipos de informação que interessavam aos pesquisadores. A transição do fornecimento de informação secundária para a o fornecimento de informação primária por meio de computadores, de maneira geral, tem encontrado obstáculos para se concretizar devido a três razões fundamentais: os recursos dos próprios computadores que se superam diariamente; as diferenças quanto à natureza das publicações primárias e secundárias, e as diferenças quanto ao modo como os pesquisadores, de áreas distintas, lidam com esses dois tipos de publicação e com a própria máquina. Fazer uma busca em grande quantidade de textos pode ser um processo demorado, até para o computador. À medida que a máquina foi se tornando mais potente, também aumentou a quantidade de textos que ela pode processar rapidamente. No começo, as buscas com palavras-chave se faziam apenas nos títulos, mas depois isso se expandiu de modo a incluir também o conteúdo dos resumos. Hoje, já se tornou comum, mas talvez ainda não tão eficiente, a execução de buscas no texto integral dos documentos. Em outras palavras, a passagem do processamento de informação científica secundária para o processamento de informação primária dependeu da evolução técnica do computador.

Essas considerações, por enquanto, referem-se apenas a metade da história. Utilizar o computador na comunicação científica implica necessariamente a existência de canais de comunicação. No início, a extração de dados do computador exigia a proximidade física do usuário com a máquina armazenadora de informação. O acesso era feito por meio de suportes, como cartões perfurados, discos, disquetes e discos em *cd-rom*, porque a comunicação via eletrônica ainda era incipiente. Também, esses suportes exigiam o envio de remessas constantes por correio, porque havia a necessidade de novas gravações a cada atualização das informações. O acesso remoto passou a ser, pouco a pouco, mais comum, transmitindo a informação por meio de cabos, geralmente através de linhas telefônicas alugadas. Aperfeiçoamentos posteriores apressaram o incremento do acesso remoto. Computadores diferentes ligavam-se para formar uma rede, de modo que os pesquisadores podiam apelar para os recursos de mais de um computador, aumentando a interatividade entre pesquisadores e computadores, possibilitando a inúmeros usuários terem acesso simultaneamente ao mesmo computador. A crescente interdependência de

computadores e redes levou à cunhagem de um novo rótulo - tecnologia da informação e comunicação - para descrever a união de ambos os recursos. Nos últimos anos, portanto, passou a ser razoável dar continuidade à possibilidade de transferir informações científicas do meio impresso para o meio eletrônico. Nesse momento, os próprios pesquisadores começaram a se apropriar dessa tecnologia para trocar correspondência, discutir suas pesquisas em andamento, disponibilizar trabalhos no prelo e organizar revistas eletrônicas nessa grande rede mundial, apesar das limitações de conexão, de velocidade e de qualidade da informação via computador. Mais recentemente, também começaram a circular na rede os livros eletrônicos. E, de fato, atualmente a literatura cinzenta (publicação mais informal) já supera, em algumas vezes, a publicação formal.

O desenvolvimento da comunicação científica impressa dependeu da solução de uma série de problemas. Mas, um documento eletrônico pode adotar métodos semelhantes à comunicação impressa, contando com a vantagem adicional de ser mais flexível. Por exemplo, a argumentação a favor do maior valor dado às publicações nos periódicos científicos internacionais, credenciados pelo ISI, é a de que eles aceitam trabalhos de alta qualidade, maior visibilidade e disponíveis nas melhores bibliotecas do mundo. Entretanto, na era da *internet*, essa afirmação causa certo desconforto. Diversos estudos de análise do impacto das inovações tecnológicas já prenunciam uma revolução. Entre eles, destaca-se o trabalho de um pesquisador britânico, Stevan Harnard, de um modelo mais aberto de publicação científica, na qual a revisão crítica é aberta - *open peer review*. O artigo é colocado em um *site* especial que fica aberto para leitura e críticas de seus pares. Por outro lado, os pesquisadores que se propõem a fazer a crítica do artigo se identificam, contrariando o modelo vigente, qual seja do anonimato do avaliador. Se o artigo se tornar objeto de muitas críticas é retirado da *internet*. De qualquer forma, segundo a ótica do Autor, o artigo já cumpriu seu objetivo: passou pelo crivo dos árbitros, serviu de divulgação e de possível inspiração para pesquisadores de assuntos correlatos, ou seja, uma contribuição científica ao fundo comum do conhecimento.

Do ponto de vista das conexões, as redes cada vez mais incorporam novos avanços. Atualmente, em termos de Brasil, a troca de informações, de maneira direta, não se restringe ao contato com os Estados Unidos. Acaba de ser anunciado o lançamento da *Rede Clara – Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas*, que fornece infra-

estrutura para unir as redes avançadas latino-americanas por meio da *RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa*, podendo trocar informações entre instituições da América Latina e Europa, sem que as informações tenham que circular via Estados Unidos. Por outro lado, o processamento eletrônico da parte oculta da *internet - invisible web* ou *hidden web* que trabalha com informações de baixo teor comercial e propagandístico e, portanto fundamentais para a ciência, ingressam na agenda da era eletrônica. Esse quadro se aplica, aos bancos de dados bibliográficos, ao *Gopher*, aos arquivos *FTP* e recentemente ao *Google Scholar* e ao *Terrier*, particularmente no que se refere às informações científicas.

Como vimos, a teia eletrônica se expande exponencialmente e as tendências gerais apontam para o caráter informal da *internet*, reforçando a idéia do aumento significativo da literatura cinzenta. É possível imaginar que esse período de transição acabe por romper com os critérios tradicionais das medidas convencionais de produtividade da ciência. Entretanto, os novos rumos podem ser melhor definidos e mais adaptados aos diferentes campos da ciência, se houver a preocupação prévia em repensar a temática em questão. Portanto, os integrantes e parceiros das Ciências Humanas e Sociais têm uma árdua tarefa pela frente.

1.2.2. A TENSÃO ENTRE AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E AS NOMOTÉTICAS

Há algum tempo tornou-se predominante nos processos de avaliação do trabalho de pesquisadores, o critério do “número de artigos publicados em revistas científicas”. Aparentemente, trata-se de um indicador importante. Todavia, parece elementar que esse não deva ser o único indicador, aplicável a todas as disciplinas científicas de forma indiscriminada. Mas é isso que com grande frequência acontece. Trata-se de algo preocupante porque, em certas situações, esse pode inclusive não ser o melhor indicador. Os problemas se tornam mais graves quando a avaliação implica no comprometimento do desempenho das distintas disciplinas da ciência e no risco de redução do financiamento à pesquisa em áreas que não envolvem como premissa a urgência de divulgar seus

resultados de pesquisa em revistas internacionais, nem tampouco de oferecer tecnologia e inovação.

As recompensas estratificadas no âmbito da ciência distribuem-se principalmente como moeda do reconhecimento outorgado à pesquisa dos cientistas. Parece correto que, para o avanço da ciência, não basta conceber idéias frutíferas, elaborar novos experimentos, formular novos problemas ou estabelecer novos métodos. Os resultados das pesquisas devem ser efetivamente comunicados a outros. Isto porque, a contribuição científica é algo extremamente complexa, que envolve individualmente um sistema de reconhecimento e possível recompensa para o pesquisador, mas que fundamentalmente mede o impacto social do seu trabalho, no qual essa contribuição científica significa propiciar algo disponível para o fundo comum do conhecimento. Contudo, essa filosofia, embora complicada, é bastante insuficiente do ponto de vista das Ciências Humanas e Sociais. Em primeiro lugar, o local onde um trabalho é publicado não mede de forma correta o seu impacto na sociedade inclusiva, um dos objetivos destas disciplinas. Além disso, também existem enormes áreas aplicadas na Antropologia, Agricultura, Medicina, Informática e outras, nas quais é o interesse regional pelos resultados das pesquisas que determinam sua utilidade.

Léa Velho constatou que o processo de comunicação científica apresenta algumas particularidades nas diversas áreas do conhecimento. “Verificou-se, em diversos estudos na literatura, que alguns pesquisadores já levantaram algumas evidências empíricas com relação à escolha dos canais de comunicação, à forma de publicação, ao idioma e à localização geográfica das publicações para a veiculação dos resultados de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento. Nas Ciências Humanísticas, a tendência é que se publique os resultados de pesquisa em livros, pois geralmente necessita-se de apresentação textual extensa para dar conta da complexidade das análises feitas, publicando ainda mais dentro de seu próprio país e dentro de seu próprio idioma. Por outro lado, o conhecimento não está consolidado e a pressão para se publicar é menor, o elenco de canais disponíveis para publicação é igualmente menor e a massa crítica necessária ao reconhecimento do que foi publicado está ainda em formação.” (VELHO, 1997, p. 28-29).

As Ciências Nomotéticas têm por objetivo aprofundar o conhecimento da matéria e da vida, compreender o mundo, a fim de aplicar esse conhecimento ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. As Ciências Humanas e Sociais fomentam a análise crítica e objetivada da realidade, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades do homem, sendo por essa razão fundamentais para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

A correta afirmação de Enrique Leff reforça consideravelmente as diferenças reais entre os distintos campos científicos, ao dizer que “o que distingue as Ciências Sociais e Humanas das Ciências Naturais é que o objeto das primeiras está em constante transformação, enquanto a matéria física pode considerar-se invariável e a evolução orgânica se produz muito lentamente (...). As Ciências Sociais não podem ser Ciências Experimentais e Exatas em termos estritos. Não são experimentais porque a sociedade está em transformação constante e não é a mesma em dois momentos diferentes da experiência. O controle das condições de observação atenta contra a dinâmica social e as potencialidades do desenvolvimento humano. As Ciências Sociais não são exatas porque não podem determinar-se de antemão os efeitos da criatividade e da ação constante do homem na transformação de suas estruturas sociais.” (LEFF, 1976, p. 1340).

Diante das peculiaridades das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências Nomotéticas, os problemas da comunicação científica não se esgotam nas variadas formas de divulgação das pesquisas e de seus resultados, mas esbarram em outras dificuldades visíveis no campo das citações bibliográficas. Também nesse quesito, as Ciências Humanísticas e Nomotéticas agem e interagem de maneira distinta. Enquanto a comunicação científica em geral e, particularmente os artigos de periódicos nas Ciências Humanas e Sociais dispõem de uma vida mais longa, o mesmo não acontece com as citações bibliográficas das Ciências Nomotéticas que trabalham com a constante idéia da rápida obsolescência dessa comunicação. Para entender a análise de citações e referências, a partir da idade da citação, há que se recorrer a Derek de Solla Price com o fim de distinguir os modos de desenvolvimento nos diversos campos da ciência. Ele afirma que “ao consolidar dados e idéias em formulações teóricas, os campos mais altamente codificados tendem a apagar as versões originais das contribuições passadas, incorporando o essencial das anteriores às novas formulações. O esquema geral tem sido

confirmado em uma ampla variedade de disciplinas. Os periódicos de campos que identificamos intuitivamente como mais codificados – a Física, a Biofísica e a Química - apresentam uma proporção maior de referências a obras recentes, exibindo também uma maior imediação.” (PRICE, 1986, p. 469).

Outro fator da citação bibliográfica reside na co-citação. Nas Ciências Nomotéticas essa prática se consolidou logo após a Segunda Guerra Mundial, tendo os grupos de pesquisa se disseminado entre a ciência mundial. A prática da colaboração em pesquisas se explica e prevalece em igual medida dentro do sistema de estratificação da ciência, talvez e apropriadamente, em decorrência da problemática das descobertas múltiplas. Entretanto, nas Ciências Humanísticas a adoção da prática de equipes de pesquisas começou mais tardiamente de forma muito tímida, o que não quer dizer que a publicação de trabalhos de autores múltiplos tenha se tornado sistemática. Assim, ela é pouco justificável na prática cotidiana do pesquisador das Ciências Humanas e Sociais.

Nas Ciências Nomotéticas, o ensino exige não só uma didática explícita, mas também uma instrução tácita através de fenômenos observados. A relação entre mestre e aprendiz é essencial para a socialização da ciência, particularmente em laboratórios que condicionam a mútua interação entre mestres e discípulos. A aquisição do conhecimento nas Ciências Nomotéticas inclui não apenas o conhecimento escrito, verbal ou gráfico, mas requer destreza. Esse elemento tem sido tradicionalmente transmitido pelo orientador trabalhando lado a lado com o estudante sobre um tópico de pesquisa específico, conforme relata Derek de Solla Price. “Parece haver concordância geral em que é má qualquer separação entre as Ciências e as Humanidades. A separação deve desaparecer ou devemos considerar que não existe, entendendo que as Ciências são Humanidades ou que as Humanidades são Ciências. Nosso sistema educacional vem falhando por produzir graduados aos quais bem poderiam ser fornecidos certificados de ignorância – ou em Humanidades ou em Ciência. Nossos cientistas e humanistas vêm-se tornando ineficazes diante das exigências da civilização e do saber, por falta de conhecimento acerca das duas áreas.” (PRICE, 1976, p. 173).

Assim, as diferenças estruturais entre as Ciências Nomotéticas e as Ciências Humanísticas se refletem no fato de que o *status* do discípulo posterior à obtenção da

titulação de doutorado historicamente sempre foi muito mais difundida no primeiro caso, tendo sido mais eventual no caso das Ciências Humanas e Sociais.

Alguns dos atributos das disciplinas mais codificadas que facilitam a rápida aprendizagem do essencial encontram-se na rapidez da transferência do conhecimento. Os dados históricos e estatísticos parecem indicar que as transferências tendem a efetuar entre as disciplinas codificadas no mesmo grau, aproximadamente, enquanto que é menor o movimento para campos menos codificados. Verifica-se que há pouco intercâmbio entre os campos extremos de codificação: entre a Física e, por exemplo, a Botânica ou a Zoologia. O esquema geral de tais transferências tem sido vinculado por Ben-David⁵ como “hibridação de papéis”: a aplicação de meios próprios do “papel A” para tratar de alcançar os objetivos do “papel B”. “As disciplinas científicas diferem em grau de sua compleição teórica e sua precisão metodológica. Os fenômenos mais similares à hibridação de papéis seriam as trocas de uma disciplina teórica e metodologicamente mais avançada a outra menos avançada. Devem distinguir-se essas trocas das que se produzem entre duas disciplinas do mesmo nível e dos que passam das disciplinas menos avançadas para outras mais avançadas.” (BEN-DAVID apud MERTON, p. 646).

Um outro aspecto a ser abordado diz respeito às questões como rejeição de artigos científicos, que variam enormemente entre as diferentes áreas do conhecimento. Robert Merton apontava, em casos extremos, que o índice médio de rejeição na Física, por exemplo, era de 24% e nas Ciências Humanas e Sociais o índice de rejeição era de 58% para cada cem artigos. Todavia, esses índices oscilam conforme se publicam artigos que tratam sobre todos os aspectos humanísticos, pedagógicos, históricos e sociais da Física, que vão decrescendo à medida que se publicam artigos de novas pesquisas em Física. Em resumo, diverge do índice relativamente baixo, característica da Física, e se aproxima do índice substancialmente superior que é peculiar às Ciências Humanas e Sociais. Aliás, as diferenças entre campos e dentro de cada campo, podem ser descritas mediante a mesma regra prática: quanto mais se orientam os periódicos no sentido humanístico, tanto maior

⁵ BEN-DAVID, Joseph aborda esse tema em seu artigo “Roles and innovations in medicine.” *American Journal of Sociology*, n. 65, 1960.

é o índice de rejeição dos manuscritos apresentados para sua publicação, enquanto que, quanto mais experimental e observável é a orientação, tanto menor é o índice de rejeição.

Ainda Robert Merton esclarece que “os números mostram uma acentuada e determinada variação. Os periódicos de Humanidades têm os mais elevados índices de rejeição. Os seguem as Ciências Sociais e de conduta e, logo os de Matemática e Estatística. As Ciências Físicas, Químicas e Biológicas têm os índices mais baixos, que representam apenas um terço da rejeição encontrada nos índices das Humanidades.” (MERTON, 1977, p. 592).

Essas variações de comportamento institucional dos periódicos podem refletir, em parte, diferenças quanto ao grau acordado sobre os padrões do saber nas diversas disciplinas. Parece que os periódicos com elevados índices de rejeição recebem uma maior proporção de manuscritos que não se enquadram em pesquisas fronteiriças, o que sugere que tais áreas não estão muito institucionalizadas. Ademais, o alto índice de rejeição só parcialmente pode ser atribuído às diferenças de grau consensual sobre os padrões de valor científico. Também, Robert Merton já observava que existem diferenças objetivas na quantidade de espaço disponível para as publicações das distintas áreas científicas. É histórica a discussão da escassez de páginas disponíveis para a publicação de um artigo. Do ponto de vista das Ciências Nomotéticas dois fatores são fundamentais. Seus artigos costumam ser breves, o que reduz consideravelmente o custo de sua publicação. Também, o aumento de espaço disponível nos periódicos tem superado o crescimento do número de cientistas. A revista *The Physical Review* aumentou 4,6 vezes em quinze anos. Entre 1950 e 1965, saltou de 3.920 páginas para 17.060, enquanto o número de membros cresceu somente 2,4 vezes. Já, o número de páginas disponíveis na publicação da *American Sociological Association* permaneceram praticamente estáveis no mesmo período analisado, enquanto o número de membros aumentou 2,5 vezes. Neste estudo, Robert Merton ainda menciona que a média de rejeição de artigos na publicação da *American Sociological Association* é de 47,5%, percentual considerado baixo perante muitas outras disciplinas das Ciências Sociais. Porém, o periódico *American Anthropologist* dedicado principalmente à Antropologia Social e Cultural se aproxima dos elevados índices de rejeição das outras disciplinas das Ciências Sociais, com um percentual de 65%.

Em suma, os modelos “importados” das Ciências Nomotéticas, ao interpenetrar o campo das Ciências Humanas e Sociais têm se convertido muito mais em um instrumento de dominação, do que em conceitos adequados para entender o “fazer” dos diferentes campos da ciência. Em contrapartida, a ciência, em seus diferentes campos de pesquisa, sempre produz conhecimento, muito embora operando de maneira distinta. Se essa afirmação for correta, o “fazer” científico apresenta distinto *modus operandi* e, portanto, os resultados de pesquisa podem se apresentar diferentemente, o que passa a exigir que a avaliação da produção científica encontre mecanismos próprios, mas distintos, na interpretação do avanço das disciplinas que compõem o universo científico. Ora, se as Ciências Humanas e Sociais diante de suas próprias peculiaridades não conseguem implementar os primeiros mandamentos estabelecidos pelo ISI, a tendência é que o fosso atual adquira um caráter intransponível, uma vez que o “fazer” científico das Ciências Nomotéticas vêm incorporando novas práticas e a nova era eletrônica só faz ampliar as distâncias, pelo menos no atual período de transição.

1.3. AS DIFICULDADES DE CONSTRUÇÃO DE UM MODELO BRASILEIRO

A ciência é um mundo vasto, complexo e heterogêneo, com desníveis e contradições. Como conseqüência disto, o *modus operandi* de cada disciplina, bem como a divulgação científica de seus resultados de pesquisa, apresentam distintas formas de contribuição ao fundo de conhecimento da ciência. Nela convivem as atividades dos países centrais e dos países periféricos, áreas mais consolidadas e linhas criativas e inovadoras, ao lado de outras mais estagnadas e repetitivas. A interdisciplinaridade tem sido um caminho possível e fértil ao lado da criação de novas disciplinas. De um modo geral, o excesso de especialização tende a constituir blocos fechados e paroquiais.

De qualquer modo, o País convive com os vários tipos de tensões ocorridas entre os países centrais e os países periféricos; entre a produção internacional e a produção local; entre a hegemonia da língua inglesa e as outras línguas; entre as especificidades das Ciências Humanas e Sociais e as Nomotéticas e, finalmente entre a eleição dos artigos científicos em detrimento de outras modalidades de divulgação da ciência.

No Brasil, a exemplo do que ocorre na ciência mundial, a produção bibliográfica tem sido vista como um das partes mais visíveis da atividade científica. A avaliação dessa atividade tem servido para aprimorar a pluralidade dos cursos de pós-graduação dentro de sua curta existência de pouco menos de meio século. As inferências delas derivadas repercutem na distribuição dos recursos financeiros, e algumas metodologias têm sido adotadas para explicitar o estado de arte da ciência brasileira e seu “fazer” científico. A avaliação feita nestes moldes é usada como instrumento para tomada de decisões e como justificativa racional e objetiva na administração de recursos destinados à pesquisa. Contudo, os fatores determinantes da diversidade no funcionamento do processo de comunicação científica exigiriam o estudo de alternativas para o estabelecimento de sistemas de avaliação científica que levem em conta essas particularidades.

Isto constitui um trabalho bastante árduo em países periféricos. Nesses países, como é o caso do Brasil, a teia social de atores envolvidos com a ciência é rarefeita e incompleta, uma vez que as atividades de pesquisa estão descoladas dos seus objetivos nacionais, quais sejam de progresso social, de prestígio, de defesa do setor produtivo e de outros requisitos, revelando a fragilidade do grau de relevância da temática das pesquisas desenvolvidas no País. Fica evidente que a ciência e seus possíveis impactos advindos dos resultados de pesquisa não têm o mesmo trânsito dos países avançados, cabendo à maioria dos países periféricos copiar as soluções geradas nos países centrais ou improvisar soluções pragmáticas, sem se debruçar em um esforço de investigação que contemple também as necessidades locais. Conseqüentemente, a comunidade científica brasileira, mesmo que quisesse fazê-lo, não teria elementos suficientes e essenciais para pautar essa agenda.

Para estabelecer uma política de Ciência, Tecnologia e Inovação é essencial que o poder político tenha uma consciência clara das necessidades e objetivos nacionais, estabelecendo desta maneira uma concreta distinção sobre as instituições de pesquisa. Essa falta de objetivos e de valores próprios tem levado à adoção dos padrões internacionais da ciência. Por outro lado, os cientistas dos países periféricos têm laços estreitos com a comunidade científica internacional, particularmente dos países centrais, o que torna compreensível a adoção dos critérios de medidas de avaliação da produção científica e transplante dos padrões de qualidade de seus pares no exterior. A adoção

dessa prática emula e, talvez, em máxima medida rivaliza com um padrão de pesquisa constituído pelos cientistas dos países centrais. A importação desse critério de relevância exógeno, embutido no critério de qualidade emite sinais contraditórios à comunidade científica brasileira, porque afinal a qualidade é garantida por cada sociedade, por intermédio do campo social historicamente construído. Esse quadro se revela extremamente oneroso para a avaliação da ciência brasileira. Contudo, como ainda parece ser consensual na comunidade de pesquisa que a ciência é universal e é orientada por um critério de qualidade neutro, essa perspectiva tem garantido, paradoxalmente certa qualidade das pesquisas desenvolvidas nos países periféricos. Mas, apenas relevantes para os países centrais.⁶

Sob esse aspecto, são vários os níveis de relações com a comunidade científica internacional. Em primeiro lugar, há o caso dos profissionais brasileiros que, em algum momento, tiveram parte de sua formação no exterior. Além disso, há um intercâmbio permanente com cientistas de outros países: pesquisadores estrangeiros que vêm ao Brasil para fazer trabalhos de campo e concluir suas pesquisas, além de eventualmente ensinar e participar de discussões. E há também, por outro lado, uma crescente demanda e interesse pela ida de cientistas brasileiros para o exterior - não só para participar de congressos internacionais, como a convite de universidades e instituições estrangeiras para exporem e falarem de suas pesquisas e de sua produção. Essas iniciativas não se limitam aos países centrais, mas também abrangem outros países periféricos, particularmente da América Latina. Atualmente, parece que estão mais abertas do que nunca as possibilidades de se estabelecerem intercâmbios bilaterais, com vários países, com diferentes sociedades. No caso do Brasil, existe, inclusive, uma demanda internacional de estudantes de outros países pelos nossos cursos de pós-graduação, sendo que alguns deles voltam para seus países e levam o que aqui aprenderam e outros acabam ficando e tendo uma participação importante em seu campo de atuação. Também, proliferam acordos e relações com

⁶ A observação desse fenômeno conta com as contribuições do Prof. Amílcar Oscar Herrera. HERRERA, Amílcar O. *Ciência y política em América Latina*. México: Siglo XXI, 1971 ou [10ª ed. 1987]. Também, HERRERA, Amílcar O. "La ciencia en el desarrollo de América Latina". *Comercio Exterior*, vol. 19, nº 9, set. 1969, p. 704-712. [Reproduzido no vol. 30, nº 12 da mesma revista, p. 1432-1441, dez. 1980]; Traduzido para o português em uma coletânea: HERRERA, Amílcar O. "A ciência no desenvolvimento da América Latina". IN: TABAK, Fanny, org. *Dependência tecnológica e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. p. 112-141.

universidades de fora do País, por meio de diferentes programas, o que parece revelar como a ciência brasileira está longe de estar isolada e, muito pelo contrário, procurando relações mais igualitárias no mundo todo.

Por outro lado, o Brasil tem poucas revistas indexadas pelo ISI - aproximadamente três dezenas de títulos estão incluídos nos índices referenciais. Portanto, a análise do crescimento científico do País a partir da inclusão de periódicos brasileiros nesse banco de dados, não condiz com a produção nacional. Para reforçar esta idéia, Maria das Graças Targino & Joana Garcia revelam que existe um baixo grau de inserção de novos títulos nacionais nas bases de dados do ISI. “A incorporação anual de títulos brasileiros não atinge a um título por ano.” (TARGINO & GARCIA, 2000, p. 106).

Esses dados confirmam que, se existe visibilidade da produção científica brasileira, esta só acontece graças aos esforços dos pesquisadores brasileiros em enviarem seus trabalhos para as revistas internacionais indexadas pelo ISI. Nessa perspectiva, o Brasil conta com aproximadamente 60 mil pesquisadores, responsáveis pela produção de 1,55% da produção mundial. David King, em recente artigo na revista *Nature*, analisou 31 países, incluindo o Brasil, que respondem por cerca de 98% dos artigos mais citados, nos últimos dez anos. Na análise, o Brasil, único representante da América Latina considerado nesse estudo, aparece em 24º lugar no ranking dos artigos mais citados. (KING, 2004, p. 267).

A partir desses fatos pode-se fazer alguns questionamentos relativos às bases de dados do ISI, que não atendem as necessidades brasileiras, pois o número de publicações nacionais indexadas, não só é insignificante se comparado ao número de revistas listadas no *Web of Science*, mas particularmente com a quantidade de títulos existentes no País. É justamente nesses títulos que estão sendo publicadas a maior parte dos artigos dos pesquisadores brasileiros das Ciências Humanas e Sociais. Esse problema deve ser levado em consideração porque falta divulgação da produção nacional, em periódicos reconhecidos e indexados em bases de dados internacionais que compromete a visibilidade da ciência desenvolvida no Brasil. Meneghini lembra que “o problema está no fato de que a nossa ciência pode ser representada por um iceberg que tem uma parte

visível acima da água, que estaria representando a produção científica brasileira nas bases de dados internacionais.” (MENEZHINI, 1998, p. 219).

De certa forma, as considerações de falta de visibilidade internacional da produção científica nacional só não são mais graves, porque escondem a própria visibilidade dessa produção em âmbito local, apesar de nossas publicações, em sua grande maioria, serem de ótima qualidade. Como ainda pondera Meneghini “essa parte majoritária da produção científica nacional não está imersa necessariamente por falta de qualidade.” (MENEZHINI, 1998, p. 220).

É lamentável que a comunicação científica nacional se defronte com a falta de visibilidade dentro do próprio País. Limitações como as sérias dificuldades de publicação oriundas da falta de recurso financeiro, de tiragens limitadas, da regionalização das publicações, entre outras, se combatidas e superadas, proporcionariam um extraordinário aumento de sua acessibilidade no Brasil e, talvez de sua exposição internacional. Contudo, para assegurar esse amplo acesso e conseqüente visibilidade, esforços locais são essenciais. Providencialmente, o estabelecimento de parcerias entre os órgãos de fomento à pesquisa e a comunidade científica tem permitido algumas iniciativas que já começam a produzir resultados e oferecem aportes viáveis, de uma resposta articulada, na construção da ciência feita no Brasil. A disponibilização na *internet* de índices onomásticos dos pesquisadores brasileiros (*CV-Lattes* - CNPq), referenciais com citações bibliográficas (*Lista Qualis* - CAPES, *Banco de Teses Brasileiras* - CAPES) e de texto completo de artigos de revistas, teses, livros e outros (*Portal de Periódicos* - CAPES, *SciELO* - FAPESP e *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações* - IBICT), facilitam a articulação dos diferentes agentes envolvidos no movimento científico brasileiro. Aliás, desse debate tem participado todos os atores, alimentados por velhas e novas demandas. Num ambiente dominado pelas iniciativas do próprio setor - a instituição ciência -, os avanços têm sido modelados pelas ações de diferentes interesses, destacando-se, por um lado, as forças e propostas ligadas à academia, e pelo outro lado, os administradores políticos que lutam por soluções que integrem as atividades de C,T&I e melhorem os índices da ciência brasileira. Essas duas funções manifestas permitem debater ativamente os temas científicos.

Como exemplo, pode-se mencionar o *CV-Lattes* que, num primeiro momento serviu para relacionar um grupo de pesquisadores, descrever suas atividades e divulgar seus resultados de pesquisa - resultados esses que só passam a existir após sua publicação nos canais formais de comunicação científica e aceita pelos pares. Num segundo momento, o *CV-Lattes* permite levantar a produção científica dos pesquisadores em suas áreas de atuação, de suas publicações e dos periódicos em que divulgam seus trabalhos, e também dos resultados dos investimentos feitos em ciência, nas distintas disciplinas, nas instituições, em uma região, país ou continente. Essas avaliações podem ser simples, cruzadas ou temporais. Entretanto, permanece em aberto no *CV-Lattes*, a maior consistência de dados para a contagem de registros nesse quesito e de outras categorias, tão essenciais a alguns campos científicos.

A *Lista Qualis* foi criada pela CAPES, para atender as necessidades específicas de avaliação da pós-graduação no que se refere à produção bibliográfica, em sua grande maioria de maior interesse para as áreas que publicam suas comunicações científicas em periódicos. Esta base, segundo a CAPES baseia-se em informações obtidas através do *Coleta*, o seu sistema de coleta de dados nos Programas de Pós-Graduação do País. Trata-se de uma lista qualificada de veículos de divulgação usados pelos professores e alunos dos cursos de pós-graduação. Os periódicos usados para divulgação são enquadrados em categorias indicativas de qualidade – A, alta, B, média, e, C, baixa – e do âmbito de circulação dos mesmos – local, nacional e internacional. As combinações dessas categorias compõem nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado e, por inferência, do próprio trabalho divulgado: circulação local de alta, média ou baixa qualidade; circulação nacional de alta, média ou baixa qualidade e circulação internacional de alta, média ou baixa qualidade. Essa classificação foi criada especificamente para o processo de avaliação da pós-graduação e não para definir a qualidade de periódicos de forma absoluta. A classificação é coordenada pelo representante de cada área e passa por um processo de atualização anual. Esse Sistema tem recebido algumas críticas por adotar critérios de qualificação ainda pouco consensuais e confiáveis. Um mesmo periódico pode receber diferentes classificações quando analisado em diferentes áreas do conhecimento. Assim, o critério torna-se vulnerável a críticas por ser carregado de subjetividade. A classificação dos periódicos

em A e internacional são obtidas, em grande parte pelos comitês de avaliação de áreas, considerando o fator de impacto medido através do *Journal of Citation Reports (JCR)*. Por estas razões os periódicos das Ciências Humanas e Sociais dificilmente integrarão o universo das revistas internacionais, conforme a proposta e descrição feita pela CAPES, porque são raros os títulos brasileiros indexados pelo ISI. Por outro lado, outros veículos de divulgação científica começam a merecer maior atenção da comunidade científica brasileira. Algumas Comissões de Áreas da CAPES estão incluindo na base de dados da *Lista Qualis* a qualificação de eventos científicos, além das publicações periódicas. Da área de Ciências Humanas pode-se destacar a Comissão de Antropologia que iniciou os trabalhos de qualificação de seus eventos.

O *Banco de Teses* da CAPES - MEC e a *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações* do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - MCT, visam disponibilizar os trabalhos produzidos nos Programas de Pós-Graduação do País. O primeiro (*Banco de Teses*) atualmente integra o *Portal de Periódicos* e aparentemente os trabalhos de organização das teses e dissertações, entre CAPES e IBICT se superpõem. O segundo, desenvolvido pelo IBICT, foi criado para proporcionar a implantação de bibliotecas digitais nas universidades brasileiras, integrando-as às *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)* e a *Networked Digital Library of Theses and Dissertation (NDTLTD)*, da Virginia Tech University. O *Portal de Periódicos* da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de mais 8.500 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras e a 80 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. O acesso à produção científica mundial atualizada é oferecida pela Agência a 130 instituições de ensino superior e de pesquisa em todo o País. O acesso é efetuado a partir de qualquer terminal ligado à *internet* para todos os usuários das instituições participantes, isto é de qualquer terminal ligado à rede de computadores localizado nas instituições ou por elas autorizado, com acesso livre e gratuito.

O Projeto *SciELO* (Scientific Eletronic Library Online) é uma biblioteca virtual que disponibiliza hoje, aproximadamente duzentos periódicos científicos brasileiros relacionados a sete áreas: Ciências Agrícolas, Ciências Biológicas, Química, Engenharia, Geociências, Ciências da Saúde e Ciências Humanas. Desenvolvido a partir de um

projeto executado em parceria pela FAPESP e a BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) e, posteriormente com o apoio do CNPq, ampliou-se para atender a uma política que visa aumentar radicalmente, as áreas de abrangência, a visibilidade e a credibilidade nacional e internacional das publicações científicas brasileiras. Também, incluir outros países da América Latina e do Caribe. Atualmente, o *SciELO* já foi estendido para as revistas do Chile, Cuba e Espanha. Outros países ibero-americanos estão se organizando para brevemente aderir. Em 2004, um encontro foi realizado no México para discutir e aprofundar as formas de relacionamento, para ingresso no projeto. A proposta tem sido oferecer amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico e aos textos completos dos artigos. Em termos cronológicos, a coleção de cada título individual começa em 1997 para revistas em circulação, ou a partir do primeiro número para revistas criadas após 1997. As línguas oficiais para a redação dos artigos são inglês, português ou espanhol. Quanto ao suporte material, os periódicos da coleção não deverão, necessariamente, ser publicados na forma impressa. É preciso esclarecer que no Brasil, as melhores revistas científicas têm sido publicadas sem nenhum intuito comercial, em razão do baixo consumo dessa produção extremamente especializada. E o modelo se reproduz no *SciELO*. As três agências de fomento à pesquisa – FAPESP, BIREME e CNPq arcam com as despesas de manutenção e melhorias. Porém, de acordo com os coordenadores do projeto, não está descartada a hipótese de se utilizar, pelo menos parcialmente, o modelo de pagamento dos custos de publicação pelos autores, medida essa que se adotada será altamente prejudicial às Ciências Humanas e Sociais. Por outro lado, o *SciELO* recebe cerca de um milhão de visitas mensalmente, e simultaneamente o aumento crescente do número de citações recebidas têm refletido no aumento do fator de impacto registrado pelo ISI, dos periódicos relacionados nesta base, de acordo com as avaliações de seus idealizadores.

Enfim, se esse projeto deve servir para motivar os editores de periódicos brasileiros a buscar aprimoramento no processo de execução de suas publicações, o *SciELO* precisa expandir a sua representatividade de periódicos brasileiros para não cometer os equívocos das bases ISI. É sabido que as revistas brasileiras, fundamentalmente, padecem de dificuldades financeiras para manter sua periodicidade,

situação que interfere diretamente no fator de impacto. Entretanto, pesquisas de qualidade, cientistas do mais alto nível e com condições de organizar revistas de qualidade são o ponto alto da ciência brasileira, senão os Programas de Pós-Graduação nacionais não seriam tão valorizados no cenário científico internacional. Enfim, o *SciELO* surge como uma boa proposta, mas que tem muito a crescer para atender as demandas reprimidas de divulgação e visibilidade da produção científica nacional.

No Brasil, os comitês que avaliam os Programas de Pós-Graduação têm considerado, entre outros requisitos, a produção científica de seus pesquisadores. Essas avaliações consideram, em geral, a análise dos currículos do sistema *CV-Lattes*, cuja estruturação aponta para um certo constrangimento na descrição das atividades de pesquisa dos antropólogos. Também, o uso das publicações do Thomson *ISI* e do *SciELO*, para a produção da *Lista Qualis* acabam, em máxima medida, por interferir negativamente na avaliação final da Antropologia desenvolvida no País. Contudo, essas ações têm um efeito sinérgico na qualidade da ciência brasileira. Na verdade, a grande dificuldade que existe no Brasil para se estabelecer estratégias de política científica é exatamente a falta de bases de dados que permitam perceber, com mais rigor e intensidade, o movimento da ciência brasileira. Portanto, essas iniciativas são extremamente importantes e, talvez prenunciem outras ações que possam ser implementadas no futuro. De qualquer modo, este conjunto de bases, talvez comecem a sinalizar um novo ponto de equilíbrio dinâmico entre ciência nacional, produtividade científica de nossos pesquisadores e utilidade endógena da ciência brasileira.

1.4. OS MEANDROS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

A produção científica em Antropologia sempre preferiu os livros e suas variantes para apresentar os seus resultados de pesquisa. Os artigos científicos encaixam-se entre uma série de outras maneiras de divulgação do conhecimento acumulado na área. Por outro lado, a forma como as revistas apresentam a informação evoluiu gradualmente durante os três últimos séculos em resposta tanto às transformações tecnológicas quanto às exigências cambiantes da comunidade científica. As revistas atuais trazem embutidas

nelas reflexos dessas pressões que, em muitas ocasiões podem não ser convenientes às especificidades da Antropologia.

“Tem sido constantemente observado que alguns tipos de publicações predominam sobre outras, segundo o tipo de disciplina. Assim, nas Ciências Exatas e Naturais os resultados de investigação são expostos através de artigos nas diferentes revistas científicas, enquanto que nas Ciências Humanas e Sociais tais resultados são publicados de maneira relativamente mais freqüente na forma de livros. Isso se deve, fundamentalmente a que: a) as Ciências Exatas e Naturais, por seus próprios esquemas conceituais requerem um tipo de comunicação bastante dinâmico e conciso, através do qual os autores podem estar em estreita comunicação e podem, assim constatar e avaliar seus próprios avanços no campo científico; b) a linguagem própria dessas ciências permite a elaboração de textos cifrados e, por isso mais breves, nos quais a linguagem natural não cifrada não só intervém escassamente, como pode nem ser usada em certas ocasiões.” (VELHO, 1997, p. 21).

Nas Ciências Nomotéticas os artigos de uma revista estão organizados segundo o mesmo padrão básico. Em primeiro lugar vem o título e quase sempre sub-título de seção, seguido pelo nome de um ou mais autores e seus endereços. Hoje, é raro um único autor. Também, costuma constar data de recebimento do artigo para esclarecer quem primeiro analisou determinado tema, garantindo a eventual originalidade. Do mesmo modo, a ocorrência de artigos reapresentados (data de versão corrigida) reflete a importância que a comunidade científica atribui ao controle de qualidade e a garantia de um provável ineditismo da pesquisa concluída. Em seguida vem um resumo. O corpo principal do texto vem depois, apresentando-se como um modelo padrão - introdução, metodologia, resultados do experimento e conclusão. O artigo termina com uma lista de referências de outras publicações citadas no texto.

Os editores das revistas de Ciências Humanas e Sociais tendem a encarar de modo distinto. Os resumos anteriormente não apareciam como parte integrante do artigo, mas como condensações (resenhas) publicadas em outras revistas. Quase todos os artigos hoje trazem resumos, entretanto não são obrigatórios nas Ciências Humanas e Sociais. Também, os artigos de alguns campos destas áreas costumam possuir títulos com muito menos conteúdo informativo do que é comum na maioria dos campos da ciência. Ainda

hoje, muitas das referências a trabalhos alheios são feitas no texto principal, em geral de uma forma bibliograficamente desestruturada, costumando ainda incluir comentários nas referências, não necessariamente como notas de rodapé, mas ao final do texto. Os artigos de periódicos são, em sua grande maioria assinados por um único autor. E a condensação de seus textos se transforma em uma tarefa complexa para cumprir o limite de páginas impostos pelos conselhos editoriais de uma grande maioria dos periódicos.

Do ponto de vista da universidade, em seu período anterior à reforma de 1968, as Ciências Nomotéticas, assim como os demais campos científicos, tinham o trabalho dos docentes-pesquisadores organizados em função de sua submissão ao catedrático, o que criava um líder natural, em torno do qual os discípulos se uniam para efetuar estudos científicos para problemas comuns. Com a organização departamental, desapareceram os grupos estruturados e as iniciativas se pulverizaram. Para combater esse fenômeno, a CAPES tentou, através de uma exigência burocrática, organizar as investigações científicas em linhas de pesquisas. Essa forma de trabalho sempre foi mais frouxa no campo das Ciências Humanas e Sociais.

No tocante ao financiamento, a orientação desarticulada anterior de liberação de recursos através do MEC, CNPq, CAPES, Finep, Fundação Ford e outros, caminha para uma harmônica organização entre os órgãos de financiamento federais e estaduais e, mesmo a Fundação Ford que ainda oferece recursos de forma indireta. Essa convergência de interesses, na liberação de recursos financeiros, padroniza, cada vez mais, as ações nas políticas públicas de C,T&I. Mais importante, impõe regras muito similares de liberação de recursos financeiros para disciplinas distintas.

Em linhas mais gerais, Cláudio de Moura Castro conclui que “cada área tem suas particularidades. As áreas duras publicam muito no exterior e dão preferência a trabalhos curtos. No outro extremo, estão as áreas sociais, publicando para um leitor brasileiro e dando relativamente mais preferência a trabalhos longos.” (CASTRO, 1985b, p. 174).

No âmbito da comparação geral do avanço e qualidade das Ciências Sociais feita no Brasil com a de outros países, tudo indica que o País tem maior institucionalização da Pós-Graduação, e talvez até melhor produção do que os demais países da América Latina. Quanto à Europa, a situação é mais heterogênea, destacando-se a França, a Inglaterra e a Alemanha. Mas há o caso dos Estados Unidos que tende até a criar um forte efeito de

gravitação e a incorporar de um jeito ou de outro o que aparece de melhor na Europa. Entretanto, é preciso lembrar que esse olhar de relacionamento de qualquer campo do conhecimento brasileiro, visto a partir da visibilidade e do prestígio dos programas de Pós-Graduação no Brasil comungam desses princípios, tão fundamentais ao desempenho da área. Contudo, isso não significa que as transações de divulgação da produtividade científica estejam garantidas.

Por outro lado, embora existam muitos esforços de interação e de integração, o Brasil tem uma certa vocação isolacionista em relação à América Latina, até certo ponto compreensível. É um pouco fruto da dimensão continental do País, de uma produção muito fechada em si mesma e da dificuldade lingüística, apesar da grande proximidade com a língua espanhola. Ao mesmo tempo, o Brasil assumiu um papel relevante na região quando implantou seu sistema de Pós-Graduação nas universidades brasileiras a partir dos anos de 1970. Os demais países da América Latina começaram a introduzir mais tardiamente seus cursos formais de Mestrado e Doutorado e, em muitos casos, isso nem sequer aconteceu. Dessa maneira, o Brasil tem tido uma contribuição importante na formação de pesquisadores latino-americanos que retornam a seus países de origem. Nas atividades de pesquisa têm havido menos parceria, com dificuldades recíprocas no que diz respeito aos recursos financeiros, comunicação e outros. É muito difícil encontrar uma pesquisa comparativa sistemática envolvendo pesquisadores do continente. Entretanto, vários autores, como Fábio W. Reis, Federico Neiburg e outros relatam o alto índice de alunos estrangeiros que têm integrado os Programas de Pós-Graduação em Antropologia do Brasil, o que não deixa de ser vital para a via da relação internacional.

De qualquer modo, não há dúvida de que, grosso modo, essa modalidade científica (como as demais) fica longe do que se faz de melhor no plano internacional. Mas a questão da qualidade comparativa articula-se com certos aspectos de uma questão diferente, a da inserção internacional da Antropologia brasileira, na qual podem estar algumas das razões dessas eventuais deficiências. Essa inserção tem-se dado de acordo com um padrão de colaboração internacional estratificada e hierarquizada, na qual as expectativas de parte a parte são as de que o Brasil seja fornecedor de “matéria-prima” para as elaborações teóricas de grande alcance a serem feitas pelos cientistas dos países centrais.

Um dos aspectos presentes desse fenômeno pode ser uma atitude ritualística perante a teoria entre os pesquisadores brasileiros, pela qual ela tende a ser vista como algo “etéreo” e impropriamente “abstrato” e, de qualquer forma, como responsabilidade e prerrogativa de cientistas europeus e norte-americanos. Assim, o trabalho teórico deixaria de ter ligação com os problemas reais enfrentados no trabalho de pesquisa e suas exigências metodológicas. A consequência inevitável disso é uma postura de público consumidor, cujo critério crucial é o de que o trabalho esteja diretamente referido à realidade, que é antes de mais nada a realidade brasileira. Nessa ótica, “boa” ciência é aquela que aborda os temas “quentes” do momento, que se dirige a problemas empíricos e práticos prementes, os quais vêm a ser problemas socialmente relevantes para a sociedade brasileira. Assim, um antropólogo tem boas chances de ter trabalhos seus aceitos para publicação em revistas estrangeiras que tratam sobre a América Latina, publicações nas quais supostamente se trata por definição, de problemas “concretos” da região latino-americana, mas certamente vai encontrar maiores dificuldades se tentar publicar nas revistas norte-americanas ou européias. Em todo caso, as articulações entre as diversas facetas da questão geral nas quais se criam nichos ou redes especiais de interações e comunicações internacionais paritárias servem de proteção contra a competição mais dura em que se acham envolvidos os praticantes da ciência no Brasil.

Assim, as principais influências das relações brasileiras com o exterior acontecem em razão do grande número de pesquisadores brasileiros que foram, por muito tempo, treinados nos Estados Unidos ou até como reflexo da criação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil ser calcado no modelo norte-americano. E, na sua origem, ter sido particularmente marcada pela experiência de pessoas oriundas dos Estados Unidos. Contudo, esse quadro não invalida as relações internacionais da Antropologia brasileira com outros países, particularmente França e Inglaterra.

Outro aspecto é a maneira de conceber as relações entre as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências Exatas ou Naturais, sustentando que o método científico é inequivocamente aplicável ao campo dos fenômenos humanos e sociais. Portanto, essas idéias se opõem à esfera de uma contraposição irremediável entre duas culturas, uma humanística e outra nomotética, e se coloca a favor da suposição de afinidade entre as Ciências Nomotéticas e as Ciências Humanas e Sociais, no tocante aos problemas básicos

do método - entendendo a expressão relativa aos fundamentos lógicos da aceitação ou rejeição de hipóteses ou teorias. A contraposição entre as duas culturas tem certa correspondência com as diferenças entre as disciplinas no próprio campo das Ciências Humanas e Sociais. Enquanto algumas disciplinas como a Sociologia e a Política ficam muito mais próximas do padrão nomotético, a Antropologia, a Psicanálise, a História e outras, em geral, estão mais próximas do padrão humanista e ideográfico de trabalho, cuja ênfase recai no entendimento do contexto nacional, na preocupação em manter a língua local (considerada um dos principais atributos de definição da nação), no esforço descritivo das pesquisas, na valorização da dimensão temporal ou histórica dos fenômenos e de suas conseqüentes buscas pelas peculiaridades e padrões de alteridade.

Para explicar esses fenômenos contamos com as afirmativas de Elisa Reis, Fábio Reis e Federico Neiburg.

“Creio que o problema crucial é o da apropriada institucionalização das Ciências Sociais (...). Não chegamos a realizar direito essa institucionalização, no sentido de que não criamos fóruns reais de comunicação, de crítica recíproca, de debate conseqüente, de filtro e seleção. Não estabelecemos mecanismos orientados de maneira mais efetiva para aperfeiçoar ou melhorar a qualidade de nossa produção científica”. (REIS et al., 1997, p.25).

“O “jogo duplo” entre os planos nacional e internacional evidencia outra qualidade dos antropólogos e cientistas sociais brasileiros: a transformação da limitação representada pelo uso de uma língua periférica na virtude do multilingüismo. Todo estudante de doutorado no País deve ler ao menos quatro línguas: português, inglês, espanhol e francês. Para espanto dos vizinhos latino-americanos (e não apenas deles), as prateleiras das bibliotecas de Ciências Sociais no Brasil estão tomadas por títulos em diversas línguas”. (NEIBURG, 2002, p. 5).

A realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são inseparáveis. O caminho natural revela a descrição desses resultados e a submissão à publicação. Entretanto, muitos incidentes de percurso tornam o ato de comunicar extremamente árido e pedregoso para o antropólogo brasileiro. Quanto aos outros veículos de divulgação da produção científica em Antropologia, os eventos, entre outras modalidades de divulgação da produção científica, são um dos foros mais importantes porque permitem a interação

direta entre os pesquisadores de uma mesma área, travando discussões *in loco*, bem como a oportunidade de incorporar sugestões e idéias para aprimoramento. Certo? Não, errado. No Brasil criou-se o mito de que não se pode desperdiçar artigos de pesquisa em revistas não indexadas internacionalmente pelos grandes institutos de indexação. Segundo a perspectiva das Ciências Nomotéticas e de seus integrantes, como é o caso de Leonardo Goldstein Jr. “ninguém “desperdiça” atualmente um bom trabalho nos anais de um congresso, quando pode publicá-lo numa revista.” (GOLDSTEIN JR., 1999, p. 8).

É Federico Neiburg quem, em excelente artigo publicado na revista *Mana*, detecta alguns dos principais problemas que interferem na condução do planejamento da publicação e da divulgação da comunicação científica produzida pelos antropólogos do País, relacionados abaixo:

- *Competição entre Mercado Local e Internacional de Publicações*

Uma dificuldade sutil emerge da participação dos antropólogos nos circuitos internacionais. *Mana* compete por artigos de autores brasileiros não apenas com revistas publicadas no País, mas também com periódicos editados fora do Brasil, em inglês ou francês - como mostra a crescente frequência de autores brasileiros em revistas internacionais de primeira linha publicadas na Europa ou nos Estados Unidos.

A divulgação da produção do conhecimento científico esbarra em novos impasses. Utilizando a divisão proposta por F. Neiburg entre “línguas fortes e fracas” e, ao procurar publicar em revistas brasileiras, o pesquisador não comete um rompimento de ineditismo de seu artigo, quando a publicação acontece em revistas que editam em “língua fraca”, mesmo quando essa revista cumpre todos os requisitos da ciência internacional. Sua observação é enfática. “Por outro lado, deve-se considerar que geralmente a publicação de um artigo em português não inviabiliza sua posterior publicação em uma “língua forte”, já que o português é considerado demasiadamente local para romper o ineditismo de um texto no plano global”. (NEIBURG, 2002, p. 3).

- *Regionalismo das Publicações*

Segundo orientação do grupo de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia no Brasil, existem incentivos da CAPES para que cada programa crie sua própria revista. Esse procedimento desencadeia a dispersão da temática da revistas, estabelece a endogenia, provoca baixa demanda porque os temas são, muitas vezes,

específicos da região e/ou da instituição e pulverização na distribuição. Ademais, num País como o Brasil, de dimensões continentais, com dificuldades costumeiras de financiamento e de distribuição, fatores esses que acabam por desencadear o regionalismo dos periódicos.

- *Alto custo da pesquisa brasileira*

A constante necessidade de importação de livros e revistas especializadas, entre outros materiais de pesquisa exigem um alto investimento financeiro dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e das Agências de Fomento à Pesquisa. Também, a necessidade de cada Programa de Pós-Graduação contar com uma revista, significa altos investimentos para acompanhar o padrão internacional – periodicidade freqüente, contatos permanentes no cenário local e internacional, conselho editorial intercontinental, em contraposição a uma baixa tiragem editorial. Ademais, as próprias bibliotecas que registram em suas coleções a mesma obra em várias línguas – do original às traduções, para atender a demanda de alunos de graduação e de pós-graduação exigem despesas adicionais, não somente referente às aquisições bibliográficas, mas também relativas à espaço físico, estantes, equipamentos e mão de obra especializada.

- *Distribuição*

Do ponto de vista da distribuição, as complicações são muito maiores. De acordo com Federico Neiburg, “*Mana* é publicada semestralmente, com uma tiragem de 1 mil exemplares por número. Cerca de cem deles se destinam a uma das principais funções dos periódicos científicos brasileiros: enriquecer as bibliotecas através de intercâmbio com outras publicações, tanto no Brasil como no exterior. Apesar da presença irregular nas livrarias (e do fato de que, como em quase todos os lugares, também no Brasil raramente o público compra revistas científicas em livrarias), cerca de 150 exemplares costumam ser ali vendidos a cada semestre. O problema mais grave diz respeito às assinaturas: *Mana* nunca teve muito mais do que duzentos assinantes, e as assinaturas institucionais não passam de duas dúzias, números certamente inimagináveis para revistas equivalentes publicadas na Europa ou nos Estados Unidos (...). Também é na distribuição de *Mana* que se torna mais evidente a posição de relativa subordinação que a revista ocupa no espaço internacional. Menos de uma dúzia de instituições estrangeiras assinam a revista. *Mana* é distribuída no exterior mediante trocas e especialmente através dos 150

exemplares de cada número que são repassados à rede de indivíduos e instituições “amigos” da revista. Problemas semelhantes surgem com relação aos principais Índices de Citações, uma frente na qual é preciso batalhar para assegurar a presença constante da revista.” (NEIBURG, 2002, p. 9-10).

Ainda, da ótica de Federico Neiburg, “*Mana* está ligada a um fenômeno relativamente recente na Antropologia brasileira: ampliação do número de periódicos (...). A dinâmica competitiva do campo editorial nacional reflete certamente a dinâmica competitiva em que se envolvem indivíduos e instituições. A “cultura da avaliação” impôs ao micromundo da Antropologia brasileira o lema perverso do publish (seja o que for) ou perish. Isso teve, contudo, um efeito inegavelmente positivo na renovação não só do conteúdo como também do layout e da qualidade gráfica dos periódicos”. (NEIBURG, 2002, p. 7).

- *Indexação*

A franca expansão da tecnologia de informação e da ascensão dos meios eletrônicos de comunicação abre novas perspectivas e problemas. Aparentemente, o Brasil não está muito atrasado na exploração das possibilidades e dilemas que essas transformações introduzem no mundo das revistas científicas. Estamos atualmente passando por um período de transição cuja principal característica é o livre acesso às publicações digitalizadas, por um período limitado, nas bibliotecas brasileiras.

Nas palavras de Federico Neiburg, “*Mana* mantém uma *home page* e está integrada à Scientific Electronic Library On-Line (*SciELO*), onde podem ser encontrados os artigos completos dos últimos quatro volumes, em formato PDF.” (NEIBURG, 2002, p.8).

E para concluir, uma frase de Mariza Peirano serve para resumir os impasses que regem a Antropologia feita no Brasil. “Em relação aos interlocutores intelectuais, talvez tenhamos que conviver com o problema de consumirmos a última moda internacional em francês e inglês para debatê-la no português local. Este fato cria uma situação peculiar: ilhados num universo acadêmico que se define como internacional, podemos nos dar ao luxo de incorporar idéias novas sem o fardo de prestar conta dos resultados obtidos. Por outro lado, perdemos a visibilidade que poderíamos alcançar, assim como, mais importante, a avaliação e o diálogo externo que poderiam nos dar uma dimensão melhor

do nosso “fazer”. Além disso, fascinados pelos modismos, deixamos de lado trabalhos competentes, mas “tradicionais”, tanto aqui quanto alhures”. (PEIRANO, 1991, p.49).

CAPÍTULO 2. AS MODALIDADES DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUA UTILIDADE

A contribuição científica precisa tornar-se disponível ao fundo comum do conhecimento. Essa contribuição científica pode se dar através da fala ou da escrita. No contexto da linguagem escrita figuram as publicações do mais variado caráter, particularmente os periódicos que, entre outros, desencadeiam um sistema de recompensa a ser conferido primeiramente ao pesquisador (citação) e posteriormente ao periódico (fator de impacto) que veicula essa informação. Todo esse aparato procura refletir os benefícios trazidos à ciência e à sociedade, bem como as recompensas estratificadas que se distribuem principalmente na moeda do reconhecimento outorgado às pesquisas dos cientistas, sugerindo que a contribuição científica se torna mais visível na medida em que essa comunicação resultar das pesquisas de um cientista que se destaca no meio científico. Devido a isso, torna-se necessário caracterizar os diversos veículos de comunicação, discutir seus atributos em constante mutação, bem como a utilização dos mesmos no interior da ciência. Isso significa que a comunicação científica obedece a demandas precisas, fazendo variar em conseqüência da utilidade de cada veículo de divulgação em consonância com as características das distintas áreas do conhecimento. Dentro desse contexto, passa a ser oportuno fazer as seguintes indagações: Para que serve a divulgação dos resultados de pesquisa? A quem servem os veículos de comunicação científica? Como se organiza e reorganiza a divulgação da comunicação científica, a partir do avanço incessante de novas ferramentas tecnológicas e de comunicação?

Do ponto de vista dos cientistas, Arthur Meadows e Warren Hagstrom, se estabelecem duas premissas básicas. Na visão de Warren Hagstrom citado por Robert Merton “as recompensas materiais na ciência têm como função principal reforçar o funcionamento de um sistema de recompensa, na qual a recompensa primária do reconhecimento pela contribuição científica se troque pelo acesso à informação científica.” (HAGSTROM apud MERTON, 1977, p. 555).

Por sua vez, Arthur Meadows desenvolveu a hipótese de que, “embora, os pesquisadores sejam quem decide em última instância se ou como um meio de comunicação será utilizado, sua reação coletiva é afetada pelas diversas pressões em

jogo: das econômicas às ergonômicas. Não menos importante, eles trabalham, muitas vezes de modo inconsciente, com base nas práticas instituídas da comunidade científica, determinadas por sua história e suas normas sociais. Os métodos de apresentação e tratamento da informação durante a transição para outro meio de comunicação são inevitavelmente influenciados por essa memória coletiva.” (MEADOWS, 1999, p. 245).

No que tange à tradição da pesquisa comunicada, os veículos de divulgação da produção científica têm-se apresentado de formas distintas. Até o final do século XVII, a divulgação dos resultados da pesquisa científica tendia a ocorrer através do contato direto, pessoal ou por meio de cartas, relatórios científicos, manuscritos e livros. Inicialmente, foram os gregos, com Aristóteles à frente, que mais contribuíram com seus debates, em geral precariamente conservados em manuscritos copiados repetidas vezes, que influenciaram primeiramente a cultura árabe e depois a Europa Ocidental. Entre os séculos XIV e XVI, período do Renascimento, surgiu a imprensa que tornaria concreta a possibilidade de dispor de inúmeros livros impressos. A capacidade de multiplicar os exemplares de um livro representou um passo importante rumo a uma difusão melhor e mais rápida das pesquisas. Entretanto, essa inovação da época - os livros - começaram a declinar, com o advento das Sociedades e Associações científicas responsáveis pela edição das revistas, como veículo de difusão entre os cientistas, durante o século XVII. A Royal Society de Londres, criada por volta de 1640, funcionou como um local de reuniões para a comunidade científica, e os “sábios” deixaram de ser indivíduos isolados, passando a fazer parte de um grupo socialmente reconhecido. As novas Academias logo se transformaram nos centros responsáveis pela circulação e comunicação dos novos conhecimentos científicos. Através deles deu-se o tímido início dos periódicos científicos. Assim, em 1665, surgiram as *Philosophical Transactions*, da Royal Society e o *Journal des Sçavans*, (grafia da época do *Journal des Savants* ainda existente no começo do século XIX) da Académie des Sciences de Paris. Tratava-se de um novo marco na divulgação dos conhecimentos científicos. Essas organizações iriam não apenas conferir sua autoridade à publicação dos trabalhos científicos, mas também legitimá-los por meio dela em publicação reconhecida, através do desenvolvimento da discussão do conteúdo desses trabalhos, pelos membros dessas Sociedades e Academias, particularmente antes de sua divulgação.

Essa prática deu início aos sistemas de arbitragem entre os pares, mediante a avaliação dos textos por revisores institucionalmente designados e manifestamente competentes. Portanto, essa sistemática da atuação de árbitros não surgiu espontaneamente, como parte integrante da instituição social da ciência, mas em resposta a problemas concretos de um esforço dirigido para cumprir os objetivos formais da indagação científica, e como subproduto da emergente organização social dos cientistas. Os periódicos da época, diferentemente dos livros publicados até então, permitiram que os membros da comunidade científica passassem a influir nas práticas editoriais. O surgimento da figura de diretor da revista e a gradativa composição de suas atribuições criaram condições para que os manuscritos dos trabalhos fossem avaliados por seus pares, conferindo uma forma institucionalizada à aplicação de normas para o “fazer” científico. Os esforços dirigidos para resolver os problemas práticos imediatos deram origem a outras mudanças adaptativas dos periódicos. Um dos métodos inicialmente empregados, consistia em enviar membros das Academias e Sociedades ao exterior para coletar dados e analisar as pesquisas em andamento por intermédio de conversas e observações diretas, enquanto outros permaneceriam na sede, lendo e fazendo resumos das pesquisas do “mundo inteiro”. Num segundo momento, passaram a ser escolhidos e aceitos membros correspondentes da Sociedade científica radicados no exterior e incumbidos de comunicarem à entidade relatos sobre os progressos científicos ocorridos em seus países. Ao final do século XVII já se havia estabelecido a prática de reuniões sistemáticas entre os diretores dos periódicos, os quais posteriormente viriam a ser identificados como Conselhos Editoriais para revisar manuscritos e fascículos a serem publicados. Outras questões que passaram a fazer parte da agenda dos diretores de periódicos só foram incorporadas mais lentamente: a estrutura dos artigos, o emprego de notas de rodapé e o uso de citações bibliográficas.

Por outro lado, as emergentes Sociedades e Associações Científicas do século XVII tornaram os periódicos científicos o arquivo da ciência, apesar da existência de outras formas de comunicação. As formas de escrita, como folhetos, livros, cartas, entre outros e as formas verbais, como simpósios, debates, conferências etc., já permeavam o intercâmbio científico. Assim, essas revistas buscam incorporar antigas práticas. Até então, do ponto de vista da pesquisa, era razoável que as idéias inicialmente circulassem

por meio de cartas manuscritas entre um pequeno círculo de amigos que poderiam analisá-las, testar quando fosse o caso e depois enviar a resposta. Se, porém as idéias se destinassem a alcançar um grupo maior era muito mais eficaz imprimir a carta do que escrevê-la à mão. A carta, meio bastante habitual de comunicação entre os cientistas até o século XVII, cedeu espaço ao periódico científico. Mediante recursos institucionais e outros similares, a nova Sociedade científica e a nova revista produzida pela ciência persuadiram os cientistas da limitação das cartas para revelar o conhecimento recentemente descoberto. Através desse processo de deslocamento socialmente induzido de objetivos, esse valor da comunicação aberta transformou-se para muitos cientistas na urgência de publicar em periódicos, independentemente do mérito que apresentava para publicação. Entretanto, esse processo natural só fez reforçar a preocupação dentro da comunidade científica, pelo estabelecimento de regras de filtragem, seleção e convalidação dos manuscritos, mediante o incremento do sistema de arbitragem.

De maneira geral, os periódicos científicos surgiram na segunda metade do século XVII devido a várias razões expostas por Arthur Meadows. “Algumas eram específicas (como a expectativa de seus editores de que teriam lucro); algumas gerais (como a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo). O motivo principal, contudo, encontra-se nessa necessidade de comunicação do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações.” (MEADOWS, 1999, p. 7).

Em particular, em conformidade com a visão de Robert Merton significava uma formalização do processo de comunicação. “Quase desde seu início, portanto, os periódicos científicos elaboraram modos de arbitragem, com o propósito expresso de controlar a qualidade do que imprimiam.” (MERTON, 1977, p. 590).

Com a constituição da ciência moderna, a partir do século XVIII – século das luzes -, reforçou-se a idéia de comunidade científica e observou-se a formação de grupos científicos mais conscientes e coesos, os quais sistematicamente passaram a trocar informações e a divulgar novos conhecimentos. A partir dessa época, a ciência tornou-se uma atividade social organizada, com o surgimento de uma das mais importantes instituições da comunidade científica – as sociedades de estudos especializados, nas quais os cientistas se encontravam em pequenas reuniões para discutirem suas pesquisas e até

para realizar experiências. Ainda nesse século a comunidade científica cresceu consideravelmente, não só em números absolutos, como também no que se refere à expansão geográfica da ciência, passando a abranger países como a Suíça, a Suécia, a Escócia e os Estados Unidos. Ao estudar o percurso de vida de alguns cientistas, filiados a Academias de vários países, notou-se que a divulgação de seus conhecimentos era a tônica e a internacionalização da ciência já era uma realidade. Por essa época, a ênfase para a comunicação científica ainda repousava nos tratados, mas já se vivenciava a consolidação e a expansão dos periódicos científicos. De fato, para ilustrar essa nova situação Jonathan Israel descreve que “os jornais científicos eram incontestavelmente um dos mais potentes agentes dirigidos ao Iluminismo em sua fase vital de formação, anterior a 1750.” (ISRAEL, 2001, p. 150).

As características básicas dos pesquisadores e de sua comunidade adquirem novos contornos. O século XVIII vivencia a consolidação do caráter organizacional e institucional da ciência contemporânea, destacando a importância das instituições de interesse da ciência. Assim, nas palavras de James McClellan, “o século XVIII representa um período distinto na história organizacional e institucional da ciência européia (...). A ciência reorganizada no século XVIII, fica centrada nas academias nacionais de ciência, como a Royal Society de Londres (1662) e a Académie Française Royale des Sciences (1666). Isto também, envolve observatórios, jardins botânicos e novas formas de publicação e comunicação científica.” (MCCLELLAN, 2003, p. 87).

Em síntese, conforme relata Thomas Broman, “(...) três importantes questões marcam a evolução da publicação periódica, quanto à forma e ultimamente quanto ao conteúdo do trabalho científico. Primeiramente, os periódicos científicos encontraram no século XVII uma demanda crescente por novos títulos (...). Em segundo lugar, o florescimento da imprensa do periódico contribuiu fundamentalmente para a cultura da autoridade da ciência durante o século XVIII. E, finalmente as circunstâncias econômicas do mercado dos periódicos permitiu a criação de uma discreta circulação das revistas entre a comunidade dos cientistas, em conformidade com seus próprios interesses.” (BROMAN, 2000, p. 235-236).

No século XIX, se inicialmente eram os tratados e os manuais que ainda lideravam a forma de apresentação dos resultados de pesquisa, esse novo panorama foi

rapidamente se transformando graças aos reflexos da longa tradição gestada no século anterior. De fato, a ciência já era amplamente respeitada e recebia incentivo oficial. E a obrigatoriedade da comunicação científica, em novos moldes, passou a ser uma constante. Por conseguinte, é na segunda metade do século XIX que as revistas científicas assumem definitivamente a liderança face às outras formas de comunicar os resultados da ciência, mesmo porque, além de instituir o sistema de arbitragem, os periódicos já traziam em seu bojo a garantia do conhecimento corrente e de permanência dos resultados de pesquisa. Desde então, os artigos em publicações periódicas científicas, paulatinamente superaram as outras formas de comunicar a produção da ciência. Ao final do século, os periódicos especializados já ultrapassavam a marca de cinco mil títulos e os artigos científicos ganhavam um caráter hegemônico na divulgação da produção do conhecimento.

O século XX, conviveu com o crescimento exponencial da ciência e a limitação das fontes de investimentos públicos, o que despertou um interesse cada vez maior em planejar a expansão potencial do conhecimento científico. Surgiram técnicas e instrumentos mais definidos e sistemáticos de medição da ciência, os quais passaram a organizar, controlar e medir essa atividade científica, a partir de uma única vertente, tornando os artigos e os periódicos científicos indicadores de produtividade da ciência, praticamente desconsiderando os demais veículos de divulgação científica. Desde então, de acordo com os padrões internacionais, os índices bibliográficos predominantes se resumem a duas categorias básicas nos processos de avaliação do trabalho do pesquisador em geral. Os indicadores de publicação que medem a quantidade das publicações de impacto e os indicadores de citação que medem a quantidade e o impacto das vinculações ou das relações entre publicações. Cada um deles pode ser medido: de forma simples, relativa ou ponderada segundo vários critérios. Além disso, com base em várias técnicas de mapeamento é possível medir o número de artigos publicados (citação), distinguir a colaboração (co-citação) e as posições dos pesquisadores, das instituições, das revistas e dos países. Entretanto, se parece ser evidente que esse é um indicador importante, revela-se igualmente elementar que esse não deva ser o único indicador.

Assim, as constantes tentativas de utilizar as bases do ISI, de forma universal, implicam uma manifestação, na prática, da internacionalização de uma forma particular

de ciência nacional - a ciência de alguns países centrais. Ou como afirma Ernesto Spinak “a chamada ciência internacional - *mainstream* é, em grande medida, o resultado das ciências nacionais dos países centrais.” (SPINAK, 1998, p. 144).

É óbvio que a ciência em países periféricos tem características muito peculiares. Neles sempre se observam problemas estruturais e conjunturais que permeiam a ordem econômica, educacional e social, e que, em máxima medida, representam esforços redobrados e condições adversas de trabalho. No que se refere aos periódicos científicos, sem nos preocuparmos com os demais veículos de comunicação, freqüentemente a ciência brasileira se depara com uma série de problemas que atingem a proliferação descontrolada de periódicos, decorrentes de muitas publicações institucionais endógenas, Conselhos Editoriais sem forte estatuto acadêmico e de pesquisa, ausência de Corpos de Consultores Internacionais, periodicidade irregular. Trata-se de fatores que afetam os coeficientes de produtividade científica (fator de impacto), sem mencionar, em última instância, a barreira lingüística que ocasiona sérios entraves à divulgação da ciência, apesar das controvérsias.

Aliás, a publicação periódica precisa ser uma revista indexada, deve satisfazer uma série de requisitos de qualidade, tais como: regularidade, composição do corpo editorial, severidade do processo de revisão, qualidade gráfica, participação internacional, abrangência de distribuição e vendas e alto grau de impacto (citações). Entretanto, é prudente interpretar que nem sempre a superação de todos os obstáculos citados, necessariamente garanta a divulgação e a correta avaliação da produção científica gerada local e regionalmente. A produtividade científica internacional é a leitura da ciência realizada em alguns países centrais. Os demais, mesmo países com tradição em ciência estão, nesse momento, excluídos dessa elitista ciência mundial. Por outro lado, o local em que um trabalho é publicado não mede de forma adequada ou justa o seu impacto para o desenvolvimento da ciência e benefício social.

As Ciências Humanas e Sociais de países periféricos sofrem duplamente as penalidades. É Léa Velho quem nos relata que “essa tendência observada, de os cientistas das áreas de Humanas e Sociais publicarem com mais freqüência dentro do país e na sua própria língua deve-se, em parte, ao próprio objeto de estudo e destas áreas. Preocupadas com a explicação de fenômenos geralmente decorrentes da realidade

nacional, mesmo quando fazendo pesquisa de natureza básica, os cientistas sociais enfocam temas de interesse nacional.” (VELHO, 1992, p. 23).

No caso da Antropologia, existe uma série de fatores que transcendem a adoção do modelo atualmente imposto pela ciência mundial, cujos indicadores talvez sejam corretos para medir a produtividade das Ciências Nomotéticas. Mas, a Antropologia, ao contrário das Ciências Nomotéticas costuma ser focalizada no entendimento de problemas regionais e na busca de identidades locais e nacionais, afastando-se, portanto dos padrões internacionalmente consagrados. Por esta razão, a variedade de modelos de divulgação da produção científica torna-se merecedora de uma reflexão mais detida. Isto dito, as comunicações científicas podem variar quanto ao *formato* (periódicos, artigos, livros, teses e outros), ao *suporte* (verbal, escrito, impresso e eletrônico), à *função* (informar, indicar, atingir e obter reações do público alvo) e ao *contexto histórico*, a que se destinam. Como nem tudo que se pesquisa e se produz na ciência é visível para a comunidade científica, a obtenção de credibilidade e da garantia do *status* científico, obriga o cientista a buscar constantemente meios de divulgar os resultados de suas pesquisas em revistas internacionais consagradas. Assim, a efetivação da passagem de seu conhecimento, do domínio privado para o domínio público não quer dizer que a publicação possa ser disponibilizada em quaisquer meios de comunicação. Na visão de muitos cientistas, historicamente os livros e os periódicos são publicados e em seguida armazenados por longos períodos em bibliotecas, portanto são exemplos arquetípicos de comunicações formais. O que tem sucedido mais recentemente é que os canais existentes para comunicação científica foram ampliados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, desenhando novos contornos para a comunicação científica. Portanto, as distintas modalidades de comunicação científica e sua utilidade são os componentes de todo um aparato que serve para expandir o fundo de conhecimento e não podem ser, a priori, desconsiderados.

2.1. OS LIVROS E OS CAPÍTULOS DE LIVROS

Ao longo da história os livros assumem várias facetas. Os papiros, os pergaminhos e os textos manuscritos viveram cada qual o seu apogeu. A introdução da

imprensa na Europa, no século XV facilitou ainda mais a concretização do sonho das edições impressas em papel. Estima-se que a produção média de livros por ano no mundo aumentou de 420, no período de 1436 e 1536, para 5.750 durante os cem anos seguintes. Nessa época, era um crescimento espantoso, causando grande impacto na difusão das informações. Com efeito, a partir do momento de seu aparecimento, enquanto transmissor dos resultados das pesquisas científicas, cabia aos cientistas um esforço de trabalho muito grande. Obras desse tipo eram em geral impressas sob a supervisão direta do autor ou de um outro cientista. Essas pessoas, geralmente estavam ligadas às universidades, de modo que, por isso algumas dessas instituições acabaram por estabelecer seus próprios serviços de edição. Um exemplo disso é a Oxford University Press, cuja origem remonta à segunda metade do século XV.

A capacidade de multiplicar a comunicação científica e ainda os exemplares de um livro através da *internet* representou um passo importante rumo a uma difusão mais rápida da pesquisa. Entretanto, a importância do livro impresso permanece. A transição da sua forma em papel para a modalidade eletrônica parece inexistir, uma vez que os livros como se destinam a ser lidos de modo contínuo, ainda não conseguem ocupar lugar de destaque entre as publicações eletrônicas atuais. Os pesquisadores, quando recorrem à *internet*, usam o *print* para ler os seus livros, quando disponíveis em rede. Fica evidente que, apesar das várias feições (impressos ou eletrônicos), os livros constituem um instrumento indispensável para o avanço da ciência. Os manuais, os tratados, os ensaios e as coletâneas podem conter uma diversidade de dimensões nas Ciências Nomotéticas em geral e, muito particular nas Ciências Humanas e Sociais.

Em se tratando das Ciências Nomotéticas, os manuais são veículos pedagógicos destinados a perpetuar a ciência corrente, podendo ser, parcial ou totalmente, revisados a cada vez que a linguagem, a estrutura dos problemas ou as normas da ciência normal se modificar. Os manuais científicos, populares no começo do século XIX, servem por algum tempo, para definir implicitamente os problemas e os métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes da ciência. Os cientistas não têm necessidade de reconstrução de seu campo de estudo, desde os primeiros princípios e de justificar o uso de cada conceito introduzido, mas consolidado. Já, o tratado erudito ou a monografia está saindo de moda, em muitos campos da ciência. O

trabalho de coletar e cotejar qualquer fragmento do conhecimento existente acerca de um determinado tópico científico, eventualmente apresentando um ponto de vista mais integrado, tornou-se um trabalho longo e árduo. É possível que a velocidade com que o conhecimento esteja mudando seja rápida demais para que possa ser acompanhada por um único autor, trabalhando por conta própria. Os tratados, talvez possam ser comparados aos “clássicos” em Antropologia. Entretanto, de acordo com a lógica ora vigente, nenhum pesquisador pode esperar as revelações impressas de um tratado, para dar andamento às suas atividades de pesquisa, nem tampouco dedicar boa parte de sua vida em elaborar uma monografia. Entretanto, eles são fundamentais para as pesquisas. Diante da inexorabilidade e fluidez do tempo parece que uma das possíveis soluções encontradas para a divulgação da produção em Antropologia esteja nos ensaios, isto é, nas compilações de capítulos, com textos mais reduzidos, escritos por diversos autores e, muitas vezes, todos misturados num único livro. Porém, é fundamental reafirmar que os trabalhos de grande complexidade em torno de um tema são práticas bastante usuais em Antropologia até hoje.

Menções à parte, os livros sempre ocuparam um espaço nobre como elemento de comunicação, mas atualmente, em máxima medida, são úteis aos pesquisadores, quando o objeto da pesquisa busca o resgate histórico, retrospectivo e mais abrangente, muito pertinentes às Ciências Humanísticas. Marcel Roche afirma que “na atualidade, com exceção possivelmente das Ciências Sociais, quando os livros chegam a ser publicados já estão completamente obsoletos”. (ROCHE, 1994, p. 5).

Outro fator a ser considerado é o caso da edição e publicação dos livros. Os livros não só exigem mais tempo para serem escritos como também se espera um maior tempo de vida útil para uso dos pesquisadores. O aspecto decisivo para os livros, a exemplo dos periódicos, é a aceitabilidade do material submetido para publicação e a maior facilidade de localização. Uma das diferenças entre livros e periódicos encontra-se na relação entre autores e editoras. Atualmente, as editoras científicas têm contatos, principalmente nas universidades. É possível acompanhar o surgimento de novos autores potenciais ou, mesmo encomendar originais. A elaboração de um livro é acompanhada pelo editor e discussões são travadas com os autores para cumprir determinados requisitos. Além disso, as séries monográficas costumam ter um editor interno e um editor consultor,

ligado ao mundo acadêmico. Há três tipos principais de editoras envolvidas na produção de livros: as editoras comerciais, as editoras universitárias e as editoras corporativas.

Primeiramente, as editoras comerciais que mantêm produção científica apresentam-se com diferentes propostas e dimensões. Elas podem ser especializadas, selecionando determinados nichos e concentrar-se neles ou cobrir ampla variedade de campos do conhecimento. As editoras universitárias consideradas prototípicas são tradicionalmente as de Oxford e Cambridge, na Inglaterra. Uma editora universitária será considerada pela maioria dos pesquisadores como um canal mais prestigioso do que uma pequena editora comercial. Ao contrário das editoras comerciais, muitas editoras universitárias dão particular atenção à produção de livros em Ciências Humanas e Sociais. Em geral, as editoras universitárias foram criadas para absorver as pesquisas científicas que, de outra forma, seriam difíceis de publicar. Também, elas costumam manter um Conselho Editorial com funções similares ao Corpo Editorial de um periódico, ou seja, a de imprimir o sistema de arbitragem. Além disso, uma das grandes diferenças em relação à indústria editorial de caráter mais geral é a necessidade do editor possuir formação na respectiva disciplina, daí a relevância que a revisão de pares, também confere às editoras universitárias. As editoras institucionais, tais como as Sociedades e Associações científicas apresentam uma grande diferença em relação à indústria editorial de caráter mais geral. Além da necessidade do editor possuir formação na respectiva disciplina, muitas delas foram criadas, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais, para editar os livros que não encontram espaço no mercado editorial convencional.

Por último, no tocante ao sistema de arbitragem surge uma diferença importante entre avaliação de livros e de artigos de periódicos. No primeiro caso, a avaliação pelos pares ressurgem depois da publicação. Enquanto, os artigos raramente estão sujeitos a uma outra crítica, os livros científicos, ao contrário, são comumente criticados depois de sua publicação, sob a forma de resenhas, que podem ser encontradas em publicações de caráter geral e em publicações especializadas. Aliás, a elaboração de resenhas ou críticas de livros é uma atividade muito comum em Ciências Humanas e Sociais. Cerca de dois terços desses pesquisadores, em algum momento, escrevem uma resenha de livro.

Esses fatos deixam evidente que as editoras mencionadas se dedicam a publicar resultados de pesquisa de alta relevância para a pesquisa científica nos campos

escolhidos, tornando-se importantes fontes de informação. As atividades internas dessas editoras científicas, quer comerciais, universitárias ou institucionais, requerem profissionais com uma gama de qualificações especializadas para encomendar originais de qualidade, consultar outros especialistas, avaliar seu conteúdo e ajudar nas atividades comerciais.

2.2. OS ARTIGOS DE PERIÓDICOS E OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Os artigos de periódicos têm sido, freqüentemente, encarados como o mecanismo mais eficiente de comunicação científica. Também, têm sido o meio de divulgação mais aceito pela maioria dos cientistas. É sabido que o artigo de revista científica, enquanto instrumento de comunicação da ciência, já se consolidou. Esse tipo de publicação garante o controle rígido de seus editores em razão do sistema de arbitragem entre os pares - *peer review* - e maior rapidez na disponibilidade dos resultados de pesquisa. Simultaneamente, esses periódicos carregam em seu bojo a possibilidade de permanência dos resultados de pesquisa, uma vez que é consensual o controle de armazenamento. Por essas razões, a revista representa a forma de comunicação mais aceita e empregada pela maioria dos cientistas.

Segundo Philip Abelson, “a publicação dos resultados de pesquisa e das motivações para fazê-lo, passam por duas vias: a idealista e a pragmática. Na primeira, da visão idealista, mais comum nas Ciências Humanas e Sociais, os pesquisadores perseguem o propósito de adicionar conhecimentos para a humanidade e encontrar caminhos alternativos de sobrevivência do homem, sem se preocupar com o controle de técnicas que garantam melhores resultados quantitativos de sua produção. Na prática, suas atividades de investigação exigem um trabalho mais solitário, no qual os “arranjos” de divulgação não fazem parte de sua rotina. Já as Ciências Nomotéticas, dotadas de uma visão mais pragmática, utilizam o artigo científico como instrumento de controle de técnicas e resultados da ciência. É comum que o responsável por um laboratório de pesquisa figure como co-autor, como também o cientista que conseguiu o financiamento para um projeto também fosse incluído. Talvez, a tradição de trabalho de equipe em laboratórios leve freqüentemente à troca de informações, transferindo hábitos de

organização do trabalho, em máxima medida, para a divulgação. Para esses últimos, a forma de apresentação, a citação, a co-citação, a indexação e a análise do artigo pelos outros autores, bem como o fator de impacto dos periódicos, são partes cruciais do método de produção de seu conhecimento científico. As comunicações transmitem o conhecimento dentro de regras e padrões para apresentação de artigos, visando platéias universais e atendimento aos índices de citações internacionais e, conseqüentemente, garantindo a canalização constante de investimentos financeiros. Ademais, a visão pragmática tem a ver com a necessidade de publicar para a manutenção do *status quo* do cientista no interior da comunidade científica. Neste caso a publicação é a maneira de controlar as técnicas e os resultados, mantendo os pesquisadores sempre atentos e ativos, em busca do avanço de algumas posições na hierarquia da comunidade científica mundial.” (ABELSON, 1980, p. 60-62).

Também, José Reis, a partir do enfoque idealista, nos fornece algumas outras variáveis. “Talvez, a sua formação acadêmica o impeça de se “con-formar” aos padrões da ciência mundial. Entretanto, talvez o desencoraje a se despir da visão idealista de adicionar conhecimentos para a humanidade, ser parte da grande comunidade humana que produz conhecimento, onde o ato de criação do conhecimento novo se complete com a sua publicação, construindo um império de pesquisa na construção de um conhecimento a ser preservado. (REIS, 1982, p. 809).

Há três séculos que os periódicos científicos vêm sendo utilizados entre os membros da comunidade científica. Entretanto, nos últimos cinquenta anos - após a criação dos sistemas de indexação da produção bibliográfica mundial, particularmente dos produtos do ISI, a revista passou a desempenhar papel preponderante e fundamental na medição da produção científica mundial. Também, com a globalização e o avanço das novas ferramentas tecnológicas de comunicação, a criação das redes de comunicação e as redes das redes, os periódicos científicos continuaram o seu percurso de importância na produção da ciência mundial, com nova roupagem eletrônica. A era da comunicação eletrônica certamente sinaliza caminhos de maior rapidez, mas não necessariamente perenidade e controle do sistema de pares. Entretanto, o que se mantém durante todo este tempo é a noção de que apenas os próprios cientistas podem avaliar o trabalho de seus colegas. Aliás, conforme elucidam Amílcar Davyt e Léa Velho as mudanças no contexto

científico da revisão por pares já se integram à agenda da ciência. “Dentro de novo contrato, ainda em negociação, não se tem ainda muita clareza do papel que será destinado ao mecanismo de revisão por pares na alocação de recursos. Muitas alternativas são possíveis e existem indicações de que diferentes países estão adotando diferentes arranjos, dependendo da correlação de forças entre os vários atores sociais e de seus interesses.” (DAVYT & VELHO, p. 19).

Sob o impacto das inovações tecnológicas é possível que essa situação dos fechados clubes das revistas científicas comece a mudar. Alguns pesquisadores, como Barbara Quint, Kristin Antelman, Richard Poynder, têm se preocupado com essa temática, bem como é o caso do pesquisador britânico Stevan Harnad, que prenunciou uma revolução que seria a de um modelo mais aberto de publicação científica. É a *open peer review* ou revisão crítica aberta. Nesse “novo” modelo, o artigo é colocado na *internet*, ficando disponível para leitura e críticas por seus pares, mediante identificação. No entanto, para muitos autores, só o fato de ele ter sido disponibilizado e se tornado conhecido, já compensa. Some-se a essa proposta, o sistema já consolidado disponível que são as pré-publicações. Pode-se ter acesso às pré-publicações e recuperá-las desde que se conte com as conexões de rede apropriadas. Anteriormente, no caso da pré-publicação impressa em papel a iniciativa dependia do autor. Ao contrário, no caso da pré-publicação eletrônica compete ao leitor. Com exceção de uma eventual falta de controle de qualidade – revisão dos pares – essa modalidade nem sempre é perceptível para muitos dos pesquisadores, assumindo, portanto uma característica, muitas vezes, invisível. Atualmente, as pré-publicações, como as elaboradas em Los Alamos, nos Estados Unidos possuem as mesmas características de um periódico eletrônico plenamente desenvolvido.

Do ponto de vista das distintas modalidades da edição de uma revista, primeiramente o termo periódico - *journal* em inglês, remete a uma coletânea de artigos científicos escritos por diferentes autores. Conjuntos desses artigos são reunidos a intervalos, impressos, encadernados e distribuídos sob um título único. Outros termos genéricos imbricam-se com essa definição. Evidentemente, referem-se às cartas - *letters e newsletters*. Também, às atas - *transactions e proceedings* que podem ser consideradas publicações seriadas.

As *letters e newsletters* são revistas dedicadas à publicação de colaborações sucintas, que levam em seu título as palavras *letters* ou *newsletter* - cartas. Assim, esse tipo de revista consegue publicar resultados de pesquisas científicas supostamente significativas de modo mais rápido do que as revistas tradicionais. A criação desse tipo de periódico constitui apenas um outro estágio do processo pelo qual as cartas distribuídas no formato de folhetos informativos na época de surgimento das primeiras Associações e Sociedades científicas, que eram dantes o único meio de se conseguir uma transmissão rápida das idéias científicas, para o domínio público. Pensava-se de início que esses relatos concisos de pesquisas seriam seguidos de artigos mais longos publicados numa revista comum. Hoje, muitas dessas cartas são fins em si mesmas e os periódicos a ela dedicados são utilizados por causa da divulgação acelerada em áreas de pesquisa que se desenvolvem rapidamente. As pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais normalmente se comunicam num ritmo mais vagaroso.

No entanto, este tipo de carta continuou sendo uma das mais importantes formas de depoimento quanto à difusão de novas idéias. A divulgação ininterrupta das “comunicações particulares“ é descrita na literatura. Em 1671, Isaac Newton endereçou uma carta a Henry Oldenburg relatando os progressos recém obtidos com seu novo telescópio. Após alguns séculos, a prática ainda é atual. Em 1953, James Watson enviou uma carta a Max Delbrück explicando o modelo sugerido por Francis Crick e James Watson para a estrutura do DNA, que ambos haviam acabado de descobrir.

As *transactions e proceedings* dizem respeito às atas de eventos ou de outras atividades de um grupo. Esses tipos de comunicação muito comumente produzidos pelas Associações e Academias científicas apresentam um caráter mais informal. Por outro lado, a comunicação científica, ao seguir seu percurso natural de divulgação pode transformar-se em atas - *transactions*, anais - *proceedings* ou artigos - *papers*, protótipos da divulgação formal. Contudo, os próprios seminários, debates, reuniões e conferências, ou sejam, os eventos representam um dos espaços de comunicação científica que os periódicos têm tentado abarcar. Por exemplo, a conferência é uma forma tradicional de transmitir informações. No entanto, a conferência que se ministra hoje em dia não é idêntica, quanto à forma, à sua equivalente de dois séculos atrás. Quanto ao meio, os conferencistas contam com recursos modernos, como o computador. Quanto ao público, é

cada vez maior a possibilidade de interação com os especialistas da disciplina. Esse fenômeno acontece nos dois sentidos, isto é, como produtores ou como receptores de informação, utilizando sempre o critério de avaliação pelos pares. Os gregos valiam-se dessa técnica. As discussões “acadêmicas” remontam à Academia, o lugar na periferia de Atenas onde as pessoas se reuniam nos séculos V e IV a.C. para debater questões filosóficas. Igualmente, o simpósio original era uma festa dos gregos em que debates e bebidas circulavam livremente.

De maneira pragmática, as considerações descritas caracterizam o percurso histórico da revista. O fato é que as revistas das Ciências Nomotéticas cresceram vertiginosamente em número de novos títulos, no número de fascículos, no número de páginas e em números totais de palavras por páginas, de modo que esses aumentos correspondem a um razoável aumento dos conteúdos informativos. Entretanto, na outra ponta da escala, os periódicos das Ciências Humanas e Sociais não vivenciaram esse fenômeno, permanecendo quase do mesmo tamanho. Por essas razões os artigos atualmente encontram severa restrição de espaço, não podendo ultrapassar, na maioria das vezes, as vinte laudas. Novamente, as Ciências Humanísticas se encontram duplamente sacrificadas. Não houve a expansão ocorrida nas Ciências Nomotéticas, mas precisam as Ciências Humanas e Sociais se adequar a essas novas normas, apesar de suas comunicações científicas, sistematicamente exigirem textos mais extensos.

Enfim, vivencia-se novos tempos. Nas últimas décadas admite-se que existe uma forte tendência para dar público a tais comunicações no prazo mais curto possível. A forma como as revistas apresentam a informação evoluiu gradualmente durante os três últimos séculos em resposta tanto às transformações tecnológicas quanto às exigências cambiantes da comunidade científica. As comunicações científicas trazem embutidos nelas reflexos dessas pressões. Portanto, essas idas e vindas da história, não apenas revelam a forma como se organiza atualmente a comunicação científica, mas, particularmente refletem as decisões tomadas no passado.

2.3. AS TESES E AS DISSERTAÇÕES

A dinâmica científica contemporânea tem provavelmente designado novos caminhos, particularmente para as teses e as dissertações. Os estudos cienciométricos que se aplicam principalmente ao tratamento e gerenciamento das informações formais, provenientes de bases de dados científicos, têm descrito que o mercado está utilizando as ferramentas cienciométricas para conseguir determinar qual a estratégia tecnológica seguida por seus competidores. Assim, as empresas de tradição na análise de patentes têm buscado os índices de teses e dissertações para identificar os principais temas de investigação e os atores representativos nos campos científicos de seu interesse.

Nádia Vanti nos informa que os suportes bibliográficos, objeto de interesse das empresas, residem justamente nas dissertações e teses. “Esses documentos começam a ser objeto de análises cienciométricas por parte das empresas, com o objetivo de determinar quais são os assuntos e caminhos que estão sendo explorados em um determinado momento no ambiente acadêmico, constituindo-se em uma boa fonte de informação para aqueles que desejam descobrir os desenvolvimentos de pesquisas mais recentes. É importante ressaltar, portanto, a crescente interação entre Ciência, Tecnologia e Inovação, como sendo mais um dos espaços mais fecundos para a medição científica.” (VANTI, 2001, p.44).

Na verdade, tratadas como literatura cinzenta encontram baixa relevância nos atuais índices bibliográficos internacionais. As dissertações e as teses, embora comunicadas formalmente, são restritas a pequenos círculos e, dificilmente, neste formato, irão incorporar-se à produção científica mundial. Elas exigem uma continuidade de esforço do pesquisador para que possa preencher os requisitos da ciência mundial. As pesquisas relatadas em teses podem dar origem a mais de um artigo de periódico. Nas Ciências Humanas e Sociais, uma boa parte das teses pode ser transformada em livro depois de concluída a pesquisa. A condensação do material de uma tese em artigos de periódicos é mais difícil. Assim, dois caminhos são possíveis. Uma primeira possibilidade é resumi-la na forma de relatório, pois as teses nas Humanísticas costumam ser muito prolixas. Contudo, essa modalidade de comunicação científica é vista por muitos cientistas como uma forma intermediária, não como uma parte característica da

rede de comunicação formal. A segunda opção é transformá-la em livro, o que implica em grandes mudanças. É preciso mudar o estilo, a organização e os pontos de destaque, o que geralmente implica reescrever toda a tese.

A propósito, o IBICT iniciou um projeto de armazenamento eletrônico em texto completo das teses brasileiras - *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*, que talvez se preste a colaborar com o desenvolvimento de C,T&I no Brasil. Por último, embora as teses e dissertações se caracterizem como literatura cinzenta, como vimos, elas atualmente apresentam algumas particularidades de grande impacto no espaço empresarial que merecem um certo destaque.

2.4. A DIVULGAÇÃO EM EVENTOS

Embora, o conhecimento científico seja comunicado por escrito, também se costuma difundi-lo amplamente por meio da palavra falada. Os eventos visam propiciar um local de reuniões, destinados a relatos e discussões verbais, porque o cientista não se contenta em “vender” sua pesquisa em letra de forma, mas, principalmente conversar freqüentemente sobre ela, ou discuti-la com outros pesquisadores do mesmo campo.

Os congressos e conferências são o protótipo da comunicação oral e da interação informal, a mais antiga e importante da humanidade. Esse contato pode variar de uma conferência pronunciada diante de uma grande platéia até as conversas triviais durante os intervalos. Os participantes assíduos tendem a ser cientistas mais experientes que, muito provavelmente já conhecem os avanços em sua área. Suas presenças talvez derivem do fato de terem sido convidados a ministrar palestras e, não porque tenham especial entusiasmo para assistir a esses encontros. O conteúdo das apresentações realizadas em congressos e conferências, em geral, é atual, sendo baseado em pesquisas em andamento e que possam ser enriquecidas com a contribuição de outros pesquisadores ou são pesquisas concluídas há não muito tempo antes do encontro. Portanto, do outro lado daquela comunidade estão os jovens pesquisadores que normalmente são os que mais usufruem, porque têm menos possibilidades de possuir conhecimento prévio da pesquisa. Nesses eventos, o cientista entra em contato direto com seus pares e submete suas idéias, especulações e resultados aos colegas. Assim, durante boa parte da elaboração de um

projeto de pesquisa, a comunicação é informal, começando com conversas pessoais que vão encontrando um público maior à medida que o trabalho avança e que contém a crítica, a colaboração e a própria arbitragem dos pares. Concluído o projeto, em sua grande maioria, os resultados são comunicados porque isso significa uma possível contribuição para o avanço da ciência, a preservação da autoria, a possibilidade de reconhecimento de seus pares e a medição da produtividade do autor.

Em parte, nessa nova ótica da ciência mundial, a utilidade da publicação nos anais de eventos que representam um conjunto de comunicações, palestras, transcrições dos debates de uma reunião científica e/ou outras participações, depende de se a pesquisa apresentada vier ou não a ser publicada posteriormente em algum outro lugar. Como já relatado, muitos cientistas publicam suas comunicações em periódicos, apesar da controversa questão da exigência de ineditismo das revistas internacionais consagradas. Outros, nos próprios anais que sempre levam mais tempo para serem editados, portanto menos úteis em áreas sujeitas a rápidas mudanças. Ademais, essa maneira de divulgação esbarra na restrição quanto a acessibilidade à publicação. Essas formas de interação assumem muitas dimensões, podendo, cada vez mais ter seu caráter de acessório substituído pelo tratamento de um objeto principal. Essas realidades descritas, muitas vezes mal interpretadas e, talvez satirizadas, desempenham uma função vital na transferência de conhecimentos. Os eventos interligam a comunidade científica, em âmbito nacional e internacional, dando oportunidade ao cientista de frequentar as discussões de sua especialidade, conhecer os pesquisadores contemporâneos e excluir o cientista do isolamento e do provincianismo. Entretanto, segundo a lógica hegemônica dos indicadores de artigos científicos, as comunicações não divulgadas de maneira convencional, acabam por não representar os resultados de produção científica.

As publicações em anais de eventos ocupam posição intermediária entre os relatórios e as teses, por um lado, e os livros e periódicos, por outro lado. Nos dois casos, quais sejam dos relatórios, das teses e/ou das apresentações em eventos, eles são disponíveis publicamente, mesmo que para um público mais restrito. Também, a publicação de anais, embora se baseie, num primeiro momento, em apresentações orais, normalmente se parece com uma série de artigos periódicos e acabam sendo aceitos como uma publicação formal. De fato, algumas conferências aparecem como fascículos

especiais de periódicos regulares. A maior parte dos cientistas nomotéticos classificaria uma colaboração inserida nos anais de um congresso como tendo menos prestígio do que se publicada numa revista de “primeira linha”. Além disso, os eventos podem ser organizados de várias maneiras. Grandes encontros realizados mediante uma convocação genérica solicitando o envio de trabalhos, a qual qualquer um pode responder ou , no outro extremo, apenas conferencistas convidados podem participar, cabendo-lhes falar para uma platéia de convidados. Logo, nem todos os trabalhos incluídos em anais de eventos têm a mesma categoria. De maneira mais eventual, debatedores oficiais podem ser indicados para comentar os trabalhos. Porém, em quaisquer situações, os trabalhos apresentados passam pelo crivo de uma comissão organizadora e, muito frequentemente de uma comissão científica. Esses acréscimos acentuam a maior ou menor posição intermediária dos anais de eventos em termos de publicação.

Por fim, essa modalidade de divulgação da pesquisa contempla o avanço do conhecimento e a interação de pesquisadores, o que revela que os resultados das pesquisas atingem seus objetivos e, portanto são factíveis enquanto instrumento de avaliação da ciência. É óbvio que todo esse conjunto de comunicação científica representa as potencialidades de uma disciplina e desvela o desempenho possível de uma área.

2.5. A LITERATURA CINZENTA

Recentemente, a expressão “literatura cinzenta” passou a adquirir um uso corrente. De acordo com Bichiteler, o termo *grey literature* foi cunhado por bibliotecários ingleses, em um evento de Biblioteconomia, ocorrido em 1978 na cidade de York, na Inglaterra, popularizando-se na década de 1980.

A princípio, a literatura cinzenta não significa o surgimento de um documento novo, nem tampouco é difícil de categorizar. Os relatórios, teses, trabalhos de eventos, pré-publicações, publicações oficiais, traduções, patentes, normas, atas, manuais técnicos, literatura comercial, entre outros, são documentos que exemplificam a literatura cinzenta. Muitas são as denominações. Inúmeras são as características. É todo documento não convencional, semipublicado, documento escuro, invisível, informal, fugitivo, efêmero,

subterrâneo, identificando-se por ter circulação restrita e acesso limitado. Ele apresenta dificuldade de controle bibliográfico, tiragem reduzida, difícil localização e circunscrito, em máxima medida, ao seu espaço de produção, razões pelas quais encontram-se penalizados economicamente. As mais distintas formas de aquisição desse tipo de literatura enfrentam um processo penoso e longo, quando viáveis. Em síntese, esse material bibliográfico não está submetido a um processo de sistematização.

As manifestações de Martine Comberousse e de Rosa Di Cesare podem comprovar a complexidade de um termo cunhado tão recentemente. Em conformidade com a descrição de Martine Comberousse, definida pela Association Française de Normalisation, a literatura cinzenta caracteriza-se como “qualquer documento datilografado ou impresso, produzido para um público restrito, fora dos circuitos tradicionais de edição e de controle bibliográfico nacional.” (COMBEROUSSE, 1995, p. 51). Também, de acordo com as observações de Rosa Di Cesare, a *International Conference on Grey Literature*, realizada em Washington, em 1995, o termo literatura cinzenta adquire novos contornos. “Literatura cinzenta são aqueles documentos difíceis de localizar e que não se publicam através dos canais comerciais.” (DI CESARE, 1995, p.39).

De qualquer modo, a literatura cinzenta encontrou no ambiente das novas tecnologias de informação e das publicações eletrônicas, oportunidade de franca expansão. Com o desenvolvimento e a crescente complexidade da rede *internet* estão surgindo outros tipos de literatura cinzenta, como os correios eletrônicos impressos, os arquivos cinzentos, os *sites* de instituições científicas, governamentais e outras, dentro de novos perfis que, a cada momento, adquirem novas facetas. Como é sabido, a *internet* é um produto muito mais à disposição das redes científicas, Assim, estima-se atualmente que com a rede de informação, a literatura cinzenta esteja atualmente superando de três a quatro vezes a chamada literatura convencional. Esse fato denota que essa concentração acontece apenas na área de C&T. Ademais, a informação bibliográfica nesse mundo globalizado e de interconexão colocou em relevo uma das mais caras características da produção científica mundial: a falta de controle bibliográfico efetivo da comunicação científica.

A literatura cinzenta pode ser definida e classificada, conforme descrição abaixo:

- Anais/Atas de Eventos são publicações ou série de publicações que contém os textos de conferências, exposições ou comunicações de estudos transmitidos oralmente em um encontro de pesquisadores. Esses eventos acontecem em todos os campos da ciência;
- Normas são documentos que refletem o consentimento de uma comunidade, a fim de se fixar um modelo padrão a ser posto em prática;
- Relatórios são textos que descrevem o desenvolvimento e/ou o resultado de uma pesquisa técnica e/ou científica;
- Patentes são documentos que contém a descrição de uma invenção, garantida pelos governos, com o direito de produzir, usar, vender e obter benefícios por um determinado período;
- Dissertações e/ou Teses são produtos de pesquisa, apresentados para a obtenção de titulação acadêmica;
- Boletins são documentos emanados de determinadas instituições, associações e/ou sociedades;
- Publicações Oficiais são textos emitidos por organismos governamentais que contém informações técnicas, científicas e estatísticas;
- Manuais Técnicos e Literatura Comercial são documentos editados por empresas, com a finalidade de distribuir informações técnicas e/ou de propaganda, cujo conteúdo fornece dados sobre produtos e serviços.

As descrições acima demonstram que a literatura cinzenta proporciona informação de vital importância e de qualidade para um contingente considerável de pesquisadores. Efetivamente, o volume da produção científica anualmente coberta por esse tipo de literatura, que escapa dos circuitos editoriais, representa uma fonte extraordinária de riqueza de informações inéditas. Isso significa dizer que, no sentido estrito do termo, toda produção científica, em suas mais variadas formas e, porque não do próprio periódico científico, pode conter esse caráter de literatura cinzenta. Aliás, um dos grandes argumentos a favor das publicações periódicas está na facilidade de localização dessas revistas, em grandes bibliotecas. Talvez, o mesmo já esteja ocorrendo com a literatura cinzenta na *internet*. A proliferação de bancos de dissertações e teses em texto completo

já é realidade. Boletins, relatórios, normas, publicações oficiais e literatura comercial, crescentemente estão acessíveis nos *sites* das instituições. O índice de patentes – *Derwent Innovations Index*, registradas nos Estados Unidos é real, porém sua disponibilidade, em geral, ainda sofre reserva de mercado, necessitando a transferência de divisas de cada país que almeje um determinado produto patenteado. Por outro lado, se as patentes não têm sido uma fonte de informação importante, em muitos dos campos científicos no interior da universidade, por outro, a tríade Ciência, Tecnologia & Inovação, talvez inaugurem uma nova demanda dos cientistas vinculados à academia. Exemplificando, hoje cerca de 20% de cientistas acadêmicos usam patentes com frequência, em comparação com cerca de 80% da indústria. Na verdade, sua utilização depende estritamente de razões de caráter econômico, que hoje supõe um ponto de partida para a obtenção dos resultados de pesquisa. Dada a importância desta base para o desenvolvimento e registro das patentes, esse é um índice constante do *Portal de Periódicos*.

Em síntese, a literatura cinzenta assume várias formas que, quase nunca, se encaixam em livros e periódicos, apresentando diversas classificações e conceitos. Ao mesmo tempo, essa literatura é, em máxima medida, produto de universidades, laboratórios de pesquisa, centros de pesquisa, sociedades científicas e acadêmicas, organizações governamentais, empresas e indústrias, portanto circunscritas significativamente ao mundo da ciência. Também, com a *internet* atenuam-se as linhas divisórias que distinguem as várias modalidades de produção científica e os limites entre literatura branca (livros e revistas) e literatura cinzenta (outros modelos de documentos) se rompem. Ademais, a comunicação social e a difusão da cultura científica que implicam na percepção pública da ciência podem se confundir em alguns momentos com a literatura cinzenta, representando mais uma forma de divulgação tão “cara” aos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais.

2.6. A DIVULGAÇÃO NA MÍDIA

Com a invenção da imprensa, no século XVI o transporte de correio não governamental assumiu um caráter cada vez mais formal e começaram a surgir os sistemas postais que se incumbiam de transportar as folhas noticiosas. A distribuição,

inicialmente esporádica, tornava-se mais regular. A publicação resultante dessas iniciativas foi evidentemente o ancestral do jornal moderno. No século XIX, os cientistas em geral apresentavam os resultados de sua pesquisa diretamente ao público. Suas pesquisas eram divulgadas em periódicos científicos, mas também em revistas mais generalistas. Ao mesmo tempo, o crescimento dos meios de comunicação de massa inevitavelmente levou a demandas por mais informações sobre as atividades de pesquisas que interessariam ao grande público. A prática marcante da vulgarização científica, iniciada na primeira metade do século XX, acelerou-se depois da Segunda Guerra Mundial, sendo cada vez mais comum os repórteres científicos especializados. Em essência, esse personagem formava uma espécie de filtro de informação entre o pesquisador e o público e proporcionava um meio para manter o acesso público à informação científica, apesar das dificuldades crescentes causadas pela especialização. Paralelamente, muitos cientistas continuaram a se ocupar da atividade de vulgarização da ciência. Entretanto, a profissionalização acentuada da pesquisa levou a comunidade científica como um todo a encarar com crescente suspeita todo aquele que despendesse muito tempo escrevendo para o grande público. O fim do século XX colocou novamente em evidência o tema da vulgarização da ciência. Novos enfoques e distintas preocupações entram na agenda científica.

As atividades científicas implicam necessariamente que a pesquisa científica esteja intimamente ligada à interação social. Assim, surge a necessidade de acumular dados, desenvolver teorias e experiências simultaneamente e modificar idéias. Tudo isso faz com que os cientistas se envolvam com comunicação. Atualmente, a percepção pública da ciência, da cultura científica e a participação do cidadão são elementos fundamentais para a tomada de decisões nas políticas públicas de cada país. A Ciência, Tecnologia & Inovação têm importância evidente e indiscutível no mundo moderno, as quais adquirem caráter relevante em todos os aspectos da vida, influenciando, certamente, os processos de transformações políticas das sociedades contemporâneas. É esta uma condição estrutural, das sociedades que transitam em direção a cenários de economias baseadas no conhecimento. Na sociedade moderna, os temas da ciência se transformam em questões de C,T&I, trazendo impacto sobre dimensões variadas: a economia, a política, a sociedade civil, os domínios institucionais especializados, como saúde,

educação, lei, bem estar, seguridade social, a cultura e os valores advindos da indústria cultural, de crenças, das normas e dos comportamentos em sociedade.

Um dos desafios na atualidade da dinâmica destas relações, isto é entre Ciência, Tecnologia e Sociedade é a preocupação de como evoluem as três dimensões de imbricação relevantes: a percepção pública, a cultura científica e a participação dos cidadãos. Esses estudos sobre a comunicação social e a difusão da cultura científica e suas interferências na vida cotidiana dos cidadãos vêm tendo maior presença ao longo dos últimos trinta anos, nos países centrais. O surgimento de movimentos sociais críticos do desenvolvimento científico e tecnológico impulsionou, em boa medida, o interesse pela percepção e pelas atitudes públicas em relação ao “fazer” científico. Desse modo, o campo em questão o orientou paulatinamente para o desenvolvimento de ações tendentes a melhorar o nível de conhecimento e a compreensão pública da ciência. Tal situação propiciou o desenvolvimento de discursos que sustentem a importância crucial de que o grande público esteja informado, conheça e compreenda a ciência, o que implica conhecimento sobre a natureza e a dinâmica da pesquisa científica.

Em conformidade com Carlos Vogt e Carmelo Polino, o fomento da cultura científica se estrutura sob quatro argumentos básicos:

- Argumento pragmático - as pessoas precisam compreender a ciência e particularmente a tecnologia para saber como atuar na vida cotidiana, numa sociedade cada vez mais dependente dessa estrutura;
- Argumento democrático – as pessoas precisam compreender a ciência para relacionar-se com os temas complexos da pesquisa, enquanto cidadão das democracias modernas;
- Argumento cultural – a ciência é parte da herança cultural, portanto ela é necessária para a compreensão da cultura. O conhecimento dos objetos e fenômenos do que nos rodeia é um recurso para a satisfação plena, enquanto cidadão;
- Argumento econômico – é necessário contar com uma força de trabalho com suficiente cultura científica para que haja desenvolvimento efetivo na economia de cada país. (VOGT & POLINO, 2003, p. 58).

Como resultado do desenvolvimento dessas questões há que analisar a relação entre ciência e meios de comunicação. As fontes mais freqüentes de informação científica dirigidas ao grande público se encontram nas bibliotecas, nos museus, nos jornais, nas revistas, na *internet*, na televisão e no rádio. O público pode freqüentar bibliotecas, museus, utilizar a *internet* e, ainda ser leitor regular de um jornal ou de uma revista de distribuição nacional e internacional. Também, utilizar outros meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio para tentar compreender a cultura científica.

Ao longo da história, o avanço de uma estrutura teórica cada vez mais complexa de grande parte das pesquisas encontrou uma linha divisória entre os que faziam pesquisa em qualquer uma de suas formas e os membros do público em geral que se interessavam por conhecer os resultados de pesquisa. Nessa linha, surgiram os jornalistas científicos que têm interagido mais do que os pesquisadores com o público leigo. Em geral, o contato direto do cientista é muito menos importante como fonte de informação do que os meios de comunicação de massa. O interesse público tende a refletir a preferência por temas que possam ser entendidos sem exigir grandes conhecimentos teóricos.

Em termos gerais, o conceito de percepção pública remete ao processo e aos mecanismos de comunicação social e ao impacto desses sobre a formação de conteúdos, atitudes e expectativas dos membros da sociedade em relação à Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, a cultura científica não consiste somente em um estoque de conhecimentos codificados que o cidadão incorpora, mas também implica outras dimensões. Dessa forma, utilizar a alfabetização científica - *scientific literacy*, envolve a compreensão do entorno social, no qual o conhecimento científico se torna imperativo. Portanto, os meios de comunicação não podem se basear numa relação unilateral. De um lado, especialistas – “sábios” e, de outro, leigos - “ignorantes”. Entretanto, a superação desse modelo linear e dicotômico representa o resultado da comunicação social da ciência, nas mais distintas mídias.

A amplitude do público leitor é um outro aspecto que desvela a existência de diferenças de características entre as disciplinas. Essas diferenças se revelam nas características de um tema de pesquisa mais ou menos adequado para ser comunicado ao grande público. Os repórteres científicos e produtores da mídia preocupam-se principalmente com temas que possam ser considerados “jornalísticos”.

Simultaneamente, esses temas apresentam várias características. Primeiramente, um acontecimento para ser tido como importante, deve ter ocorrido recentemente ou, melhor ainda, estar por acontecer. Posteriormente, deve, de algum modo, ter alguma pertinência para a vida normal das pessoas. Também, deve conter um elemento de distração. Diante disso, fica muito evidente que o noticiário de pesquisa pode diferir e, muito, das prioridades da comunidade científica e do próprio mundo global. Do ponto de vista da mídia, as Ciências Experimentais e as Ciências de Observação - Astronomia, Geologia, Arqueologia, História Natural da Botânica e da Zoologia tendem a estar excessivamente representadas. A apresentação pública das Ciências Humanas e Sociais suscita um intrigante enigma. No amplo leque de temas destas disciplinas, o interesse da mídia concentra-se no próprio objeto de estudo e não na pesquisa em si. Isto dito, as “matérias” televisivas são menos afeitas à divulgação das pesquisas em Humanidades. Contudo, as publicações de resenhas de livros, tão peculiares às disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, são muito benquistos nos jornais e nas revistas generalistas. Também, uma via mais direta pela qual a pesquisa pode alcançar um público maior é aquela em que os próprios pesquisadores são os apresentadores. As três maneiras possíveis desse esforço de divulgação da ciência pode ser obtida mediante a elaboração de artigos em jornais e revistas “populares”, escrevendo livros numa linguagem mais acessível ou, também se apresentando no rádio e na televisão ou, mesmo disponibilizando na *internet*.

Hoje em dia, a própria comunidade científica tem se ocupado das discussões. Do ponto de vista da percepção pública da ciência, a mesma convicção na unicidade da ciência, que permeia os índices de produtividade científica, traz em seu bojo implicações na difusão e aceitação internacional da informação científica. Esse viés sugere que todos os países devem adotar as formas de comunicação desenvolvidas nos centros da vanguarda da ciência. Ao lado desse fenômeno existem as experiências de medição da percepção pública da ciência aplicada pela tradição internacional. A National Science Foundation, órgão de fomento à pesquisa dos Estados Unidos iniciou as bases metodológicas e o aparato conceitual na produção de iniciadores de ciência e tecnologia. Para essa Instituição, a compreensão e as atitudes do público com relação ao desenvolvimento científico-tecnológico significa entender as relações, cada vez mais intrinsecamente constitutivas, entre Ciência, Tecnologia e Sociedade.

No tocante à alfabetização científica reafirma-se a importância das bibliotecas, dos museus, dos jornais, das revistas, da televisão, do rádio e da *internet*. Contudo, o nosso foco de investigação fica centrado nas pesquisas veiculadas pela mídia, que se dividem em duas categorias: as que são incluídas em artigos escritos especialmente para jornais e revistas e as que são apresentadas na forma de notícias ou documentários de rádio e televisão. Outra forma de vulgarização da ciência acontece na *internet*. A informação eletrônica traz em seu bojo a possibilidade de um público muito maior, que carece de meios para aferir sua aceitabilidade, ter sua atenção despertada para esse material duvidoso.

Um dos veículos de percepção pública que estão disponíveis nos jornais e nas revistas são: *New York Times Book Review*, *Times Literary Supplement* e *New York Review of Books*, que embora tenda a dar maior destaque a títulos publicados por grandes editoras universitárias dos Estados Unidos e da Inglaterra, se incumbem de publicar resumos críticos dos resultados de pesquisa científica. No Brasil, o *Jornal de Resenhas* da *Folha de São Paulo* (recém-desativado) e revistas de divulgação científica, como *Ciência e Cultura*, *Pesquisa FAPESP* etc. são alguns outros exemplos. Contudo, jornais, revistas generalistas e periódicos especializados, particularmente os editados por Associações e Sociedades científicas costumam dedicar uma seção para comentar sobre livros científicos. Outros tipos de divulgação científica utilizam meios distintos de comunicação de massa. No caso da televisão existe um favorecimento por temas visualmente atraentes, sendo de longe, o veículo mais popular para o consumo da ciência pelo público. Mas, essa mídia merece restrições no que tange a muitos grupos do grande público. Na verdade, uma mesma pessoa pode ser um pesquisador em determinada área, mas simultaneamente um membro interessado do público geral em vários outros assuntos. Isso indica que não há realmente um público único para as pesquisas comunicadas pela mídia, mas há vários públicos que se superpõem.

No caso da utilização dos meios eletrônicos começa a desaparecer a distinção entre canais formais e informais de comunicação. O desenvolvimento da tecnologia da informação e da comunicação está possibilitando cada vez mais aos computadores funcionarem como canais para os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão. Em princípio e, cada vez mais na prática, os pesquisadores podem fornecer

informações a um público de massa por intermédio da mesma tecnologia de comunicação de que se valem para travar contato com os colegas. Esse apagamento das divisões tradicionais é um fator crucial na passagem da informação dos canais tradicionais (formais) para os eletrônicos (informais). Inevitavelmente, afetam não só a forma como as informações são processadas, mas também as instituições que participam do processamento de informações: o pesquisador, as editoras e as bibliotecas.

A comunicação eletrônica e a imprensa podem produzir percepções distintas. A diferença importante está na flexibilidade do processamento eletrônico. Por conseguinte, definições e hábitos de trabalho que se desenvolveram no ambiente da palavra impressa talvez não se apliquem a um outro ambiente dominado pela comunicação eletrônica. Também, o processamento eletrônico vem modificando e facilitando o trabalho de vulgarização científica do pesquisador e do repórter científico. Por exemplo, um cientista sentado diante de um terminal de computador ligado a uma rede pode simultaneamente enviar um correio eletrônico, estar participando de uma conferência via *internet* e remeter um artigo para um periódico eletrônico. Na prática, a mesma informação pode estar sendo objeto de três atividades, com impactos diferentes e objetivos distintos. Nessas circunstâncias, em máxima medida, trata-se de um retorno aos tempos anteriores à existência do periódico científico, quando a informação científica era transmitida por meio de correspondência pessoal, mas com o objetivo de divulgação ampla.

Num país, como é o caso do Brasil, onde a cada ano, menos de 1% da população visita algum Centro ou Museu de Ciência, a divulgação científica assume um papel fundamental. Dentre desse contexto torna-se oportuna a popularização da ciência. A Reunião dos Fóruns Nacionais de Secretários Estaduais de C&T e das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) já inseriram em suas agendas a discussão do tema. A propósito, esse encontro foi realizado recentemente nos dias 18 e 19 de novembro de 2004, na cidade de Curitiba.

CAPÍTULO 3. ESTUDO DE CASO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

A Antropologia enquanto disciplina autônoma já se consolidou no Brasil, baseada na construção de seu objeto de pesquisa que compreende o estudo integral do homem, com maior concentração nos problemas de mudança e permanência da sociedade brasileira e numa perspectiva de soluções para os problemas locais. Enquanto, o Brasil se vale da Antropologia para problematizar os mitos e os ritos de sua identidade, através do mito da indigenidade, da africanidade e de outros grupos sociais: reciprocamente, a Antropologia se vale do Brasil para seus debates teóricos, metodológicos e empíricos das etnografias indígenas, regionais, camponesas, urbanas e religiosas, se tornando a desbravadora de áreas sensíveis da sociedade brasileira. Enquanto a História e a Sociologia se debruçam sobre os problemas teóricos, metodológicos e empíricos em um nível macro, a Antropologia aborda os temas e as questões mais específicas que passam ao largo da abordagem histórica e sociológica.

Como ensina Roberto Cardoso de Oliveira, “o culturalismo incipiente de Tylor vai encontrar seus intérpretes nos antropólogos culturais norte-americanos que, por sua vez, reintroduzem a história no horizonte da Antropologia e o interesse pelo indivíduo, este último visto em suas relações com a cultura através (...) de todos descendentes diretos de Franz Boas. Mas é a História, e com ela o tempo, que vai reencontrar na “Escola Histórico-Cultural Norte-americana” o palco de sua realização, porém numa modalidade diferente daquela que marcou as teorias evolucionistas do passado: as grandes teorizações sobre o desenvolvimento e o progresso da humanidade. A história, agora, menos do que se propor a estabelecer grandes sequências de eventos culturais, passa a se propor a estudar a “dinâmica das mudanças que podem ser observadas pelo pesquisador” e não meramente inferidas pela via da reconstrução especulativa. Mas vale notar aqui que mesmo essa história, voltada para entender processos de mudança, é apreendida em sua exterioridade, a saber, procura-se nela a objetividade dos fatos sócio-culturais. É o tempo do objeto cognoscível - que passa, se transfigura, muitas vezes desaparece – enquanto o sujeito cognescente permanece estático, mudo, intocável por uma realidade que se movimenta ao seu redor. O que significa que a temporalidade do outro nada tem a ver com a do antropólogo observador, neutro ou, melhor diria,

neutralizado por uma simples questão de método.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, R., 1988, p. 20).

A Antropologia do Brasil mostrou ser classicamente indigenista, não apenas devido ao desenvolvimento da disciplina como um todo, mas, também por ser um elemento primordial na tomada de consciência nacional ligada ao fenômeno do nacionalismo. Inicialmente, a Antropologia brasileira distinguiu-se fundamentalmente daquela existente na Europa, pois não se propunha estudar povos distantes, mas conhecer-se a si mesmo. Os estudos antropológicos iniciados no Brasil com os “viajantes” que vieram estudar as sociedades indígenas, se ramificaram em domínios extremamente diversificados. As mudanças marcantes nas sociedades tradicionais estudadas pelos antropólogos os levaram a se envolver, de forma cada vez mais profunda, com os problemas das mudanças ocorridas e na permanência dessas mesmas sociedades, o que significa contribuir com uma atenção bem maior entre os elos indivisíveis que operam na cultura e em outros aspectos do desenvolvimento. No caso dos antropólogos houve maior concentração nos laços entre processos culturais e processos econômicos, políticos ou sociológicos, conduzindo a uma crescente ênfase nos aspectos culturais da cognição. O campo da Antropologia Cultural se expandiu e com ele se diversificou os centros de interesse e os seus métodos de investigação, sendo atualmente tênue a linha divisória, se é que ainda existe, entre Antropologia Social e Cultural. Já, a Etnologia relativa às sociedades primitivas dos aborígenes estendeu-se aos negros, aos colonizadores, aos imigrantes, as populações rurais e urbanas do passado e do presente. Além disso, os antropólogos biológicos vêm trabalhando cada vez mais, com as questões relativas às doenças e nutrição no terceiro mundo e, fornecendo especialmente, uma compreensão maior dos aspectos populacionais que revestem os problemas ecológicos, com os quais se defrontam vastos setores da população humana. Finalmente, o antropólogo debruça sua atenção nos estudos das comunidades modernas, campesinas, instituições específicas e de adaptação das culturas tribais.

Enfim, os antropólogos brasileiros sempre buscaram a construção de um amplo espaço de reflexão, de produção de novos conhecimentos e de divulgação desses resultados. Para isso a institucionalização da Antropologia consubstanciada em seus cursos em nível de graduação e de pós-graduação, nos pesquisadores, associações

científicas, publicações e órgãos de fomento à pesquisa só fazem corroborar o dinâmico, atuante e avançado estado da arte da disciplina no Brasil.

3.1. UM OUTRO OLHAR

A proposta do estudo de caso da Antropologia brasileira requereu a investigação, caracterização e tentativa de compreender o processo, mediante o qual a Antropologia se implantou e se desenvolveu no Brasil. Foi necessário que se retrocedesse às últimas décadas do século XIX, rastreando as origens do processo da Antropologia física e que se avançasse pelo século XX, quando se teriam completado suas etapas essenciais. Embora, o foco principal estivesse concentrado na Antropologia, as próprias características do cenário científico do Brasil no período obrigaram a ampliar a ótica para além do campo temático, sob pena de perder traços essenciais da tessitura do “fazer” antropológico no Brasil. Essa riqueza da historiografia da Antropologia, manifesta entre os antropólogos brasileiros e de suas instituições se fez essencial, não por inexistência de estudos especializados da disciplina, mas sim porque essa redescoberta está sendo percorrida através de “um outro olhar”, o qual significou a escolha de percurso didático que perpassa os vários momentos que a Antropologia brasileira atravessou.

Com esse intuito, o olhar do outro – um não-antropólogo - busca, neste momento, radiografar a Antropologia desenvolvida no Brasil, para no momento seguinte – da pesquisa de campo, encontrar o próprio antropólogo, conforme sugere Peirano. “A pesquisa de campo, concebida como o encontro com o “outro” é constitutiva do conhecimento disciplinar”. (PEIRANO, 1991, p. 48)

Dito isto, em benefício de uma delimitação mais rigorosa, procura-se representar as condições em que nascem e se desenvolvem, e que formas assumem no Brasil, as manifestações científicas da Antropologia desde a sua constituição, crescimento e organização da disciplina no País. Também, o que se pretende fazer não é uma exposição exaustiva de fatos históricos, mas sim a reconstrução analítica de alguns momentos significativos da evolução das formas de manifestação da Antropologia no Brasil e dos cientistas sociais que se empenharam em dar conta do processo de constituição das disciplinas de Sociologia, Política e Antropologia, até chegar aos antropólogos

brasileiros, que têm contribuído para a constituição, consolidação e desenvolvimento do campo disciplinar. Esses momentos, enquadrados em períodos do desenvolvimento histórico, cultural, econômico, político e social do Brasil, não serão vistos como simples consequência de fatos, mas sim contextualizados e analisados para deles se tentar extrair a natureza, a função, a sustentação e a importância desses pesquisadores brasileiros que se incumbem da atividade de produção do conhecimento em Antropologia, procurando evitar uma visão linear de crescimento da área que se caracteriza pela apresentação de resultados, compostos de uma série de aperfeiçoamentos sucessivos e avanços significativos.

As diferentes modalidades de expansão da Antropologia brasileira surgem ao longo da história brasileira, muitas vezes com o aprimoramento das manifestações preexistentes, apresentando um caráter de aperfeiçoamento cumulativo e, em outros casos, algo inteiramente novo, nunca existente antes. Seu aparecimento constitui, na realidade, o epifenômeno de uma transformação que se opera na sociedade do Brasil e do Estado, ou em ambos. Sua gênese é complexa e não se explica isoladamente, de acordo com as evidências históricas, como resultado de simples manifestações de funcionalidade em relação ao Estado, nem como puro e óbvio produto do pensamento hegemônico. Aparentemente, sua origem é de índole ideológica e se deve a um encontro de fatores endógenos, com fatores exógenos ao Brasil, onde cada geração dos produtores da Antropologia brasileira tem tentado moldar a sua própria posição e firmar o valor de sua contribuição para a história das Ciências Sociais.

Roberto Cardoso de Oliveira, em sua exemplar obra “Sobre o pensamento antropológico”, revela-nos que “hoje, a preocupação sobre o pensamento humano, renasce na Antropologia com significativo vigor e, de certa maneira, renova-se e a torna um campo privilegiado de indagação, onde a pesquisa empírica e a reflexão teórica se articulam e juntas buscam desvendar o enigma: até que ponto a sociedade se “reproduz” (ou se representa) no pensamento?” (CARDOSO DE OLIVEIRA, R., 1988, p.28).

3.2. OS MUSEUS DE CIÊNCIAS NATURAIS ABREM SUAS PORTAS

E Roberto DaMatta tem a palavra. “O colecionador do museu, como o administrador colonial e o nosso antropólogo vitoriano evolucionista, tem uma verdadeira mania classificatória. De fato, concebem a ciência do homem como uma espécie de arte classificatória, sendo sua tarefa obter exemplos típicos de etapas pelas quais tem caminhado a humanidade no seu avanço até o nosso tempo e, sobretudo a nossa sociedade”. (DAMATTA, 1983, p.8).

A fase inicial da Antropologia brasileira representou a exploração do exotismo do povo brasileiro e do interesse despertado pelos colonizadores. Mesmo antes da instalação de museus nacionais, ou seja, desde a época de seu descobrimento, o Brasil foi redescoberto inúmeras vezes pelos estrangeiros por suas belezas naturais, sua flora, sua fauna e pela gente que nele vivia, na qual sobressaia-se, de longe, uma enorme diversidade de grupos indígenas. Eram os naturalistas europeus incumbidos de coletar coleções e matéria prima para abastecer os museus europeus, com vistas à uma “adequada” classificação dos objetos. Na prática, as necessidades estrangeiras ordenavam estudos e pesquisas locais, cujo principal objeto eram os índios e seus artefatos e a Antropologia debatia-se no interior da contradição: de um lado a força da produção que vinha de fora, em busca de um saber evolutivo, classificatório e pautado nas Ciências Naturais e de outro, a dura realidade local, no que se refere às perspectivas de pesquisa e de produção do conhecimento. O texto de Lilia Schwarcz traz uma série de elementos para pensar esse contexto. “Para esses naturalistas, a grande preocupação centrava-se na classificação correta dos objetos e não na questão da preservação do conjunto de peças, uma vez que a idéia imperante era que essas culturas se extinguiriam até por um princípio de seleção, estando os “vestígios”, segundo a visão desses cientistas, mais bem preservados em museus metropolitanos.” (SCHWARCZ, 1989, p. 26).

Nesse contexto, a vinda da Corte para o Brasil (1808), propiciou a abertura dos museus que se tornaram os centros de pesquisas responsáveis pela moderna concepção de pesquisa experimental que se introduziu no País e, nos quais se formaram as primeiras gerações de pesquisadores brasileiros. No período de apogeu dos museus (1870 e 1930),

que havia se iniciado em 1808 e se prolongado pelas primeiras décadas do século XX, se conheceu a fase de nascimento, apogeu e decadência dos museus brasileiros, enquanto espaço dedicado apenas ao estudo das Ciências Naturais que se constituíram para cumprir um papel de relevância enquanto local de ensino e produção científica, onde as mostras passaram a refletir uma nova e clara racionalidade – os Museus de História Natural apresentariam exposições instrutivas. Nessa nova lógica a nação se faz ao mesmo tempo “sujeito” e “objeto” de reflexão. Então, os museus etnográficos começaram a funcionar, praticamente restritos ao mundo das Ciências Naturais enquanto lares de uma Antropologia – Física – nascente. Os estudiosos, em sua grande maioria, naturalistas viajantes europeus – botânicos, zoólogos, geólogos e mineralogistas, buscavam conhecimentos sobre a flora, a fauna e os grupos indígenas, tendo como objetivo reunir coleções de artefatos para os museus locais e de fazer pesquisas etnológicas propriamente ditas, com ênfase na exportação desse conhecimento para os países mais avançados.

Passemos a palavra a Ana Maria Alves. “As atividades de História Natural tiveram sua presença marcada no Brasil pela atuação dos viajantes e naturalistas brasileiros e estrangeiros, pelas coleções particulares de Ciências Naturais, tão comuns no século XIX, pelas instituições criadas no País desde o período colonial, como jardins botânicos e zoológicos, e também por aquelas que foram talvez as mais características entre as instituições a dar abrigo à História Natural: os Museus de História Natural.” (ALVES, 2001, p. 19).

Nesse sentido, parece essencial resgatar, ainda que sucintamente as atividades de alguns museus brasileiros de História Natural em seus períodos de apogeu, como o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi, que se voltaram para o estudo científico da natureza brasileira, nos quais se praticavam atividades nos diversos campos científicos vinculados à História Natural. Assim, coube a esses museus um importante papel, não só na integração de práticas científicas do Brasil, mas no processo de formação da Antropologia brasileira, particularmente no que se refere às suas publicações periódicas incumbidas de divulgar a produção científica de suas instituições.

3.2.1. O MUSEU NACIONAL

Com a vinda da Corte de Portugal para o Brasil e o intenso movimento dos naturalistas europeus se desenvolveu por todo o País, mais acentuadamente no Rio de Janeiro, uma certa mentalidade de valorização dos estudos de História Natural, tendo os museus locais o papel de instituições depositárias dos materiais coletados durante os estudos, o que enfatizava o caráter eminentemente prático desses estudos. Foi assim, num ambiente propício que D. João VI criou o Museu Real, depois Museu Nacional, a primeira instituição brasileira dedicada exclusivamente ao estudo das Ciências Naturais.

Entretanto, o período de conturbações internas que se prolongaram até a Regência fizeram com que faltassem ao museu o apoio político e financeiro necessário ao bom andamento da instituição. Também, por alguns anos, o seu grupo de funcionários ocupou-se, sobretudo da preparação e manutenção do material das coleções que só começaram a ser expostas ao público em 1821. Atividades de pesquisa e experimentais desenvolveram-se somente a partir de 1824. Em 1856, conferências sobre Antropologia, Zoologia, Botânica e Física foram realizadas por seus técnicos e somente em 1863 instituiu-se a biblioteca, inicialmente com três mil volumes. Porém, foi somente depois da reforma de 1876, idealizada por Ladislau Netto, que ocorreu o período áureo da Instituição, passando a editar a revista de publicação trimestral *Archivos do Museu Nacional*. Pelo museu passaram vários diretores, valendo citar Edgar Roquete Pinto (1915) e Heloísa Alberto Torres (1926 e 1935).

Nas primeiras décadas do século XX era ainda bastante ampla a gama de pesquisa desenvolvida no museu, devido à inexistência no Brasil de outras instituições científicas. Nesse ínterim, foram se delineando os campos que persistiram ativos no museu: Antropologia, Paleontologia, Geologia, Zoologia e Botânica. Desde 1946, - integrado à Universidade do Brasil -, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Museu Nacional, em seu novo regimento de 1971, vem desenvolvendo novas atividades. Além das atribuições relativas a pesquisas e estudos de natureza básica e aplicada em Ciências Naturais e Antropológicas; à coleção, classificação e conservação do material de interesse; à divulgação das pesquisas, têm ainda a atribuição de participar do ensino em nível superior, ministrando cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização.

Hoje, o Museu Nacional contribui significativamente para o bom desempenho do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, o que significa dizer que esta Instituição conseguiu não apenas estreitar uma tradição naturalista que teve continuidade nas atividades dos primeiros museus estaduais, mas principalmente permanece ativa até hoje. Ainda, destacam-se o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

3.2.2. O MUSEU PAULISTA

O Museu Paulista criado em 1893, depois de uma série de contratemplos, foi inaugurado em 1894, a partir de modelos institucionais externos, cujo maior referencial estava assentado no Museu Nacional dos Estados Unidos. Estava afeito a formação de “sábios” e a de um público instruído com rudimentos da ciência. Ao adotar o modelo americano, o Museu Paulista se diferenciava em alguns aspectos do Museu Nacional e do Museu Paraense, que seguiam padrões europeus de organização de museus.

Foi primeiro diretor do museu Hermann von Ihering entre os anos de 1894 a 1916. Em 1896, ou seja dois anos depois da inauguração do museu, já se publicava o primeiro número da *Revista do Museu Paulista* que esteve ativa até 1914. Em 1872, Hermann von Ihering iniciaria sua carreira como cientista, estudando Antropologia, sendo que seus primeiros trabalhos versaram sobre a formação do crânio humano, craniometria e temas correlatos. Entretanto, a partir de 1874 passou para o campo da Zoologia, mas manteve seu interesse pela Antropologia como mostra sua atuação no museu e a coleção do periódico editado pela Instituição, onde escrevia artigos sobre o índios brasileiros e sugeria a necessidade de estudar esses grupos.

Num segundo momento, em 1917, assume Affonso D’Escragnolle Taunay, permanecendo até 1929. Uma das primeiras preocupações do novo diretor foi reativar a pesquisas com índios, negros ou brancos, esses últimos vistos como grupos minoritários ou segmentos pouco privilegiados da sociedade nacional, com uma presença marcante e quase sistemática do “conceito de cultura”. Também, eram os casos dos favelados urbanos, pequenos produtores rurais (caipiras) ou os caiçaras do nordeste. Essa preponderância do objeto real sobre objetos teoricamente construídos, compôs as duas tradições – Etnologia Indígena e Antropologia da sociedade nacional, no campo

antropológico nacional, que iriam refletir nas décadas seguintes nas Ciências Sociais das universidades brasileiras. Retoma a *Revista do Museu Paulista*, interrompida três anos antes. Também, se iniciou um crescente processo de transformação do museu, através do incremento da História. E, a partir de 1939, o Museu Paulista, mais conhecido como Museu do Ipiranga, restringiu definitivamente suas atividades à Etnografia e à História, condição que preserva até hoje. Atualmente, esse museu é órgão da Universidade de São Paulo, continuam a desempenhar um papel primordial nas atividades científicas, bem como em sua divulgação para o grande público.

3.2.3. O MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1866, inaugurava-se o Museu Paraense de História Natural, atualmente Museu Paraense Emilio Goeldi, cujo principal objetivo seria o estudo da natureza amazônica, de sua flora e fauna, da constituição geológica, rochas e minerais e da geografia da imensa região. Essa instituição foi organizada a partir do antigo Museu Arqueológico e Etnográfico existente em Belém. Contudo, é a partir de 1893 que o museu ganha certa notoriedade e elabora duas revistas: *Boletim do Museu Paraense e Memória do Museu Paraense*. Entre os naturalistas viajantes, que trabalharam ativamente na instituição, vale a pena destacar o nome de Curt Nimuendajú – etnólogo alemão, cujo nome original era Curt Unkel e que muito contribuiu para a Antropologia no Brasil.

Foi um museu próspero até 1930. Desta época a 1954 suas atividades de pesquisa praticamente se extinguiram, tendo sido retomadas nesse último ano, quando o museu passou a ser administrado, em regime de comodato, pelo CNPq, situação essa que persiste até hoje, com pesquisadores atuantes de destaque na área de Antropologia e no cenário brasileiro. Ainda, este Museu tem trabalhado de maneira integrada com o curso de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará.

3.2.4. O FIM DA ERA DOS MUSEUS

A década de 1920 assiste a decadência dos museus brasileiros de História Natural, seja enquanto fenômeno mundial ou em razão de uma perspectiva mais nacionalista. Por essa época, buscava-se de maneira mais direta uma educação técnica e de aplicação prática, ao mesmo tempo, que os museus enfrentavam permanente falta de recursos financeiros e de condições técnicas para dar continuidade ao projeto engendrado no início do século XIX. Por outro lado, grosso modo, se percebe que os museus nacionais mudaram seus projetos institucionais e perderam sua estatura globalizante, transformando-se, mais claramente, em museus exclusivamente dedicados às Ciências Naturais. Como se pode observar em George Zarur, “a Antropologia brasileira até a década de 1930 iria configurar-se como uma disciplina característica dos museus de História Natural. As instituições que se dedicavam à pesquisa antropológica consistiam no Museu nacional do Rio de Janeiro, no Museu Paraense Emílio Goeldi, no Museu Paulista e em alguns centros isolados de pesquisa ou de ensino superior”. (ZARUR, 1994, p.164).

Nesse sentido, fica patente que o País permaneceria, por um período, refém de sua própria origem. O Brasil, um país tradicionalmente considerado um laboratório em plena atividade ou um museu vivo, academicamente, também, estaria produzindo dados e conhecimentos a serem utilizados pelos países desenvolvidos. Foi nesse clima que emergiu a Antropologia Física, uma disciplina que buscava soluções para os problemas locais, mas na verdade acabava, em máxima medida, cumprindo os interesses externos. Por outro lado, embora a Antropologia constitua-se, em sua forma científica, a partir da segunda metade do século XIX, não invalida toda a coleta de dados armazenada durante o período colonial de nossa história. Os próprios antropólogos contemporâneos o descrevem como uma época representativa dada a riqueza da documentação etnográfica, histórica e social, coletada por cronistas, missionários, jesuítas, portugueses, franceses e holandeses. Nessa época registraram-se muitos informes sobre grupos indígenas, especialmente os da região costeira, porém, com raras tentativas de organização do material e principalmente, total ausência de procedimentos metodológicos de pesquisa. Daí ser considerado um período pré-científico, marcado pelo conhecimento empírico.

Convém lembrar que a institucionalização da ciência moderna no Brasil acontece no século XIX, a partir de marcos referenciais da cultura brasileira, caracterizada pela crise dos três séculos de sistema colonial e a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, traduzidas por mudanças substanciais no campo social, político, econômico e cultural do País.

Por último, vale registrar que os museus até hoje existentes, como o Museu Nacional, Museu Paulista, Museu Paraense Emílio Goeldi e outros, tais como o Museu do Índio, o Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP, o Museu de Antropologia do Rio Grande do Sul e outros continuam a prestar, com muitos méritos, as suas contribuições ao processo de desenvolvimento da Antropologia nacional.

3.3. A FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NACIONAL

“Na história da Antropologia no Brasil é impossível deixarmos de nos defrontar com uma evidência: de que a disciplina – conhecida em seus primórdios brasileiros habitualmente por Etnologia (leia-se, por exemplo, o “Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica”, de Florestan Fernandes) – sempre primou por definir-se em função de seu objeto, concretamente definido como índios, negros ou brancos, estes últimos vistos enquanto grupos étnicos minoritários ou segmentos desprivilegiados da sociedade nacional, sejam por exemplo os favelados urbanos, sejam ainda pequenos produtores rurais, como bem ilustram os caipiras de São Paulo ou os caiçaras do nordeste. Isso significa que o que se poderia chamar de modo de conhecimento – que deveria marcar a natureza do saber antropológico – ficou historicamente subordinado à natureza dos objetos reais com todos os equívocos que posições deste teor geram no desenvolvimento da disciplina. E em razão dessa mesma preponderância do objeto real sobre os objetos teoricamente construídos, surgiram duas tradições no campo da Antropologia brasileira, ordenando a divisão de trabalho (...). A primeira tradição que aparece com mais vigor é a da Etnologia Indígena, sendo a segunda a da Antropologia da sociedade nacional.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 111).

O século XX foi o grande divisor de águas para a Antropologia nacional. As tradições antropológicas, enquanto área inserida no quadro das Ciências Sociais

modernas, paulatinamente vão se constituindo até a sua consolidação como uma disciplina academicamente institucionalizada e ministrada por pesquisadores especialistas na área. Nesse sentido, Roberto Cardoso de Oliveira elabora uma divisão bastante didática para entender todo esse processo, acontecido no século passado e que se estende até o presente. Ele os divide em três períodos: “período heróico”, “período carismático” e “período burocrático”.⁷

A primeira fase, chamada de período “heróico”, que vai da década de 1920 adentrando a década de 1940, representava a época em que a profissão de antropólogo e a própria disciplina não estava ainda institucionalizada entre nós e, portanto, o trabalho de pesquisa tinha a característica de ineditismo e de vanguarda e os pesquisadores representavam os atores no processo de desenvolvimento do campo da Antropologia no País, o que os tornariam os grandes mestres e mentores intelectuais das futuras gerações. Era um momento com o sabor de uma atividade verdadeiramente heróica. Curt Nimuendaju, para a Etnologia Indígena, e Gilberto Freyre, para a Antropologia da Sociedade Nacional, começaram suas carreiras que se consolidariam nos períodos seguintes, desempenhando seus papéis de “heróis civilizadores”. Tanto um quanto outro se utilizaram amplamente do conceito de Cultura: Curt Nimuendaju pela importância que teve, em seu trabalho e Gilberto Freyre por seus estudos pós-graduados na Universidade de Columbia. Embora não sejam os únicos, seus nomes servem para marcar tipicamente o período. Outros nomes percorrem esse período, como Herbert Baldus, Edgar Roquete Pinto, Arthur Ramos e Heloísa Torres, no sul; Carlos Estevão de Oliveira e Estevão Pinto, no norte e no nordeste

Entretanto, outros autores, como Fernando de Azevedo e Mariza Corrêa, só fazem corroborar as afirmações de Roberto Cardoso de Oliveira. A Antropologia, nas décadas de 1920 e 1930, antes da implantação dos cursos de nível superior, já apresentava uma prática de pesquisa bastante desenvolvida, embora estivesse em início de carreira, em termos de instituições acadêmicas.

⁷ A divisão da Antropologia brasileira, em três períodos distintos - “heróico”, “carismático” e “burocrático”, está descrita pelo conceituado antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (Capítulo 5: “O que é isso que chamamos de Antropologia brasileira?”) em sua obra *Sobre o pensamento antropológico*. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 111-113).

Fernando de Azevedo concorda que “antes, porém, da instalação de todos os cursos (...), foi-nos confiado e, portanto, antes do advento de especialistas estrangeiros, já tomava corpo o movimento de interesse pelos estudos sociológicos, iniciados por (...) Gilberto Freyre, no plano das pesquisas e dos estudos sociais brasileiros.” (AZEVEDO, 1994, p.434).

Mariza Corrêa também ressalta que “era o momento das grandes sínteses – as avaliações globais da sociedade brasileira elaboradas principalmente, por Gilberto Freyre com a obra *Casa Grande e Senzala*, em 1933 e por Sérgio Buarque de Holanda tratado no livro *Raízes do Brasil*, em 1936. Depois, a pesquisa empírica ocorreu com maior ênfase na Etnologia e nos estudos de relações sociais do que nos estudos da chamada sociedade nacional, estimulada por interesse vindo do exterior como ânsia do auto-conhecimento.” (CORRÊA, 1987, p.22).

O período seguinte – “período carismático” -, que ocorre a partir do final dos anos de 1940 e princípios da década de 1960, já começava a assistir o emprego do “conceito de estrutura”, particularmente na obra etnológica de Florestan Fernandes, em 1949. Nessa mesma ocasião Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro se inscreviam na corrente culturalista da Etnologia, sendo essas três figuras, representantes de uma fase de formação dos primeiros cientistas sociais no Brasil. Na verdade, são personagens centrais e de liderança que conseguiram reunir em torno de si e de seus projetos científicos e acadêmicos inúmeros jovens estudantes de Antropologia. É um período de transição para a consolidação da Antropologia, não exclusivamente da disciplina no País, mas, mais genericamente, do próprio campo antropológico que alcançaria grande desenvolvimento nos anos seguintes. Esse momento estabelece uma aproximação fecunda com as fontes impressas – livros e revistas, repletos de depoimentos, entrevistas, pesquisas de histórias nacionais, regionais e locais e de personalidades intelectuais e institucionais, mas particularmente do povo brasileiro, em todas as suas dimensões.

Em síntese, eram tempos de Curt Nimuendajú, Herbert Baldus, Egon Schaden, Charles Wagley, Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro pesquisando os indígenas. Já os estudos da sociedade nacional estavam a cargo de Gilberto Freyre, Emílio Willems, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Edison Carneiro e Manuel Diégues Júnior. Também, “uma Antropologia marcada por sua forte associação com a Sociologia (...) é a moda dos

“estudos de comunidade” com os trabalhos de Donald Pierson, Gioconda Mussolini, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Otávio Ianni e tantos outros. Por tudo isso, é um domínio ocupado, quase indiferentemente pela Antropologia e pela Sociologia.

O terceiro e último período – período “burocrático” que chega até o presente momento, tem seu início em meados da década de 1960 e coincide com a criação dos cursos de pós-graduação em nível de Mestrado no País. Nessa fase, fica impressa a rotinização do carisma das lideranças e de outras similares, gestadas nas décadas de 1940 e 1950, surgindo novas formas de divisão de trabalho da disciplina, impregnadas de uma preocupação de estabelecer os cursos de pós-graduação que, em máxima medida, “racionalizassem” os projetos de formação avançada em Antropologia e, onde a pesquisa se converteria na condição imprescindível do treinamento do antropólogo. Como consequência da Reforma Universitária, as cátedras foram dissolvidas, contribuindo para reforçar os departamentos, cujo princípio ordenador contemplava a coletividade e progressivamente diminuía o impacto das personalidades carismáticas.

Nesse período a rigidez do quadro teórico é substituído por uma certa fluidez nos limites dos diferentes domínios, ao mesmo tempo que se pode perceber uma certa lógica em sua dinâmica. Do ponto de vista da Etnologia brasileira, as seguintes linhas de pesquisa se destacam: Organização Social, Religião e Cosmologia, Relações Interétnicas e Etnicidade, Indigenismo, percebendo-se um crescente interesse pela Etno-História e uma tentativa de implantação de uma linha de pesquisa na área de Ecologia Cultural, particularmente por Daniel Gross e sua equipe de pesquisa. Quanto à Antropologia da Sociedade Nacional, vale destacar como principais linhas de pesquisa as que focalizam a Sociedade Agrária e Campesinato, a Antropologia Urbana, as Minorias Sociais e Étnicas, a Família, os Movimentos Sociais, as Religiões Populares e a Cultura Nacional.

Esse momento fecundo para a Antropologia nacional, iniciado em meados da década de 1960 e robustecido nos anos de 1970, com os cursos de pós-graduação e aprimorado nos anos de 1990, vivenciava a expansão de suas linhas de pesquisa e a consolidação da profissão do antropólogo. Ao mesmo tempo, desemboca na ampliação de novas metodologias de avaliação da pós-graduação brasileira em geral, a partir dos órgãos de financiamento. Isso significa que, se por um lado, o início do período

burocrático parece muito profícuo para a institucionalização da Antropologia, uma vez que se inauguram os cursos de pós-graduação, mesmo que a partir de um sistema estruturado de cima para baixo pelos militares, por outro o regime autoritário tenta tolher o desenvolvimento do pensamento antropológico nacional. As próprias reuniões de sua principal associação científica – a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ficaram comprometidas por mais de duas décadas, o que significa dizer que as comunicações científicas, tão caras aos antropólogos, passaram a ser apresentadas sem nenhuma regularidade. Por outro lado, a Antropologia Social, enquanto disciplina inserida no quadro das Ciências Sociais, delineou-se a partir dos paradigmas racionalista, estrutural-funcionalista e culturalista, orientadores, respectivamente da *École Française de Sociologie*, da *British School of Social Anthropology* e da *American Historical School of Anthropology*.

Essa Etnografia das comunidades de pensamento antropológico, escolhida de centros irradiadores, traz como principais atores – Emile Durkheim da “Escola Francesa”, William Rivers da “Escola Britânica”, Franz Boas da “Histórico-Cultural” e Clifford Geertz da “Interpretativa”, as duas últimas registradas em solo norte-americano. Com a Escola Francesa, os trabalhos de Emile Durkheim (1858-1917) e de seus colaboradores Lucien Levy-Brühl (1857-1939), Henry Hubert (1872-1927) e Marcel Mauss (1872-1950) resultaram na criação de uma nova disciplina. Com o nome de Sociologia era a Antropologia Social que nascia. Esse grupo, herdeiro da tradição intelectualista franco-germânica, conseguiu construir uma disciplina que não se confundia nem com a Filosofia, nem com a Psicologia ou tampouco, com a História. A Escola Britânica conseguiu com as pesquisas de William Rivers (1864-1922) estabelecer o estilo de uma Antropologia comprometida com o estudo *in loco* dos aborígenes, apoiada amplamente no método comparativo. Ainda com William Rivers, o parentesco se converteu no nóculo da Antropologia Social, responsável pelas teorias produzidas posteriormente com Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1881-1955), Bronislaw Malinowski (1884-1942) e seus discípulos.

A Escola Histórico-Cultural, liderada por Franz Boas (1858-1942), auxiliada por seus seguidores recuperaram a noção de cultura, desprezada por William Rivers e renegada por Alfred Reginald Radcliffe-Brown. O culturalismo incipiente de sir Edward

Burnett Tylor vai encontrar, entre os discípulos de Franz Boas, seus intérpretes nos antropólogos americanos da força de Ruth Benedict (1887-1942), Margareth Mead (1901-1978), Edward Sapir (1884-1939), entre outros. A Escola Interpretativa encontra na história e com ela, a interiorização do tempo que vai ocorrer no pensamento hermenêutico, forjado pelas filosofias de Wilhelm Dilthey (1833-1911), Paul Ricoeur (1913-), Hans-Georg Gadamer (1900-2002) e Martin Heidegger (1889-1976) e apropriado pela Antropologia inicialmente por Clifford Geertz (1926-) e, posteriormente, incorporado por uma nova geração de antropólogos, como Stephen Tyler, George Marcus e Michel Fischer, James Clifford, entre outros. A Antropologia Interpretativa, não trata de analisar as etapas evolutivas que se busca diagnosticar, propostos por sir Edward Burnett Tylor (1832-1917), Auguste Comte (1789-1857) e Colin Spencer (1933-) - pensadores hermeneutas, mas sim de fazer a reconstrução histórica e a observação comparada dos eventos e processos sócio-culturais que agora procura explicar. Talvez, os avanços produzidos pela teoria antropológica interpretativa consigam dissolver as diferenças, atualmente existentes entre as Ciências Nomotéticas e as Ciências Humanas e Sociais. Mesmo porque, segundo Roberto Cardoso de Oliveira, “o olhar hermenêutico não leva muito a sério a polarização existente entre a hard sciences e soft sciences no que diz respeito à legitimidade do conhecimento ou, em outras palavras, à supremacia das primeiras sobre as segundas com referência à constituição do saber”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.185-186).

O texto de Roberto Cardoso de Oliveira continua revelador. “Uma matriz disciplinar é a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes. À diferença das ciências naturais, que os registram em sucessão – num processo contínuo de substituição -, na antropologia social os vemos em plena simultaneidade, sem que o novo paradigma elimine o anterior pela via das “revoluções científicas” de que nos fala Kuhn, mas aceita a convivência, muitas vezes num mesmo país, outras vezes numa mesma instituição.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.15).

Por fim, as últimas décadas têm revelado um sistema de pós-graduação em Antropologia bem sucedido e, em sintonia com os modelos vigentes dos órgãos de fomento nacionais, regionais e internacionais. Atualmente, a Antropologia não encontra

barreiras do que pode ou não estudar, podendo se debruçar sobre qualquer tema - social ou cultural. Não se trata de privilegiar apenas os estudos indígenas, nem tampouco manter apenas os estudos rurais e camponeses, mas estudar a área urbana, que pesquisa a cidade, com seus vários tipos de comportamento, a vida social, as religiões, as políticas, contemplando as inovações, a globalização, os novos intercâmbios e as novas sociabilidades. Também, é estimulante o contato que se tem estabelecido entre a Antropologia e a História, no qual as duas disciplinas têm se impregnado reciprocamente. Outro movimento importante é esse que tem aproveitado uma tradição já existente - a tradição de estudos sobre as camadas populares, a cultura popular e o folclore. Enquanto a Etnologia continua desempenhando um papel crucial no “fazer” antropológico nacional, que avalia a própria produção do conhecimento em suas dimensões simbólicas, econômicas e organizacionais, permitindo que este texto pudesse lidar com um universo bastante amplo de documentos, tornando essa garimpagem bibliográfica extremamente rica. É um fim de século auspicioso para a Antropologia brasileira, já nos apresentando um consolidado grupo de antropólogos brasileiros envolvidos com uma temática variada, caminhando *pari e passu* com os paradigmas vigentes adotados pela disciplina e trazendo contribuições significativas para o campo antropológico.

3.4. A AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

Correntemente, emprega-se o termo institucionalização para designar a história das instituições científicas. Contudo, há um sentido sociológico da palavra institucionalização que se refere a formas continuadas de comportamento que corporificam valores culturais. Assim, a Antropologia, num conjunto articulado de valores próprios que normalizam e regulam o comportamento específico de seus pesquisadores, teve os processos de implantação, desenvolvimento e consolidação de suas atividades científicas, nesse quase um século, mais visíveis nas chamadas instituições científicas, nas quais estão presentes, igualmente, os antropólogos, os diferentes apoios dos grupos sociais e o interesse do Estado, entre outros elementos possíveis.

Concretamente, o estudo está focado na investigação e análise das instituições entendidas em sentido amplo, ou seja, como espaços institucionais - preexistentes ou criados - nos quais a Antropologia se forjou e que, por sua vez foi por ela forjado no processo. Em outras palavras, museus, cursos de graduação e de pós-graduação, órgãos de fomento à pesquisa, associações científicas, e publicações, mesmo apresentando características diferentes, serão igualmente considerados instituições ou espaços institucionais. São estas instituições objetos privilegiados de pesquisa, uma vez que permitem perceber toda a riqueza de elementos implicados no processo de formação da Antropologia nacional.

Do ponto de vista teórico-metodológico, na década de 1950, a incipiente diferenciação disciplinar era completamente tênue. Entretanto, os antropólogos brasileiros, aos poucos, escrevem sua história, buscam reconstruir o passado de seus antecessores, como parte de seu presente, selecionam mentores e heróis intelectuais, estabelecendo filiações, linhas de pesquisa, criando e consolidando suas associações científicas, seus cursos de graduação e de pós-graduação, não perdendo de vista as relações acadêmicas, intelectuais e de pesquisa, quer no sentido centro-periferia, quer no sentido periferia-centro, ou ainda na direção periferia-periferia. Da ótica institucional, essa época representou o momento de estabelecimento das associações científicas e dos órgãos de financiamento à pesquisa. As décadas de 1960 e 1970 se tornaram o marco para a expansão organizada dos cursos de pós-graduação em Antropologia, substituindo o incipiente modelo de defesa de teses já presentes em algumas universidades brasileiras. Também, a transição para o século XXI vem se caracterizando pela renovada e instigante avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, acrescentando novos desafios à disciplina.

3.4.1. A UNIVERSIDADE COMO PROJETO

A década de 1930 favoreceu a criação dos cursos superiores em Ciências Sociais no Brasil. Em 1933, a ELSPSP e, em 1934 a FFCL/USP, ambas no estado de São Paulo, iniciaram suas atividades, passando a ser o eixo no desenvolvimento e divulgação da pesquisa na disciplina antropológica. O cenário paulista na época era de acelerada

consolidação de uma estrutura social e ocupacional, cujos padrões de diferenciação e hierarquização não tinham similar no restante do País. Essa tendência deu margem a uma especialização funcional e técnica no interior das elites dirigentes, estimulando empresários capitalistas no setor de produção de informação e de cultura. Também, favoreceu a expansão de novas carreiras e ocupações, propiciando uma demanda social qualificada em condições de aspirar às vagas e títulos acadêmicos que então se abriam associados às novas habilidades profissionais. Na prática, as relações entre as instituições instauradoras das Ciências Sociais e os grupos de produtores e especialistas nela atuantes eram bastante efetivos, particularmente com os mecenas das entidades mantenedoras e com os setores da elite política e administrativa a que estavam aliados ou com os quais partilhavam afinidades políticas ou programáticas. É óbvio que havia um mecenato cultural então exercido por setores funcionais especializados da burguesia paulista, diante de uma oferta de serviços culturais e de demanda por oportunidades educacionais no contexto de uma fase crucial de expansão econômica marcada por novos aprofundamentos da industrialização com seus efeitos multiplicadores sobre a estrutura de serviços, especialmente os de natureza cultural que exigia a criação de cursos de ensino superior, dentre outras iniciativas. Assim, os elementos centrais da argumentação, no interior da universidade, envolvendo a gênese e a expansão das Ciências Sociais em São Paulo, prenderam-se quase todos aos efeitos da progressiva transformação do Estado no centro interno mais dinâmico dos processos de industrialização e urbanização.

Em contrapartida, a emergência e a difusão dos novos padrões das Ciências Sociais, chamada a partir da então cientificidade, ocorreriam na verdade em um campo em que já existia uma tradição, por assim dizer endógena. Muito antes dos anos de 1930 os médicos, os literatos e os engenheiros, influenciados pela idéias dominantes da época, sobretudo européias, já vinham refletindo sobre o meio social em que viviam, como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e outros.

3.4.1.1. A ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSPSP), fundada em 1933, hoje Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) visava

tornar-se um espaço de formação de quadros técnicos e profissionais capazes de organizar a sociedade civil e planejar as estruturas públicas, privadas ou associadas a movimentos populares e principalmente, pesquisadores capazes de constituir-se em interlocutores responsáveis pela comunicação e divulgação dos resultados de pesquisa.

Mais especificamente, a criação da ELSP aconteceu numa época de inquietação cultural no País e na cidade de São Paulo, em particular. Naquele período, um grande número de empreendimentos surgiu no campo cultural e universitário, como a resposta de uma geração de intelectuais, empresários e profissionais liberais em dimensionar o impacto dos problemas da gestão urbana decorrente da metropolização das cidades brasileiras, através da Sociologia, enquanto ferramenta privilegiada para a formulação de políticas sociais. Sob a inspiração do Modernismo Paulista e do movimento da Escola Nova, a geração fundadora da escola atribuía os males de origem das elites brasileiras ao desconhecimento da realidade nacional e à adoção de modelos estrangeiros. Na visão dos fundadores, a introdução do ensino superior em Ciências Sociais, naquele momento, transformar-se-ia em bandeira modernizante e arma de combate no processo de redefinição do Estado nacional brasileiro.

A implantação do curso representou uma alternativa de formação escolar para as camadas médias emergentes. Para ampliar o recrutamento de alunos, a ELSP instalou cursos noturnos, além de facilitar a matrícula de profissionais liberais, professores do ensino fundamental e funcionários públicos. Sua inauguração, em 27 de maio de 1933, aconteceu graças à iniciativa de proeminentes personalidades paulistas, entre os quais Roberto Simonsen, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e outros, desejosos de resolver a heterogeneidade das populações, a diversidade de seus usos, costumes e aspirações numa crítica a normatividade irracional da administração pública brasileira, bem como a necessidade de estabelecer um quadro nacional de valores que possibilitasse a compreensão e colaboração mútua entre os brasileiros. A perspectiva de formação de pesquisadores com interesse no desvelamento de problemas sociais práticos levaram a direção da ELSP a contar com professores estrangeiros. Em sua maioria, esses professores eram formados segundo os cânones da chamada Escola de Chicago, o mais influente centro da Sociologia norte-americana desde a Primeira Guerra até meados dos

anos 50, cujas marcas eram as pesquisas e reflexões teóricas nas temáticas de Ecologia Urbana, com ênfase em instrumental estatístico e técnicas de mapeamento.

De acordo com o texto de Fernanda Massi, a hegemonia americana não é casual. “Pela ELSPSP passaram professores de nacionalidades variadas – alemães, tchecos, ingleses, italianos etc – e se um certo modelo americano se impôs, isto se deve menos ao número de norte-americanos ali presentes do que a marca que Donald Pierson iria imprimir ao projeto da Escola”. (MASSI, 1989, p.434).

A ELSPSP trazia como premissas básicas:

- Proporcionar, através do ensino e da pesquisa, conhecimentos objetivos sobre a origem, as funções e as necessidades da sociedade brasileira;
- Preparar e treinar pesquisadores que desenvolvessem as Ciências Sociais no Brasil e que imprimissem continuidade, em alto nível, ao processo de ensino e pesquisa no País;
- Formar técnicos, pesquisadores e especialistas que colaborassem nos planos de administração pública ou particular, somando esforços na organização político-institucional do país e líderes capazes de desempenhar um papel de destaque na orientação do povo e da nação frente à dinâmica cambiante da sociedade contemporânea.⁸

Numa nova etapa, a partir do ano de 1939, com a vinda de Donald Pierson e a conversão de Departamento de Sociologia e Antropologia em Divisão de Estudos Pós-Graduados, as investigações se afastaram paulatinamente das quantificações de problemas sociais urbanos, para se voltar predominantemente a temáticas e abordagens postas pela Antropologia, no interesse de investigar os aspectos básicos da cultura brasileira e sua diversidade étnica. Em torno de figuras-chave como Donald Pierson, Herbert Baldus e Emílio Willems desenvolveram-se linhas de pesquisa no estudo de comunidades rurais, populações negras e indígenas, aculturação e assimilação de migrantes estrangeiros e regionais. Ainda em 1939, iniciou-se na ELSP o ensino da

⁸ “*Sociologia*”, nº 3, 1951. contracapa final

Etnologia, sob o comando de Herbert Baldus, especialista com vasta experiência em trabalho de campo.

Se por um lado, o Brasil dependia da migração maciça de intelectuais estrangeiros para o Brasil, como ideologia a ELSP representou relevante papel no debate sobre a compreensão e enfrentamento dos problemas sociais brasileiros, de uma perspectiva científica, autônoma e, ao mesmo tempo, crítica e reformadora.

3.4.1.2. A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP

Em 1934, surgia a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), cuja estrutura de ensino era ancorada numa formação de cunho teórico e especulativo. O conhecimento era transmitido e adquirido por meio da cátedra e de leituras, inspirado no modelo francês e a formação de seus profissionais embasava-se em preocupações mais filosóficas, cujo centro residia nas reflexões mais teóricas e gerais. O seu corpo docente era composto de professores europeus, especialmente jovens pesquisadores franceses, recrutados através das missões francesas, dada à ausência de especialistas no País e também, em razão da necessidade de conhecer, mais de perto, a experiência adquirida por povos mais avançados.

A orientação de docentes europeus, inspirados no modelo da Escola Francesa, significou uma ruptura com os centros tradicionais brasileiros de ensino superior de implantação mais antiga, como era o caso da mentalidade jurídica, inscrita no estado de Minas Gerais. Esse experimento paulista não encontrou terreno fértil em nenhum outro estado ou instituição universitária do País na época.

Tamás Szmrecsányi observa. “Como a pesquisa constitui, pelo menos na origem, um conjunto de atividades importadas do exterior, outro fator a ser levado em conta é o estágio de desenvolvimento científico alcançado nos países economicamente mais desenvolvidos que, por uma razão ou outra, têm sido considerados como modelos a serem imitados”. (SZMRECSÁNYI, 1985, p.169).

Como um domínio de clara intersecção entre a Antropologia e a Sociologia está a linha de trabalho de orientação francesa que Roger Bastide consolidou na USP e que teve continuidade com Maria Isaura Pereira de Queiroz, que tem desempenhado importante

papel na articulação das duas disciplinas, através da organização de eventos interdisciplinares. O ensino universitário de Etnologia se iniciou no Brasil, mais precisamente, na FFCL/USP, situado entre as Ciências Sociais e a Antropologia. No ano de 1935, começou a funcionar na USP a cadeira de Etnologia do Brasil e de Língua Tupi-Güarani, com o rótulo de Sociologia, a cargo de Claude Lévi-Strauss, seguida em 1941 pela disciplina de Antropologia, que mais tarde seria convertida em cadeira.

A criação da FFCL/USP contribuiu para que a Etnologia, até então a cargo de especialistas de campos, nem sequer afins, ou até de simples amadores, comessem a ser pensados de maneira menos diletante, de acordo com objetivos mais definidos e mais seguros, se estendendo também, ao estudo sociológico e antropológico.

Conforme argumenta Sérgio Miceli é nesse período que surgem investimentos financeiros para a estruturação do ensino universitário. "Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente vinculado aos avanços da organização universitária pública e à disponibilidade de recursos governamentais para a criação de centros independentes de reflexão e investigação. Apesar disso, o elemento decisivo de diferenciação para os rumos do processo de institucionalização das Ciências Sociais no País consistiu, sobretudo no tipo de arranjo logrado pelos praticantes das novas disciplinas no âmbito do ensino superior então a braços com profundas mudanças." (MICELI, 1989, p.12).

No trabalho de compilação de Alba Maciel e outros, "A cadeira de Antropologia aparece oficialmente no currículo da FFCL/USP a partir de 1941, quando o Decreto nº 12.038 de 01-06-1941, alterou o Regimento da Faculdade, adaptando-o às exigências do Decreto Federal nº 1.190, de 04-04-1939. Com essa reestruturação a Antropologia, que desde 1936 vinha sendo ministrada, intermitentemente como tema de programas de Etnografia geral e de Sociologia, passa a ser lecionada, em caráter obrigatório." (MACIEL, 1978, p.117).

Entre 1935 e 1943 foram contratados Plínio Ayrosa, Emílio Willems, Egon Schaden e Gioconda Mussolini.

3.4.1.3. OUTROS MOVIMENTOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Por essa época, fora do eixo central do País, o ensino e prática da Antropologia se davam apenas nas Faculdades de Filosofia, de Direito e de Economia ou seguia o modelo circunscrito a um museu.

No Estado de Minas Gerais as disciplinas jurídicas e econômicas constituíam o cerne da formação acadêmica em Ciências Sociais. Por essa razão, o programa de Ciências Sociais se consolidou no interior da Faculdade de Ciências Econômicas, contando com a participação decisiva de empresários e políticos, voltando-se deliberadamente para o debate político-institucional. Essa feição marcou de maneira indelével toda essa geração pioneira de cientistas sociais, infundindo-lhes uma preocupação constante com os aspectos e variáveis diretamente ligados à problemática político-institucional.

O Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, enfrentava uma equação sócio-política, ou seja, de causar impacto político mensurável, firmando uma tradição de reflexão abrangente e totalizante, relegando a segundo plano qualquer intenção heurística explícita. A fala das Ciências Sociais da comunidade carioca costumava ser endereçada a destinatários político-partidários e, de modo geral, a setores determinados das elites dirigentes. No mais das vezes, tratava-se de um exercício calcado em alguma teoria desenvolvimentista, sem preocupação com o rigor científico de praxe nas obras de seus congêneres paulistas. Enquanto no estado de São Paulo a carreira de cientista social atraía jovens de famílias remediadas, imigrantes e mulheres, a experiência carioca se caracterizava pela proximidade com os círculos dirigentes. Na Universidade do Distrito Federal (UDF), Gilberto Freyre, Arthur Ramos ocuparam cadeiras no campo da Antropologia. Também, estavam Luiz de Castro Faria e Eduardo Galvão.

Em Pernambuco, Gilberto Freyre envidou esforços para construir um espaço institucional autônomo, completamente apartado da universidade local e de qualquer jurisdição pública ou governamental em nível estadual. Portanto, o Instituto Joaquim Nabuco tendeu a operar como uma cooperativa de pesquisadores locais, unidos pela perspectiva de criação cultural inovadora sob a liderança de Gilberto Freyre, buscando afirmar sua identidade em termos de serviço emergencial de preservação das tradições

regionais. Também, figuras como René Ribeiro e Manuel Diegues Júnior, este último aluno de Gilberto Freyre, já por lá circulavam.

Na Bahia era o momento de surgimento da “Escola Baiana” de estudos sobre os negros, tendo como fundador Raimundo Nina Rodrigues, médico maranhense. Ainda na Bahia, era o momento de Arthur Ramos, Thales de Azevedo, Ruth Landes, entre outros. Sempre em busca do mesmo tema, há que se destacar os congressos afro-brasileiros, organizados por Édison Carneiro.

No Rio Grande do Norte os movimentos giravam em torno da defesa do folclore de Câmara Cascudo.

Nesta década Charles Wagley teve na Bahia e no Rio de Janeiro um papel equivalente ao de Donald Pierson em São Paulo. Na década de 1950, entre seus doze alunos de Ciências Sociais, apenas um se tornou professor universitário no campo da Antropologia - Klaas Woortmann, antropólogo na Universidade de Brasília e, atualmente ministrando aulas em outras universidades brasileiras que servem para enriquecer os esforços de outros cursos de pós-graduação no País.

Era o momento de consolidação dos pequenos círculos de trabalhos científicos iniciados em vários lugares: Recife, Salvador e no sul – Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba e no centro – Belo Horizonte, com um progresso sensível das Ciências Sociais, dos trabalhos de campo e das investigações concretas. Paulatinamente, outras escolas do Estado de São Paulo e do restante do País incluíam em seus currículos o ensino da Antropologia.

A partir da década de 1950 os poucos espaços institucionais surgidos, na área de Antropologia, iriam ser ocupados progressivamente por pesquisadores brasileiros, já formando uma primeira geração nacional de antropólogos. Cristina Rubim, através do texto de Egon Schaden, sintetiza a concepção de Antropologia da época como uma ciência abrangente e múltipla, que trata dos problemas biológicos e culturais relativos ao homem e que, necessariamente, inclui especialidades como a Arqueologia, a Antropologia Física, a Lingüística, a Antropologia Cultural e a Etnografia brasileira. “O texto de Egon Schaden, de 1954, discute questões conceituais que permanecem atuais, onde a Antropologia possui uma identidade própria no campo mais geral das Ciências

Sociais, mesmo sem contar com a unidade de seu objeto de estudo”. (RUBIM, 1997, p.32-33)

Enfim eram tempos de criação das entidades profissionais como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que passa a operar, de fato, como mecanismo de integração da comunidade antropológica no País.

3.4.2. AS PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS

As Associações e Sociedades Científicas aumentaram significativamente durante o século XVIII. Embora, algumas dessas organizações abrangessem tanto as Humanidades quanto as Ciências Nomotéticas já havia uma tendência de separar essas atividades. Assim, a verdadeira diversificação dessas Sociedades iniciou no século XIX e foi proliferando com o crescimento da especialização na ciência. No século XX, a especialização continuou se ampliando, com o surgimento de novas Sociedades à medida que surgiam novas áreas de pesquisa. Com efeito, as Sociedades que se baseavam em áreas amplas, como é o caso das Ciências Sociais, acabaram por perceber que seus membros normalmente se interessam apenas por um segmento do respectivo campo.

Do mesmo modo, a Antropologia se institucionaliza com a criação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), não deixando de se beneficiar de outras Sociedades e/ou Associações de áreas correlatas. No Brasil, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de História (ANPUH), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde (ABRASCO) são algumas das Sociedades que representam os interesses dos cientistas em geral e interessam particularmente aos antropólogos. No cenário internacional se destacam a American Anthropological Association (AAA), Brazilian Studies Association, European Association of Social Anthropologists (EASA), Latin American Studies Association (LASA), The Society for Applied Anthropology (SFAA), entre outras. Ainda, vale ressaltar a Asociación Latinoamericana de Antropología (ALA) que se constituiu em 1990, durante a Reunião da ABA em Florianópolis. Contudo, a seguir, vale destacar o

excepcional esforço da ABA e da ANPOCS no dinâmico processo de construção da Antropologia nacional.

3.4.2.1. A ABA

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) é uma das mais antigas associações existentes no país, ocupando papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos. Sua história aponta seus esforços em defender as minorias étnicas, discriminadas e contra a injustiça social.

Em 20 de fevereiro de 1948 o Ministério da Saúde indicou uma comissão integrada por Álvaro Fróes de Fonseca, Edgard Roquette Pinto, Arthur Ramos e Heloísa Alberto Torres para planejar o 1º Encontro de Antropologia. E, foi em novembro de 1953, que aconteceu a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, criando-se a primeira entidade profissional dos antropólogos - a ABA, que passou a funcionar, de fato, como mecanismo de integração da comunidade antropológica no País. Essa reunião buscava levantar o estado da arte das disciplinas antropológicas, então identificadas como Etnologia ou Antropologia Física e Lingüística. As comunicações apresentadas durante a 1ª Reunião da ABA giravam em torno de nomes, como Thales de Azevedo, Fernando Altenfelder, Egon Schaden, Marina Vasconcellos, Herbert Baldus, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Édison Carneiro, José Bonifácio Rodrigues, Roger Bastide, Heloísa Alberto Torres, Mário Wagner Vieira da Cunha, José Loureiro Fernandes, Luiz de Castro Faria, Bastos D'Avila, Maria Júlia Pourchet, Serafim da Silva Neto, Joaquim Mattoso Câmara Júnior, René Ribeiro, Camilo Cecchi e Oracy Nogueira. A temática, bastante variada, se preocupou com estudos de índios, de negros, de imigrantes, da comunidade, até problemas de ensino, pesquisa e exercício técnico-profissional, passando ainda por trabalhos de Arqueologia, Lingüística, Antropologia Física e sobre Cultura e Personalidade.

A aglutinação de antropólogos brasileiros se foi maciça na 1ª Reunião da ABA, em 1953, repetiu o feito no 30º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, sob a coordenação de Herbert Baldus, em 1954. Foi presidente de honra da

ABA Edgar Roquette Pinto (1953). Entretanto, sua primeira diretoria foi eleita na 2ª Reunião, em Salvador, em 1955, sendo Luiz de Castro Faria presidente, Darcy Ribeiro, secretário geral e Roberto Cardoso de Oliveira, tesoureiro. Em 1961 teve lugar em Belo Horizonte a 5ª Reunião, a qual assinalou um momento histórico porque dela participou uma nova geração de antropólogos, formada no Rio de Janeiro no Primeiro Curso de Especialização em Antropologia Social do Museu Nacional, criado em 1960, e que haveria de se multiplicar nos anos posteriores graças aos cursos de Mestrado e Doutorado daquela instituição e de seus congêneres na Universidade de Brasília. Eram Roque Laraia, Roberto DaMatta e Júlio Cezar Melatti que se faziam presentes nessa reunião, oriundos dos cursos de especialização.

Entre 1964 e 1985, a realização das reuniões sofreu descontinuidade durante o período militar. A 7ª RBA estava programada para ocorrer em 1965, em Brasília, no entanto o golpe militar de 1964 frustrou essa expectativa. Essa Reunião foi promovida em 1966, em Belém, sob o guarda-chuva da Reunião Internacional sobre a Biota Amazônica. A 8ª Reunião aconteceu somente em 1971, sendo que esse encontro aconteceu um pouco à margem da ABA, durante o 1º Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, na USP, graças aos esforços de Egon Schaden. Nesse momento não foi possível realizar eleições por falta de quorum.

Apesar desses percalços, em 1974 (após 8 anos sem eleições), Sílvio Coelho dos Santos decidiu reviver a ABA e organizar em sua Universidade (UFSC) a 9ª Reunião de Antropologia em Florianópolis. Era o momento de ressurreição da ABA, com 400 participantes. Em 1980, a 12ª Reunião aconteceu no Rio de Janeiro. Nesse momento, pela primeira vez, a ABA, uma entidade voltada para suas reuniões bienais, se transformou num órgão com intensa participação política não partidária, devotada aos seus compromissos culturais com a sociedade, mobilizando-se em defesa da democracia.

Por sua vez, permanece na ABA o esforço de interação internacional efetuado pela ABA, cujos resultados foram concretizados na última reunião (2004), em Olinda, com a criação do Conselho Mundial de Associações Antropológicas, a qual representa uma ótima oportunidade para trocar informações com outras partes do mundo, com condições de buscar com mais força a solução para os problemas teóricos dentro da Antropologia. Pelo acordo de cooperação anunciado em Olinda, assinaram antropólogos

da Índia, França, Gana, Estados Unidos, África do Sul, Canadá, Portugal, México, Austrália, Rússia e Japão. Também, nessa última reunião foi entregue a Medalha Roquette Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira, sendo que a lista de premiados foram Julio Cezar Melatti (UNB), Lux Boelitz Vidal (USP), Otávio Velho (UFRJ), Roberto DaMatta (Universidade de Notre Dame, nos EUA) e Thales de Azevedo (in memoriam). Ainda, Eduardo Batalha Viveiros de Castro ganhou Prêmio Eurico Vannucci, cuja Comissão Julgadora foi composta por representantes da SBPC, do Ministério da Cultura e do CNPq.

Esses eventos, além de representarem a organização da comunidade de antropólogos nacionais e de efetiva tomada de consciência desses pesquisadores, sedimentam as velhas práticas de aprovação dos pares. Ao proporcionar essas reuniões de trabalho para a comunidade de antropólogos está se consolidando uma prática de divulgação, de troca de experiências e de aprovação, semelhantes aos praticados pelos conselhos editoriais de revistas e pela avaliação dos pares, tão canonizados nos diversos e distintos campos da ciência. E, assim, como o próprio evento “Reunião” está despojado de um caráter mais ambicioso, esses encontros visam a discussão, o convencimento, a visibilidade das pesquisas de seus antropólogos e, em máxima medida a aprovação e a revisão de seus pares.

A propósito, se parece não haver uma produção científica tão exuberante dos antropólogos brasileiros e de suas revistas especializadas retratadas nos índices bibliográficos internacionais, que legitimam a produção científica mundialmente, os livros, os artigos científicos em geral, as reuniões nacionais e particularmente, os eventos internacionais retratam a efervescência da disciplina e a real participação de antropólogos brasileiros em eventos internacionais, como por exemplo, os Seminários Latino-Americano de Antropologia e os Congressos Internacionais de Indigenistas Interamericano.

Do ponto de vista das publicações, a ABA tem-se dedicado a publicar livros, coletâneas, vídeos e *cd-roms*, abrangendo as mais distintas temáticas sobre a Antropologia.

Por fim, distingue-se a organização regular de Reuniões, a saber: Reunião das Regiões Norte/Nordeste (ABANNE), Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e o

Congresso de Cientistas Sociais do Norte e do Nordeste (CISO), visando estender o debate antropológico a outros rincões do País e do continente sul-americano.

3.4.2.2. A ANPOCS

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), criada em 1971, objetiva aglutinar e representar centros de pesquisa e programas de pós-graduação que atuam no campo das Ciências Sociais. Diferentemente de outras Associações Científicas, a ANPOCS filia sócios institucionais e não pesquisadores individuais. Dentre suas atribuições, se incluem a realização do Encontro Anual, um concurso que premia teses e livros anualmente e suas publicações – *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* e o *Anuário Ciências Sociais Hoje*. Portanto, a adesão da comunidade antropológica brasileira a ANPOCS acarreta maior visibilidade à disciplina e universaliza a informação sobre os resultados de pesquisa, estimulando a comunicação entre as três disciplinas das Ciências Sociais.

3.4.3. AS PUBLICAÇÕES

Não resta dúvida que uma das maneiras de avaliar o desempenho de um campo científico se situa na comunicação, seja de maneira verbal ou escrita. E a Antropologia brasileira tem muito a nos contar. Portanto, ao fazer a seleção de algumas publicações da disciplina, está se priorizando um determinado recorte dessa realidade histórica, o que significa não esgotar o assunto, mas discorrer sobre o que se construiu, a partir da vertente eleita, no campo da Antropologia brasileira. Assim, estabelece-se a tentativa de capturar a tipologia da comunicação, as metodologias e os temas mais abordados, os autores mais proeminentes ou que por alguma razão estiveram vinculados ao desenvolvimento da disciplina. Essa abordagem, espera-se, explicita a tessitura da comunidade dos antropólogos brasileiros e de seu “fazer” peculiar – desde a produção do conhecimento até a divulgação, a partir de seus próprios pontos nodais. O esforço reside no surgimento, na evolução e nas múltiplas incidências que vêm assinalando as

publicações da área e fornecendo subsídios referentes às características dessas comunicações.

No que tange à tradição da pesquisa comunicada de forma escrita, entre 1890 e 1930, foram as revistas publicadas pelos museus sediados no Brasil, muito significativas na difusão dos resultados de pesquisa no campo antropológico, mesmo que de forma embrionária. Foram elas: *Archivos do Museu Nacional*, *Revista do Museu Paulista*, *Boletim do Museu Emílio Goeldi* e, também *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* e outras publicações, que de alguma forma, interessam à Antropologia.

O primeiro número dos *Archivos do Museu Nacional*, datado de 1876, relaciona os membros do museu, buscando com isso destacar o pertencimento à comunidade científica internacional. Entre a lista figuram os nomes de 44 personalidades, das quais três são brasileiras - Visconde do Bom Retiro, Thomas Coelho de Almeida e D. S. Ferreira Penna. De renome internacional pode-se citar Charles Darwin, L. R. Turlaine, Paul Broca, entre outros. Chama a atenção ainda a perspectiva nacionalista da publicação do museu. Esse número já marcava em seus regulamentos a presença obrigatória de cidadãos brasileiros, com o predomínio de autores nacionais nos artigos das revistas e ainda, os critérios de seleção para alguns cargos na carreira do museu, prerrogativa para brasileiros.

Por outro lado, a análise de parte da coleção revela seu símbolo de cientificidade, contribuindo para a divulgação do museu aqui e no exterior. Embora seja grande o número de cientistas nacionais que integram as diferentes seções da revista, é marcante o predomínio das chamadas Ciências Naturais (Zoologia, Botânica e Geologia) e o pequeno espaço dedicado à Antropologia e à Arqueologia, os quais pareciam referir-se a debates mais limitados. Ademais, os estudos antropológicos tratavam exclusivamente da análise de ossos e, particularmente de crânio (antropometria) e os de Arqueologia resumiam-se à descrição dos vestígios naturais mais afastados no tempo, como urnas mortuárias e demais objetos. Nesse universo há que se destacar os textos que tematizam a questão e a situação do homem brasileiro, como os trabalhos de J. B. Lacerda e Ladislau Netto que se preocupavam com o estudo antropológico das raças indígenas no Brasil, alusivos à nova Antropologia Física, enquanto ramo das Ciências Naturais. Também, tiveram produção

intensa, outros membros de destaque da hierarquia do museu, como F. Hartt, F. Muller, Orville Derby, Childe, Carlos Moreira, Alípio Miranda e Edgard Roquette Pinto.

Em resumo, é importante ressaltar que o Museu Nacional tentava seguir um modelo, cujas regras, antes de tudo, remetiam todas às especificidades e deliberações européias, apesar do esforço de reforçar a marca nacional em suas ações.

A *Revista do Museu Paulista* surgiu em 1895, sendo que a publicação de seus fascículos se estendeu até 1929. O conteúdo dessa coleção estava pautado pela preocupação com a missão dos museus brasileiros, que de certa forma, eram órgãos com papéis de destaque, dada a inexistência de universidades no País. Essa revista buscava padrões de cientificidade, a partir de regras de classificação corretas e regidos por métodos inspirados nos modelos estrangeiros. Nesse sentido, seus artigos eram assinados, em sua maioria, por naturalistas estrangeiros, principalmente se comparados ao número de cientistas brasileiros. Quanto aos temas, havia um predomínio das Ciências Naturais, representados majoritariamente pelas questões de Zoologia e, em menor escala pela Antropologia, Botânica, Geologia, Arqueologia e as Biografias. Contudo, a análise da revista do Museu Paulista nos leva a um fato inédito, ou seja, a entrada da figura do etnógrafo profissional. Lilia Schwarcz descreve que o etnógrafo é o “profissional no sentido de certeza do método, na aplicação das normas, na montagem das coleções, na elaboração das revistas, no contato contínuo com o “mundo científico” com o qual preferencialmente dialoga”. (SCHWARCZ, 1989, p.46).

O *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia*, posteriormente *Boletim do Museu Emílio Goeldi*, traz notoriedade ao museu, trazendo como premissa o investimento no desenvolvimento das Ciências Naturais e da Etnologia do Pará e da Amazônia em particular, do Brasil e do continente sul americano em geral. Sua publicação se inicia em 1894 e permanece até 1949, enfrentando inúmeros períodos de interrupção, sendo que a partir de 1906 seu nome é alterado para *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Seus artigos eram compostos predominantemente de estudos naturalistas, com textos de Zoologia, Botânica e Geologia, com alguns poucos estudos de Arqueologia e Antropologia, centrados no debate sobre línguas e vocabulários indígenas. Ademais, há uma presença marcante de seus diretores na revista, com muitos artigos de

E. Goeldi e J. Hubert, com a participação quase exclusiva de pesquisadores estrangeiros. É só a partir de 1949 que se observa a penetração de cientistas brasileiros.

Como reforça Lilia Schwarcz, “a revista do M. P. G. abria, portanto, uma perspectiva semelhante à das demais publicações. Um projeto bastante centrado nas Ciências Naturais e tendo como base estudos locais, vinculados por sua vez à produção de naturalistas estrangeiros.” (SCHWARCZ, 1989, p.50).

Findo o apogeu dos museus brasileiros, por volta de 1920, suas publicações, anteriormente surgidas, entram em obsolescência, apesar de persistirem por um período maior. Ou se reestruturam para garantir a sobrevivência dessa “nova fase”. A partir dessa década, de acordo com a ótica de alguns cientistas sociais, como Fernando de Azevedo, George Zarur e Mariza Corrêa, mesmo antes da vinda dos especialistas estrangeiros na década de 1930, em decorrência da criação dos cursos superiores em Ciências Sociais, fica marcado o período das edições das grandes séries monográficas que visavam compreender a formação da sociedade nacional e seus problemas, as quais representavam a grande síntese nacional - Retratos do Brasil. Esse esforço intelectual do Brasil constituiu séries monográficas da importância da *Brasiliana*, *Documentos Brasileiros* e *Biblioteca Histórica Brasileira*, coleções essas que abrigaram brasilianistas e alguns autores brasileiros da envergadura de Gilberto Freyre (Casa Grande e Senzala), Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil) e Caio Prado Júnior (Evolução Política do Brasil).

Paralelamente, a coleção *Brasiliana*, da Editora Nacional é publicada de 1931 a 1960, editando 307 títulos, sob a chancela de Fernando de Azevedo. As obras da série foram assinadas pelos autores recuperados do passado. Tratava-se da produção sobre o Brasil dos estrangeiros de nacionalidades diversas do século XX. Seus interlocutores brasilianistas de destaque foram Donald Pierson, Herbert Baldus, Charles Wagley, Richard Thurwald, Bronislaw Malinowski. Entre os pesquisadores brasileiros podemos citar Aluísio de Azevedo e Sílvio Romero. Também, há textos escritos por Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, alunos dos cursos de pós-graduação em Antropologia, e que se tornariam parte integrante da primeira geração de antropólogos brasileiros a assumir as rédeas da pesquisa científica em Antropologia na década de 1950.

A série monográfica *Documentos Brasileiros* foi produzida pela Editora José Olympio, sendo publicada entre os anos de 1936 e 1962, disponibilizando 107 volumes.

Seus organizadores foram Gilberto Freyre (1936 e 1939), Otavio Tarquínio de Souza (1939 e 1959) e Afonso Arinos de Mello Franco, a partir de 1962. As obras desta série estão mais ligadas ao campo intelectual carioca e nordestino, no gênero biográfico e de memórias.

A *Biblioteca de Ciências Sociais*, editada pela Editora Martins, colocou à disposição de seus leitores uma coleção de livros que foram publicados entre 1943 e 1950, com 11 obras. A *Biblioteca Histórica Brasileira*, da mesma editora, fica a cargo de Rubens Borba de Moraes.

Nesse ínterim, o ano de 1939 se iniciou como um ano extremamente fecundo para a ELSP, com o surgimento da revista *Sociologia*, cujo primeiro número se publicou em março do referido ano, representando um marco como publicação pioneira na área de Ciências Sociais, no que diz respeito ao contexto brasileiro e, também, ao cenário da América Latina. O vanguardismo dessa revista demonstrava a importância do movimento sociológico ocorrido no Estado de São Paulo, através da formalização do ensino universitário em Ciências Sociais, manifesto na fundação das instituições de ensino superior – ELSPSP e FFCL/USP - e a emergência da Antropologia como disciplina fundamental no interior do curso de Ciências Sociais. Essa revista surgiu num momento em que os pesquisadores locais, apoiados por seus mestres detinham conhecimento suficiente sobre as técnicas de pesquisa e procedimentos metodológicos para pesquisar a sociedade brasileira. De posse desse arcabouço os pesquisadores tinham condições de desenhar o perfil dessa nova revista. Também, essa publicação desempenhou sua função, enquanto mecanismo de comunicação, divulgação e inserção no núcleo da comunidade acadêmica e de pesquisa: estimulou pesquisas, divulgou projetos e resultados de pesquisa, elaborou resenhas de livros e revistas em língua portuguesa e editadas em outros países, destacou pesquisas realizadas por acadêmicos brasileiros e estrangeiros, residentes ou não no País, através de múltiplas colaborações e intercâmbios organizados, representando a antítese do estilo tradicional dos periódicos brasileiros publicados pelos museus. Segundo Oracy Nogueira, “os artigos da revista *Sociologia* afastavam-se do estilo tradicional da historiografia brasileira, geralmente oficiosa, formal, excessivamente preocupada com nomes, datas e eventos e, invariavelmente voltadas aos consagrados feitos dos

colonizadores luso e seus descendentes como crônica de vencedores, em tom apologético e ufanista.” (NOGUEIRA, 1979, p.211).

A revista funcionou como canal de veiculação da produção intelectual dos pesquisadores ligados a ELSP e surgiu sob a direção de Emílio Willems, com a colaboração de Herbert Baldus e Donald Pierson. Publicada de 1939 e 1966, com quatro números por ano, alcançou no seu período de duração uma marca expressiva dentre os periódicos científicos no Brasil. A abordagem da revista transita entre os tratos conceituais do campo sociológico, indo das relações com as ciências conexas até as questões metodológicas, particularmente, discorrendo sobre os problemas e métodos em Antropologia, permeando a comunicação das pesquisas em andamento, produzidas por brasilianistas, que representam uma grande parte dos professores estrangeiros que exerciam a cátedra na ELSPSP e na FFCL/USP da estatura de Emílio Willems, Donald Pierson, Herbert Baldus, Bronislaw Malinowski, Charles Wagley, Richard Thurnwald, Melville J. Herskovits, Alfred Métraux, Curt Nimuendaju e pesquisadores brasileiros do porte de Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Aluizio de Azevedo, Sílvio Romero, Oswaldo Elias Xidieh, Gioconda Mussolini, Francisco Schaden, Paulo Beiguelman, Lucila Herman, Eduardo Galvão, Antonio Cândido, Mário Wagner Vieira da Cunha, Arthur Ramos, Octavio da Costa Couto, muitos deles alunos do curso de pós-graduação da ELSPSP e que, como já mencionado se tornarão a primeira geração de antropólogos brasileiros, a partir da década de 1950. Essa rica produção das Ciências Sociais evidencia uma temática ampla e variada, que passeia entre as questões raciais, família, raça, populações marginais, questões habitacionais, aculturação lingüística, comunidades rurais, negros e índios – nas suas mais variadas formas, como a magia e os artefatos usados em rituais, doenças que envolvem os índios brasileiros, folclore, futebol.

Em síntese, a revista *Sociologia* é o primeiro periódico em Ciências Sociais de cunho acadêmico, que vai trazendo aos cientistas sociais, revelações sobre a identificação das redes de informações, dos colégios científicos e dos grupos de pesquisadores, cuja produção científica não só acrescentava conhecimento próprio à Antropologia, mas também exercia a interdisciplinaridade e o avanço de novas temáticas no contexto nacional, criando os laços entre ciência nacional e internacional e franqueando a entrada

dos cientistas sociais e dos antropólogos para uma identidade profissional própria e peculiar aos distintos campos das Ciências Sociais.

Segundo os registros oficiais, a *Revista de Antropologia* fundada por Egon Schaden em 1953, é o mais antigo periódico no campo da Antropologia brasileira, como publicação oficial da ABA. Em 1978 passa a ser editada pelo Departamento de Antropologia da USP. É uma publicação semestral do Departamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP. Seu objetivo é publicar artigos, resenhas e traduções nacionais e internacionais que estejam em consonância com as preocupações da Antropologia. A revista recebe apoio da FAPESP e sua Comissão Editorial é composta de membros da Antropologia brasileira, das mais diferentes instituições do País, bem como conta com representantes de universidades americanas e européias (Inglaterra e França).

Após 1960, proliferam as séries, as coleções monográficas, as dissertações, as teses, as comunicações das reuniões de trabalho e a divulgação da produção da disciplina se intensifica. Vale mencionar a expansão do mercado editorial de monografias que lançou três coleções para dar conta da divulgação de uma infinidade de teses e dissertações. São elas: a série *Corpo e Alma do Brasil*, da Editora Difel (depois Editora Bertrand Brasil), *Retratos do Brasil* da Editora Civilização Brasileira e *Estudos Brasileiros*, da Editora Paz e Terra. E os periódicos continuam seu percurso, surgindo alguns novos títulos.

O *Anuário Antropológico* é editado desde 1976 pelo Departamento de Antropologia da UNB, publicação esta que vem servindo de veículo privilegiado para os debates, as pesquisas em andamento e as críticas levadas a efeito no programa da UNB, mas também servindo para muitos dos debates surgidos na comunidade antropológica.

Em 1978 a ANPOCS inicia a publicação do *BIB: Boletim Informativo Bibliográfico em Ciências Sociais*, para divulgar atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros, visando estimular a organização da rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica. Em 1986, ela edita a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, que já se constitui em referência bibliográfica nacional neste domínio do conhecimento científico. Certamente, a atualidade de suas contribuições, a amplitude dos temas abordados, o permanente intercâmbio com os mais prestigiados pesquisadores

brasileiros e do exterior, o rigor acadêmico impresso a seu estilo editorial compreendem algumas das razões que concorrem para firmá-la entre as publicações congêneres, cumprindo seu fim último, ou seja, de instrumento de divulgação do conhecimento científico e de atualização do saber acumulado. De publicação quadrimestral, seus artigos estão indexados no *Hispanic American Periodicals Index*, *DataÍndice*, *Sumários Correntes Brasileiros*, *Sociological Abstracts*, *Bulletin Signalétique* e descritos em texto completo no *SciELO*. Também, a ANPOCS publica o *Anuário Ciências Sociais Hoje*.

A década de 1990 registra uma forte tendência de expansão dos periódicos. Novos títulos surgem para responder aos anseios dos antropólogos brasileiros, ao vislumbrar a possibilidade de potencializar o desempenho da disciplina e também para atender os critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES. Entretanto, os sinais dos novos tempos da “cultura da avaliação” estabelecem critérios extremamente perversos para uma nação de ampla extensão territorial, na qual as regras de publicação e divulgação são pouco claras diante de uma ciência mundial hegemônica e da eterna restrição financeira que assola o fazer científico.

Mana: Estudos de Antropologia Social, um projeto dos professores e pesquisadores do PPGAS do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lança seu primeiro número em 1995. E, é a primeira e única revista brasileira de Antropologia a abordar a temática dos periódicos brasileiros e da “cultura da avaliação”, através do artigo de Federico Neiburg. O estudo efetuado pelo Autor em 2002, naquela época com treze números publicados, demonstra que metade, de seus artigos, havia sido publicado por brasileiros, enquanto a outra metade era de pesquisadores filiados a instituições na França (17%), na Inglaterra (10%), nos Estados Unidos (6%), sendo que 40% dos textos tratam de objetos situados no Brasil, 40% estudam objetos situados em outros países e os 20% restantes abordam questões relativas à teoria crítica, história social e conceitual das ciências sociais em geral. Também, seu Conselho Editorial é formado por professores do PPGAS e cientistas sociais do Brasil e de outros países.

De acordo com Federico Neiburg, “ao longo de seus sete anos de existência, *Mana* conseguiu tornar-se uma revista antropológica brasileira, sem ser naciocêntrica; uma publicação feita no Brasil, sem ser provinciana: um canal para antropólogos não-brasileiros, sem ser um espaço reservado para brasilianistas; e uma revista de

Antropologia que não evoca nenhum fundamentalismo teórico ou disciplinar”. (NEIBURG, 2002, p. 4).

Ainda, segundo Federico Neiburg, assinaram artigos em *Mana*, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto Da Matta, Maria Manuela Carneiro da Cunha, Luiz Fernando Dias Duarte, Peter H. Fry, Yonne F. Leite, José Sérgio Leite Lopes, João Pacheco de Oliveira, Mariza Peirano, Lygia Sigaud, Giralda Seyfeth, Eduardo Viveiros de Castro, Gilberto Velho, Otávio Velho e tantos outros - brasileiros e estrangeiros.

O surgimento da revista *Horizontes Antropológicos* revela sentimentos semelhantes ao proposto pela CAPES. Editada pelo PPGAS da UFRGS é voltada para a publicação de números temáticos.

Hoje, além dos periódicos, os antropólogos brasileiros usam como veículo de divulgação de seus trabalhos, os livros, os ensaios e as coletâneas, publicações essas que se espalham por grandes editoras, por editoras universitárias e por editoras regionais de pequeno alcance. Suas reuniões anuais realizadas pela ABA, embora seja um profícuo momento de intercâmbio direto entre antropólogos do país, de outras regiões e até mesmo intercontinentais, têm suas apresentações editadas em canais de divulgação, nem sempre muito acessíveis. Talvez, por essa razão, é comum encontrar na literatura a edição de um mesmo texto em vários veículos de divulgação. Esses pesquisadores também vêm participando das reuniões da ANPOCS e da SBPC. Já, as teses e as dissertações, grosso modo, muito extensas para as regras mercadológicas de publicação, permanecem restritas ou de difícil acesso aos pesquisadores potenciais. As revistas e outros tipos de publicações vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia ou à universidade onde os cursos da disciplina estão alocados continuam proliferando para dar conta de sua produção científica. Nos *sites* destes Programas pudemos encontrar outras publicações, tais como, *Cadernos Pagu*, *Idéias*, *Primeira Versão*, *Temáticas*, *Textos Didáticos*, *Cadernos da Graduação*, *Cadernos do IFCH*, etc. (UNICAMP), *Sexta Feira* (USP), *Antropodicas*, *Antropologia em Primeira Mão* (UFSC), *Coleção Antropológica* (UNB), *Campos: Revista de Antropologia Social* (UFPR) e *Anthropologicas* (UFPE). Entretanto, merece destaque alguns outros periódicos vinculados aos PPGAS de maior prestígio, em âmbito nacional que estão contemplados com a categoria A, na *Lista Qualis: Anuário Antropológico* (UNB), *Cadernos de Campo* (USP) *Campos: Revista de*

antropologia Social (UFPR) *Horizontes Antropológicos* (UFRGS), *Ilha: Revista de Antropologia* (UFSC), *Mana; Estudos de Antropologia Social* (UFRJ), *Revista de Antropologia* (USP) e *Série Antropologia* (UNB).

A *Lista Qualis 2003*, relativa ao campo de Antropologia, nos *Anexo I(a)*, *Anexo I(b)*, *Anexo I(c)*, *Anexo I(d)*, *Anexo I(e)* e *Anexo I(f)* relaciona publicações de interesse para a disciplina incluindo dados do título do periódico, tais como: ISSN, Classificação (A, B, C e sem classificação) e Circulação (internacional, nacional, local e sem circulação). Com o intuito de aprimorar este instrumento avaliatório, a Comissão de Avaliação da CAPES e o Fórum Nacional de Coordenadores dos PPGAS têm trabalhado sistematicamente no projeto da *Lista Qualis*, com o objetivo de elaborar os critérios de avaliação dos periódicos.

Na questão financeira, os próprios órgãos de fomento têm subsidiado as publicações periódicas produzidas no Brasil, estimulando a produção de periódicos por cada Programa de Pós-Graduação, o que representa, em máxima medida, o desestímulo à organização de revistas produzidas em parceria, entre os cursos de pós-graduação em Antropologia.

Enfim, a Antropologia brasileira e seus veículos de divulgação se expandiram, se diversificaram e o controle desse universo se torna, mais e mais complexo, difuso e incontrolável.

CAPÍTULO 4. O MODELO BRASILEIRO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM ANTROPOLOGIA

Há um certo consenso de que o processo de amadurecimento da pesquisa em Antropologia tomou novos rumos a partir do intenso movimento intelectual vivido na década de 1960, que culminou com a efetiva implantação dos cursos de pós-graduação no Brasil na década seguinte, os quais a integraram à formação profissional anteriormente existente. Entretanto, embora esse cenário possa parecer bastante animador a posteriori, nunca é demais lembrar que se tratava dos tempos de um regime autoritário que durou de 1964 e 1984 e que trouxe consigo uma desmobilização do movimento estudantil e o controle coercitivo das atividades dos professores.⁹

Na sua pior faceta, essa época levará à emigração de muitos pesquisadores brasileiros, sendo que essa “fuga de cérebros” promoveu a drenagem de um já escasso contingente de especialistas. Isso equívale a dizer que a alavancagem da Antropologia no Brasil certamente se deu de modo paradoxal. De certa forma, foi durante o regime militar que o modelo se formalizou, em parte vinculado ao apoio de instituições governamentais e também de diversas agências de fomento externas ao País. Ao lado de um conjunto de medidas repressivas, a “nova” política educacional procurou atrelar o sistema educacional ao desenvolvimento econômico, comandado por uma lógica de crescente internacionalização econômica. Antes mesmo dos esforços de financiamento do governo brasileiro, a Antropologia já experimentava mudanças significativas advindas da injeção de recursos da Fundação Ford, cujo vultuoso auxílio permitiu organizar o curso de pós-

⁹ O processo da Reforma Universitária desenvolvido pelo regime militar se deu a partir do Convênio MEC-USAID, um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo alguns estudiosos, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ela forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino. A discordância com esse acordo se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil. Diante da violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC/USAID, o governo criou em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo.

graduação em Antropologia do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com o intuito de aprimorar os recursos humanos existentes no Brasil, o governo militar implantou um sistema de financiamento assentado no Banco Nacional de Estudos e Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), criado em 1964 e que em 1987 deu origem à Financiadora de Projetos (FINEP), um dos órgãos administradores do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969.

Iniciava-se, assim, o processo de formação de recursos humanos altamente qualificados, a serviço da C&T do País. Esse novo sistema universitário local e as exigências da C&T globalizada passaram a demandar uma crescente necessidade de conhecimentos, aumentando os custos da pesquisa. Entretanto, esse crescimento exponencial de recursos para a pesquisa acabou pulverizando os orçamentos governamentais, reduzindo os recursos públicos disponíveis para o financiamento dos diferentes campos científicos.

4.1. O FINANCIAMENTO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

Foi nesse cenário que a Antropologia brasileira começou a viver os seus momentos mais profícuos de desenvolvimento contemporâneo. Os financiamentos para a implantação dos cursos de pós-graduação em Antropologia vieram inicialmente da Fundação Ford, e mais adiante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Esse tipo de apoio foi dos mais importantes, vindo a juntar-se ao apoio de outras instituições mais tradicionais, como a CAPES e o CNPq - agências federais criadas no início dos anos de 1950 e a FAPESP instituída na década seguinte para apoiar as atividades de pesquisa no Estado de São Paulo. Uma vez completado o processo de implantação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, com recursos angariados em fontes internacionais de financiamento, esses órgãos brasileiros de fomento à pesquisa continuaram prestando-lhes os seus auxílios. Apesar dos muitos momentos críticos devido à falta de recursos, das rupturas e das reconstruções em novos moldes de algumas dessas agências de fomento à

pesquisa, não se pode deixar de ressaltar o esforço de nossas fontes nacionais de financiamento.

Também, em 1998, na esfera estadual, deu-se a criação do Fórum Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa. As FAPs começaram, ainda com grande diferença entre elas, a consolidar sua articulação com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e preparar-se cada vez mais a respaldar o desenvolvimento científico regional. A expectativa é de que o MCT interceda junto aos governos estaduais para fazer cumprir os repasses legais de recursos de forma a superar as situações críticas em que se encontram muitas das Fundações. Além de um efetivo repasse de recursos, o principal pleito das Fundações é a autonomia financeira e administrativa e o respeito ao mandato dos seus conselheiros e diretores.

4.1.1. A FUNDAÇÃO FORD

Entre as instituições de fomento existentes nos Estados Unidos, a Fundação Ford é uma das que tem atuado mais intensa e sistematicamente no Brasil, sem deixar de registrar o importante apoio da Fundação Rockefeller às Ciências Nomotéticas. Entre 1962 e 1992, fez investimentos substanciais e de importância significativa para as Ciências Sociais. Duas linhas se revelaram particularmente benéficas à Antropologia. A primeira centrou-se em treinamentos no exterior de cientistas competentes e de futuras lideranças profissionais, bem como na vinda de professores e consultores norte-americanos. A segunda linha de financiamento previa o incentivo à construção institucional de cursos de pós-graduação, num momento anterior à expansão das verbas e do apoio público federal à pesquisa e à pós-graduação, o que só veio a reforçar e amplificar os efeitos de seus investimentos. A primeira fase de apoio da Fundação Ford mais diretamente centrada nas Ciências Sociais começou em 1966 e durou até 1974, com uma política de fomento bastante seletiva.

Conforme enfatiza Marcus F. Figueiredo. “Seus recursos foram concentrados em poucas instituições e os convênios realizados tinham duração de cerca de dez anos. Esses convênios, estrategicamente estabelecidos, tiveram por objetivo o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no nível de pós-graduação nas áreas de Antropologia Social,

Sociologia, Sociologia Rural e Ciência Política, em instituições localizadas em Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.” (FIGUEIREDO, 1988, p.42).

No tocante à Antropologia, a Fundação Ford realizou convênio com o Museu Nacional da UFRJ, para apoiar o seu Programa de Pós-Graduação. Por volta de 1970, a agência de fomento já havia fornecido bolsas para um contingente de antropólogos que veio a constituir a “primeira” geração de doutores que colaborou na consolidação do Programa do Museu Nacional. Por essa época, paulatinamente a CAPES e o CNPq que já haviam começado a investir mais significativamente na formação de doutores passou a substituir a agência internacional nesse papel.

A outra fonte de dotação de recursos da Fundação Ford referia-se a projetos individuais médios e pequenos, onde também aconteceram mudanças. Em 1984, a Fundação Ford transferiu para a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) a incumbência de administrar e distribuir esses recursos, a exemplo do que já havia feito com a FINEP. Entretanto, essa queda de investimentos em dotações individuais representou mais uma re-divisão de trabalho do que uma retirada de apoio à comunidade. Mas, mesmo neste segundo momento, a Fundação Ford não se retirou do cenário de apoio aos Programas de Pós-Graduação do Brasil, e nem tampouco deixou de complementar os itens mais precários de recursos nesses Programas ou deixou de contemplar os projetos específicos de pesquisa. Na verdade, essa desconcentração de recursos permitiu à Fundação Ford ampliar sua linha de apoio, bem como o número de instituições por ela apoiadas.

Em certa medida, a política implementada pela Fundação Ford, em suas três décadas de investimento no Brasil, constituiu-se em um dos principais instrumentos de alavancagem institucional e material dos antropólogos brasileiros, cujo projeto consistia em oferecer recursos que garantissem a continuidade e eventualmente orientassem os experimentos institucionais. Por outro lado, a política de subvenção da Ford permitiu estabelecer fortes vínculos de pesquisa com os Estados Unidos, deles recebendo forte influência intelectual e a clara tendência de inspirar-se nos modelos da ciência norte-americana. Enfim, essa forma de apoio norte-americano visou atender as elites científicas em lugar das elites governamentais e empresariais privadas.

O leque temático apoiado pela Fundação Ford no interior de cada uma das disciplinas financiadas permite destacar alguns temas no campo antropológico, encontrando-se temas relacionados com a Cultura de Sociedades Rurais e Urbanas, e no último caso, notadamente pesquisas sobre a Cultura Afro-brasileira. No tocante ao investimento realizado em trinta anos de atuação da Fundação Ford o volume de recursos foi significativo. Uma estimativa da magnitude do apoio oferecido pela Ford pode ser feita a partir da média anual de destinação de recursos pelo valor global dos convênios realizados, segundo os cálculos de M. Figueiredo. “Na área de Ciências Sociais, a Ford investiu 11,3 milhões de dólares, cerca de 26% do seu total de investimentos (...), ou seja, 590 mil dólares, em média, a cada ano.” (FIGUEIREDO, 1988, p. 43).

4.1.2. A FINEP

A FINEP é uma empresa pública que se estabeleceu em 24 de julho de 1967 para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criada em 1965, vinculando-se à recém-formada Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN/PR. Em 1985, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, passou a ser vinculada ao órgão que se tornou o centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil.

O primeiro momento das relações institucionais da FINEP e da comunidade de Ciências Sociais iniciaram-se em 1974, através de um convênio com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Nesse primeiro período, a distribuição de recursos foi intermitente, oscilando muito de um ano para outro. Os primeiros cinco anos foram marcados por uma política agressiva, caracterizada por grande expansão de recursos e também geográfica. Há que se considerar, entretanto, o fato de que, por aquela ocasião, era comum a realização de convênios plurianuais, o que provocava o empenho de verbas em anos intercalados.

De acordo com Marcus Figueiredo: “A FINEP inicia suas operações de financiamento das Ciências Sociais em 1974 e só paulatinamente amplia sua área de atuação, num movimento que representa claramente o seu papel de dar continuidade ao esforço inicial da Fundação Ford. A FINEP segue, praticamente, a mesma trajetória da

Ford e aos poucos vai assumindo a função estratégica outrora desempenhada por esta de apoiar vigorosamente os principais centros de ensino e pesquisa da pós-graduação. A participação das Ciências Sociais no orçamento global da FINEP entre os anos de 1974 e 1984 é diminuta: representa apenas 1% do total de recursos disponíveis. Mas esse fato nos diz muito pouco, pois a FINEP, enquanto um banco de fomento ao desenvolvimento tecnológico e científico, apóia todas as áreas do conhecimento, fazendo investimentos pesados em áreas comparativamente muito mais dispendiosas do que as Ciências Sociais.” (FIGUEIREDO, 1988, p. 40).

O segundo momento da política de investimento da FINEP começou em 1980. A brusca queda na disponibilidade de recursos naquele ano decorreu de um amplo corte orçamentário nas verbas do FNDCT. A partir daquele ano a alocação de recursos passou a ser feita de forma gradual e em ritmo lento quando comparado ao período anterior. Em 1985, o Governo da Nova República criou o Ministério da Ciência e Tecnologia e a área de C&T ganhou nova vida com a estruturação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, tendo a FINEP como seu agente financeiro. Posteriormente, tanto o FNDCT e o PADCT foram esvaziados, causando uma grave crise no sistema de C&T fora do Estado de São Paulo, onde a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, mantinha um vigoroso programa de fomento. A crise também esvaziou o MCT e acabou abrindo espaço para a criação dos Fundos Setoriais de C,T&I, que foram alocados no FNDCT e possibilitaram sua revitalização. Atualmente a capacidade de seus financiamentos para todo o sistema de C,T&I está muito mais voltada para o financiamento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, cujos resultados possam contribuir para a expansão do conhecimento e a geração de impactos positivos no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

De qualquer forma, as variadas formas de fomento permitiram a consolidação dos programas de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação e o apoio a grupos de pesquisadores organizados em centros de pesquisa privados e grupos multidisciplinares vinculados a universidades ou órgãos governamentais. Assim, a FINEP tem atuado em consonância com a política do MCT, em estreita articulação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Enquanto o CNPq apoia prioritariamente pessoas físicas, por meio de bolsas e auxílios e a CAPES auxilia

prioritariamente os cursos de pós-graduação, a FINEP apoia ações de C,T&I de instituições públicas e privadas, abrangendo todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico, pesquisa básica, pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. Aliás, seu apoio se dá na mais larga acepção da expressão C,T&I.

4.1.3. A CAPES

Em 1951 foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como uma *Comissão* para assegurar a qualificação de pessoal especializado - em quantidade e qualidade - suficientes para atender as demandas dos empreendimentos públicos e privados. Entretanto, de acordo com a própria história relatada na comemoração dos 50 anos da CAPES, seus esforços só se fizeram refletir passados dois anos.

Em 2002, de acordo com o depoimento dos dirigentes da CAPES, “somente em 1953 foi implantado o Programa Universitário, em que os projetos envolvidos tinham como característica comum a contratação de um professor *senior*, que atuaria como elemento de dinamização das atividades acadêmicas. Essa opção foi em muito espelhada nas experiências das “missões universitárias” das décadas de 1930 e 1940, e da Universidade do Distrito Federal – da qual Anísio Teixeira fora um dos formuladores – que tinham como pressuposto a disseminação do conhecimento, através dos grupos de professores assistentes que se reuniam em torno dos seniores. A concessão de bolsas de estudos, no entanto, apenas progressivamente foi se desenvolvendo, até se afirmar como atividade de maior peso dentro da agência, em detrimento das atividades de fomento (...). As atividades de fomento favoreceram a criação de centros nacionais, núcleos regionais de ensino e pesquisa, ou ainda unidades de cunho institucional, que foram perdendo importância ao longo do período, em detrimento das bolsas de estudo.” (CAPES, 2002, p. 17-18).

A CAPES teve sua trajetória diretamente afetada pelo movimento político-militar de 1964, que inaugurou na Agência um período de descontinuidade administrativa e turbulência institucional, passando de *Comissão* a *Coordenação* e integrando-se ao

Ministério da Educação. Foi um ano de transição, em que ruptura e continuidade andaram juntas. Ao mesmo tempo, que alterava sua definição institucional, uma série de medidas avançavam para garantir seu funcionamento.

“A partir de então se verificam mudanças na política definida pela Agência, consoantes com as novas prioridades dos governos militares, em que Ciência e Tecnologia surgem como conceitos fundamentais. A ênfase passa a ser dada às Ciências Básicas e à Tecnologia Aplicada.” (CAPES, 2002, p. 19).

O período iniciado em 1974 trouxe para a pós-graduação a definição de metas, competências, responsabilidades e recursos. A pós-graduação assumiu para o governo uma importância estratégica para o desenvolvimento do Ensino superior. Dessa maneira, surge o I Plano Nacional de Pós-Graduação, reunindo representantes das principais instituições responsáveis pelo sistema nacional de C&T e pelo sistema universitário brasileiro, entre elas a Secretaria Geral do MEC, o Conselho Federal de Educação, a CAPES, o CNPq, a FINEP, o BNDE e algumas universidades. O desenrolar dos trabalhos registrou o aumento progressivo da importância da CAPES, definindo entre suas principais atribuições a orientação, a implantação, o acompanhamento e a avaliação dos programas de capacitação de docentes e de recursos humanos. A partir de então, a CAPES passou a contar, de forma cada vez mais sistemática e progressiva, com a participação da comunidade acadêmica. A colaboração de consultores se presta a analisar solicitações de bolsas de estudo, para avaliação de cursos, para recomendação de cotas de bolsas, entre outras formas de pareceres.

Ao mesmo tempo, a rápida e expressiva expansão dos Programas de Pós-Graduação trouxe consigo a preocupação com a qualidade das atividades por eles desenvolvidas. Atenta para a necessidade de um maior controle sobre os cursos e procurando aprimorar seu processo de distribuição de bolsas e auxílios, a CAPES começou a desenvolver uma sistemática de avaliação, sendo que a primeira avaliação foi realizada em 1978. Paralelamente, iniciou-se um movimento de descentralização dos procedimentos para as universidades e os cursos de pós-graduação, cabendo à Agência apenas a função de promover uma melhor e mais ampla avaliação dos cursos e de seus alunos. Em 1983 foi implementado o II Plano Nacional de Pós-Graduação que tinha por eixo central o apoio aos programas em sua infra-estrutura de modo a assegurar um

mínimo de estabilidade e autonomia financeira. O início da década de 1990 foi traumático. Com a posse de Fernando Collor de Melo na presidência da República e a profunda reestruturação da administração pública federal extinguiu-se a CAPES, indignando a comunidade acadêmica. E foi exatamente a mobilização desse segmento que garantiu, em pouco menos de um mês, o restabelecimento da Agência. Entretanto, em 1992, o trabalho de reconstrução terminou por transformá-la em uma fundação, garantindo-lhe maior autonomia. Após esse período iniciou-se um esforço de modernização e de informatização da Agência, visando fornecer maior agilidade no atendimento às demandas de seus programas. Em 1998 implementou-se as alterações promovidas no sistema de avaliação. Essa avaliação passou a ser de programas, incorporando Mestrado e Doutorado em um mesmo conceito. Também, a avaliação passou a ser feita com base em uma escala de 1 (um) a 7 (sete), em substituição ao sistema anterior de avaliação que previa conceitos A, B ou C, estabelecendo uma forte influência de metodologias quantitativas no cálculo do status relativo de cada curso.¹⁰

Essa substituição de conceitos por escala numérica tem permitido uma maior diferenciação entre os Programas (alteração consolidada já na avaliação realizada em 2001) e a medição da qualidade dos Programa, segundo sua inserção internacional. O depoimento de Abílio Baeta Neves demonstra as razões da mudança ocorrida na avaliação dos cursos de pós-graduação. “A motivação mais imediata para alterá-la foi o reconhecimento claro de que a avaliação não discriminava mais a excelência. A curva de conceitos atribuídos era uma curva ascendente. Havia cerca de 90% dos programas nas avaliações de 1994 e na de 1996 (que repetiu, praticamente, os resultados de 1994), com conceitos A e B. Em alguns desses momentos da avaliação chegamos a ter mais de 50% dos programas com A, ou seja, nitidamente isso significava que não havia mais capacidade de discriminação da excelência dos programas. O que tinha acontecido com a avaliação? Uma mudança importante feita foi a ruptura com uma certa compreensão do papel da avaliação. Desde 1976, a avaliação funcionava na CAPES, essencialmente como direcionamento do esforço de implantação da pós-graduação. Nesse sentido, era uma

¹⁰ A descrição do processo de avaliação está contido em CAPES. Área de Avaliação: Antropologia/Arqueologia.” IN: Documentos de área do conhecimento elaborados pelas comissões de avaliação da CAPES: Ciências Humanas. *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol.7, nº 3, 1999. p. 24-33.

espécie de norte do que se buscava alcançar. Ela avaliava para saber, em última instância, se os cursos e programas estavam caminhando em uma certa direção desejada. É por isso que afunilou todo mundo; por isso houve a concentração de uma grande quantidade de cursos com A e B. Então, alcançando tal tipo de patamar, tudo bem! Aquele patamar, ao invés de ser considerado mínimo, era considerado máximo. Isso foi alterado a partir de 1998. A avaliação tornou-se uma avaliação competitiva entre os programas, a partir de indicadores de excelência de qualidade que a cada momento poderiam ser movidos para cima, ou seja, ao contrário da avaliação anterior. Alcançando certo patamar de desenvolvimento, eleva-se o nível de qualidade sugerido.” (NEVES, 2002, p. 8).¹¹

Como já descrito, o fomento da CAPES, enquanto órgão vinculado ao Ministério da Educação se dá fundamentalmente pelo apoio às atividades de cursos de Mestrado e de Doutorado e de projetos associados aos Programas de Pós-Graduação e pela concessão de bolsas no País e no exterior. Todo esse aparato passou a exigir a associação do fomento e da avaliação da pós-graduação a políticas e objetivos mais claramente definidos de formação de recursos humanos para o Brasil. A esses desafios somam-se outros: a expansão acelerada do sistema privado de ensino superior, a demanda crescente pela ampliação da pós-graduação profissional e a necessidade de incorporação da educação à distância, introduzindo novas questões para a CAPES, e conseqüentemente à comunidade acadêmica.

¹¹ O discurso retratado não apresenta novidades, ao contrário reforça a prática atual de burocratização. Guíta G. Debert, ao tratar da expansão do ensino superior na década de 1960 recupera as considerações de Peter Scott que permanecem bastante atuais. “De fato, (...) as universidades começaram a perder sua identidade, a se parecerem cada vez mais umas com as outras e a serem encaradas como grandes burocracias administradas segundo modernas regras de gerenciamento profissional.” (SCOTT apud DEBERT, 2004, p. 144-145).

Entretanto, dentre a variedade de ações promovidas pela Agência cabe ressaltar algumas questões que dizem respeito a esta pesquisa. O trabalho de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira efetuada sistematicamente pela CAPES, muito embora conte com pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, incide diretamente nos indicadores da produção científica entre os diferentes campos da ciência. Ao mesmo tempo, essa avaliação acaba por demandar alguns serviços e criar produtos para balizar os parâmetros estabelecidos pela CAPES em suas avaliações trienais. A antiga e constante necessidade da CAPES de oferecer à comunidade científica brasileira os periódicos científicos de grande relevância para as atividades de investigação adquiriu novos contornos. Assim, o velho método de aquisição de periódicos da Agência - o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), acabou por assumir novas características, se transformando no *Portal de Periódicos*. Em 1997, antes da grande crise da CAPES, a Agência comprava os periódicos impressos para uma grande maioria das universidades brasileiras, que variavam de um baixo percentual da coleção de cada biblioteca universitária até o pagamento integral de todas as assinaturas de uma universidade que oferecesse cursos de pós-graduação. O antigo processo de compra de periódicos, com vistas a oferecer suporte bibliográfico aos Programas de Pós-Graduação ficou defasado, levando a Fundação a idealizar outro modelo para atender as universidades brasileiras.

Atualmente, neste quesito, a CAPES estabeleceu duas formas distintas para subsidiar os cursos de pós-graduação no Brasil. A primeira forma de fomento criou o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), o qual descentralizou os recursos orçamentários da Agência para as Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas ao MEC. Essa descentralização de recursos permitiu que cada Universidade possa desenvolver políticas próprias para o setor, adquirindo assinaturas de periódicos não disponibilizados pelo Portal, de acordo com as especificidades de cada Instituição. A segunda forma de investimento consolidou o Portal Eletrônico de Acesso à Informação Científica, via *internet*. O *Portal de Periódicos* foi lançado em novembro de 2000. Participam do Portal Instituições Federais de Ensino Superior; Instituições de Pesquisa com Programas de Pós-Graduação Acadêmicas, com nota igual ou superior a 3 (três); Instituições Públicas de Ensino Superior Estaduais e Municipais com Programas de Pós-Graduação Acadêmica e com nota igual ou superior a 3 (três) e Instituições Privadas de

Ensino Superior com Programas de Doutorado com nota igual ou superior a 5 (cinco). Desde então, os pesquisadores começaram a utilizá-lo de maneira cada vez mais freqüente, sendo contínua a disponibilização, com conteúdos crescentes. É um acervo que hoje está em torno de aproximadamente nove mil títulos e quase duas dezenas de bases referenciais. Eis o depoimento de Luiz Valcov Loureiro, “O Portal de Periódicos da CAPES (...), a partir de então seria publicação via eletrônica, democrática, universalizadora, atendendo de norte a sul, de leste a oeste e a todos.” (LOUREIRO, 2002, p. 25).

No tocante aos serviços vale registrar a preocupação da CAPES e do CNPq em promover a fusão dos currículos, disponíveis no sistema Coleta (CAPES) com o CV-Lattes (CNPq), a qual serviu para facilitar o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação, bem como reduziu o tempo de trabalho dos pesquisadores que tinham que fornecer informações similares às duas Agências. “Na reunião do Conselho Técnico-Científico (CTC) de 8 de julho de 1999, em que, entre outros assuntos tratados, ficou estabelecida a integração dos bancos de currículos da CAPES (Coleta) e do CNPq (Lattes), medida que aumentará, em boa hora, a aproximação e a afinação do trabalho dessas duas instituições governamentais de tão grande importância no desenvolvimento da pesquisa científica e da pós-graduação no Brasil.” (APRESENTAÇÃO, 1999, p. 5).

Em suma, a união dos dados curriculares do Coleta e do CV-Lattes, permitiu não apenas redimensionar as competências da CAPES, mas, também reafirmar a vocação do CNPq, concentrando seus esforços em aprimorar constantemente a Plataforma Lattes, trazendo benefícios de grande importância para a área de recursos humanos dentro da C&T brasileira.

4.1.4. O CNPq

Na década de 1920, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) já acalentava o sonho de criar uma entidade governamental de fomento à pesquisa. Em 1931, a ABC sugeriu formalmente ao governo a criação de um Conselho de Pesquisas, sem maiores repercussões. Em 1936 o presidente Getúlio Vargas enviou uma mensagem ao Congresso sobre a questão, mas a idéia não foi bem recebida pelos parlamentares. Foi com a

Segunda Guerra Mundial e os avanços da pesquisa militar que despertaram os países para a importância da pesquisa científica, entre eles o Brasil, os quais passaram a montar uma estrutura de fomento à pesquisa. Esses fatos permitiram que em 1946, por intermédio novamente da ABC, o governo recebesse nova proposição para a criação de um Conselho Nacional de Pesquisa. Para que essa proposta se transformasse em lei foram consumidos mais cinco anos e em 15 de janeiro de 1951 foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas.

O foco de financiamento do CNPq sempre se concentrou no apoio à formação de recursos humanos para as atividades de investigação científica, concedendo bolsas e auxílios para a pesquisa. Num primeiro momento havia as bolsas de estudo ou de formação e as de pesquisa. Posteriormente foram criadas as de iniciação científica, aperfeiçoamento ou especialização e estágio para o desenvolvimento técnico de profissionais, para o pesquisador assistente, para o pesquisador associado e para o chefe de pesquisa. Na década de 1950, talvez ainda por influência do esforço de guerra era concedido maior número de bolsas para os campos das Ciências Básicas ligadas à Física, particularmente em estudos relativos à energia atômica. Também, mereceram atenção especial do CNPq as Ciências Biológicas que já tinham uma certa tradição no País. Por último, vale ressaltar o apoio ao processo de industrialização brasileiro.

Entre 1956 e 1964, os recursos do CNPq repassados pela União caíram drasticamente, provocando a evasão de cientistas brasileiros para o exterior em busca de melhor remuneração. A partir de 1964, o governo militar estimulou a formação de profissionais especializados para a indústria e o fortalecimento do aparato técnico-científico ao projeto modernizador do regime. Assim, em dezembro do mesmo ano o CNPq passou a ser responsável pela formulação das políticas científico-tecnológica nacional e atuar juntamente com os ministérios para resolução dos assuntos relacionados à área científica. A próxima mudança viria em 1974 com a transformação de Autarquia em Fundação, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), surgindo o novo nome até hoje vigente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com atuação ampla, mas desde sempre direcionada para as Ciências Básicas e para o desenvolvimento tecnológico.

Ainda na primeira década de sua atuação foram criados diversos institutos, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, o Instituto de Pesquisas da Amazônia

- INPA, que incorporou o Museu Paraense Emílio Goeldi; o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD, que deu lugar ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; o Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR e o Grupo de Comissão Nacional de Atividades Espaciais – GOCNAE, o qual foi substituído em 1971 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, igualmente subordinado ao CNPq e atualmente vinculado ao MCT. Durante a década de 1970 foram incorporados e criados outros institutos: o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); o Observatório Nacional (ON); o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); o Laboratório Nacional de Luz Síncroton); o Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) e o Projeto Mimirauá. Tais criações denotam a forte ênfase de investimento nas Ciências Nomotéticas. Salvo um ou outro instituto, todos os demais representam as áreas das Ciências Exatas e Tecnológicas.

Em 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o CNPq passou a ser vinculado ao MCT que se tornou o centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil. Todas as suas ações são direcionadas a partir do Plano Plurianual do Governo Federal, com programas do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), do Ministério da Defesa (MD), do Ministério das Minas e Energia (MME) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), contribuindo diretamente para a formação de pesquisadores – mestres, doutores e especialistas em várias áreas do conhecimento, incluindo as Ciências Humanas e Sociais. Entretanto, as razões históricas da criação do próprio CNPq e o seu esforço de criação e/ou de incorporação dos vários Institutos atuantes das Ciências Nomotéticas durante sua trajetória reafirmam a especial ênfase dada ao desenvolvimento tecnológico para as atividades de produção e da cadeia de conhecimento ligado aos referidos campos das Ciências Exatas e Tecnológicas.

Concluindo, desde o seu início, o CNPq perseguiu como meta intensificar o intercâmbio entre os pesquisadores e as instituições do País e do exterior, estabelecendo convênios e encontros científicos, o que colaborou para que houvesse uma grande troca de informações e conhecimentos.

4.1.5. A FAPESP

No plano estadual, a FAPESP tem um grande papel de destaque no financiamento à pesquisa de C&T desenvolvida no Estado de São Paulo. A Agência foi criada em 1960, após um longo percurso realizado em duas décadas de articulações das elites paulistas. O Estado de São Paulo já carregava uma tradição de envolvimento destas elites na promoção do desenvolvimento científico e educacional. Como descrito no capítulo anterior, a própria criação e sustentação da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo na década de 1930 dependeram, sobremaneira da atuação dos grupos oligárquicos concentrados em São Paulo que durante alguns anos assumiram a liderança do desenvolvimento científico e tecnológico no País. Essa mesma tradição estaria presente na implementação da FAPESP. Foi na década de 1940 que se iniciou as articulações da comunidade científica paulista, defendendo a criação de um órgão para apoiar e financiar a pesquisa. Em 1942 criaram-se os Fundos Universitários de Pesquisa, sob a liderança do reitor da USP – Jorge Americano. Em 1947, com a redemocratização do País e a conseqüente eleição de uma Assembléia Constituinte Estadual, os cientistas paulistas conceberam uma fundação autônoma, através da qual o Estado ampararia a pesquisa. Embora, a FAPESP só tivesse se concretizado 13 anos mais tarde, a simples aprovação desse dispositivo constitucional exprimia uma atitude inovadora, principalmente porque o CNPq e a CAPES só foram criados em 1951.

Finalmente, em 1960, depois de uma longa batalha pela regulamentação, a FAPESP conseguiu contar com 0,5% do orçamento do Estado que lhe foi reservado por dispositivo constitucional, hoje corrigido para 1%, o que lhe garantiu sua autonomia política, administrativa e financeira. A FAPESP ficou assim organizada: um Conselho Superior que toma as decisões estratégicas. Porém, o cerne do processo decisório está localizado no Conselho Técnico-Administrativo, composto por um diretor-presidente, um diretor-científico e um diretor-administrativo, que também são escolhidos pelo governo estadual a partir de listas tríplices formadas pelo Conselho Superior. O núcleo das atividades da Fundação está na diretoria científica. Esta diretoria formula, orienta e executa os programas de amparo à investigação científica, sendo sancionados pelo Conselho Superior.

Para explicitar o modelo estrutural da FAPESP, recorremos a Maria Cecília Forjaz, que em dois momentos distintos reforça o papel desse Conselho. Primeiramente, com o depoimento de Paulo Vanzolini ressalta-se a vinculação entre a diretoria científica da FAPESP às áreas do conhecimento, enfatizando que todos provêm das chamadas Ciências Nomotéticas, posição essa que perdura até os dias atuais. “Por enquanto, o cargo-chave da FAPESP nunca foi ocupado por alguém que pertencesse às Ciências Humanas e Sociais.” (VANZOLINI apud FORJAZ, 1989, p. 27).

Também, a própria autora descreve a inserção das Ciências Humanas na FAPESP, concluindo que “para avaliar a participação das Ciências Sociais nos financiamentos concedidos pela FAPESP é preciso conhecer sua estrutura organizacional e os mecanismos decisórios que orientam a distribuição de recursos entre as diversas áreas do conhecimento, assim como o sistema de avaliação implantado nessa agência de fomento à pesquisa.” (FORJAZ, 1989, p. 23).

O sistema de avaliação das solicitações à Fundação é feito por assessores da comunidade científica reconhecidamente competentes em suas áreas de atuação, podendo ser do Estado de São Paulo, de outros estados e de fora do Brasil. Atualmente, a seleção de cada coordenadoria depende muito do diretor-científico. Esses coordenadores indicam os assessores e depois avaliam os seus pareceres. Ainda Maria Cecília Forjaz e seus interlocutores nos explicam que “o assessor só entra no mérito, no conteúdo, ele não sabe se a FAPESP tem ou não recursos.”¹²

Quanto à distribuição de recursos, existe uma série de indicadores que registra um predomínio das Ciências Nomotéticas, embora não existam historicamente critérios de prioridade em termos dos campos da ciência. De qualquer modo, embora minoritária, a inserção das Ciências Sociais na FAPESP, ainda na década de 1960 é um fato muito significativo, porque nessa época ela era a única agência governamental a financiar as disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. A partir da década de 1970 a FAPESP tem garantido a maioria dos mais distintos campos das Ciências Humanas e Sociais. Em 1974 as Ciências Sociais em São Paulo tiveram uma participação correspondente a 8% do

¹² A obra de FORJAZ, Maria Cecília, 1989, p. 30 relaciona uma série de depoimentos da comunidade científica confirmando o modelo descrito acima.

orçamento da FAPESP, e em 1984 essa participação cresceu para 12%, com um movimento crescente até os dias atuais.

Para finalizar, outro aspecto lembrado por Maria Cecília Forjaz é que a despeito dos esforços em contemplar as Humanidades “não nos devem levar a uma avaliação superestimada da participação da área de Ciências Humanas e Sociais no orçamento global da FAPESP, já que ao lado dos recursos dirigidos para bolsas e auxílios existem parcelas respeitáveis do orçamento da FAPESP que são aplicadas nos chamados projetos especiais, que se iniciaram em 1965 (...). A grande maioria desses projetos especiais são vinculados às Ciências Exatas, o que diminui proporcionalmente a fatia das Humanas no orçamento global da Instituição. A despeito disso, não se pode negar a enorme influência da FAPESP no desenvolvimento e institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo, assim como é preciso ressaltar o seu pioneirismo, pois foi a primeira Agência de fomento do Brasil a reconhecer a presença e a importância dessa área do conhecimento.” (FORJAZ, 1989, p. 39).

Para a finalidade deste trabalho vale reter o esforço da FAPESP em três segmentos: o *ProBE*, o *SciELO* e a *Plataforma Lattes*. No primeiro segmento é fundamental destacar a mobilização inédita da FAPESP em organizar a aquisição de periódicos eletrônicos internacionais e disponibilizá-los à comunidade científica paulista, viabilizado através do Programa de Biblioteca Eletrônica - o *ProBE*, idealizado entre 1997 e 1998 e implementado em 1999. Este Projeto trazia em sua chancela a proposta de disponibilizar à comunidade científica do Estado de São Paulo as bases de dados referenciais e ainda de periódicos científicos internacionais, em texto completo, com vistas a facilitar e agilizar o acesso a essas publicações eletrônicas, uma vez que a aquisição no formato impresso sempre dependeu de um longo e burocrático processo de compra no exterior, atrasando sobremaneira o recebimento nas bibliotecas universitárias e nos centros de pesquisa brasileiras, dos fascículos das revistas assinadas. Também, em razão da retirada de financiamento da CAPES para uma parcela significativa dos periódicos assinados pelas universidades paulistas, trouxe como consequência benéfica, essa nova sistemática de pesquisa e de localização eletrônica de periódicos. E, ao mesmo tempo aumentava as chances de acelerar o desenvolvimento da pesquisa local. Inicialmente, esse projeto de consórcio contou com a coordenação e o incentivo

financeiro da FAPESP e o esforço de cinco universidades sediadas no estado de São Paulo: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mais a BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde).

De acordo com Rosaly Krzyzanowski e Rosane Taruhn, o *ProBE* contou com todo apoio da FAPESP, num projeto audacioso e inédito no Brasil, “considerando que as instituições brasileiras também estão sendo afetadas pelos altos custos de manutenção de coleções de periódicos e que o formato eletrônico dessas informações é uma realidade, o modelo utilizado no exterior se mostrou como alternativa adequada e atual para o desenvolvimento do Projeto de Biblioteca Eletrônica de Publicações Científicas Internacionais no Estado de São Paulo, com base nas condições favoráveis de infraestrutura de informática já disponíveis, principalmente no que se refere a rede eletrônica Academic Network of São Paulo (ANSP), graças ao próprio incentivo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).” (KRZYZANOWSKI & TARUHN, 1998, p. 195).

Com a consolidação do *ProBE*, chegava o momento de encontrar um órgão capaz de abrigá-lo, uma vez que a FAPESP, de acordo com seu Estatuto, não pode assumir nenhum encargo permanente. Então, após o período de negociação, a CAPES em 2002 assumia definitivamente a aquisição de bases de dados referenciais e de periódicos eletrônicos de texto completo para todo o Brasil.

No tocante ao segundo segmento apoiado pela FAPESP, o Projeto *SciELO* inicia sua trajetória em 1999, representando o esforço de criação de uma biblioteca virtual de texto completo dos periódicos brasileiros, com proposta de expansão para os países da América Latina e do Caribe, servindo não apenas enquanto biblioteca virtual de textos completos de periódicos brasileiros, mas enquanto política editorial nacional. Em 2002 a FAPESP e o CNPq se integram para dar continuidade a este Projeto. Nesse sentido, a ação coordenada e conjunta entre CNPq, FAPESP e FAPERJ foi tema de discussão em 17/03/2004, em Brasília, visando apoiar e incentivar a publicação de revistas científicas

nacionais em mídia eletrônica, a exemplo do que vem fazendo o programa *SciELO* mantido pela FAPESP, em convênio com a BIREME e com apoio do CNPq.

O terceiro nicho de preocupação da Agência está na adoção da *Plataforma Lattes*, para as solicitações de auxílios na própria Fundação, através de um convênio firmado com o CNPq, facilitando não apenas a vida do pesquisador, que evita os constantes e repetitivos processos de cadastramento de sua vida profissional, mas fundamentalmente obrigando o pesquisador do estado de São Paulo, a manter o *CV-Lattes* atualizado para que possa iniciar qualquer processo de solicitação de auxílio e bolsa, também na FAPESP.

Enfim, a FAPESP tem tido historicamente um papel, não só de conceder financiamentos e apoiar projetos, mas de formuladora de política científica e tecnológica para São Paulo, juntamente com o Governo e as Secretarias do Estado na resolução dos assuntos relacionados à área científica, vislumbrando oportunidades de melhoria da ciência brasileira. Também, tem apoiado os Programas de Pós-Graduação em Antropologia situados no Estado de São Paulo – USP e UNICAMP. Essas contribuições têm se manifestado nas iniciativas participativas entre as agências de fomento, mostrando o empenho em trabalhar de forma conjunta e harmônica com os órgãos de financiamento do País. Ademais, tem-se destacado no seu papel de liderança junto às demais Fundações de Amparo à Pesquisa de outros estados brasileiros, com a criação do Fórum das FAPs.

4.2. A PLATAFORMA LATTES E SEUS CURRÍCULOS

Como é sabido, não se pode desprezar os investimentos efetuados pelo CNPq na formação de pesquisadores no campo da Antropologia, nem tampouco ignorar as novas políticas científicas que beneficiam o pesquisador, trazendo visibilidade ao seu trabalho de pesquisa, como acontece com a utilização da *Plataforma Lattes*. Essa Plataforma representa a experiência do CNPq no que se refere à integração de seus sistemas de informações gerenciais, instrumento fundamental não só para as atividades de fomento operadas pela Agência, mas também para tratamento e difusão das informações necessárias à formulação e a gestão de políticas de C&T. Essa integração trabalha com quatro projetos distintos, porém interligados. O primeiro, o *CV-Lattes*, refere-se a um

Sistema Eletrônico de Currículos atualmente com quase 500 mil currículos cadastrados. O registro da vida pregressa e atual dos pesquisadores é elemento fundamental para a análise de seu mérito e competência. Aliás, gradativamente esse formato-padrão para coleta de informações curriculares vem sendo adotado pelas diversas agências de fomento do País. O segundo sistema é o *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. O Diretório é uma base de dados que registra todos os grupos de pesquisa em atividade no País, ou seja, dos recursos humanos engajados no grupo, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação, aos cursos de Mestrado e Doutorado com os quais os grupos interagem e à produção científica e tecnológica captada a partir do *CV-Lattes*. O terceiro é o *Diretório de Instituições* que se preocupa com o registro acurado das instituições que demandam fomento ao CNPq ou que tenham membros participantes dos grupos de pesquisa ou que ofereçam cursos de graduação ou pós-graduação. Essa base é fundamental para que as agências brasileiras de fomento e os órgãos encarregados do planejamento e acompanhamento de C&T no Brasil possam ter um mapa preciso da distribuição dos recursos e da localização das competências de pesquisas no País. O quarto sistema é o *Sistema Gerencial de Fomento*, visando oferecer mais qualidade às atividades de fomento do CNPq.

Em 1997 o CNPq e o Grupo Stela do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) da Universidade Federal de Santa Catarina iniciaram o projeto de pesquisa e desenvolvimento desse conjunto de sistemas de informações, bases de dados e portais Web voltados para a gestão de C&T que culminou na *Plataforma Lattes*. Ela foi concebida para integrar os sistemas de informações das agências federais, racionalizando o processo de gestão de C&T, tanto do ponto de vista do usuário quanto das agências de fomento e das instituições de ensino e pesquisa. Em 1999 o software foi lançado, com a primeira versão do Sistema *CV-Lattes*. Após sua implantação, vários sistemas e módulos foram incorporados à Plataforma, aumentando a quantidade e a qualidade das informações, e adicionando recursos para o seu melhor aproveitamento.

Segundo os idealizadores da *Plataforma Lattes* a avaliação, o planejamento e a gestão de políticas em C&T careciam de informações apropriadas, dada a natureza dos dados operativos, possíveis através do desenvolvimento deste software. É Gerson Galvão e seus colaboradores que nos informam que “os Sistemas Lattes formaram bases

integradas de informações de qualidade tanto para as atividades de fomento como de gestão e planejamento em C&T. O desafio já em curso é a transformação dessa base de informações em conhecimento sobre C&T. Assim, por exemplo, além de analisarem a demografia da pesquisa brasileira, as agências e os pesquisadores podem conhecer padrões da atividade nacional em C&T, tais como configuração de redes de pesquisa, relacionamentos institucionais, priorização de temas de trabalho etc.” (GALVÃO, 1999, p.1).

O *CV-Lattes* reúne as informações sobre a vida científica e acadêmica de pesquisadores, estudantes, docentes, gestores, técnicos e profissionais liberais ligados à C&T. Os currículos são atualizados pelo próprio pesquisador mediante senhas individuais de acesso e contêm informações sobre a atuação profissional pregressa e atual de cada usuário Lattes. Dados como formação acadêmica, atividade profissional, produção científica (artigos, livros e trabalhos publicados), produção técnica (desenvolvimento de softwares, produtos tecnológicos e processos com registro de propriedade intelectual) e orientações de dissertações e teses são exemplos das informações constantes no currículo Lattes.

Os acordos institucionais realizados pelo CNPq têm aumentado a visibilidade, a utilidade e a racionalidade no registro das informações constantes na *Plataforma Lattes*, enquanto as instituições parceiras têm-se beneficiado pela ampliação dos recursos oferecidos aos usuários *web*. Entre os diversos acordos, há que se enfatizar o convênio entre o CNPq e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), ligando suas respectivas bases de currículos Lattes e os textos completos do *SciELO*, *LILACS* e *MEDLINE*. Também, em 2002 a CAPES e o CNPq anunciaram a possibilidade de tornar as informações solicitadas às pós-graduações pela CAPES compatíveis com os dados curriculares de docentes empregados pelo CV-Lattes. Os princípios de integração das plataformas Coleta (CAPES) e Lattes (CNPq) visaram principalmente o respeito aos princípios institucionais da CAPES – avaliação, e do CNPq - fomento. Ainda, as FAPs para terem acesso aos instrumentos de análise de informações da Plataforma Lattes, principalmente para constituírem suas próprias bases Lattes, podem acordar com o CNPq a obtenção institucional dos dados, via Sistema Lattes Extrator ou mesmo intervir diretamente no ambiente dos aplicativos Lattes.

O banco de dados dos currículos Lattes (*CV-Lattes*) do CNPq, como fonte de informação eletrônica, disponível na *internet*, apresenta algumas vantagens e desvantagens que devem ser levadas em consideração nesta investigação. Não há dúvidas que este banco é uma fonte de informação valiosa para os pesquisadores, administradores e outros interessados, porque reúne as informações sobre os cientistas brasileiros, economizando o tempo dos interessados no processo de busca. Este banco é amplamente conhecido e consultado pela comunidade científica, permitindo um contato mais direto com os pesquisadores para que ele seja não só divulgado, como reconhecido e respeitado. A descentralização para a inserção de dados, através de um sistema automático de inclusão dos novos registros, tem permitido uma maior rapidez na inserção das ocorrências referentes à vida profissional do pesquisador e, ao mesmo tempo tem facilitado a “vida” do pesquisador que não precisa refazer seu currículo, a cada pedido de financiamento e/ou de preenchimento de relatório. Outro fator positivo é a possibilidade de mapeamento de “*Quem faz o Que*” na pesquisa brasileira. Por outro lado, pode ser preocupante os currículos com informações insuficientes e inapropriadas, induzindo facilmente a erros de avaliação, principalmente quanto à produção científica do pesquisador individualmente.

Em suma, este tipo de investimento do CNPq só reforça a sua missão, direcionada para a formação e absorção de recursos humanos e financiamento de projetos de pesquisa que contribuam para o aumento da produção de conhecimento e geração de novas oportunidades de crescimento para o País, promovendo e fomentando o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e contribuindo na formulação das políticas nacionais de C&T. Também facilita a avaliação da competência de candidatos à obtenção de bolsas e auxílios; seleção de consultores, membros de comitês e de grupos de assessoramento; subsídio à avaliação da pesquisa e da pós-graduação brasileira e construção de outras bases de dados que subsidiem a elaboração de indicadores e de estudos de interesse de C,T&I. Estas atividades ficaram muito mais visíveis por meio do *CV-Lattes* que se tornou um ótimo referencial para disseminar rapidamente toda a capacidade da pesquisa brasileira.

4.3. OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

O desenvolvimento da pós-graduação, em termos de um modelo novo de Mestrado e de Doutorado, foi absolutamente fundamental para o amadurecimento da pesquisa científica no Brasil. Especificamente, a Antropologia apresentou um salto muito significativo, a partir da implantação e da consolidação dos cursos de pós-graduação nesta área, no País. Estes Programas de Pós-Graduação gabaritados pela CAPES, representam os esforços de algumas gerações de especialistas e do movimento internacional da disciplina e seus reflexos sobre o ‘fazer’ antropológico no Brasil e que, sistematicamente vem se desenvolvendo, a partir de critérios científicos irrefutáveis, quais sejam os paradigmas teóricos que orientam suas investigações, sendo geridos pelos próprios antropólogos brasileiros e seus pares situados em outros países. Por outro lado, o constante monitoramento e a gradativa implantação de novos paradigmas de avaliação e financiamento do sistema nacional de pós-graduação estabelecidos pela CAPES, tem ampliado o recrutamento de candidatos à Pós-Graduação em Antropologia, alargando o leque de possibilidades de formação e expandindo as pesquisas para a maioria das regiões do País.

No campo da Antropologia, o *Seminário “Pós-Graduação: Enfrentando Novos Desafios”* inseriu-se nos eventos comemorativos dos 50 anos de criação da CAPES. Ele foi concebido, com vistas a dar continuidade a sua reflexão sobre a necessidade de repensar o desenvolvimento da pós-graduação nacional. Ele foi elaborado com uma reunião de trabalho composto de pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais que gerou dois produtos. O primeiro se refere aos “*Relatórios dos Grupos de Trabalho*”, onde se identifica que as áreas de concentração menos desenvolvidas no campo da Antropologia são Antropologia Visual; Etnomusicologia e Lingüística Antropológica.¹³ O segundo gerou “*Textos Básicos para Discussão*”, elaborado por Giralda Seyferth no campo da Antropologia/Arqueologia. Nesse último texto ficou patente a qualidade dos cursos de pós-graduação em Antropologia. No entanto, ficou flagrante a desigualdade de

¹³ Trata-se do Relatório do Grupo de Trabalho da Área de Ciências Humanas, Letras, Lingüística e Artes relatado por FIORIN, José Luiz. *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol.9, nº 2/3, abr./set. 2001. p. 43.

distribuição dos cursos desta disciplinas, visto que os programas estão concentrados nas regiões sul e sudeste. O único programa de Mestrado e Doutorado fora dessas regiões é o da UNB. No norte e no nordeste existem apenas dois cursos de Mestrado, na UFPA e na UFPE, sendo que em parte essa demanda nordestina foi atendida pela aprovação neste mesmo ano de 2001 de um Doutorado em Antropologia na UFPE. Porém, a UFPA continua a enfrentar sérias dificuldades. A declaração de Jane Beltrão é muito enfática. “A leitura do fazer antropológico na Amazônia pode oferecer ao leitor uma imagem esfumada do que se faz aqui. Sou antropóloga e trabalho na Amazônia, ligada à Instituição que mantém o único mestrado em Antropologia (UFPA). Coordeno-o no momento, mas ele tem os dias contados, posto que, em maio de 2003, começou a funcionar o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), que formará mestres e doutores em Ciências Sociais, com duas áreas de concentração: Antropologia e Sociologia. Os desafios, na Amazônia, às vezes demandam articulações que fazem desaparecer a especificidade e a tradição que gostaríamos, em tese, de conservar.” (BELTRÃO, 2004, p. 191.).

Em linhas gerais, Giralda Seyferth tem razão ao afirmar que “As informações e sugestões oriundas dos programas mostram que as discussões sobre os problemas e lacunas na pós-graduação em Antropologia e Arqueologia estão concentradas em alguns tópicos: definição de subáreas ou áreas de concentração, sobretudo aquelas que não estão contempladas na classificação do CNPq, priorização da oferta de disciplinas em especialidades consideradas mais relevantes, demandas de cursos novos e alocação de recursos.” (SEYFERTH, Giralda, 2001, p. 163).

Ao longo das últimas três décadas, o Brasil construiu um sistema de pós-graduação considerado o maior e o melhor da América Latina, o que permitiu que a Antropologia estruturasse seus Programas de Pós-Graduação em Antropologia de visibilidade e prestígio, de acordo com a avaliação da CAPES. Entretanto, a adoção da redução de tempo para concluir os cursos de pós-graduação em Antropologia pode trazer sérios prejuízos à área. A elaboração de uma dissertação e/ou de uma tese fica mais fácil se o alunado de pós-graduação produzir um ensaio, ao invés de um trabalho empírico. É mais ágil usar modelos externos do que construir teoria com base na realidade brasileira. É mais rápido replicar pesquisas do que desenvolver pesquisa original. É mais

conveniente adaptar instrumentos de coleta e análise do que desenvolver algo novo. Portanto, a médio e longo prazo, essa nova sistemática pode ser muito custosa e altamente comprometedora às Ciências Humanas e Sociais. Na verdade, trata-se da incorporação de formas de trabalho não testadas cientificamente.

De modo geral, para que um Programa de Pós-Graduação em Antropologia seja reconhecido pela CAPES é essencial que alguns critérios sejam respeitados, quanto ao: *Programa, Atividades de Pesquisa, Atividade de Formação, Corpo Discente e Titulação, Produção Acadêmica Docente* e finalmente *Corpo Docente*.¹⁴

Do ponto de vista do item *Programa*, a escala vai de 5 e 7. Portanto, a obtenção de nota 5 depende de que o Programa organize, ao longo do triênio, ao menos um evento que envolva a participação de pesquisadores de outras instituições do País. Deve também ter uma publicação regular (periódico, boletim, série ou qualquer outro tipo de veículo de divulgação). Também, para a obtenção de nota 6 no quesito *Programa*, deve estar contemplado, além das exigências anteriores, ser um centro de excelência com impacto nacional e com capacidade de recrutamento de discentes em diferentes regiões do País e no exterior. Deve oferecer contribuição significativa para a formação de quadros nacionais e estrangeiros de excelência, manter convênios regulares com instituições internacionais, receber professores e pesquisadores estrangeiros e participar em programas de fomento internacional, recebendo alunos e/ou recursos dos mesmos; e produzir dissertações, teses e livros. Será valorizada a premiação por trabalhos. Deverá promover regularmente eventos científicos internacionais. A obtenção da nota máxima (7) no quesito *Programa*, requer, além dos critérios anteriores, ser reconhecido como par por outros centros de excelência internacionais em pesquisa e ensino e incluir expoentes de projeção internacional em diversas sub-áreas da Antropologia.

No aspecto das *Atividades de Pesquisa*, as linhas, os núcleos ou os eixos de pesquisa devem ser bem definidos, visíveis e abrangentes em quantidade e diversidade suficiente para se adequar às especialidades dos docentes e abranger diversos temas da Antropologia. É importante haver coerência entre as áreas de concentração, linhas de

¹⁴ Os Critérios de Avaliação 2004 (Ano Base 2001, 2002, 2003) Antropologia/Arqueologia estão descritos exhaustivamente em CAPES [<http://www.capes.gov.br>], conforme listado nas Referências Bibliográficas.

pesquisa e estrutura curricular. Também, as atividades de pesquisa devem resultar em produção intelectual docente e discente.

No tocante à *Atividade de Formação* espera-se que o Programa proporcione minimamente uma sólida formação dos fundamentos teóricos da área, apresentando bibliografias atualizadas, nacional e internacional. A obtenção de nota 4 neste item requer que a estrutura curricular apresente um elenco de disciplinas optativas, atendendo aos interesses diversificados dos alunos. Os orientadores de doutorado devem possuir significativa experiência na orientação de dissertações de mestrado e ter uma sólida e regular produção intelectual em veículos de qualidade reconhecida na *Lista Qualis* da área.

Nas questões de *Corpo Discente e Titulação*, o Programa precisa em princípio titular anualmente em torno de 30% de seus mestrados e, quando possuir também curso de doutorado, 20% de seus doutorandos. Os alunos devem ser encorajados a apresentar resultados de suas pesquisas em eventos e publicações científicas. Também, as teses e as dissertações devem ser bem articuladas com as linhas de pesquisa e as Bancas Examinadoras devem garantir a participação de membros externos. O Programa será melhor avaliado se os discentes se envolverem com estágio docente, equipes e projetos de pesquisa. Enfim, a nota máxima ainda exige que haja uma boa produção intelectual do discente, em suas mais variadas formas.

O último quesito trata do *Corpo Docente*. A *Produção Acadêmica Docente* deve ser estável e bem distribuída entre os docentes, incluindo livros, capítulos de livros e artigos em periódicos nacionais de reconhecida qualidade científica com arbitragem de pares. Considera-se fundamental a apresentação regular de trabalhos nos principais eventos científicos da área. O corpo docente deve ser constituído, em sua totalidade, por professores/pesquisadores doutores. O curso deve contemplar um núcleo básico de no mínimo 7 professores com dedicação exclusiva. Todos os docentes permanentes devem realizar atividades de ensino e orientação. Sua produção intelectual deve articular-se às linhas de pesquisa. A participação de alguns docentes em atividades administrativas ou representativas é considerada positiva. O mérito da nota 4 depende ainda de um corpo docente estável permanente e de tempo integral. A nota 5 requer também participação dos docentes em estágios interinstitucionais no País e no exterior, entre elas o pós-doutorado.

Será levada em conta a participação dos docentes em atividades de consultoria técnico-científica (editoriais, e comissões editoriais, pareceres ad hoc, laudos, perícias etc.). Ainda, é salutar que o Programa receba regularmente professores visitantes e/ou recém-doutores, desde que não seja utilizada para sanar deficiências do núcleo permanente. De maneira geral, o corpo docente dos vários Programas de Pós-Graduação em Antropologia no Brasil, de acordo com as recomendações da CAPES, está composto pelos professores permanentes e colaboradores - aposentados, associados, visitantes brasileiros e estrangeiros. Também, esses Programas contam com os recém-doutores graças ao Programa de Absorção Temporária de Doutores (PRODOC) da Agência.

Por fim, para efeito da pesquisa, obtivemos o perfil da Pós-Graduação conseguimos na *home page* da CAPES que indica os Mestrados/Doutorados em Antropologia reconhecidos pela Agência, a qual incorpora o campo da Arqueologia e seus respectivos cursos de Mestrado e Doutorado na USP. Entretanto, optamos pela exclusão do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia devido ao significativo número de pesquisadores de outras áreas, como arqueólogos, sociólogos e historiadores (dados observados durante a coleta de dados) e da própria restrição do pesquisador em responder à entrevista solicitada, por não ser antropólogo. Em segundo lugar, a USP já está, por sinal, muitíssimo bem representada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Dessa forma, optou-se por considerar a descrição feita pelos organizadores Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro no livro “*O Campo da Antropologia no Brasil*“. Existem atualmente onze Programas de Mestrado em Antropologia, dos quais o da Universidade Católica de Goiás (UCGO) – 2001 é profissionalizante. São oito os Programas de Doutorado. Os Programas de Pós-Graduação estão majoritariamente localizados nas regiões do sul e do sudeste, com três Programas: na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 1979, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – 1985 e na Universidade Federal do Paraná (UFPR) - 1991, representando o sul e quatro situados no *sudeste*, concentrados no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo, a saber: Universidade Federal Fluminense (UFF) - 1994, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - 1968, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - 1971 e Universidade de São Paulo (USP) - 1972. Os outros Programas ficam assim

distribuídos. A região centro-oeste conta com um programa, localizado na Universidade de Brasília (UNB) - 1972. A região nordeste registra mais um Programa ministrado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - 1977 e a região norte fica contemplada com o Programa de Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) - 1994. Isto posto, é o momento de apresentar os Programas de Pós-Graduação em Antropologia localizados nas diversas universidades brasileiras, de acordo com a ordem cronológica de criação de cada Programa.

A TABELA 4.1. discrimina os Programas de Pós-Graduação em Antropologia, credenciados pela CAPES e suas datas de início de funcionamento.

TABELA 4.1. PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

INSTITUIÇÃO	TIPO DE PROGRAMA/ANO DE INÍCIO	
	MESTRADO	DOUTORADO
UFRJ	1968	1977
UNICAMP	1971	em implantação
USP	1972	1972
UNB	1972	1981
UFRGS	1979	1991
UFSC	1985	1999
UFPR	1991	-
UFF	1994	2002
UFPA	1994	-
UFPE	1997	2001
UCGO	2001	-

Isto posto, segue a descrição dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, pela ordem cronológica de criação dos respectivos cursos, disponíveis nos *sites* das suas universidades mantenedoras.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi a primeira instituição a criar um curso de pós-graduação em Antropologia no Brasil. Em 1960, com o apoio do Museu Nacional, se constituiu o seu curso de especialização em Antropologia, que resultaria na fundação do PPGAS em 1968. Com o apoio de Roberto Cardoso de Oliveira, Luiz de Castro Faria e David Maybury-Lewis, e graças ao patrocínio da Fundação Ford, se antecipando ao financiamento do governo federal, o Museu Nacional iniciou o seu curso de Mestrado. Em 1977 foi criado o curso de Doutorado. Entre os pesquisadores do Museu havia Roberto Cardoso de Oliveira, David Maybury-Lewis, Roque de Barros Laraia, Julio Cezar Melatti e Roberto DaMatta (ex-alunos da especialização), Moacir Palmeira e Lygia Sigaud que foi aluna do Mestrado do Museu.

Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional baseia-se em uma concepção unificada da pós-graduação, que define o Mestrado como a primeira etapa de uma trajetória orientada para a obtenção do título de doutor. Também, O PPGAS prevê atividades pós-doutorais, abertas a candidatos com grau de Doutor. O Museu Nacional dispõe de cinco Núcleos de Pesquisa. O Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED); o Núcleo de Antropologia da Política (NUAP); o Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NUCEC); o Núcleo “Transformações Indígenas” (NUTI) e o Grupo de Estudos de Antropologia da Ciência e Tecnologia (GEACT). A principal publicação do Programa é o periódico *Mana: Estudos de Antropologia Social*, um canal de divulgação de pesquisas originais e estímulo ao debate científico. Essa revista tem sido financiada com recursos próprios do Programa (através de convênio FINEP) e pelo CNPq.

A Universidade Estadual de Campinas iniciou o seu curso de Mestrado em Antropologia em 1971. Em 1970 foi criado o curso de Ciências Sociais, com o apoio de Antonio Augusto Arantes, Verena Martinez-Alier e Peter Henry Fry, também incumbidos de estruturar para o ano seguinte o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na modalidade de Mestrado. Até 1975 haviam sido contratados Luiz Mott, Maria Manuela Carneiro da Cunha, José Luiz dos Santos, Maria Sueli Kofes, Alba Zaluar, Carlos Rodrigues Brandão e Ana Maria Niemeyer e posteriormente tantos outros foram se agregando. Atualmente, encontra-se em implantação o curso de Doutorado que foi aprovado em 2003.

As linhas de pesquisa que integram o Programa são Cultura e Poder; Trajetórias e Etnografia do Conhecimento; Territorialidades e Processos Sociais; Diferenças e Identidades; Sexualidade, Gênero e Corpo; Natureza, Cultura e Tecnologia; Etnografia do Capitalismo; Religiões; Etnologia, e ainda Envelhecimento e Relações entre Gerações. No *site* da UNICAMP estão descritas diversas publicações de interesse de todo o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que abriga os cursos de Antropologia: *Aula Inaugural*, *Boletim do CPA*, *Cadernos da Graduação*, *Cadernos Pagu*, *Cadernos de Sociologia*, *Cadernos do IFCH*, *História Social: Revista da Pós-Graduação em História*; *Idéias: Revista do IFCH*, *Monografia*, *Primeira Versão*, *Revista de História da Arte e Arqueologia*, *Temáticas: Revista dos Pós-Graduandos em Ciências Sociais* e finalmente *Textos Didáticos*.

A Universidade de São Paulo deu início de maneira formal ao seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em 1972, com os cursos de Mestrado e Doutorado em Antropologia. No entanto, a formação de mestres e doutores em Antropologia na USP é muito anterior à criação do Programa. As duas primeiras teses defendidas em Antropologia na instituição datam de 1945. Em 1984, com a separação do Departamento de Ciências Sociais em três departamentos distintos (Sociologia, Política e Antropologia), o Programa passou a ser designado de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS.

O PPGAS dessa Universidade tem procurado garantir não só uma sólida formação teórica na disciplina, mas também incentivado o desenvolvimento de pesquisas a partir de duas grandes vertentes. A primeira vertente permite investigações em praticamente todas as áreas da Antropologia: Etnologia, Relações Raciais, Estudos Urbanos e Rurais, Religião e Simbolismo, História da Antropologia, Antropologia da Cultura Brasileira, Antropologia Médica, Jurídica e Visual. A segunda vertente, alojada nas fronteiras interdisciplinares da Antropologia, uma série de pesquisas tem explorado as interfaces, particularmente com a História, Linguística, Literatura, Cinema e Artes Visuais, Direito e Ciências da Saúde. Dessa maneira, suas linhas de pesquisa são: Antropologia Biológica, Antropologia das Formas Expressivas, Antropologia das Populações Afro-Brasileiras e Africanas, Antropologia Médica, Antropologia Rural, Antropologia Urbana, Etno-História, Etnologia Indígena, História da Antropologia, Religiosidade Popular e

Instituições Religiosas. O Programa é responsável pela *Revista de Antropologia*, criada em 1953 e primeira publicação do País no campo da Antropologia. Também, apoia a publicação *Cadernos de Campo* e *Sexta-Feira*, veículos organizados pelos alunos do Programa, os quais são responsáveis pelo Corpo Editorial e a arbitragem dos artigos.

A Universidade de Brasília iniciou seu curso de Mestrado em Antropologia em 1972. Porém, a UNB nasceu contando com a Antropologia como uma área fundamental para o bom andamento acadêmico e científico da própria Universidade. Em 1963 Eduardo Galvão iniciou o ensino da disciplina e chegou a criar um curso de Mestrado, desativado com a crise política brasileira de 1965. Em 1972 o Mestrado foi recriado na UNB por Roberto Cardoso de Oliveira que foi convidado pelo reitor Amadeu Curi, com carta branca para fazer as contratações necessárias para funcionar o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. O Departamento de Antropologia já contava então com o próprio Roberto Cardoso de Oliveira, Eduardo Galvão, Roque Laraia e Júlio Cezar Melatti, sendo contratados então Alcida Ramos e Klaas A. W. Woortmann. Em 1981 criou-se o Doutorado em Antropologia. Assim, em 1986 com a consolidação do Programa, o Departamento de Antropologia se tornou autônomo. Suas linhas de pesquisa são Antropologia da Política; Antropologia da Saúde; Antropologia do Campesinato; Antropologia do Desenvolvimento, Meio Ambiente e Transnacionalismo; Antropologia do Direito; Antropologia do Pensamento Social; Antropologia e Poder; Construção de Gênero; Cultura Popular, Arte, Religião e Literatura, Etnologia Indígena, Identidade, Cidadania e Sociedades Complexas, Relações Interétnicas, Teoria Antropológica e Etnologia Indígena Comparada.

O Programa conta com o Laboratório de Pós-Doutorado e Estudos Avançados em Antropologia, cujo objetivo é atrair pesquisadores brasileiros e do exterior para partilhar experiências e redigir seus resultados de pesquisa. Também, conta com o Núcleo de Pesquisas Etnológicas Comparadas criado em 1987 e que teve uma fase intensiva de pesquisas, graças aos auxílios da Fundação Ford. Entre seus instrumentos de divulgação estão as publicações *Anuário Antropológico* criada em 1976, a *Série Antropológica* e a *Coleção Antropologia*, publicadas pela própria Editora da Universidade.

A Universidade Federal de Pernambuco criou oficialmente o seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) em 1977, sucedendo a cursos de

aperfeiçoamento e especialização, estabelecidos desde 1973. Além das ofertas regulares dos cursos de Mestrado em Antropologia, iniciado em 1977 e o de Doutorado em 2001, mantém cursos de especialização na área da Antropologia da Saúde e Antropologia do Desenvolvimento. Também, tem um acordo com o Departamento de Antropologia da Universidade de Salamanca, onde parte do corpo docente do PPGA/UFPE participa do Programa de Doutorado daquela Universidade na Espanha.

A área de concentração é Antropologia, trabalhando com as seguintes linhas de pesquisa: Cultura e Contemporaneidade; Família, Gênero e Sexualidade; Etnicidade; Religiões; Antropologia da Saúde, Instituição e Cultura, e ainda Simbolismo e Imaginário. Também, para divulgar as pesquisas em Antropologia, o PPGA conta com o periódico *Anthropologicas*.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul deu início às atividades do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em 1974, sob forma de Curso de Especialização. Em 1979 foi criado o Mestrado e em 1991 o Doutorado, traçando como objetivos o domínio da problemática sócio-cultural das sociedades simples e complexas, a busca de padrões de excelência, a formação profissional e a produção científica. Entre as linhas de pesquisa encontram-se a Antropologia da Religião; Antropologia Visual e da Imagem; Direitos Humanos, Cidadania e Política; Etnicidade e Identidade; Etnomusicologia, Arte e Performance; Gênero, Corpo e Saúde; Meio Ambiente e Territorialidade; Patrimônio Cultural, Alimentação e Turismo; Sociedades Indígenas e Tradicionais, e ainda Urbanização, Sociedade e Cultura no Brasil. O PPGAS publica a revista *Horizontes Antropológicos*.

A Universidade Federal do Paraná iniciou seu curso de Mestrado em Antropologia em 1994. Entretanto, esta Universidade mostrou seu pioneirismo no campo da Antropologia, ao criar o seu Departamento de Antropologia. Esse Departamento foi um dos primeiros a se constituir no Brasil por iniciativa do médico, etnólogo e professor José Loureiro Fernandes, em 1958, órgão este que promoveu em 1972 a criação do Curso de Aperfeiçoamento de Antropologia, depois transformado em Curso de Especialização, primeira alternativa de pós-graduação *lato sensu* no campo de Antropologia, no sul do País. Do sucesso dessa experiência, em 1991 resultou a criação do Mestrado em Antropologia Social (PPGAS), mas interrompido em 1992 em razão da aposentadoria de

vários professores. Em 1999 o PPGAS foi credenciado pela CAPES, retomando suas atividades.

O PPGAS estimula particularmente o estabelecimento de interconexões com as demais áreas do conhecimento. Ele está organizado em seis linhas de pesquisa: Teoria Antropológica e História da Antropologia; Organização Social, Família e Parentesco; Sistema de Crenças, Rituais e Simbolismo; Etnicidade, Fronteiras Culturais e Problemas de Análise Intercultural; Cultura e Meio Ambiente; e ainda Antropologia e História. O Departamento abriga ainda três Núcleos de Pesquisa que envolve os professores e os alunos da própria disciplina. Trata-se do Núcleo de Estudos Ameríndios, do Núcleo de Estudos de Arte, Ritual e Performance e do Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado. No tocante à área de publicação o Programa conta com o periódico chamado *Campos: Revista de Antropologia Social*.

A Universidade Federal de Santa Catarina teve oficialmente criado em 1985 o seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, em nível de Mestrado, com a separação das áreas de Sociologia e Antropologia que atuavam no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desde 1978. O seu Doutorado iniciou suas atividades em 1999.

O Programa estrutura-se em três linhas de pesquisa, oito Núcleos e dois Laboratórios de Apoio que agrupam professores e alunos em vários projetos de pesquisa financiados por diferentes instituições. São três as linhas de pesquisa: Cultura e Comunicação; Etnologia, Etnopolítica e Projetos de Desenvolvimento e ainda Convívio Social, Micropolítica e Afetividade. Entre os centros de pesquisa se encontram o Núcleo de Arte, Cultura e Sociedade na América Latina e no Caribe; o Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem; o Núcleo de Estudos de Populações Indígenas; o Núcleo de Estudos de Saberes e Saúde Indígena; o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades; o Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas e ainda o Núcleo de Antropologia da Religião. Ainda, existem dois laboratórios, a saber: o Laboratório de Estudos das Violências e o Laboratório de Imagem das Ciências Sociais. O PPGAS conta com três publicações: *Ilha: Revista de Antropologia*; *Antropodicas: Boletim Informativo* e *Antropologia em Primeira Mão*.

A Universidade Federal do Pará criou em 1994 o Programa de Mestrado em Antropologia e iniciou suas atividades, abrigado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), sob a liderança de Raymundo Heraldo Maués. Em 2002, após aprovação da CAPES, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Ele congrega profissionais da própria Universidade e do Museu Paraense Emílio Goeldi

O Programa resulta das experiências anteriores nos Mestrados em Antropologia (1994) e Sociologia (1999) que se uniram para formar um só Programa, que hoje constitui o PPGCS. Este Programa visa formar profissionais em Ciências Sociais, em nível de Mestrado e Doutorado, nas áreas de concentração de Antropologia e Sociologia, ampliando a oportunidade de reproduzir quadros de pesquisadores qualificados na área, dentro da região amazônica. Atualmente possui duas áreas de concentração – Antropologia e Sociologia e seis linhas de pesquisa – Identidade, Etnicidade e Gênero, Populações Amazônicas, Simbolismo, Religião e Saúde, Trabalho e Sociedade Global, Usos Sociais dos Recursos Naturais e Violência e Não-Violência nos Processos Sociais.

A UFPA e o Museu Paraense Emílio Goeldi mantêm uma série de publicações que privilegiam as pesquisas desenvolvidas no campo da Antropologia. No caso da UFPA as séries Igarapé e Poranga e no caso do Museu Goeldi, a Coleção Eduardo Galvão. Seus livros têm sido publicados por editoras regionais e nacionais.

A Universidade Federal Fluminense deu início à pós-graduação em Antropologia em 1994. Entretanto, criou seu Departamento de Antropologia em 15 de dezembro de 1984, sendo que a Antropologia começou a ser ensinada em 1947, na então Faculdade Fluminense de Filosofia. Em 1948 assumiu a cadeira o professor Luiz de Castro Faria.

De acordo com a legislação, a Antropologia era ensinada nos cursos de Geografia, História, Enfermagem e Serviço Social. Em 1964 ocorre a criação do curso de Ciências Sociais e a fundação do Departamento de Ciências Sociais, do qual o professor Luiz de Castro Faria foi o primeiro chefe, congregando os professores de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Em 1968, com a Reforma Universitária, a Antropologia passou a ser ensinada em diversos cursos da UFF. Então, com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia estava criado em 1994 o seu curso de Mestrado e em 2002 o seu curso de Doutorado. Os professores do Departamento, além de suas atividades docentes, realizam

pesquisas em diversas áreas da Antropologia, em projetos individuais ou integrados, incorporando ainda pesquisadores de outros departamentos.

Os principais objetivos dos cursos de Pós-Graduação em Antropologia da UFF encontram-se na formação de profissionais, mestres e doutores que, embora detenham rigorosa formação acadêmica, estejam não apenas voltados para o mercado universitário, mas também para utilizar e difundir seus conhecimentos em benefício do mercado existente no âmbito de outras instituições, como as organizações não governamentais e a administração pública em geral. Entre as cinco linhas de pesquisa do Programa, constam: Construção Social do Conhecimento, Representações Sociais e Identidades, Reprodução Social, Mudança e Poder, Simbolismo, Ritualização e Poder, e ainda Sociedade, Cultura e Meio Ambiente.

Fazia parte do seu Corpo Docente Luiz de Castro Faria, falecido em 16 de agosto de 2004, em plena atividade profissional. Em sua homenagem abre-se um parêntesis para recordar a sua grande contribuição à Antropologia brasileira. Luiz de Castro Faria nasceu em 05 de julho de 1913. Graduou-se em Biblioteconomia em 1936, mesmo ano em que ingressou no Museu Nacional como “praticante gratuito”. Em seguida tornou-se assistente-voluntário nessa Instituição foi designado para acompanhar a expedição à Serra do Norte, chefiada pelo etnólogo francês Claude Lévi-Strauss. Em 1937 formou-se em Antropologia na Faculdade Fluminense de Filosofia. Foi fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Antropologia Também, foi um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional. Ainda, foi ex-diretor do Museu Nacional. Lecionou na Universidade de Paris e no London College. Também foi professor da UFRJ, recebendo o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e há cinco décadas era docente da UFF. Este breve relato descreve Luiz de Castro Faria como um desbravador da Antropologia feita no Brasil.

A Universidade Católica de Goiás implantou em 2001 o Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, sendo recomendado pela CAPES. Este curso tem como objetivo a formação de pessoal qualificado para o exercício de atividades profissionais na área de gestão do patrimônio cultural, de expressão nacional ou regional.

O Programa está voltado para a capacitação de profissionais no campo de museus, secretarias de cultura e educação, turismo eco-cultural, publicidade e marketing cultural. Aplica-se ainda no resgate e monitoramento de sítios arqueológicos e históricos, assim como participação no registro de bens imateriais em áreas impactadas por projetos de desenvolvimento, tais como hidrelétricas, ferrovias, estradas de rodagem, hidrovias, edificações e outros.

Por fim, a Antropologia brasileira têm avançado sistemática e persistentemente, apesar do contingente de antropólogos, isto é de massa crítica ser ainda muito inferior numericamente aos padrões exibidos pelas Ciências Nomotéticas. Os antropólogos brasileiros e estrangeiros circulam pelo País, cada vez com maior frequência. Inúmeras reuniões (como preferem chamar os antropólogos), encontros, seminários e congressos acontecem. No plano internacional, as transações intensificam-se e muitos dos antropólogos completam a sua formação no exterior, além de participar ativamente dos eventos internacionais da área, especialmente para discussão das pesquisas antropológicas, no âmbito das relações centro-periferia, periferia-centro e periferia-periferia.

CAPÍTULO 5. OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

O aparato da comunicação científica é muito complexo, comportando inúmeras facetas. As comunicações científicas podem variar quanto ao *suporte* (verbal, impresso, meio eletrônico), ao *formato* (periódicos, livros etc), à *função* (indicar, informar, atingir e obter reações do público alvo) e ao *contexto histórico* (demandas distintas em cada momento histórico), a que se destinam. Obviamente, o *suporte* e o *formato* perpassam todas as formas de comunicação científica, através do emprego de códigos próprios da comunidade científica e dependem, em máxima medida da arbitragem de seus pares. Essa interlocução entre cientistas pode ter como agente a expressão verbal, em encontros de especialistas e meios impressos como os periódicos científicos e os livros (literatura branca) e a literatura cinzenta (anais, dissertações, teses, relatórios e muitos outros formatos). Também, podem ser utilizados os meios eletrônicos que podem ser verbais – teleconferências e outros ou ainda impressos - revistas e livros eletrônicos e outros, em conformidade com o interesse de seus pares. Portanto, esses veículos de divulgação variam de acordo com as premissas e as necessidades do “fazer” científico dos distintos pesquisadores dos mais variados campos da ciência. Entretanto, a complexidade de uma comunicação científica não permanece aí, podendo apresentar outros desdobramentos. Uma comunicação científica verbal feita em um evento pode se transformar em uma comunicação disponível nas atas do referido evento, podendo esta mesma comunicação (daquele evento) assumir outro formato ao ser publicado como um artigo de um periódico ou um capítulo de um livro. Enfim, o *formato* e o *suporte* de uma mesma comunicação científica podem comportar várias dimensões, cujas funções podem se alterar de acordo com o momento.

Do ponto de vista da *função*, a comunicação científica pode ser dirigida aos seus pares ou ser endereçada a um público leigo. Esta divulgação pública da ciência em alguns campos científicos necessita ser decodificada, exigindo muitas vezes o papel de um mediador. Particularmente, no campo das Ciências Sociais é o próprio cientista quem decodifica a informação ao seu público alvo, se utilizando das revistas generalistas, dos jornais, da televisão e, em muitos casos, da mídia eletrônica.

Quanto ao contexto histórico é sabido que a ciência já se beneficiou de papiros, pergaminhos, inscrições em pedras e outros suportes para contribuir com o avanço do conhecimento. Também, há longo tempo, a ciência vem se beneficiando dos livros, dos tratados e dos manuais (muito empregado pelas Ciências Nomotéticas), para registrar o conhecimento. Atualmente, são os periódicos que ocupam esse lugar hegemônico, portanto passível de questionamento. Outros modelos são possíveis, particularmente se algumas áreas da ciência percebem que os mecanismos mais difundidos neste momento são insuficientes para dar conta da divulgação do avanço científico de sua disciplina. Entretanto, a escolha desse modelo ideal de divulgação científica, qual seja em conformidade com o campo científico, não é um percurso tão evidente, dependendo de investimentos financeiros significativos, sempre insuficientes diante da demanda, seja para publicar nos periódicos existentes, seja para divulgar as publicações em bases de dados nacionais. Daí a urgência de lançar mão do sistema de avaliação mundial vigente para estabelecer parâmetros para medir a ciência, parâmetros nem sempre convenientes às diferentes áreas da ciência.

Para tratar desta questão, Oswaldo Yamamoto e seus colaboradores definem muito claramente a complexidade que envolve esse procedimento, particularmente no Brasil, graças à influência da ciência mundial. “A produção científica constitui-se em um dos aspectos mais relevantes no processo de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. De fato, (...) trata-se do item de maior peso nas decisões sobre a avaliação dos programas. Não obstante, a qualificação dessa produção encerra uma considerável dose de complexidade, devido sobretudo à variedade dos veículos, nos quais ela é expressa. No processo de avaliação dos programas empreendido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), são considerados quatro indicadores de produção: artigos em periódicos; trabalhos apresentados em congressos; livros (capítulos, texto integral ou organização); e dissertações e teses. Desse conjunto, certamente há um incentivo à produção científica expressa em artigos em periódicos, a modalidade mais arbitrada dentre todas.” (YAMAMOTO et al., 1999, p. 7).

Para dar conta desse complexo emaranhado temático, nossa pesquisa empírica percorreu dois caminhos. Primeiramente, trabalhamos com os dados de produção científica, disponíveis no *CV-Lattes* do CNPq, dos antropólogos integrantes dos onze

Programas de Pós-Graduação em Antropologia referendados pela CAPES. Posteriormente, efetuamos entrevistas estruturadas, via e-mail, com esse universo de antropólogos, visando “ouvir” os nossos reais interlocutores, na tentativa de corrigir possíveis desvios ou interpretações equivocadas dos resultados obtidos

5.1. A CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS ANTROPÓLOGOS NO CV-LATTES

O ponto de partida foi a escolha e o levantamento dos Programas de Pós-Graduação credenciados pela CAPES, listados na *home page* da Agência, e reafirmados na obra *O Campo da Antropologia no Brasil*, organizada por Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro. Dos *sites*¹⁵ das Universidades que sediam os onze Programas de Pós-Graduação em Antropologia. (UCGO, UFF, UFPA, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSC, UNB, UNICAMP e USP),¹⁶ extraímos os nomes dos professores, conforme ANEXO I(a). Relação dos Professores dos Programas de Pós-Graduação - ordem alfabética, relacionando 204 docentes. Já, o ANEXO II(b). Relação dos Professores dos Programas de Pós-Graduação – Por Instituição, lista 211 professores. Tratam-se de pesquisadores que trabalham em tempo integral, sendo considerados a elite da Antropologia brasileira, portanto capazes de contribuir de forma significativa com a investigação científica e os seus resultados de pesquisa. Finalmente, esses antropólogos representam não apenas o universo científico mais internacionalizado, mas particularmente os principais agentes preocupados com as questões de pesquisa.

¹⁵ A dificuldade de consulta aos dados dos cursos de pós-graduação, talvez sejam corrigidos a curto prazo, uma vez que a CAPES, ao término de sua avaliação trienal (2001, 2002 e 2003) dos cursos de pós-graduação do País, através de seu Diretor de Avaliação – Prof. Renato Janine Ribeiro, recomenda que todos os programas de pós- graduação tenham página na *internet*, disponibilizando conteúdos e não apenas regras e formalidades. (Notícias do Jornal da Ciência 2604, 13/09/2004 - via *e-mail*).

¹⁶ Os dados referentes ao Corpo Docente dos Programas de Pós-Graduação foram analisados e extraídos dos sites dos Programas de Pós-Graduação em duas consultas (maio e setembro de 2004), apresentando variações de nomes dos membros docentes. Também, alguns professores ministram aulas em mais de um Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Diante dessas ocorrências optou-se por acumular os nomes de todos os antropólogos, anunciados nas duas ocasiões, ao invés de optar por uma ou outra lista.

Como primeiro recorte, da lista dos 211 professores constantes nos *sites* institucionais que ministram cursos nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, foram recuperados no *CV-Lattes* 171 currículos, entre professores permanentes, colaboradores seniores (aposentados) e jovens doutores (PRODOC) em Antropologia, sendo excluídos os que não dispunham da titulação mínima de doutor; não divulgavam seu endereço eletrônico no CV-Lattes para encaminhamento da entrevistas eletrônicas; apresentavam currículos incompletos no *CV-Lattes*, talvez em decorrência de problemas de ordem técnica no *site* do CNPq, ou ainda porque muitos dos antropólogos participam de mais de um Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na condição de professor visitante (colaborador). Portanto, os currículos analisados representaram 81,04% do número de professores que ora integram o quadro dos cursos de pós-graduação em Antropologia. A Tabela 5.1. nos fornece uma dimensão da distribuição desse universo pesquisado.

TABELA 5.1. TOTAL DE CURRÍCULOS ANALISADOS

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DOCENTES	CURRÍCULOS ANALISADOS	%
UCGO	12	06	50,0
UFF	15	14	93,3
UFPA	19	12	63,1
UFPE	17	12	70,5
UFPR	20	12	60,0
UFRGS	18	17	94,4
UFRJ	19	19	100,0
UFSC	22	18	81,8
UNB	20	16	80,0
UNICAMP	22	20	90,9
USP	27	25	92,5
TOTAL	211	171	81,0

A análise dos currículos dos antropólogos centrou-se em alguns campos do formulário do *CV-Lattes*, quais sejam: data de atualização do currículo; formação acadêmica; áreas de atuação; idiomas; prêmios e títulos; e principalmente na produção científica, produção técnica e artística/cultural, sem desconsiderar o item de orientação concluída. Essa sistemática adotada possibilitou entender o *modus operandi* do antropólogo brasileiro, permitindo destacar as limitações e as dificuldades que o *CV-Lattes* acarretam ao perfil desse pesquisador – o antropólogo. Esse encaminhamento de diretrizes ocorreu em conformidade com a realidade dos antropólogos brasileiros e dos critérios internos que, aparentemente regem suas atividades de pesquisa, na tentativa de se adaptar ao modelo imposto pelo CNPq.

Para fins mais específicos fixamos nossas preocupações nos tópicos dos Dados Gerais, Produção Bibliográfica, produção Técnica, Produção Artística/Cultural e Outros Campos.

5.1.1. DADOS GERAIS

Um dos grandes tópicos do *CV-Lattes* são os Dados Gerais. Esta parte inicial do formulário do currículo está assim distribuída: Identificação; Formação Acadêmica/Titulação; Atuação Profissional; Áreas de Atuação; Idiomas; Prêmios e Títulos; Linhas de Pesquisa; Participação em Projetos; Demais Informações Relevantes; e por último Résumé. Para fins deste estudo, não serão analisados individualmente os itens Linhas de Pesquisa; Participação em Projetos; Demais Informações Relevantes; e por último Resume, os quais, em certa medida permeiam todos os outros campos que explorados, como Formação Acadêmica/Titulação; Atuação Profissional; Áreas de Atuação; Idiomas; e finalmente Prêmios e Títulos. Inicialmente, o campo introdutório - Data da Última Atualização do Currículo, despertou nossa atenção. Afinal, esse item permitia verificar qual era o grau de engajamento dos antropólogos com a base curricular *Lattes* do CNPq e representava a oportunidade de confirmar as avaliações feitas pelos próprios antropólogos, de que a base só é atualizada em decorrência de alguma demanda explícita e urgente.

Como analisava Jane F. Beltrão, “ao privilegiar os *currícula* na Plataforma Lattes, é interessante ressaltar que, em novembro de 2003, poucos eram os pesquisadores com os dados atualizados. Na virada do ano, contudo, por força dos editais universais ou específicos, ou em razão da base *Coleta* da CAPES, a situação se modifica. Esse fato indica que os pesquisadores “prestam atenção” no calendário de eventos, talvez por força do exercício do fazer antropológico.” (BELTRÃO, 2004, p. 194).

Entretanto, o detalhamento da Tabela 5.2. nos aponta um outro caminho. Ao analisar os currículos observou-se que o grau de atualização era bastante significativo. Dos 171 currículos analisados, 152 (90%) foram atualizados no ano de 2004, sendo 47 (29,5%) no primeiro semestre e 105 (60,5%) no segundo semestre, conforme coleta efetuada no *site da CAPES* entre os dias 06 e 10/11/2004. Dos 10% restantes, 11 (onze) foram atualizados em 2003, 07 (sete) no ano de 2002 e 01 (um) em 2001, conforme detalha a Tabela

TABELA 5.2. GRAU DE ATUALIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS - CV-LATTES

ANO	PERÍODO DE ATUALIZAÇÃO	%
2004	152	89
2003	11	06
2002	07	04
2001	01	01
TOTAL	171	100

Os dados levantados permitem várias inferências. Talvez, os poucos currículos não atualizados durante o ano de 2004 possam significar afastamentos temporários, como ausência do País, para fins de aprimoramento profissional; questões de outra ordem, como problemas pessoais ou representar a minúscula parcela de pesquisadores com uma menor produtividade. Também, essa freqüente atualização pode significar que: o CV-*Lattes* tem sido um instrumento de fundamental importância na vida profissional dos antropólogos ou talvez signifique que a iminente Avaliação Trienal da CAPES (que

coincidiu com esta pesquisa) tenha sido a mola propulsora dessa atualização ou ainda que os órgãos de financiamento, cada vez mais, “impõem” essa atualização, como pré-requisito para qualquer forma de financiamento. Valem novas averiguações.

No campo seguinte, o da Formação Acadêmica/Titulação centramos nossa análise do maior nível de formação profissional, com destaque para algum tipo de titulação no exterior. Nos currículos analisados notou-se que 52% dos pesquisadores, ou seja 89 antropólogos, do universo de 171 currículos analisados, em um ou mais momentos de sua carreira de formação e/ou titulação profissional, se deslocaram para o exterior em busca de aprimoramento, o que representa a participação em 130 cursos ou atividades de pesquisas (pós-doutorado). Essas locomoções ocorreram, particularmente para os Estados Unidos (51), França (35), Inglaterra (24), Canadá (6), Alemanha (6), Espanha (2), Itália (2), Portugal (1), Argentina (1), Chile (1) e México (1). Foram realizados 11 cursos de Graduação, 04 de Especialização, 24 cursos de Mestrado, 42 cursos de Doutorado e a participação em 49 programas de pesquisa em nível de Pós-Doutorado.¹⁷

TABELA 5.3. FORMAÇÃO ACADÊMICA E/OU TITULAÇÃO NO EXTERIOR

TIPO DE CURSO	NÚMERO DE CURSOS/PESQUISA
PÓS-DOUTORADO	49
DOUTORADO	42
MESTRADO	24
ESPECIALIZAÇÃO	04
GRADUAÇÃO	11
TOTAL	130

¹⁷ Para estudos mais pontuais, Peter H. Fry elaborou várias tabelas relativas à formação dos docentes no Brasil e no exterior. (FRY, 2004, p.230-232).

Enquanto a Tabela 5.3. descreve o tipo de curso e seus quantitativos, a Tabela 5.4. mapeia os países de maior interesse ou que oferecem melhor oportunidade de aprimoramento para a Antropologia brasileira.

TABELA 5.4. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS NO EXTERIOR - POR PAÍSES

PAÍSES	NÚMERO DE CURSOS
ESTADOS UNIDOS	51
FRANÇA	35
INGLATERRA	24
CANADÁ	06
ALEMANHA	06
ITÁLIA	02
ESPANHA	02
PORTUGAL	01
MÉXICO	01
ARGENTINA	01
CHILE	01
TOTAL	130

O item da Atuação Profissional descreve os vínculos empregatícios e outras ligações institucionais junto às Associações de classe, aos órgãos decisórios de políticas públicas, às agências de financiamento situadas no Brasil ou no exterior. Esse item não apenas explicitou a grande mobilidade dos antropólogos brasileiros, trabalhando simultaneamente como professor permanente e professor visitante em outras universidades, mas fundamentalmente demonstrou suas ligações institucionais com outros órgãos, como consultor de instituições do porte da UNESCO, da American Anthropology Association (AAA), do IPHAN, da SBPC, da ABA, do CNPq, da CAPES, do CNPq, da FUNAI, do Serviço de Proteção ao Índio (atual Funai) e outras filiações, como membro ou diretor de comissões editoriais entre outros.

Na verdade, os antropólogos têm ocupado um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas seja de educação, ação social e de defesa dos direitos humanos. Portanto, esses especialistas têm sido voz atuante em defesa das minorias étnicas, dos discriminados, posicionando-se consistentemente contra a injustiça social. Sem ter uma linha político-partidária, os antropólogos inquietam a todos os que não respeitam os direitos humanos.

O parâmetro da Área de Atuação demonstrou ser extremamente rico. As pesquisas dos antropólogos brasileiros perpassam os mais variados temas. A título de ilustração, pode-se relacionar: a Etnologia Indígena; a Teoria Antropológica; a História da Antropologia; as Antropologias - da Arte, do Direito, do Estado, da Religião, das Emoções, da Cultura, da Administração Pública, do Meio Ambiente, do Esporte, da Cultura, da Saúde, do Corpo e as Antropologias - Urbana, Rural, Política, Sonora e Visual. Também, integram suas pesquisas a Cultura e a Cognição, as Relações de Poder, a Agricultura Familiar, a Pobreza Urbana, as Relações Raciais, a Família, a Educação Indígena, as Línguas Indígenas, a Etnomusicologia, o Turismo, as Comunidades Negras Rurais e Urbanas, os Territórios Negros Tradicionais, as Minorias Étnicas, a Cultura Operária, o Envelhecimento, a Globalização e a Cultura, a Sexualidade, a Cultura Popular, o Campesinato, as Classes e as Raças, a Ecologia. Essa amostra demonstra a variedade temática do universo de pesquisa do antropólogo.

O campo dos Idiomas revela um pesquisador multilíngüe, sendo que as principais línguas são o inglês, o francês e espanhol, seguido pelo alemão e italiano. Também, estão relacionados nesse item os dialetos: catalão, línguas indígenas, dialetos africanos etc. A propósito, este campo só reforça os índices encontrados na formação acadêmica, qual seja de um pesquisador extremamente preocupado em expandir seus conhecimentos e procurar entender o que se passa fora dos domínios de seu País. Dos 171 currículos analisados, 135 declararam dominar, pelo menos, três línguas e 36 manifestaram conhecer quatro línguas, ou mais. Isto posto, conforme Tabela 5.5. compreende 79 % dos antropólogos que entendem três idiomas e 21% são políglotas. Para efeito desta tabela não foi considerada a língua portuguesa, por se tratar do idioma nacional que é empregado usualmente pelos antropólogos brasileiros.

TABELA 5.5. DOMÍNIO DE OUTROS IDIOMAS

IDIOMAS	NÚMERO DE CURRÍCULOS	%
POLIGLOTA	36	21,0
TRÊS LÍNGUAS	135	79,0
TOTAL	171	100,0

O item dos Prêmios e Títulos é altamente heterogêneo. Ali estão descritos prêmios nacionais importantes, como também os prêmios inerentes a uma carreira científica mais internacionalizada. Por outro lado, estão registrados convites para paraninfos, concessão de bolsas no exterior (estágio, doutorado, pós-doutorado) e outros prêmios e titulações não tão importantes.

5.1.2. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

No eixo central do *CV-Lattes* - a organização da Produção Científica, está dividida em três grandes itens: Produção Bibliográfica; Produção Técnica e Produção Artística/Cultural. Estes componentes oferecem muitas interseções. Ora, o antropólogo declara seus resultados de pesquisa na Produção Bibliográfica, e ora na Produção Técnica, e ainda, na Produção Artística/Cultural. Portanto, as linhas de distinção no *CV-Lattes* nos parecem muito tênues aos antropólogos, causando certa dificuldade de interpretação e de preenchimento dos respectivos campos. É preciso um “manual” com instruções precisas, com descrição detalhada das características que devem ser atendidas para preenchimento de cada item, orientando o pesquisador.

A Produção Bibliográfica compreende os Artigos publicados em Periódicos (completos); os Trabalhos publicados em Anais de Eventos (completos ou resumos); os Livros ou Capítulos de livros (livros publicados; capítulos de livros publicados, livros organizados ou edições); os Textos publicados em Jornais ou Revistas (jornais de notícias ou revistas - magazines) e as chamadas Outras Produções Bibliográficas.

A observação detalhada de cada currículo permitiu inferir que muitos dos resultados de pesquisas dos antropólogos não encontram campos adequados no *CV-Lattes*. Contudo, estes resultados têm alta representatividade nas formas de comunicação científica desses pesquisadores. A coordenação editorial de séries e/ou coleções; a confecção de resenhas de livros, de coletâneas; a elaboração de orelhas; de contra-capas; de apresentações, introduções, prefácios e/ou posfácio de livros e de verbetes são alguns dos exemplos de comunicações/produções apresentadas pelos antropólogos que se encontram distribuídos entre Produção Bibliográfica, Produção Técnica e Produção Artística/Cultural. Talvez, essas comunicações pudessem ser tratadas como livros organizados no caso da coordenação editorial e como capítulos de livros ou mais propriamente partes de um livro. Então essa produção bibliográfica - central para a Antropologia, se pulveriza entre os itens, desqualificando, em máxima medida, a produtividade dos antropólogos. Afinal, esses produtos bibliográficos exigem do pesquisador um aparato intelectual bastante complexo e uma trajetória de pesquisa já bastante consolidada.

No quesito periódico o pesquisador pode participar do Conselho Editorial como membro, consultor *ad hoc* ou diretor do conselho. Também, observou-se ainda que as cartas ou resenhas divulgadas em revistas científicas podem aparecer nos demais tipos de produção bibliográfica, técnica ou artística/cultural.

No tocante aos eventos surge uma série de variáveis. Do nosso ponto de vista, a organização de eventos comporta muitas dimensões de atividades na condição de organizador. A comissão organizadora propriamente dita, a comissão científica, o conferencista, o debatedor e/ou comentador convidado dos trabalhos, o relator dos debates e/ou das recomendações ou o consultor científico são exemplos típicos que comporta o trabalho de organização. Dessa ótica, a Participação em Eventos sugere três eixos: os que organizam, conforme descrição acima; os que apresentam trabalhos (em forma de texto completo ou de resumo); e os ouvintes (passivos). Entretanto, esse tipo de participação perpassa vários tópicos do Lattes, sendo encontrados nos mais distintos campos. É possível que a Participação em Evento apareça corretamente, na produção bibliográfica. Também, eles acabam surgindo como Apresentação de Trabalhos na Produção Técnica e, por fim eles podem ressurgir em Dados Complementares.

No item de textos em jornais e revistas generalistas ou mesmo de produções e/ ou entrevistas para o rádio e a televisão observa-se que os antropólogos se relacionam muito intensamente com os grupos externos ao meio acadêmico, através da divulgação de conhecimento não só para o público acadêmico, mas também para o resto da sociedade. Os demais campos: Produção Técnica e Produção Artística/Cultural acomodam tudo o que não se aplica na Produção Bibliográfica, podendo induzir o autor/leitor a estabelecer relações e extrair conclusões precipitadas, diante da pseudo-objetividade do *CV-Lattes*. Estes campos, muitos em cada item, dificilmente identificados, contém uma categoria pulverizada internamente.

Para apresentar os dados referentes à Produção Científica, optou-se por estabelecer uma tabela mais abrangente. A Tabela 5.6. apresenta duas variáveis. Em primeiro lugar, ela comporta a produção científica do próprio pesquisador. Em segundo lugar, ela destaca a contribuição do antropólogo à produção científica, momento este culminante com as orientações concluídas em nível de Mestrado e de Doutorado. Por outro lado, ao invés de se coletar a produção dos últimos dois ou cinco anos, decidiu-se por quantificar toda essa produção em números absolutos, um vez que a nova ordem – de “obrigatoriedade” de publicação em periódicos, talvez provocasse um viés no resultado final. Portanto, a primeira variável oferece os dados assim constituídos: 4521 artigos publicados, 2716 livros e/ou capítulos de livros publicados, 2721 publicações em anais de eventos, 772 trabalhos publicados em jornais e revistas ou preparados para apresentação na rádio ou televisão. Na segunda variável, os itens de orientações concluídas registraram 1346 orientações de mestrado e 415 orientações de doutorado concluídas.¹⁸

Infelizmente, esses números não constituíram toda a produção científica porque existem muitos outros trabalhos que se encontram sub-dimensionados no Lattes devido sua descrição ser constante dos demais tópicos, importantes, mas não tão centrais. Isso significa dizer que várias outras inferências podem ser feitas. Toda a divulgação da produção científica do antropólogo apresenta dados significativos em eventos, em

¹⁸ Embora não se trate do objeto desta investigação, é importante abrir um parêntese para refletir sobre a questão do alto índice de orientações promovidas pelos professores de Antropologia. As orientações de teses de doutorado e de dissertações de mestrado contém uma outra dimensão, qual seja o papel de formação de novos pesquisadores, aspecto didático de relevância uma vez que esse componente permite o crescimento da massa crítica de qualquer campo científico.

divulgação na mídia e nas orientações concluídas, representando um aumento significativo da massa crítica.

TABELA 5.6. CONTRIBUIÇÕES À PRODUÇÃO CIENTÍFICA

TIPO DE DIVULGAÇÃO	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
ARTIGOS PUBLICADOS	4521
LIVROS E/OU CAPÍTULOS DE LIVROS	2716
PUBLICAÇÕES EM ANAIS DE EVENTOS	2721
MÍDIA (JORNAIS, REVISTAS, RADIO, TV	772
ORIENTAÇÃO CONCLUÍDA/MESTRADO	1346
ORIENTAÇÃO CONCLUÍDA/DOCTORADO	415

A Tabela 5.7. elaborada por Ruben G. Oliven, a partir dos Relatórios CAPES, nos fornece perspectivas mais refinadas nas entradas de Artigos em Periódicos, Livros e no item “Outras”. Esta série histórica demonstra que quase um terço da produção docente é publicada em periódicos, seguida de capítulos de livros (21,1%). Também, a entrada “Outras”, com um percentual significativo, abriga traduções de livros e artigos, artigos em jornais e revistas generalistas, elaborações de resenhas, relatórios etc. De qualquer maneira, as Tabelas 5.6. e 5.7. demonstram nos itens - Artigos Divulgados, Livros Publicados e Trabalhos Apresentados em Eventos - tendências similares.

TABELA 5.7. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO CORPO DOCENTE

TIPO DE PUBLICAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	MÉDIA NO PERÍODO
ARTIGOS EM PERIÓDICOS							
TRABALHOS COMPLETOS	31,4	35,5	31,8	33,7	32,5	29,4	32,3
TRABALHOS EM ANAIS							
TRABALHOS COMPLETOS	05,5	04,4	05,5	01,9	04,3	02,2	03,9
RESUMOS	08,3	07,0	12,0	18,1	12,9	13,1	12,4
LIVROS							
TEXTOS INTEGRAIS	05,8	05,7	06,7	06,0	04,8	03,3	05,3
CAPÍTULOS	23,0	17,2	26,0	18,7	18,5	23,6	21,1
COLETÂNEAS	03,9	02,3	01,1	02,5	02,2	02,8	02,4
OUTRAS	21,9	27,7	16,9	18,9	24,6	25,5	22,6
TOTAL de Publicações	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	360	383	450	513	621	541	2868

FONTE: OLIVEN, 2004, p. 221

5.1.3. PRODUÇÃO TÉCNICA

Os campos da Produção Técnica, conforme anunciam seus próprios descritores, dedicam-se notadamente à produção de *Softwares*; à própria Produção Técnica; aos Processos ou Técnicas; aos Trabalhos Técnicos e ainda servem para registros no item referente aos Demais Tipos de Produção Técnica.

No item *Software* a produção antropológica é nula. No segundo campo, ou seja, da Produção Técnica se encaixam os Cursos de Curta Duração, os Cursos de Especialização, as Aulas Inaugurais ou aulas encomendadas na condição de professor convidado. Também, nos currículos dos antropólogos, em muitos casos (já assinalado anteriormente), são esses os campos dedicados aos registros das Organizações de Eventos; das Apresentações de Trabalhos e que ainda podem ser vistos nas chamadas

Outras Produções Técnicas. Ainda, no tocante à Apresentação de Trabalhos existe uma subdivisão de eventos, listando alguns deles, tais como Comunicações, Conferências, Congressos, Seminários, Simpósios, por último o item - Outros. Essa nomenclatura empregada pelo CV-Lattes parece dar conta de todo o universo dos eventos ou sugerir que esses tipos de eventos são mais significativos. Assim, a participação em eventos dos antropólogos se concentra na categoria Outros, porque sua prática antropológica, só para citar as mais usuais, descreve uma série de outras nomenclaturas ao registrar sua produção no Lattes: Reunião, Mesa Redonda, Jornada, Oficina, Fórum, Encontro Fechado, *Workshop*, *Atelier*, que seguramente acabam pasteurizados no item: Outros. Por outro lado, essa conceituação menos usual empregada pela Antropologia pode comportar eventos mais restritos, de encontros de pequenos grupos, aparentemente trazendo sempre contribuições mais profícuas aos campos científicos. Do ponto de vista da qualidade, encontros de pequenos grupos tratam de questões muito mais específicas com participações de especialistas altamente qualificados, os quais costumam fazer avançar mais a ciência do que os mega eventos.

Contudo, parece existir um excesso de purismo por parte dos antropólogos brasileiros. Em: Demais Tipos de Produção Bibliográfica surgem artigos publicados em revistas brasileiras conceituadas, só para ficar com alguns exemplos, como *Revista de Antropologia*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Anuário Antropológico*. Mas, talvez possam significar a publicação de resenha, uma vez que o Lattes não oferece espaço para editar essa modalidade de comunicação em seu formulário. Entretanto, pode-se entender que o trabalho de resenha tem o mesmo peso que preparar uma parte de um livro: capítulo, orelha, prefácio/ posfácio etc. Afinal, são trabalhos que exigem um aparato intelectual bastante consolidado, como já mencionado anteriormente. Também, aparecem nessa categoria livros publicados por editoras conceituadas, quais sejam, FAPESP, Brasiliense, Cia. Das Letras, Martins Fontes, Cosac & Naif, entre outras. Outros exemplos a serem citados tratam do campo Trabalhos Publicados em Eventos. Nesse item apareceram comunicados publicados em revistas, que talvez num momento anterior tenha sido uma comunicação em evento. Citemos o caso de dois artigos: um publicado em revista nacional - *Comunicações do ISER*, e outro de um artigo divulgado em uma revista francesa - *Cahiers d'Anthropologie Maritime*.

Do ponto de vista dos periódicos várias são as situações encontradas. Primeiramente, há uma certa confusão entre revistas científicas e revistas generalistas, não por equívoco dos antropólogos, mas por uma falta de definição mais consagrada por parte das instituições competentes por essas classificações. A propósito, nesse quesito, os próprios antropólogos apontaram na entrevista a incipiência da *Lista Qualis*, justificável uma vez que se trata de uma base muito recente e ainda em formação. Também, há uma mistura das duas categorias anteriores com o item Outros tipos de produção bibliográfica. De um lado, entre os periódicos tratados como revistas generalistas estão *Aconteceu CEDI*, *Boletim da ABA*, *Boletim Jurídico da Comissão Pró-Índio*, *Jornal de Pediatria*, *Law & Policy*, *Porantim*, *Raízes*, *Resenha e Debate*, *Revista Antropológica: Série Família e Gênero*, *Revista da Comissão Pró-Índio*, *Revista do Núcleo de Antropologia da Política* (NUAP), entre outras. Por outro, entre as revistas tratadas como periódico científico se encontram *Ciência e Cultura*, *Ciência Hoje*, *Ciência Hoje das Crianças* etc. – revistas com um caráter de disseminação científica. Como já foi mencionado acima, talvez, essas denominações ainda não estejam consolidadas no Brasil, exigindo um maior investimento na classificação dos periódicos, ou melhor dizendo como distingue a CAPES, na circulação que segundo suas regras, estabelece três parâmetros: local, nacional e internacional, parâmetros esses que podem conter outras definições. A definição de periódicos científicos, de revistas de disseminação científica (grande público), revistas nacionais, revistas internacionais, revistas estrangeiras, revistas nacionais, revistas locais e outras derivações, ainda é no Brasil uma nomenclatura em construção e, talvez pouco elucidativas para uma grande maioria de pesquisadores. Também, em Demais Trabalhos aparecem cargos executivos: coordenador de curso, chefe de departamento, diretor de unidade e membro de associação científica ou integrante de cargo executivo (presidente, vice-presidente, secretário etc) de suas Associações de classe.

Enfim, a Produção Técnica, em geral é a rota de fuga dos antropólogos . Ali são adicionadas muitas das comunicações científicas, justamente porque falta clareza do que se “encaixa” nas normas propostas pelo Lattes.

5.1.4. PRODUÇÃO ARTÍSTICA/CULTURAL

A Produção Artística/Cultural se subdivide em: Propriedade Intelectual, Trabalhos Mais Relevantes e Demais Trabalhos. Esses campos são muito pouco explorados pelos antropólogos brasileiros. Observou-se em seus currículos uma gama variada de documentos relacionados à área cultural. Dada a riqueza da Antropologia brasileira e da temática Antropologia Visual surgiram muitos trabalhos nessa linha, como a elaboração de sites, a organização de exposições ou a produção de filmes, vídeos e outros trabalhos. Porém, este item - de Produção Artística/Cultural, talvez tenha muito a oferecer a esses pesquisadores. Porém, muitos desses trabalhos estão sendo incluídos no campo da Produção Técnica.

5.1.5. OUTROS CAMPOS

Os demais campos referentes às Orientações Concluídas ou às Orientações em Andamento, das Iniciações Científicas, da Participação em Eventos e dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação, das Dissertações e das Teses não apresentam problemas. Foram levantados os dados quantitativos referentes às orientações, sendo 415 orientações concluídas de doutorado e 1346 orientações concluídas de mestrado.¹⁹ No item Informações complementares estão as Participações em Bancas de Comissões Julgadoras, bem como todos os tipos de Bancas acima citadas, enquanto membro integrante e não enquanto orientador. Ora, na verdade estas bancas não deixam de ser Comissões Julgadoras que podem se referir a concurso público, a progressão funcional, a avaliação de premiação, a defesa de trabalho (iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, qualificação, dissertação e tese). A propósito, todas essas modalidades, sem exceção, servem para galgar diferentes níveis de ascensão na escala hierárquica da ciência. Entretanto, do ponto de vista do presidente de banca, particularmente de Mestrado e de Doutorado, um esforço de formação de novos pesquisadores.

¹⁹ A TABELA 5.6. Contribuições à Produção Científica, descrita na página 181, já contempla a categoria das orientações concluídas.

5.1.6. INDICADORES DE PRODUÇÃO

Os Indicadores de Produção oferecem uma grade curricular quantitativa, ordenada de forma distinta do arranjo do modelo do formulário de preenchimento. Esse fato ocasiona algumas dificuldades de interpretação do currículo do pesquisador, bem como maior investimento de tempo, quando do cotejo dos dados quantitativos com os campos descritivos. Os campos mais usuais da Antropologia se encontram assim ordenados: Produção Bibliográfica; Produção Técnica, Produção Artística/Cultural; Orientações Concluídas e Demais Trabalhos e Informações Complementares. Num tópico final, aparecem as Orientações em Andamento.

Apesar dos problemas encontrados no preenchimento do currículo e as dificuldades que ele acarreta no cálculo de índice de produtividade de parte da comunidade científica brasileira - os integrantes das Ciências Humanas e Sociais -, o Lattes representou um marco na história da C&T do Brasil. Até 1999 o processo de armazenamento das informações curriculares do pesquisador brasileiro era completamente precário. Hoje, após cinco anos, o Lattes está consolidado, registrando quase 500 mil currículos. Aliás, projetos bem sucedidos como é a *Plataforma Lattes*, que se transformam em práticas concretas exigem o constante acompanhamento em decorrência da própria dinâmica que envolve a ciência. Do ponto de vista individual, o Lattes trouxe substanciais benefícios ao pesquisador que “vivia” a preencher dados curriculares de modelos diferentes a cada solicitação de auxílio. Também, a inexistência do *CV-Lattes* inviabilizaria essa pesquisa.

Por outro lado, o levantamento de dados efetuados nos currículos dos antropólogos brasileiros, apesar de algumas inconsistências encontradas no *CV- Lattes*, demonstra o domínio do conhecimento científico acumulado, a atualidade de suas contribuições, o entendimento de no mínimo três línguas, além do português, a heterogeneidade e amplitude dos temas de pesquisa e das áreas de atuação, o rigor acadêmico, a competência na formação intelectual de novas gerações de antropólogos e o permanente intercâmbio e trânsito no cenário internacional. Por fim, se pode observar que o antropólogo brasileiro pode publicar em revistas internacionais, produzir seus livros e coletâneas, ter parte de sua formação no exterior, participar de eventos internacionais de

grande porte e projeção, e ao mesmo tempo transitar em eventos regionais e locais pelo interior do Brasil, pesquisar em rincões distantes repleto de precariedades, publicar em revistas de pequenas editoras ou produzir livros para editoras mais desconhecidas. Esse é o universo extremamente rico do antropólogo brasileiro e muito cara à ciência feita no Brasil.

5.2. ENTREVISTAS COM ANTROPÓLOGOS BRASILEIROS

Na etapa anterior, isto é, de análise dos currículos obtivemos resultados quantitativos e a oportunidade de fazer algumas inferências mais qualitativas, sem que a comunidade de antropólogos pudesse se manifestar e interagir. Assim, faltava o ponto de vista de seus atores principais. Buscou-se, então preenchê-la através de entrevistas para a obtenção de informações mais precisas, a fim de enriquecer a discussão. Era o momento de pensar em uma entrevista estruturada “enxuta”, a partir da escolha de poucas questões, visando conseguir um percentual razoável de respostas. Essa decisão envolveu um dilema crucial: perguntas referentes às dificuldades pontuais do currículo, do ponto de vista das necessidades dos antropólogos ou questões menos direcionadas, mas instigantes, que acabariam por interferir na avaliação curricular. Hoje, parece possível admitir que a segunda opção foi mais enriquecedora, embora simultaneamente não permitiram percepções mais acuradas do *CV-Lattes*, nem tampouco as nuances das dificuldades enfrentadas pelos antropólogos no preenchimento de um formulário aparentemente neutro, mas neutralizado pela subjetividade que envolve o processo de registro das atividades de pesquisa científica e seus resultados. Entretanto, escolhas sempre implicam em perdas e ganhos. E, nesse caso, os ganhos nos parecem bastante compensadores.

As entrevistas foram enviadas para 171 pesquisadores, entre julho e setembro de 2004. De posse do currículo de cada pesquisador e de seu respectivo endereço eletrônico, quando disponível, as mensagens foram enviadas. A coleta de dados da entrevista foi realizada através dos endereços eletrônicos dos pesquisadores (via e-mail), mediante o envio de uma Carta Padrão, acompanhada de três questões, conforme ANEXO II. Os resultados eletrônicos dessas respostas foram obtidos, mediante duas solicitações, sendo a primeira em julho e a segunda em setembro para os não manifestantes, visando melhorar

o percentual de contribuições da comunidade de antropólogos. Foram obtidas 44 respostas, das quais 18 respondentes fizeram vários comentários sobre a forma de entrevista adotada e suas variáveis, porém sem se manifestarem sobre as questões propriamente ditas. Essas considerações serão relatadas mais à frente. Contudo, efetivamente obteve-se 26 respostas, as quais representaram aproximadamente 17% do universo pesquisado. A Tabela 5.8 dimensiona a participação dos antropólogos por Instituição. A UFF enviou 3 respostas; a UFPA 3; a UFPE 1; UFPR 2; a UFRGS 2; a UFRJ 3; a UFSC 2; a UNB 3; a UNICAMP 3 e a USP 4. A única Instituição a não se manifestar foi a UCGO.

TABELA 5.8. - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR INSTITUIÇÃO

INSTITUIÇÃO	RESPONDENTES
UCGO	0
UFF	3
UFPA	3
UFPE	1
UFPR	2
UFRGS	2
UFRJ	3
UFSC	2
UNB	3
UNICAMP	3
USP	4
Total	26

Como alguns antropólogos solicitaram o sigilo das respostas e por se tratar de um tema complexo, polêmico e melindroso, optou-se por manter o anonimato dos entrevistados. A análise das respostas recolhidas entre os meses de agosto e outubro, revelou-se uma miríade rica de pontos de vista e sugestões interpretativas sobre os rumos da medição da produção de C&T no campo da Antropologia, possibilitando identificar

confrontos e convergências. Entretanto, se o emprego de entrevistas eletrônicas, num primeiro momento, aparentava promover a otimização da coleta, por outro ofereceu algumas dificuldades. Entretanto, esses manifestos ajudaram a entender como estão organizadas as relações interpessoais dos antropólogos brasileiros. Alguns pesquisadores consideraram invasão de privacidade a solicitação de preenchimento de questionário eletrônico, via endereço eletrônico - *e-mail*. Outros antropólogos queriam saber o uso das respostas ou mais detalhes sobre a pesquisa: Você mencionará as pessoas entrevistadas? Você citará o que cada um disse? Qual é sua questão? Qual foi seu critério para selecionar os currículos? Por quê a Antropologia? Aparentemente, talvez alguns desses pesquisadores pareçam não querer se envolver com questões dessa ordem – polêmicas ou talvez comprometedoras porque muitos deles integram Comissões de Avaliação ou já haviam participado ativamente junto aos órgãos de fomento do País.

O material colhido nas entrevistas foi avaliado e as “falas” mais representativas foram selecionadas e utilizadas em conjunto com a bibliografia consultada e os dados empíricos obtidos nos currículos para construir analiticamente as questões propostas. Genericamente, cada um dos entrevistados que se manifestaram, atendo-se a sua trajetória acadêmica, debruçou-se sobre as questões de interesse da comunidade de antropólogos e de suas próprias experiências profissionais. Em primeiro lugar, refletiram sobre os avanços, limites, dilemas e impasses que marcaram e continuam assinalando a história da disciplina, particularmente nos últimos anos, em decorrência da persistente ênfase à “cultura da avaliação” – *publish or perish*. Além disso, os entrevistados foram estimulados a falar sobre a questão da produtividade em Antropologia em suas nuances e seus contornos. Nessa direção, não puderam deixar de abordar as relações entre as Ciências Nomotéticas e as Ciências Humanas e Sociais; entre a comunidade de antropólogos brasileiros e a comunidade internacional e entre as agências de fomento à pesquisa e suas implicações diante dos distintos campos disciplinares da ciência. Não se furtaram, igualmente de se manifestar criticamente diante dos principais problemas e das soluções que lhes possam ser conferidas no que diz respeito à produção da Antropologia brasileira.

Além disso, o cotejo dos depoimentos permitiu conhecer diferentes versões sobre os desdobramentos da avaliação da produção científica em Antropologia e captar um

conjunto representativo de visões que nos conduz a aproximações múltiplas da verdade possível. Muitas vezes somadas, convergentes ou divergentes, nos ajudando a interpretar, através de informações cruzadas e versões superpostas, a visão dos antropólogos brasileiros. Diferentemente dos relatos espontâneos, esses depoimentos “provocados” possibilitaram recolher informações que são muito pouco usuais, senão raras, na bibliografia corrente da disciplina.²⁰

Enfim, a organização e a sistematização das respostas permitiram perceber que as respostas referentes à cada questão formariam um bloco. A obediência à relação pergunta/resposta aparentemente proporcionou uma lógica mais efetiva dos resultados da entrevista, embora todo o tempo, os diálogos se sobrepusessem. Porém, essa imbricação só faz reafirmar a complexidade e a riqueza da Antropologia. Em Ciências Humanas e Sociais uma indagação única pode nos remeter a várias respostas. Então, o “profundo” silêncio não manifesto na documentação escrita convencional dos especialistas da disciplina nós o submetemos a um escrutínio dos próprios antropólogos através das questões abaixo.

5.2.1. OS AUTORES E OS AVALIADORES

As respostas da primeira indagação envolvem diretamente os autores e os avaliadores dos resultados de pesquisa em ciência. Em linhas gerais, a aplicabilidade de regras padronizadas para medir a produtividade científica de todos os campos científicos, fez prevalecer entre os entrevistados imagens que comportam uma gama variada de interpretações: a urgência de titulação mediada pelo rigor do TMT - tempo médio de titulação acadêmica “imposta” pela CAPES; as avaliações trienais da CAPES e os produtos dela oriundos como a *Lista Qualis*; a formação dos cientistas sociais que exige maior tempo para assimilação do conhecimento em Antropologia; a complexidade de uma pesquisa de campo; as diferenças de modalidades de publicação entre as áreas; os entraves que o antropólogo enfrenta no preenchimento do *CV-Lattes* e as diferenças de

²⁰ De toda a bibliografia nacional levantada no campo da Antropologia sobre a temática da produção científica e dos indicadores de avaliação da ciência, apenas o artigo de Federico Neiburg, publicado em *Mana*, aborda a questão.

aplicabilidade destas regras no interior dos diferentes ramos da ciência. Também, imagens de alguns especialistas que implicam num certo apoio ao padrão de produtividade vigente fizeram contraponto com a total desaprovação dos demais antropólogos, a partir do modelo hegemônico. De certa maneira, as respostas contemplaram um elenco de temas que podem servir de norte para compreender a intrincada dinâmica da Antropologia realizada no Brasil. Assim, a partir de cada questão, optou-se por condensar as preocupações mais representativas dos antropólogos, para em seguida dar espaço às suas percepções.

1.O que lhe parece a aplicabilidade de regras padronizadas de medição da produtividade científica válidas tanto para as Ciências Exatas como nas Ciências Sociais?

Uma das primeiras abordagens feitas pelos especialistas em Antropologia coloca no centro da discussão a formação dos cientistas sociais, processo esse que, segundo eles exige um longo tempo de aprendizado para a constituição de um pesquisador de primeira linha. Essa formação requer um tempo maior para a apreensão dos fundamentos teóricos e das técnicas empíricas da disciplina. De fato, num primeiro momento, a pesquisa de campo não envolve apenas aprendizado das técnicas, mas notadamente o conhecimento de outras línguas, como é o caso da pesquisa em Etnologia Indígena ou de outros grupos sociais fixados em outros países. Entretanto, a redução do tempo de titulação imposta pela CAPES implica, em máxima medida, no triunfo da reprodução do conhecimento em detrimento da construção de novos paradigmas.

Miriam Grossi, ao analisar alguns resultados sobre egressos da pós-graduação no Brasil oferecidos pela ABA, constatou que “as médias de idade dos doutores em Antropologia nos três principais momentos de sua formação: fim da graduação, fim do mestrado e fim do doutorado estão assim compostas. Para os egressos do curso de doutorado, a idade média de titulação na graduação é de 24,2 anos, no mestrado, 31,4 anos e no doutorado, 40,9 anos (...). Os dados das duas tabelas mostram que a formação doutoral na área de Antropologia é longa e feita em um vasto período de tempo, com

vários intervalos entre a graduação (feita aos 24 anos), o mestrado (em média aos 31 anos) e o doutorado (em média aos 41 anos).” (GROSSI, 2004, p. 49).

Vejamos as Tabelas 5.9. e 5.10. elaboradas por Miriam Grossi, as quais ilustram muito bem as questões relativas ao tempo médio de formação de um antropólogo brasileiro.

TABELA 5.9. DOUTORES EM ANTROPOLOGIA: IDADE NO FIM DO CURSO, SEGUNDO A INSTITUIÇÃO DE TITULAÇÃO (%)

IDADE NO FINAL DO CURSO	INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA				
	UFRJ	USP	UFRGS	UNB	Total
ATÉ 30	03,8	01,9	-	04,3	02,9
DE 31 e 35	19,2	16,7	33,3	17,4	18,8
DE 36 e 40	32,7	20,4	55,6	34,8	29,7
DE 41 e 45	32,7	33,3	11,1	08,7	27,5
46 e mais	11,5	27,8	-	34,8	21,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: GROSSI, 2004, p. 48

TABELA 5.10. DOUTORES EM ANTROPOLOGIA: MÉDIA E MEDIANA DAS IDADES, NA CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO

INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA	ESTATÍSTICAS	IDADE AO CONCLUIR		
		GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
UFRJ	MÉDIA	23,7	31,1	40,1
	MEDIANA	23,0	30,0	40,0
USP	MÉDIA	24,3	31,9	42,3
	MEDIANA	24,0	31,0	43,0
UFRGS	MÉDIA	24,9	30,1	36,2
	MEDIANA	24,0	30,0	36,0
UNB	MÉDIA	25,0	31,4	41,2
	MEDIANA	24,0	30,0	40,0
TOTAL	MÉDIA	24,2	31,4	40,9
	MEDIANA	24,0	30,0	40,0

FONTE: GROSSI, 2004, p. 49

Num segundo momento, ao passar a palavra aos antropólogos, destacamos alguns enunciados que suscitaram muitas intervenções.

“Estas regras padronizadas já têm demonstrado efeitos deletérios na formação dos cientistas sociais, visto que a pesquisa como substrato da elaboração do texto da tese, mas especialmente da dissertação, tem sido cada vez mais desprezada, em face da obediência aos prazos. No caso das Ciências Sociais, o aprendizado para constituição do pesquisador é um processo longo, de temporalidade diversa, inclusive pelas questões implicadas no objeto proposto.” (UFF1).

“A aplicação das mesmas regras parece-me distorção, ao impor a hegemonia de um modo de fazer ciência sobre o outro. Os critérios padronizados fazem parecer que a produtividade coletiva dos cientistas sociais é menor que a dos cientistas exatos. Aqueles

são obrigados a escrever muitas páginas, o que acarreta poucos títulos; estes podem escrever com números, o que facilita publicações em língua estrangeira (internacionais). O que pensariam os exatos, se o critério de avaliação fosse o número de páginas das publicações de cada área? Os cientistas exatos lidam com problemas de interesse, comparativamente mais gerais nas sociedades industriais. Os cientistas sociais, por outro lado, trabalham com temas freqüentemente circunscritos ao interesse acadêmico de sociedades específicas (...). No terreno específico da Antropologia, pode-se imaginar o estrago que faz a imposição de cronogramas e calendários das ciências de laboratório sobre uma ciência que depende essencialmente dos cronogramas e calendários da observação de campo, (por exemplo, a observação de uma sociedade tribal, que invariavelmente requer o aprendizado prévio da língua indígena). Penso ainda nos prazos para as dissertações e teses, que foram de modo arbitrário e pouco democrático fixados de cima para baixo como os mesmos para todas as áreas, sem respeitar nem mesmo o princípio constitucional da autonomia das universidades.” (UFF2).

“A minha impressão é que as Ciências Exatas e Biológicas costumam ter um padrão mais alto (em quantidade) de publicações em função das características destas áreas, uma vez que as pesquisas são geralmente a continuidade de outras que vem sendo feitas e as publicações concentram-se em detalhes parciais de procedimentos metodológicos ou da pesquisa como um todo, além é claro de discussões teóricas mais gerais. A meu ver, isso possibilita aos pós-graduandos maior possibilidade de publicações. Já nas Ciências Humanas e na Antropologia, creio que a quantidade de artigos é bem menor, visto que as pesquisas são quase sempre individuais e não em equipes. O processo de pesquisa é mais lento, assim como a reflexão sobre “seus” resultados, geralmente é de longa maturação. Assim, embora a publicação de artigos seja um meio válido de medir a produtividade, a quantidade deve ser proporcional à área específica as quais essas se vinculam, não podendo haver comparação em números absolutos de artigos entre áreas diversas. Outras atividades ou produções devem ser “medidas” tais como, organização de livros, coletâneas, participação em seminários, congressos e eventos e tantos outros índices que o currículo Lattes permite “calcular”.” (UNB3).

“A medição não pode ser idêntica, pois as Ciências Sociais são visceralmente distintas. Pouco afeitas às leis gerais, as Ciências Sociais exigem a consideração da especificidade e particularidade dos fatos ou fenômenos observados, demandando um longo tempo de amadurecimento dos dados empíricos observados; da bibliografia consultada e do “momento interpretativo” os quais exigem longa consulta a cada um dos “acervos” mencionados, raciocínio lento e original, cuidados lógicos extremamente finos na construção da frase e do texto como um todo. Na medida em que as Ciências Sociais são campos intelectuais onde convivem vários paradigmas de interpretação, o tempo formativo do pesquisador é mais demorado e exige, freqüentemente maior erudição que só vem num momento mais avançado da vida útil do mesmo.” (USP1).

Outro aspecto destacado pelos antropólogos se refere aos mecanismos empregados para divulgar a produção científica em Antropologia. As comunicações científicas da disciplina exigem protocolos distintos das Ciências Nomotéticas. Reconhecidamente, o grande nicho de suas publicações localiza-se nos livros e nas coletâneas. Em geral, os periódicos se prestam muito mais à divulgação de resultados de pesquisa mais parciais. Em particular, muitas das revistas nacionais publicadas não estão aptas para se adequar às regras de exigência do *SciELO*. Outra preocupação extremamente relevante trata da publicação no exterior, embora importante, pode significar o abandono do português em favor de publicações em outras línguas. Também, a publicação em co-autoria não é uma prática freqüente. De acordo com os antropólogos é difícil encontrar um artigo publicado por um professor e seus alunos. Tampouco é comum orientadores assinarem os trabalhos de seus orientandos. Enfim, a produtividade coletiva dos cientistas sociais é sabidamente menor do que a dos cientistas nomotéticos, porque os primeiros “escrevem muitas páginas e publicam menos títulos”, enquanto que os segundos “escrevem números em línguas estrangeiras.” (UFF2).

“Universalizar a avaliação para todas as áreas de conhecimento o que é absolutamente correto, não implica necessariamente padronizar critérios ou mesmo desconhecer que as áreas são diferentes e possuem protocolos distintos de produção científica.” (UFF3).

“Não concordo com essas regras padronizadas, considerando a especificidade das ciências sociais. Um dos aspectos mais importantes diz respeito à publicação de trabalhos no exterior. Essa publicação é importante para nós, mas é também importante a publicação de livros, desvalorizada nas áreas de Ciências Exatas e Naturais, mas muito valorizada em nossa área. A dificuldade porque passamos diz respeito à hegemonia exercida pelas Ciências Exatas e Naturais que, às vezes, chega a negar o caráter científico de nossa atividade.” (UFPA1).

“Parece desproporcional, uma vez que a produção nas Ciências Sociais costuma ter resultados em prazos maiores que nas Ciências Exatas, o que em termos comparativos coloca-nos como “pouco” produtivos.” (UFPA2).

“Estas regras são inadequadas, pois são construídas dentro de uma perspectiva mais quantitativa do que qualitativa. Além disso, não levam em conta as especificidades do trabalho intelectual na área das Ciências Humanas. Em nosso campo de atuação, dificilmente encontramos um artigo publicado por um professor e seus alunos bolsistas. O mesmo não acontece na área das Ciências Biológicas, em que o professor é autor de vários artigos envolvendo a observação e/ou a experimentação junto aos seus orientandos.”(UFPR1).

“Nas Ciências Sociais, e especialmente no caso da Antropologia, a tendência é de produzir artigos assinados por um autor somente. Orientadores não assinam os trabalhos dos seus orientandos. Os artigos tendem a ser de tamanho maior sobre temas diferenciados. Tudo isso diminui seriamente a produtividade nas Ciências Sociais quando comparada com as Ciências Exatas.” (UFRJ1).

“De fato, embora seja importante publicar em periódicos no exterior, nas Ciências Sociais esta importância é menor do que nas Ciências Exatas, privilegiando-se aqui a publicação em periódicos de circulação internacional, mesmo que seja em português. Aliás, creio que o eventual abandono do português em favor de publicações apenas em inglês, por exemplo, traria prejuízos incalculáveis e irreparáveis às Ciências Sociais do

Brasil. Também, a publicação em co-autoria não tem maior significado nas Ciências Sociais, e se tivesse que citar 100 ou 200 obras particularmente importantes para a Antropologia certamente não citaria nenhuma em co-autoria. Aliás, se fizermos um levantamento dos artigos publicados nos 20 principais periódicos de Antropologia no mundo não encontramos 10% de artigos em co-autoria.” (UNB1).

“Nosso produto de pesquisa é um texto, de formulação sofisticada, com elementos literários importantes, assim como científicos. Nossos “resultados” prestam-se pouco a publicações parciais.” (USP2).

Outro tema instigante trata dos relatos dos antropólogos quanto aos currículos Lattes. Os formulários do CNPq são pouco afeitos às reais necessidades de descrição das atividades de pesquisa desse perfil de especialista. A inclusão do tema na agenda de discussão desses pesquisadores ocorre em razão das inúmeras limitações impostas pelas classificações curriculares apresentadas no *CV-Lattes*, que talvez sejam mais apropriadas a alguns campos do conhecimento, em detrimento de outras áreas da ciência.

“Há defeitos que qualquer um poderia assinalar: praticamente não são consideradas as resenhas (o Lattes sequer reserva um item para este tipo de produção tão importante), participação em diversos tipos de eventos, para não falar em campos que são importantes para as Ciências Sociais, como elaboração de laudos de impacto, relatórios para órgãos públicos, assessorias etc...” (UFSC1).

“O conjunto das informações precisa mesmo ser padronizado, mas a classificação atual tal como consta no Lattes é muito ruim.” (USP3).

Por fim, a primeira questão trouxe à tona ainda uma variedade de inferências antropológicas. Assim, alguns dos especialistas se concentraram na aplicabilidade de regras padronizadas de medição da produção científica e suas implicações para a área, trazendo para a discussão posições convergentes, com algumas nuances divergentes. Segundo nossos interlocutores é patente a diferença de critérios. Entretanto, a mera afirmativa das diferenças não constrói critérios, nem tampouco os torna consensuais. Há

que se discutir o modelo vigente, construir e manter padrões, em consonância com os distintos protocolos das distintas áreas científicas.

“Considero que as regras padronizadas entre as Ciências (Sociais e Exatas) não correspondem às exigências e necessidades de cada uma. Essa padronização não leva em consideração a especificidade, as formas de divulgação dos resultados, nem tampouco as exigências de cada área.” (UFPA3).

“Há no Brasil uma tendência (tentativa) de se padronizar baseada nas Ciências Exatas ou Biológicas enquanto número, mas nada de padronização de qualidade nem dentro nem entre as áreas de conhecimento” (UFPE1).

“Existe uma antiga e profícua discussão junto à comunidade acadêmica e de pesquisadores quanto a não eficácia desta padronização. Vejo que existem dificuldades para elaborar critérios diferenciados, mas que é importante enfrentá-las. Considero fundamental que as Associações de classe e os órgãos que representam a categoria organizem grupos de discussão e redijam propostas alternativas sobre o tema em questão.” (UFPR2).

“Creio que se impõe um desafio grande para as Ciências Humanas fazer-se respeitar dentro do campo científico como um todo frente à hegemonia das Ciências Exatas e Biológicas. Mas, não creio que o caminho seja a afirmação pura e simples da diferença dos critérios usados nas Ciências Humanas em relação aqueles das Ciências Exatas. Tem-se na verdade, que buscar critérios gerais comuns que permitam o reconhecimento e a comunicação entre os campos científicos, sem perder de vista as especificidades de cada área. O importante é sair da posição de que os critérios das Exatas são exatos (expressão de uma situação objetiva). Os critérios são sempre construídos e consensuados. O que precisa ser garantida é a explicitação dos critérios e os instrumentos que são usados para que a produção seja avaliada segundo esses critérios. Deve haver diferenças de critérios, mas o rigor e os instrumentos de avaliação devem ser usados em todas as áreas.” (UFRGS1).

“Acredito que não há uma correspondência entre as áreas para a medição da produtividade. Há a pressuposição de que há uma forma equivalente de alimentar sistemas e índices, mas rotinas bem diferenciadas quanto à “autoria” e “co-autoria”, o que distorce os dados produzidos, como se fossem coletados de igual maneira.” (UFRGS2).

“As Ciências Exatas adotaram, nas últimas décadas, um modelo de produção e de avaliação fundamentado na produtividade quantitativa, baseada a princípio no que seria o “rápido perecimento do conhecimento científico e tecnológico e sua necessária renovação/ inovação” – uma concepção ligada também à idéia de aplicabilidade imediata e de rentabilidade. Digo que foi um modelo adotado porque acredito que não único possível, mesmo para as Ciências Exatas. As Ciências Humanas acabaram adotando esse modelo não porque quiseram, mas porque essa foi uma imposição das políticas científicas desenvolvidas no Brasil nos últimos anos. Assim, se o TMT (Tempo Médio de Titulação) para um Mestrado em Engenharia Mecânica deve ser encurtado, primeiro para 24, depois para 18 meses como vemos em alguns casos, o mesmo deveria acontecer com os Mestrados em Antropologia, independente da necessidade de realização de trabalho de campo para a formação de um antropólogo pesquisador, ou da necessidade de amadurecimento teórico para que uma análise interpretativa (e não meramente quantitativa ou estatística) possa ser desenvolvida. O mesmo vale para a produção bibliográfica. Recentemente o *SciELO* adotou como critério de inclusão de periódicos, as publicações de no mínimo três números por ano, coisa que a maioria das revistas da área de Ciências Humanas não faz. Esse ritmo de publicação acelerada está muito mais ligado à dinâmica da produção nas áreas das Ciências Exatas (tal como se configura hoje) do que das Ciências Humanas. Essa suposta padronização e universalização das regras de medição da produtividade têm tido resultados bastante nefastos na área de Ciências Humanas, entre eles o fato de se jogar para um segundo plano a questão da qualidade do que se produz. A padronização atual gera um pesquisador voltado para a reprodução do conhecimento e o emprego de métodos consolidados do que para a construção de novos paradigmas teóricos e metodológicos. No caso brasileiro isso é grave ainda.” (UFSC2).

5.2.2. OS DILEMAS E OS IMPASSES DOS ANTROPÓLOGOS

Se as diferenças entre disciplinas são tão significativas quanto parece, é razoável supor que também se reflitam nos padrões de comunicação. Aos olhos dos antropólogos as respostas à questão abaixo colocam em evidência variáveis como a precariedade dos financiamentos, as limitações da *Lista Qualis*, o rigorismo da ciência brasileira na assimilação do modelo exógeno de medição da produtividade científica e as dificuldades que se apresentam à área ao se deparar com as regras impostas pela ciência mundial. Por outro lado, embora os antropólogos reconheçam sua alta capacidade produtiva, as “exigências internacionais” suscitam um embate interno entre uma produção local e internacional da Antropologia brasileira. Eis a questão:

2. Avalie, do ponto de vista da “cultura da avaliação”, as interferências ocorridas nas relações com a comunidade científica internacional e suas implicações, face à uma produção local significativa, mas sub-representada.

A primeira referência à questão proposta remeteu os antropólogos à precariedade dos financiamentos, imprescindíveis para o desenvolvimento de suas atividades científicas. Nessa perspectiva foram levantados pontos muito pertinentes referentes às exigências científicas de qualquer área do conhecimento e a contrapartida deficitária “oferecida” pelos órgãos de fomento no Brasil.

“Tradicionalmente, se pensa que para ensinar ou pesquisar em Ciências Humanas e Sociais bastaria a “boa vontade”, quando na realidade se precisa é de muito suor, reflexão e recursos - revistas, livros, deslocamentos, viagens etc.” (UFPR2).

“Concretamente, as agências não parecem esperar aprimorar a eficiência dos recursos humanos e sim estimular ações de auto-superação contínua em um contexto de precariedade tida e vista como algo da “ordem do universo.” (UFRGS2).

“A interlocução internacional me parece altamente valorizada, mas as condições de permanência no exterior são bastante dificultadas, devido a disponibilidade de recursos. Por outro lado, a interlocução na maioria das áreas parece-me muito precária, com um impacto muito modesto sobre os autores estrangeiros. Talvez a Etnologia Indígena seja, de fato, a grande exceção.” (USP2).

Seguindo a linha de raciocínio dos antropólogos, outro ponto de abordagem se referiu à *Lista Qualis*, talvez por estar diretamente ligada ao processo avaliatório. Certamente, a base de reflexão sobre esta lista parte de um denominador comum de reivindicação: a construção de uma lista de periódicos baseada em um aparato conceitual que dê conta da diversidade de informações das revistas constantes no Qualis. Essa lista, na verdade contém uma série de variáveis que precisam ser investigadas de maneira mais rigorosa, como as conceituações das expressões: periódicos, anais, jornais, revistas generalistas, bem como as classificações dos periódicos estabelecidos em internacionais, nacionais e locais. A *Lista Qualis* costuma empregar, se for o caso, a terminologia internacional para um periódico local por exemplo, trazendo dificuldades de interpretação para o próprio pesquisador da área – o antropólogo. Tampouco, dá conta das categorias sem circulação e sem classificação e, ainda das próprias interseções com a *Web of Science* - modelo inspirador de organização da lista -, uma vez que poucos periódicos brasileiros em Ciências Humanas e Sociais são indexados pelo Thomson ISI. Em síntese, a “leitura” do rol de revistas da *Lista Qualis* e de suas variáveis, aos olhos de muitos antropólogos se apresenta como um conjunto desconexo para a disciplina, muito embora os títulos que compõem esta lista sejam emanados das citações bibliográficas desses pesquisadores brasileiros.

“As Ciências Sociais do Brasil não têm apenas nível, mas também muito boa reputação internacional. Tem havido imensos esforços no sentido de produzir um “Qualis” a partir de critérios adequados a estas características, mas creio que ainda será preciso muito trabalho antes de ser desenvolvido um protocolo capaz de medir o enraizamento internacional da produção local.” (UFRJ2).

“No ranking do Qualis (discutível e incompleto, é verdade) publicação nacional e internacional não equivalem a publicação brasileira (várias revistas aparecem como internacionais), e estrangeira (nesse ponto o ranking é especialmente incompleto, mas o caráter de internacional é atribuído com muita parcimônia). A hipótese da produção local significativa, mas sub-representada não é inverossímil.” (UFSC1).

“Do ponto de vista da produção científica nacional, a “cultura da avaliação” tende a promover um desprestígio de tudo o que se produz e circula fora de livros e periódicos “Qualificados”, como se tal produção não fosse Antropologia propriamente dita, mas qualquer outra coisa.” (UNB2).

“Nesse aspecto, creio que o Qualis da CAPES é mais problemático do que os critérios utilizados pelas CAs do CNPq. Algo que é mal equacionado no Qualis, por exemplo, é a diferença entre inserção internacional do pesquisador, bem expressa em publicações no exterior e a qualidade da produção. O Qualis também confunde, inadequadamente o número de edições anuais dos periódicos ou o formato dos mesmos com a qualidade do que é publicado.” (UNB1).

Esses depoimentos são reveladores. E a *Lista Qualis* será que é tão clara assim? O que ela contém? A que caminhos ela nos remete. Vamos a ela: Os Anexos referentes à *Lista Qualis: Classificação de Periódicos, Anais, Jornais e Revistas* estão assim distribuídos: ANEXO III(a) . Lista Qualis - A, ANEXO III(b) . Lista Qualis - B, ANEXO III(c). Lista Qualis - C, ANEXO III(d). Lista Qualis - Internacional, ANEXO III(e). Lista Qualis - Nacional e ANEXO III(f). Lista Qualis – Local. Inicialmente, no *site* da CAPES é possível recuperá-la a partir de três formas de busca: Por Título, Por Área de Avaliação e Por ISSN. A busca por Área de Avaliação fornece uma lista geral dos periódicos, em ordem alfabética, acompanhado do ISSN, Classificação (A, B, C e sem classificação) e Circulação (Local, Nacional, Internacional e sem circulação). A Lista da área de Antropologia, relativa a 2003, elegeu 272 títulos, estando distribuídos, quanto à Classificação: 62 – A; 41 –B; 60 – C e 109 - sem classificação. Na categoria Circulação os arranjos estão assim concebidos: 52 – Internacional, 62 – Nacional, 58 – Local e 100 –

sem circulação, resultando em 100 títulos, enquadrados nas duas categorias: Sem Classificação e Sem Circulação.

Também, foi possível apurar os dados referentes ao emprego do ISSN, verificando que dos 272 títulos, 209 possuem ISSN e 63 não têm registro do ISSN. As análises pelas categorias nos mostraram alguns números significativos. A Lista Qualis – A (62 títulos) demonstra 59 revistas com ISSN e 3 sem ISSN. A Lista – B apresenta 38 títulos cadastrados e 03 sem ISSN e a Lista – C descreve 60 títulos, sendo 47 com ISSN e 11 sem esse registro. Por outro lado, a Lista Internacional, com 52 títulos, dos quais 48 contam com ISSN e apenas 4 não o possuem. Já, na Lista Nacional aparece 58 títulos, sendo 43 com ISSN e 15 sem ISSN e, finalmente, a Lista Local apresenta uma outra relação: 58 títulos, dos quais 43 com ISSN e 15 sem ISSN.

As Tabelas 5.11, 5.12, 5.13 e 5.14 permitem visualizar essa distribuição. Por fim, as Tabelas 5.15 e 5.16 registram os 62 títulos A da Lista Qualis, ficando assim distribuídos: 25 títulos internacionais (dos quais 09 são brasileiros); 23 nacionais e 14 locais, resultados esses que só confirmam o alto índice de produção brasileira em Antropologia em revistas genuinamente nacionais (74,2%) contra 25,8% de títulos estrangeiros, independente da suposta falta de visibilidade desses periódicos.

TABELA 5.11. LISTA QUALIS E A CLASSIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS (%)

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE TÍTULOS	%
A	62	23,0
B	41	15,0
C	60	22,0
SEM CLASSIFICAÇÃO	109	40,0
TOTAL	272	100,0

TABELA 5.12. LISTA QUALIS E A CIRCULAÇÃO DOS PERIÓDICOS (%)

CIRCULAÇÃO	NÚMERO DE TÍTULOS	%
INTERNACIONAL	52	19,1

NACIONAL	62	22,8
LOCAL	58	21,3
SEM CIRCULAÇÃO	100	36,8
TOTAL	272	100,0

TABELA 5.13. LISTA QUALIS – CLASSIFICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS PERIÓDICOS

CATEGORIA	NÚMERO DE TÍTULOS
SEM CLASSIFICAÇÃO	109
SEM CIRCULAÇÃO	100
SEM CLASSIFICAÇÃO / SEM CIRCULAÇÃO	100

TABELA 5.14. LISTA QUALIS E O ISSN

NUMERO DE PERIODICOS	ISSN
COM ISSN	209
SEM ISSN	63
TOTAL	272

TABELA 5.15. LISTA QUALIS A E A CIRCULAÇÃO DOS PERIÓDICOS (%)

CIRCULAÇÃO	NÚMERO DE TÍTULOS	%
------------	-------------------	---

INTERNACIONAL	25*	40,3
NACIONAL	23	37,1
LOCAL	14	22,6
TOTAL	62	100,0

* Obs. Dos 25 títulos internacionais, 09 são periódicos brasileiros.

TABELA 5.16. LISTA QUALIS A E A TIPOLOGIA DOS PERIÓDICOS (%)

CATEGORIA	NÚMERO DE TÍTULOS	%
ESTRANGEIROS	16	25,8
NACIONAIS	46	74,2
TOTAL	62	100,0

Outro ponto suscitado a partir da segunda questão tratou do rigorismo da ciência brasileira quanto à aplicabilidade dos indicadores de produtividade impostos pela ciência *mainstream*. O transplante do modelo de medição da produtividade da ciência mundial foi implantado no Brasil, mediante o emprego de técnicas muito mais rigorosas do que as usualmente aplicadas em seu país de origem - os Estados Unidos. De acordo com um dos autores entrevistados fica nítido que uma das melhores universidades americanas relativiza os outros indicadores de produção empregados pela ciência, enfatizando a publicação de livros no campo da Antropologia.

“Na Universidade de Harvard, onde tenho experiência em seu Departamento de Antropologia, a qualidade e o número de monografias é condição prioritária de contratação. “Posso dizer que essa deformação, de considerar os artigos de revistas internacionalmente conhecidas como moeda corrente na cultura da avaliação dos cientistas das Ciências Exatas, é mais observada aqui no Brasil, graças a um equívoco de responsabilidade das áreas hegemônicas da comunidade científica brasileira. Creio que a comunidade internacional está mais aberta a outros padrões que não aqueles estabelecidos

pelas Ciências Exatas. No caso da Antropologia, para eles a produção efetivamente significativa é a monografia.” (UNICAMP1).

A sugestão ainda abordada nesta segunda questão, qual seja da “cultura da avaliação” permitiu aos antropólogos imaginar uma matriz de produção científica que contemple as duas principais vertentes da comunicação científica da disciplina, quais sejam da divulgação da produção científica em veículos internacionais, como também em publicações nacionais. Também, as adaptações às propostas impostas pela ciência mundial, induziram os especialistas a pensarem, com maior veemência, em enfrentar o desafio de publicar no exterior, mas sem nunca perder de vista a produção local. Aliás, segundo nossos interlocutores, a construção da Antropologia brasileira aconteceu graças ao estabelecimento de uma via de mão dupla – de convivência entre os pesquisadores de outros países que vêm ao Brasil para elaborar suas pesquisas, mas que aqui encontram interlocutores capazes de dialogar no mesmo nível.

“A divulgação da produção local tem passado por uma estratégia importante elaborada pela ABA, através da criação de uma revista on line - *Vibrant Virtual Brazilian Anthropology* - com texto em inglês, francês ou espanhol de autoria de antropólogos brasileiros.” (UNICAMP2).

“O critério de internacionalização como fator de avaliação tem produzido no campo das Ciências Sociais “internacionalizações” artificiais e pouco significativas (publicações ou seminários, por exemplo) que aparecem apenas como resposta adaptativa e meio malandra à exigência institucional de internacionalização. Este é um caminho compreensível, que resulta da necessidade de sobreviver ante a tirania dos formulários, dos TMTs, dos Lattes, dos Execapes, das notas dos programas de pós-graduação etc.” (UFF2).

“No caso da Antropologia esse ponto de vista vem se demonstrando desastroso na medida em que as pesquisas se desenvolvem em contexto empírico muito particular e local, ao mesmo tempo em que ensejam discussões muito referidas ao desenvolvimento

do campo da Antropologia no Brasil, passo a passo, ao processo de *nation building*. No presente momento, não há uma compreensão da comunidade internacional, especialmente os considerados centros produtores da disciplina para esse fato e não há mais tanto interesse com relação às questões teóricas que esse fato suscita, logo, nossa produção tenderá a ficar sub-representada no cenário internacional, caso não passemos a pesquisar em outros contextos empíricos, em outros países e não considerarmos outros objetos que não aqueles impostos pela dinâmica sócio-política brasileira.” (UFF3).

“As interferências que este tipo de relação impõe à produção acadêmica atua como uma “faca de dois gumes”. Por um lado, é um bom caminho para a divulgação dos nossos resultados de pesquisa e de nossas atuações científicas. Porém, de outro, acabaram por se tornar uma armadilha que obriga ao pesquisador desprestigiar as publicações locais por exigência das associações que só valorizam as produções estrangeiras, muitas vezes locais em seus próprios países. Desta forma, percebo também uma falta de incentivo à produção local em detrimento de uma produção voltada à comunidade científica internacional.” (UFPA3).

“Sei que é importante manter relações com a comunidade internacional e que a Antropologia brasileira tem estado muito voltada para o estudo de questões e problemas nacionais. Isso, porém é um estágio que começa a ser superado, embora não possamos nunca abandonar o exercício de estudarmos a nós mesmos.” (UFPA1).

“A lógica de circulação do conhecimento científico não deve ser subestimada, principalmente nestes tempos de mundialização. Deve-se buscar o equilíbrio: abertura sim, – para fora e para dentro – mas sem subordinação e com realismo.” (UFRJ3).

“Considero o desafio interessante: o de procurar ser ouvido no exterior, tendo em vista a maturidade da disciplina no País. O caráter nacional da disciplina, como comunidade de comunicação que se construiu em condições históricas específicas (um país colonizado em vez de colonizador) constitui ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza. A Antropologia brasileira sempre dialogou com as correntes teóricas

internacionais, na maior parte das vezes para pensar os problemas do seu próprio País.” (UFRJ1).

“A Antropologia brasileira, além de uma produção teórica e etnográfica de ponta hoje na área de Etnologia Indígena, tem já uma vasta produção no campo da Antropologia Urbana de fazer inveja a outras comunidades de antropólogos, mas realmente pouco visível fora do Brasil.” (UFSC2).

“Nossa produção científica pressupõe que autor e leitor partilhem uma mesma cultura e possuam informações básicas sobre o Brasil. Para publicar no exterior o texto deve ter um tipo de apresentação e de informação não incluídas para o público interno. Pessoalmente, acredito que não devemos abrir mão da produção de um conhecimento sobre o Brasil para brasileiros. Temos tido bastante sucesso nisso. Talvez, devemos tentar abrir portas nas revistas internacionais, mas a produção em português para nós mesmos provavelmente continuará a ser predominante.” (USP3).

“A cultura da avaliação produz uma série de distorções, uma das quais é a necessidade de, a toda custa, publicar em periódicos estrangeiros artigos nem sempre com achados que são significativos, mas frente a uma discussão interna, isto é nacional. O ajuste a um certo “padrão” externo termina deixando de lado debates que fazem mais sentido no panorama nacional em favor de temas mais genéricos, ao gosto de um certo consumo acadêmico externo.” (USP4).

“As interferências do mercado de avaliação – e digo isto por sentir um empuxo competitivo muito típico da “pressa” de produzir livros e artigos em nossos dias, colocando, deste modo, o autor mais visível na possibilidade de ser convidado para eventos científicos estelares ou para a condição de professor visitante de universidades de prestígio mundial – como ocorre em diversos países da Europa – é de dupla face. Por um lado introduz uma disciplina de estudo rigoroso, pela alta competitividade exigida. Por outro, e este perigo tem sido constante – adultera o tempo interno do pesquisador frente a seu objeto e principalmente seus sujeitos, que podem estar sendo minimizados e até

anulados, em função do furor do estrelismo e da visibilidade sem fronteiras. Tenho visto colegas que, ficando exageradamente impressionados com os efeitos da fama assim obtidos, tentaram impor os mesmos parâmetros aos colegas, ou se encastelaram em verdadeiras torres de marfim, onde passam a falar do alto de sua importância. Na verdade, uma produção de circulação nacional em Ciências Sociais, é a meu ver, mais do que suficiente para justificar – e celebrar! – a excelência de um antropólogo.” (USP1).

“Até agora as interferências não foram significativas, porque a produção nacional em todas as áreas é sub-representada.” (UNICAMP3).

5.2.3. A IMAGEM DAS AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO

Eis o impasse da terceira questão: A comunicação científica é tão vital para a ciência, como a própria pesquisa. E, se a pesquisa, por um lado, é fundamental na construção de referenciais teóricos consistentes, a partir de uma grande quantidade de capital intelectual, por outro o apoio financeiro para manter as atividades científicas do pesquisador é crescentemente dispendioso para as agências de fomento. Concretamente, as agências de financiamento à pesquisa “distribuem” recursos escassos não apenas compartilhados entre uma série de demandas: bolsas acadêmicas, projetos de pesquisa, publicações, reconhecimento e prestígio, mas principalmente entre os distintos campos científicos. A preocupação inicial mais severa dos antropólogos se resumiu à urgência do financiamento da disciplina. Em seguida, os pesquisadores abordaram as questões referentes à necessidade de se garantir as demandas particulares da disciplina, bem como a categoria deu mostras de preocupação com a manutenção das competências intelectuais já consolidadas na área.

3. Comente: "O caminhar harmônico e convergente entre as agências internacionais, nacionais (CAPES e CNPq) e locais (FAPs) de financiamento, pode implicar em redução de investimentos no campo da Antropologia."

As dimensões exploradas pelos antropólogos na terceira questão permitem uma aproximação à problemática de como os membros da área de Antropologia percebem as fontes de financiamento e que constituem parte do “mundo da vida cotidiana” em que os antropólogos atuam. Os pontos de maior destaque da resposta remeteram, num primeiro momento à questão central da pergunta: convergência dos investimentos em ciência. Esse tracejamento da política científica, que perpassa todos os níveis de financiamento, vislumbra a racionalização dos gastos públicos em ciência. Afinal, de acordo com alguns pesquisadores, tradicionalmente o financiamento da pesquisa sempre esteve concentrado na área militar. Por outro lado, os antropólogos muito tem esperado do apoio das FAPs, quais sejam as Fundações de Apoio à Pesquisa de seus respectivos Estados.

“Acredito que não, a convergência entre agências financiadoras, se bem estabelecidas as proporções, só deveriam trazer ganhos e incentivos à pesquisa.” (UFPA3).

“Acredito que o setor vem se desdobrando para se mostrar à altura dos processos avaliativos. Nem dá tempo de saber se há outros setores que “sofrem menos” ou “mais”. Não há como ter uma noção ampla do sistema se não se está dentro das esferas de decisão. O interessante é saber como as áreas, e se as áreas têm participado de forma equilibrada nos lugares de decisão de políticas públicas, visando a ciência e a tecnologia.” (UFRGS2).

“Não acredito que esse caminho venha a diminuir os investimentos na área de Antropologia. A dificuldade maior está em garantir os recursos previstos nos orçamentos dos Estados para as FAPs. Os órgãos estaduais e federais podem trabalhar juntos no financiamento de aspectos diferentes da pesquisa.” (UFRGS1).

“O caminhar harmônico, talvez possa representar uma racionalização no uso de recursos, principalmente públicos, maior agilidade na distribuição e até uma consideração maior das características da produção científica local.” (UFRJ3).

“Não creio que um “caminhar harmônico” entre agências nacionais e internacionais prejudique os investimentos no campo da Antropologia, enquanto houver cientistas sociais nos comitês das agências. Há sempre este fantasma, que nunca chegou a se concretizar. Mas creio que, tanto lá fora quanto aqui, as Ciências Exatas, especialmente as mais diretamente relacionadas com o desenvolvimento econômico terão mais recursos, inclusive porque são mais claras. No exterior, creio que a maior parte do financiamento continuará a ser canalizado par as áreas de interesse militar. Sempre foi assim.” (USP3).

Outro grupo de antropólogos destaca que o caminhar harmônico e convergente das agências de financiamento conduzem ao desrespeito às demandas particulares da Antropologia. Neste quesito foram abordados tópicos pontuais referentes às necessidades da Antropologia: financiamento para publicar no exterior (leia-se “pagamento” para a elaboração da versão para outra língua ou para revisão dos textos), investimentos por parte das Agências para publicar localmente, bem como recursos para as diversas rubricas de financiamento para os cursos de pós-graduação. Além disso, a entrevista permitiu recuperar uma voz dissonante que anuncia investimentos adequados às necessidades da disciplina.

“Não saberia responder se está havendo redução de investimentos porque há uma considerável expansão de cursos e de profissionais sendo formados recentemente. Possivelmente a expansão do volume de recursos não corresponda à crescente demanda.” (UFF1).

“Acho saudável a Antropologia conquistar mais espaço no exterior, porém deve haver uma política de incentivo, com o financiamento de tradução ou revisão de artigos a serem publicados em revistas de renome no exterior (ou reembolso caso sejam aceitos). Também, é preciso valorizar o mercado interno de comunicação brasileira de uma comunidade que tenta se entender dentro de suas dimensões continentais.” (UFRJ1).

“O financiamento local não passa de uma piada, especialmente para as Ciências Humanas, para as quais a sensibilidade local é nula. Depende-se totalmente de financiamento nacional e o internacional não é inédito, mas é mais facilmente captado pelas universidades de maior prestígio e com uma infraestrutura administrativa mais atenta a essas questões.” (UFSC1).

“Felizmente o caminhar não é harmônico, o que possibilita a diversidade de projetos. Não tenho dados estatísticos sobre os investimentos no campo da Antropologia, mas levando em conta a produção bibliográfica da área, o número de congressos e outros eventos científicos e o número de revistas, de livros e de coletâneas, considero que não houve redução. Pelo contrário, parece ter havido um incremento significativo de investimentos.” (UNICAMP3).

As respostas de outro grupo de pesquisadores para a mesma questão, detectaram suas inquietações quanto aos rumos da Antropologia brasileira, anunciando a necessidade de uma constante vigília para evitar a asfixia da criatividade da disciplina. A área no Brasil aos olhos desses antropólogos parece se deparar com “conflitos” internos solúveis se as mazelas financeiras não o surpreendessem em muitos momentos. Também, os desdobramentos desta questão se referiram às demandas específicas da disciplina, cujas restrições financeiras acabam asfixiando a criatividade da Antropologia. Entretanto, surgiu entre os antropólogos propostas alternativas financeiras para garantir o financiamento e o eficiente funcionamento da disciplina.

“Não tenho dados para afirmar que uma redução quantitativa de recursos decorra de “caminhar harmônico”. O que posso testemunhar é uma redução do leque das alternativas legítimas de fazer Antropologia, na medida em que essa “harmonia” tem significado cada vez maior preponderância dos mesmos grupos e das mesmas idéias em escala nacional. Com isso, observo crescente asfixia da criatividade dos indivíduos e grupos – que foi tão importante para que a Antropologia brasileira adquirisse o prestígio internacional que hoje desfruta.” (UFF2).

“Acho que isso já vem acontecendo com a diminuição das bolsas de produtividade como as bolsas PIBIC, afastamentos etc. A área de Antropologia é uma das áreas mais produtivas, mas é aquela que está sofrendo mais restrições em relação ao seu crescimento e expansão. Uma das alternativas que talvez possam reverter esse processo e até mesmo “desmascarar” o discurso universalista das avaliações é estimular os antropólogos brasileiros a fazerem pesquisas e seus investimentos em trabalho de campo fora do Brasil.” (UFF3).

“Realmente o financiamento para projetos no campo da Antropologia é muito reduzido entre nós. Isso está mais relacionado à hegemonia das Ciências Exatas e Naturais; talvez não tenha tanto a ver com a “harmonia” entre as agências de financiamento. Mas será que isso é diferente no resto do mundo? É importante porém que nos esforcemos por ampliar nossos financiamentos, tanto no que se refere a auxílios financeiros a projetos de pesquisa, quanto no tocante a bolsas (Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Produtividade etc.) e no que se refere a programas de pós-graduação, onde se faz a pesquisa mais representativa e importante no Brasil.” (UFPA1).

“O “caminhar harmônico” pode implicar em cerceamento de investimentos para certas Antropologias em detrimento de outras. Ver-se-iam favorecidas as Antropologias mainstreams, quais sejam, as que se contentam com o papel de “cavalo-de-santo” das matrizes teórico-metodológicas, tanto em suas vertentes conservadoras quanto em suas vertentes pretensamente críticas. Isso levaria ao aplastamento generalizado e à esclerose da produção antropológica pela reconversão constante de investimentos nos mesmos temas, linhas de pesquisa, núcleos, grupos, programas consolidados etc.” (UNB2).

“O caminhar harmônico e convergente” ocorre já há muito tempo e se expressa na grande quantidade de comitês de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas, comparados com os comitês de Ciências Sociais e Humanidades. É desproporcional o número de comitês existentes na CAPES e no CNPq nessas diferentes áreas. Para mim, considerando que recursos são sempre escassos, a disputa por eles é sempre forte. Creio que a produtividade em ciências não passíveis de avaliação pela via das revistas indexadas, terá

sempre sua avaliação prejudicada em razão do critério atual marcado pela hegemonia das Ciências Exatas. Contudo, se a comunidade de pesquisadores das Ciências Sociais conseguirem demonstrar a especificidade do produto de suas disciplinas, então haverá boas chances de logarmos uma mudança, sobretudo no campo da Antropologia. O grande texto, descritivo e interpretativo, nem por isso menos analítico deveria ser priorizado na avaliação do pesquisador, com critérios complementares. Também, sem a exigência de publicação em revistas indexadas, posto que são poucas na grande área das Ciências Humanas, cujos editores têm por preocupação indexá-las.” (UNICAMP1).

“O “caminhar convergente” sugere uma pasteurização de objetivos, estimativas, interesses muito pouco produtora para uma área que tem na diversidade a sua razão de ser.” (USP2).

“Há hoje uma diminuição significativa dos financiamentos de pesquisa em todos os níveis e em todas as estruturas gerenciadas. Mas, em compensação há um campo disponível de ONGs que favorecem vias alternativas de financiamento. Quanto às grandes agências de financiamento mencionadas é desejável que retornem à uma maior liberalidade na distribuição de recursos já que a pesquisa científica é ainda, na sociedade brasileira, um domínio não totalmente controlado pela lógica competitiva das relações de mercado. Ainda sonhamos mantê-las, na medida do possível, assim. (USP1).

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Ciência é uma palavra ampla que se refere a uma variedade de coisas distintas, ainda que relacionadas entre si. Trata-se de uma espiral científica constituída de identidades únicas e múltiplas, coerentes e heterogêneas, consistentes e contraditórias, podendo ser vista a partir de três grandes prismas. Primeiramente, a ciência comporta um conjunto de métodos característicos, mediante os quais se valida o conhecimento. A aplicabilidade desses métodos se altera de acordo com as especificidades de cada campo científico. Em segundo lugar, a ciência exige um acervo de conhecimentos acumulados resultantes da aplicação de tais métodos, o que significa dizer que precisa ser comunicada e difundida para poder ser registrada, esquecida e aprendida novamente. Em princípio, a ciência perdida representa um constante refazer das pesquisas, com altos custos para a ciência. Um terceiro prisma engloba conjunto de valores e normas culturais que governam as atividades científicas. É a partir deles que os pesquisadores de cada disciplina produzem conhecimentos que precisam ser comunicados, com base nas normas que regem o julgamento por pares, preservando-se a autonomia da área respectiva. Mais recentemente, o crescimento exponencial das ciências enfatizou a noção da limitação e da finitude dos recursos para financiamento da pesquisa, cujos altos custos e investimentos acabaram incorporando a idéia de necessidade de avaliadores externos às diferentes disciplinas científicas. Desse modo, a avaliação das atividades de pesquisa tornou-se parte integrante do processo de construção e desenvolvimento do conhecimento científico, a partir da arbitragem de seus pares e da interferência dos avaliadores oriundos da burocracia.

Nesse contexto, a comunicação dos resultados de pesquisa situa-se no próprio coração da ciência, sendo tão vital para ela como a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade esse nome enquanto seus resultados não tiverem sido analisados e aceitos pelos pares. Isto exige, necessariamente que sejam comunicados. Qualquer que seja o ângulo pelo qual for examinada, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica. A propósito, a comunicação científica sempre enfrentou a mudança e a diversidade. Os principais suportes (verbais, escritos ou impressos) utilizaram no passado os mais variados formatos

- conferências, inscrições em pedras, manuscritos em papiros e pergaminhos, documentos impressos em papel - agora subsistindo com os novos meios de comunicação criados pela tecnologia da informação e da comunicação – a informação eletrônica. Dessa forma, a comunicação científica enfrenta atualmente um novo período de rápida evolução, apagando a distinção tradicional entre a formal e a informal, através da informação científica *stricto sensu*, informação pela mídia e outras múltiplas possibilidades. Esta nova perspectiva tornou mais difusa a linha divisória da maneira mais adequada de informação aos pares. Os mecanismos e procedimentos de avaliação da ciência sempre foram modelados pelos contextos históricos particulares, o que fez com que os critérios e os instrumentos de avaliação fossem se alterando ao longo do tempo. O que parece haver se mantido durante todo esse tempo é a noção de que apenas os próprios cientistas podem avaliar o trabalho de seus colegas – os seus pares. Assim, o método de avaliação formal da ciência utiliza sistematicamente *referees* ou árbitros, o que vale dizer que a revisão por pares diz respeito à avaliação intrínseca da disciplina. É certo que o julgamento por pares preserva a autonomia da área. Recentemente, no entanto, a avaliação extrínseca – relativa à distinção dos recursos financeiros – induziu a participação burocrata. Mas, mesmo essa nova perspectiva requer o apoio de especialistas dos distintos campos da ciência, quer sejam locais ou internacionais, a fim de manter a coerência interna de avaliação de cada disciplina.

Por outro lado, o ideal de controle bibliográfico universal não é novo e tem estado sempre presente. Até a invenção da imprensa, período em que a produção de documentos era limitada, o controle dessa produção do conhecimento era uma atividade relativamente simples. As bibliografias eram organizadas e elaboradas principalmente por indivíduos interessados na organização do conhecimento e por instituições voltadas para determinados ramos do saber. Na prática, essas tentativas de controle bibliográfico formavam um conjunto desestruturado de iniciativas individuais e de trabalho voluntário, resultante de circunstâncias fortuitas de tempo, lugar, materiais, formas ou recursos que estivessem disponíveis no momento, revelando que, apesar do universo restrito de publicação da época, esses esforços dificilmente conseguiam se guiar por diretrizes abrangentes. Na verdade, o chamado “controle” bibliográfico nunca pôde ser exercido em sua plenitude. Entretanto, ao longo da história sempre se produziram repertórios da mais

variada espécie, de acordo com critérios pré-estabelecidos - ou seja, conforme a conveniência de seus organizadores.

Também, em tempos mais recentes os índices e guias bibliográficos de outrora que serviam para orientar as pesquisas individualmente, converteram-se em instrumentos de medição da produção científica, principalmente através da empresa Thomson ISI, que, a partir da *Web of Science* disponibilizou na *internet* suas bases de dados de indexação bibliográfica: o *Science Citation Index* (SCI), o *Social Science Citation Index* (SSCI) e o *Arts & Humanities Citation Index* (AHCI), transformando-as em ferramentas de medição da produtividade científica. Porém, este é um sistema de avaliação que se pauta de acordo com os preceitos ditados pela *big science* internacional.

Na análise de Enrique Leff: “As Ciências Sociais e Humanidades constituem o campo do conhecimento teórico que nos permite conhecer a estrutura social, econômica, política e psicológica de uma sociedade em um momento histórico determinado”. (LEFF, 1976, p, 1340).

Dentro de tais preceitos, a organização da ciência e o papel dos pesquisadores dependem de normas reguladoras de conduta da comunidade científica - universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo organizado - descritas por Robert Merton. Como já vimos, a dependência ao ceticismo organizado, validado pela própria comunidade científica materializa-se por meio da revisão dos pares, em que a qualidade e relevância dos resultados são avaliadas pela comunidade científica. Com a emergência da *big science* do pós-guerra, descrita por Derek de Solla Price, tornou-se mais evidente a finitude dos recursos financeiros para apoiar as atividades de C&T. Historicamente, sempre competiu aos pesquisadores as tarefas de equacionar os problemas científicos e desenvolver soluções, propondo e validando o instrumental de medição da produtividade científica, mediante o emprego das técnicas de cienciometria propostas por Eugene Garfield. Contudo, o crescimento exponencial da ciência apontado por Derek de Solla Price, acabou instituindo de forma definitiva a competição científica. Os conhecimentos a serem gerados precisam previamente ser atestados, com o que só sobrevivem e se expandem os que resistem à crítica coletiva, ou seja, à visibilidade imposta pelos parâmetros de produtividade consagrados em um modelo de análise da citação dos artigos

e do fator de impacto do periódico que os publica, de acordo com os padrões engendrados por Eugene Garfield.

No contexto das Ciências Nomotéticas essas mudanças levaram ao desmonte de uma organização hierárquica muito rígida que incidia diretamente sobre os resultados das pesquisas. Foi surgindo desse modo a noção de massa crítica em constante expansão, e não necessariamente alinhada a um grande professor. As grandes contribuições individuais, apesar da existência de uma ótima ciência feita por um só pesquisador, começaram a ser substituídas pela ciência desenvolvida em equipes, mediante estudos temáticos de maior envergadura, envolvendo pesquisadores de vários departamentos, várias faculdades, institutos e universidades, disponibilizando equipamentos e instrumentais coletivos de alto custo financeiro para projetos descentralizados. A idéia de que ciência é um campo de colaboração tornou-se mais aceita. Os programas e os projetos são pensados pela comunidade científica e pelas agências de fomento. As colaborações são institucionais. Os projetos maiores e multidisciplinares estimulam o trabalho em equipe em busca de resultados de maior impacto.

No campo das Ciências Humanas e Sociais, a formação dos pesquisadores e a construção do conhecimento enfrentam outros obstáculos. A formação de um cientista social exige um longo tempo de aprendizado com vistas a sua transformação num pesquisador potencial e de primeira linha. Essa formação requer uma longa experiência de pesquisa para incorporação dos fundamentos teóricos compostos por uma matriz disciplinar ²¹ e das técnicas empíricas da disciplina. Por outro lado, a pesquisa de campo em Antropologia envolve não apenas aprendizado de técnicas, mas também – e talvez principalmente – a aquisição do conhecimento de outras línguas ou até mesmo de dialetos, como ocorre no caso das pesquisas em Etnologia Indígena, ou no de outros grupos sociais fixados em outros países, como, por exemplo, os estudos sobre os migrantes. Na medida em que as Ciências Humanas e Sociais são campos intelectuais em

²¹ Roberto Cardoso de Oliveira distingue matriz disciplinar de paradigma, ao contrário de Thomas Kuhn que os considera sinônimo fundindo-os num único conceito. Para ele, “uma matriz disciplinar é a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes. À diferença das Ciências Naturais, que os registram em sucessão – num processo contínuo de substituição. Na Antropologia os vemos em plena simultaneidade, sem que o novo paradigma elimine o anterior, mas aceite a convivência.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.15)

que convivem vários paradigmas de interpretação, o tempo formativo do pesquisador não só é mais demorado que outros campos, mas exige freqüentemente maior erudição, algo que só vem num momento mais avançado da vida útil das pessoas. Pouco afeita a leis gerais, as Ciências Sociais supõem a consideração da especificidade e particularidade dos fatos e fenômenos observados, demandando um longo tempo de amadurecimento dos dados empíricos, da bibliografia consultada e do “momento interpretativo”, os quais exigem uma extensa consulta a cada um dos acervos mencionados, um raciocínio lento e original, cuidados lógicos extremamente finos na construção da frase e do texto como um todo. Reconhecidamente, o grande nicho de seus resultados de pesquisa localiza-se em livros e coletâneas. Desse modo, os artigos em periódicos se prestam muito mais à divulgação de resultados de pesquisas em andamento, ainda parciais. Além disso, a publicação em outras línguas leva ao abandono do português, sacrificando as Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Publicá-los em revistas estrangeiras leva os pesquisadores a desprestigiar publicações locais, muitas vezes construídas com seu esforço e participação. Também, nas revistas internacionais e estrangeiras é difícil encontrar um artigo publicado por um professor e seus alunos e tampouco é comum orientadores encaminharem os trabalhos de seus orientandos. Em termos locais, ao contrário do que ocorre nas Ciências Nomotéticas, a prática da co-autoria é praticamente nula. As publicações em co-autoria não tem maior significado nas Ciências Sociais, e se tivesse que citar uma centena de obras particularmente importantes para o desenvolvimento da Antropologia dificilmente seria citada alguma em co-autoria. Aliás, se fizermos um levantamento dos artigos publicados nos vinte principais periódicos de Antropologia no mundo encontraremos uma baixa porcentagem menos de artigos em co-autoria.

A citação de Roberto Cardoso de Oliveira nos ajuda a explicar, com maior clareza, as peculiaridades da Antropologia e de suas áreas correlatas. “Não se pense que, a exemplo das Ciências Físicas e Exatas – como ensina Thomas Kuhn – paradigmas se sucedem mercê de “revoluções científicas”, numa superação contínua na história (...). Nas Ciências Humanas e, particularmente, na Antropologia, os paradigmas sobrevivem, vivendo um modo de simultaneidade, onde todos valem à sua maneira (própria de conhecer), à condição de não se desconhecerem uns aos outros, vivenciando uma tensão

da qual – a meu ver – nenhum dentre nós pode se furtar de levar em conta na atualização competente de sua disciplina e de seu ensino.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988. p.23).

Isto posto, os cientistas das diferentes disciplinas científicas tendem a ver o mundo de ângulos distintos, suas idéias divergem quanto à natureza do que seja conhecimento aceitável e as respectivas comunidades de pesquisa se organizam de modo diverso. Por isso, eles divergem quanto ao modo como lidam com a informação, seja para subsidiar suas pesquisas, seja para divulgar seus resultados de pesquisa. Aliás, a diversidade dessas comunidades é imensa. As distinções passam pela consolidação em diferentes graus entre os campos da ciência, indo até o quesito quantitativo, pelo qual o número de pesquisadores costuma ser muito inferior nas Ciências Humanas e Sociais, em comparação com as Ciências Nomotéticas. Ao mesmo tempo, as mudanças que afetam o mundo científico como um todo não causam necessariamente impactos idênticos na comunicação de pesquisas nas disciplinas. De um modo geral, a maneira como o cientista sistematiza e transmite suas informações depende da natureza das mesmas, do veículo empregado e do público alvo. No campo das Ciências Nomotéticas, as pesquisas estão muito mais organizadas para dar origem a um processo de valorização econômica, que conduza à geração de inovações, - isto é, à comercialização de novos produtos. Por outro lado, as comunicações nas Ciências Humanas e Sociais têm um caráter muito mais desinteressado e desinteressante para o mundo econômico. Trata-se de pesquisas obedecendo a lógica da competição econômica e a contribuição que oferece à atividade industrial. Daí, existir entre os cientistas integrantes das Ciências Nomotéticas um consenso quase unânime quanto ao caráter benéfico dos atuais indicadores de medição da produção científica.

Ora, se as diferenças entre os diversos campos científicos são tão significativas assim, é razoável supor que as mesmas também se reflitam nos respectivos padrões de comunicação. A citação, a co-citação, o fator de impacto e suas variáveis como a imediaticidade e/ou durabilidade da citação, a variabilidade do pico de produtividade do pesquisador, entre outros, são indicadores que diferem quanto aos significados entre as várias disciplinas. Da mesma forma que, com o passar do tempo todo o processo vai sofrendo mudanças, também se alteram a formulação, a execução e a forma de divulgação das pesquisas. Como a comunicação constitui por definição uma atividade de

grupo, são os especialistas de cada disciplina que podem indicar, em máxima medida, como devem agir os membros de uma comunidade científica e, mais particularmente como integrantes de um campo específico do conhecimento.

Ao lado das diferenças entre campos científicos e disciplinas devido aos problemas de financiamento da pesquisa surgidos no pós-guerra, têm crescido, cada vez mais, as pressões sobre as atividades de pesquisa e comunicação de seus resultados. Os recursos financeiros têm sido canalizados, em máxima medida, para as Ciências Nomotéticas devido a seu impacto mais imediato nas economias nacionais, e também, porque o contingente de pesquisadores nessas matérias é numericamente mais substantivo. Nos últimos anos têm sido crescente o interesse de especialistas e autoridades governamentais por indicadores quantitativos que, além de auxiliarem no entendimento da dinâmica da C&T, funcionam como instrumentos para o planejamento de políticas e tomada de decisões nesse setor. Até a Segunda Grande Guerra o poder de decisão na aplicação de recursos em C&T era deixado a cargo dos próprios cientistas, confiando-se na sua visão e competência dos mesmos, comprovadas por sucessos em áreas estratégicas. Contudo, o crescimento exponencial da ciência e o surgimento de novos desafios sócio-econômicos tornaram esse modelo ineficaz. A reestruturação do sistema exigiu a incorporação de políticos e burocratas, por sua vez, os quais passaram a demandar indicadores quantitativos que mostrassem claramente as tendências do setor e as conseqüências das políticas adotadas. Foi a partir desse momento que começou a ganhar força a máxima segundo a qual: quem faz pesquisa tem que publicar. Tornou-se inaceitável deixar de publicar. O passo seguinte foi exigir a publicação em revistas qualificadas, para produzir impacto. Essa mudança cultural vinda do exterior foi impregnando as instituições científicas de todo o País, refletindo-se ao nível das agências de fomento à pesquisa.

Em decorrência destes acontecimentos criou-se no meio acadêmico e científico brasileiros uma exaltação do valor dos periódicos principalmente internacionais como instrumentos de avaliação da produção científica brasileira no País. Uma boa parcela dos pesquisadores brasileiros tem atribuído uma crescente importância às revistas científicas internacionais, de maneira indiscriminada em todos os ramos da ciência. Entretanto, as Ciências Humanas e Sociais do Brasil têm produzido muitos trabalhos que não aparecem

nas estatísticas elaboradas por empresas especializadas em venda de informação sobre as publicações periódicas e seus artigos, como é o caso do Thomson ISI dos Estados Unidos. As publicações que estão fora desse circuito internacional têm sido vistas como a ciência perdida, quase secreta, longe dos olhos do mundo. Ao mesmo tempo, os chamados estudos sociais da ciência já perceberam que, apesar da necessidade de divulgar a produção de novos conhecimentos, há uma crescente dificuldade em acompanhar os guias de literatura corrente, devido à sobrecarga de publicações existentes.

Supondo-se que o objetivo fundamental de uma política científica nacional a serviço da transformação política, econômica e social do País seja a de criar uma capacidade científica autônoma em todos os sentidos, esta imitação cega de modelos importados vem convertendo o Brasil em subsidiária de sistemas concebidos para outras necessidades e com outros recursos. O eventual atendimento desses padrões de produtividade científica internacional pelos antropólogos brasileiros pode levá-los a privilegiar uma produção para um sistema supra-nacional que pouco ou nada tem a ver com os problemas e as necessidades locais.

Até agora, a Antropologia brasileira tem superado, antes de mais nada, a Antropologia no Brasil e se transformado numa Antropologia do Brasil, embora não se resume a este universo. A comunicação de seus resultados de pesquisa, divulgados em âmbito nacional e internacional, independentemente de seu formato e suporte, tem transposto os obstáculos de espaço, de regionalismo e de isolamento, estabelecendo com a ciência mundial bases sólidas de intercâmbio, despidas de rótulos nacionais. O desenvolvimento da Etnologia Indígena, um dos primeiros objetos de pesquisa da sociedade brasileira já deixou há tempos de ser o único. Seus estudos foram estendidos aos contingentes de origem africana, passando em seguida em sua órbita de estudos questões relativas às populações rurais e urbanas do País, bem como imigrantes europeus, asiáticos e seus descendentes. Também, se estenderam recentemente a comunidades e culturas de pessoas que não vivem no Brasil. Com isso, seu leque de pesquisa tornou-se bastante amplo, ficando evidente o grande empenho dos antropólogos brasileiros em desenvolverem seu campo de atuação. Também, se tornou notório o quanto a Antropologia brasileira tomou fôlego e força durante essas últimas décadas, tanto no

Brasil como no exterior. Apesar disso, segundo os cânones internacionais, que utilizam, de maneira indiscriminada, para todas as áreas, indicadores de avaliação da produção científica, o esforço de produção de conhecimento na Antropologia não parece evidente, mas absurdamente sub-dimensionado.

De qualquer forma, o caminhar harmônico e convergente das agências de fomento à pesquisa do Brasil precisa estar *pari passu* com as necessidades científicas globais e locais. Nesse sentido, vários investimentos têm sido efetuados e os vários produtos vêm sendo desenvolvidos, objetivando auxiliar os pesquisadores, mas principalmente analisar o desempenho da ciência brasileira, caracterizando a existência de alguma convergência harmônica e sincrônica no ar, entre os órgãos de financiamento federais e as fundações estaduais e, em máxima medida com a política de C&T do País, muito embora Sandra Brisolla afirme que a organização da atividade de C&T brasileira dependa de uma política global de abrangência nacional e coerente dentro de um Plano Nacional de Desenvolvimento, dependente de um acordo prévio entre os Ministérios de maneira que se pudessem articular as instituições vinculadas à pesquisa.

Sandra Brisolla revela que: “Uma das dificuldades que existem na formulação da política em C&T é sua característica de atividade horizontal, que perpassa todas as funções governamentais (...). Para que a atividade em C&T pudesse ser organizada por uma política global de abrangência nacional e coerente, seria necessário que ela fizesse parte de um Plano Nacional de Desenvolvimento. Nessas circunstâncias, cada centro de pesquisa teria sua parte desenhada nesse plano, que seria fruto de um acordo prévio entre os ministérios de forma a permitir que se pudessem articular as diversas instituições vinculadas à pesquisa e ao desenvolvimento.” (BRISOLLA, 1998, p. 223).

Não obstante tais dificuldades, têm surgido no Brasil novas bases de dados que servem para aferir o desempenho científico dos pesquisadores brasileiros. Também, lhes têm sido oferecido um novo instrumental de investigação, o qual lhes permitem particularmente vislumbrar com maior acuidade seus pontos fortes e seus pontos fracos na perspectiva específica de cada área da ciência. O *CV-Lattes*, a *Lista Qualis*, a *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*, o *SciELO* e o *Portal de Periódicos* são algumas das iniciativas das agências brasileiras de fomento ao ensino e à pesquisa desenvolvidas no País. No processo de análise dessas informações compiladas sobre a

ciência brasileira, a complicação reside na necessidade de adequar as fontes de dados existentes, em suporte magnético às demandas de produção dos indicadores. Em geral, a maioria dessas fontes não foram construídas para a produção de indicadores, havendo a necessidade de reformatar os campos antes da importação dos dados, uma operação sempre complicada.

Entretanto, a *Web of Science* do Thomson ISI (*Science Citation Index, Social Science Citation Index e Arts & Humanities Citation*) se apresenta como um dos únicos indicadores de cobertura global e “completa” dos seus assuntos, reconhecidamente estruturada para análise de informação para a produção de indicadores, sem necessidade de manipulações prévias nos dados para gerar os relatórios especializados em informação científica. Esse é o grande elemento de diferenciação dos softwares do ISI, um modelo estruturado com a finalidade de produzir relatórios significativamente interessantes para a ciência, inclusive para a desenvolvida no Brasil.

Desse modo, a pesquisa empírica do presente trabalho, baseada na análise dos currículos dos antropólogos - *CV-Lattes* permitiram inferir que a comunicação científica não é a única condição de validação dos novos conhecimentos em Antropologia. Antes pelo contrário, os meios de divulgação da Antropologia apresentam uma multifacetada dimensão, mostrando que o formulário padrão do *CV-Lattes* é insuficiente para cumprir adequadamente todas as modalidades da comunicação científica comumente usadas pelos antropólogos brasileiros. Dentro do arco de visão dos instrumentos de avaliação da produção científica no campo da Antropologia, mais especificamente no que se refere aos indicadores de sua medição, há que se levar em conta a atuação de alguns outros veículos de divulgação científica. O *CV-Lattes* não destaca com a devida propriedade o item livros e suas variantes, embora, exista um discurso sobre a inclusão dos livros como indicador de produtividade. O *CV-Lattes* não contempla de maneira objetiva as várias dimensões embutidas nessa modalidade de produção científica. Ele tende a englobar a edição de livros como um todo, sem estabelecer as devidas distinções entre a publicação de capítulo, a organização de uma coletânea, o trabalho de coordenação editorial de uma série e/ou de uma coleção; a elaboração de verbetes, de textos de apresentação e/ou do prefácio de um livro. Tampouco o item eventos tem contemplado devidamente as demandas dos antropólogos. Permanece confusa a distinção estabelecida entre os vários

itens de produção bibliográfica, produção técnica e produção artística cultural. O sistema vigente impede vislumbrar as informações constantes destes itens de maneira precisa e integrada.

Da mesma forma, os eventos que se valem de uma sinonímia muito particular (congresso, seminário, reunião, encontro, conferência, mesa redonda etc), cujo emprego é significativo para algumas áreas do conhecimento, não se encontram listados de maneira exaustiva no formulário. A nosso ver, ainda existem três grandes vertentes para o pesquisador relacionar sua produção científica nesse quesito. A primeira é sua participação enquanto organizador, que implica numa série de atividades e participações, tais como as de integrantes de comitês organizadores, comitês científicos, ou as de conferencista, coordenador ou debatedor, além da apresentação de trabalhos próprios ou ainda da simples participação do pesquisador como ouvinte.

Tampouco se encontra um campo específico para discriminar a produção de resenhas, a elaboração de pareceres, relatórios e laudos para órgãos governamentais e privados. Esses vários ajustes possíveis sugerem que o CNPq amplie o glossário do *CV-Lattes*, visando explicitar de forma mais precisa as diversas categorias contidas nos itens e sub-itens de seu formulário eletrônico, bem como contemplar com maior detalhamento as diversas modalidades de produção científica. Um novo manual, com uma nova descrição iria conferir maior clareza aos currículos dos antropólogos, tendo em vista que o CNPq não vem reconhecendo até agora como grandes categorias algumas modalidades de publicação muito familiares aos antropólogos. Seria também conveniente criar *links não apenas para o SciELO*, mas também para o *Portal de Periódicos*, sempre que os autores possuam trabalhos publicados nas revistas de texto completo das revistas eletrônicas que fazem parte desse Portal.

Dentre os produtos gerados, a partir *CV-Lattes* tem-se uma lista dos periódicos constantes dos currículos dos pesquisadores – *Lista Qualis: Classificação de Periódicos, Anais, Jornais e Revistas* -, cujos dados são recuperáveis, a partir de três premissas: *Por Título, Por Área de Avaliação e Por ISSN*. Por sua vez, a opção *Título* abre o leque em duas outras modalidades; *Classificação* (A, B, C) e *Circulação* (Local, Nacional e Internacional). Entretanto, seria igualmente fundamental a recuperação por *Área do Conhecimento*, colaborando na obtenção de uma lista temática, talvez de grande

interesse, notadamente para cada disciplina específica. Também, o CNPq, num trabalho integrado com a CAPES, ao extrair os dados dos campos de periódicos mais referenciados pelos antropólogos brasileiros no CV-Lattes poderia não apenas enriquecer a *Lista Qualis*, mas principalmente criar, talvez uma *Lista Qualis 2*, porque embora seu sub-título anuncie as outras modalidades de publicação, permanecem sub-representadas.

Em conclusão, pode-se afirmar que, mesmo levando em conta que o *CV-Lattes* ainda apresenta algumas dificuldades, particularmente para os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais, certamente essa base de dados curricular se constitui numa iniciativa inovadora para a divulgação da produção científica dos cientistas brasileiros e para o entendimento da ciência feita no Brasil. Portanto, esse esforço empreendido tem que ser levado adiante, permanentemente corrigido e aperfeiçoado para atender a clientela a que se propõe. E, em relação às características desse sistema, pode-se afirmar que, ainda com certas restrições – como a questão do transtorno causado pela falta de maior clareza ou de uma pseudo-objetividade nos itens que não os artigos científicos, o que provocou séria dificuldade de seleção para as várias modalidades de publicação - foi possível realizar a análise proposta e obter resultados representativos, muitas vezes parciais ou incompletas, mas que permitiram chegar a um panorama bastante próximo da realidade da pesquisa em Antropologia desenvolvida no País. Também conta a seu favor a constante atualização curricular feita pelos antropólogos. Essa freqüente manutenção de seus currículos talvez aconteça em função dos sistemas cada vez mais integrados dos bancos de dados curriculares ou de informações de outra ordem existentes na CAPES, CNPq, FAPESP e outros bancos de dados, por exemplo, o *SciELO*. Entretanto, não há que se descartar novas investigações para conferir a atualização dos currículos cadastrados no Lattes, bem como a consistência dos dados ali inseridos.

No tocante à CAPES, esta encontra-se atualmente fundamentalmente voltada para o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, chegando por isso mesmo a interferir nas atividades das Universidades. As mudanças propostas por ela tendem a ser acatadas, induzindo grandes alterações no sistema universitário brasileiro. Este processo de desafios mútuos tem garantido o dinâmico revigoramento da política da pós-graduação brasileira. Hoje em dia, a lista classificatória de periódicos da área de Antropologia tem sido bastante discutida entre os antropólogos, sugerindo que existe uma certa confusão na

classificação proposta dos periódicos quanto às conceituações: locais, nacionais, e internacionais. Também, se questiona a frequência da periodicidade de cada periódico listado e até a falta de uma conceituação mais precisa para as diversas modalidades de revistas em circulação: periódico científico propriamente dito, revista científica informativa e revista generalista (magazine).

Segundo os *Critérios de Avaliação 2004* relativos aos anos base 2001, 2002, 2003 em cada Programa de Pós-Graduação Antropologia/Arqueologia é essencial a publicação de pelo menos um periódico. “Para obter a nota 5, o Programa deve, além dos critérios definidos para nota 4, obter: (...). Deve também ter uma publicação regular (periódico, boletim, série etc). Entretanto, é possível que a redução do número de periódicos brasileiros em circulação, passando a abranger vários Programas de Pós-Graduação seja capaz de tornar as revistas brasileiras mais ajustadas aos padrões internacionais, por exemplo com respeito a uma periodicidade mínima. Esta exigência nem sempre consegue ser cumprida pelas revistas nacionais, mas não por falta de artigos a serem publicados. Pelo contrário, existe uma forte oferta reprimida de resultados de pesquisas de alto padrão. Contudo, a usual pulverização de recursos financeiros “obriga” a diminuir o número de seus fascículos. Cada número novo a ser publicado resulta em forte desgaste intelectual e num gasto de tempo considerável, para a busca de recursos financeiros. Apesar de todos esses esforços, a visibilidade das revistas brasileiras tem permanecido aquém das reais necessidades do País. Ademais, o incentivo oferecido pela CAPES a cada Programa de Pós-Graduação em Antropologia de editar revistas pode induzir à divulgação apenas da produção local ou regional, mesmo porque a categoria de publicação local detectada na *Lista Qualis* é bastante significativa. Isto acaba acarretando sérios prejuízos à visibilidade da disciplina desenvolvida no País, em função das reduzidas tiragens e das dificuldades de localização dos fascículos dessas revistas. Outro aspecto preocupante de seus responsáveis é o corporativismo endógeno dessas publicações.

Os comentários feitos pelos antropólogos com respeito ao Projeto *SciELO* (banco de dados de periódicos brasileiros com texto completo) mostram que essa base tem sido insuficiente para atender suas demandas. Ela reflete apenas uma pequena parcela da produção científica da disciplina, sendo ainda menor o elenco de títulos indexados, uma

vez que o universo para todas as áreas do conhecimento no Brasil, atualmente é de aproximadamente 200 títulos. Por isso, não só se torna urgente aumentar o número de títulos disponíveis, mas também acrescer o número de fascículos retrospectivos (altamente prioritário para as Ciências Humanas e Sociais), permitindo ampliar o número de *links* dos pesquisadores brasileiros em Antropologia entre o *CV-Lattes* e o *SciELO*. Essa prática propiciaria maior visibilidade à produção nacional, cuja durabilidade de seus artigos é superior às Ciências Nomotéticas. Talvez, a própria *Lista Qualis* poderia tornar-se um parâmetro de inclusão das revistas constantes dessa lista na Base *SciELO*. Finalmente, na escala nacional, apesar de todos os esforços já empreendidos e que de alguma forma favorecem o pesquisador brasileiro, torna-se urgente ressaltar que os resultados das pesquisas publicados precisam ser descritos em indexadores locais e regionais, não apenas mediante o emprego das mais modernas tecnologias de informação e comunicação, mas particularmente para corrigir a deficiência dos índices internacionais consagrados, segundo os interesses da ciência brasileira.

Enfim, defender a revisão e propor a ampliação de critérios que contemplem a produtividade da Antropologia não é pregar a dissociação entre as áreas da ciência – é reconhecer as especificidades do “fazer” antropológico. Defender critérios próprios para os países periféricos não é desvincular a ciência feita nos países centrais dos países menos desenvolvidos – é reconhecer que os princípios que regem a sociedade e determinam as demandas científicas não são os mesmos. Muitos dos especialistas em cienciometria apostam no refinamento dos indicadores apontados pelo Thomson ISI, na expansão de suas bases de dados e nas possibilidades que se abrem aos cientistas mais citados por essa empresa. Entretanto, preocupa o fato do modelo único ser dono de uma influência e de um poder de conhecimento que se torna incontestável. Nunca é demais assinalar que o ISI vem encontrando espaço para aprimorar seu padrão hegemônico e, cada vez mais espalhando-se pelo mundo afora.

Em suas origens, um dos grandes objetivos iniciais da Antropologia foi o de dar conta do entendimento das categorias de sociedades e povos concretos, como condição prévia à compreensão do pensamento humano ou, como diziam os filósofos, da natureza do espírito humano. Atualmente, a preocupação sobre o pensamento humano, voltou a renascer na Antropologia com significativo vigor e, de certa maneira, renova-se e a torna

um campo privilegiado de indagação, em que a pesquisa empírica e a reflexão teórica se articulam, em busca dos seus resultados de pesquisa. A questão sobre o desenvolvimento ou amadurecimento da Antropologia brasileira (periférica) em comparação aos centros mais avançados, bem como sobre as possibilidades de sua difusão (ensino e pesquisa) em nossos países, faz prever uma ampla discussão da Antropologia, não apenas sobre, mas dos países latino-americanos – periféricos. Essa nova práxis exige também o reconhecimento do caráter pluri-cultural de nossas sociedades, algo que tem uma série de implicações para a disciplina. Entre elas, cabe destacar a necessidade de abordar a questão nacional e a questão étnica como possíveis categorias para análises simétricas que são as categorias de Estado e classe social.

No tocante à divulgação da produção da Antropologia nacional, parece haver uma constante repetição das pesquisas teóricas, em comunicações feitas em eventos, na publicação de livros e, muitas vezes de artigos. Aos olhos mais desavisados pode parecer que se trata de uma simples repetição da mesma pesquisa, mas isto na verdade revela uma característica peculiar das Ciências Humanas e Sociais, na qual a revisão de paradigmas requer o convencimento dos cientistas, diferentemente das Ciências Nomotéticas que o fazem a partir de pesquisas empíricas, previamente testadas e comprovadas. Para exemplificar as obras de Manuela Carneiro da Cunha e de Roberto Cardoso de Oliveira, que tratam do estado da arte da Antropologia, são bastante reveladoras, considerando dois aspectos, quais sejam a dificuldade de acesso à produção nacional e a complexidade dos problemas teóricos dentro da Antropologia. Eis aí os depoimentos desses autores. “A idéia de publicação deste livro surgiu com a necessidade de por ao alcance de estudantes de Antropologia e de Sociologia, artigos que estavam espalhados em diferentes revistas, a maioria delas especializadas, por isso pouco acessíveis à consulta. Também, pelo fato dos ensaios, apesar de publicados em épocas diversas, guardarem uma certa unidade de perspectiva e permitirem facilmente reconhecer o seu desenvolvimento ao longo dos dez anos, que vão do primeiro ao último”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p. 17).

Já, Manuela Carneiro da Cunha explica que “os artigos reunidos aqui, menos um, foram publicados originalmente em revistas - algumas difíceis de serem encontradas - o que justifica sua reunião neste livro.” (CUNHA, 1987, p. 12).

De acordo com Thomas Gerholm e Ulf Hannertz o padrão mundial de pesquisa dos antropólogos está definido por algumas premissas básicas. “Os antropólogos metropolitanos dedicam amplamente sua atenção para o que acontece em casa, ou possivelmente em uma ou mais metrópoles. Os antropólogos da periferia estão interessados com o que acontece em seu próprio país e em uma ou mais antropologias metropolitanas. Os antropólogos de diferentes países da periferia dão pouca atenção ao trabalho de cada um deles, a menos que esse trabalho seja reconhecido pelas antropologias metropolitanas.” (GERHOLM & HANNERZ, 1983, p. 7).

Na medida em que esses padrões apontam para tendências observáveis entre os antropólogos, isso significa que os estudos que mapeiam essas pesquisas, poderiam talvez, apontar para o esforço redobrado que faz o antropólogo da periferia que trabalha nas três vertentes. O domínio do conhecimento do que se produz no centro requer um entendimento da matriz disciplinar que, com todas tensões entre seus paradigmas, assegura a identidade da disciplina sobre o leque de diferenças que se observa nos países de centro. O entendimento do que se pesquisa no próprio país e, por último o conhecimento do que se pesquisa na periferia em geral constituem uma clara demonstração do redobrado esforço despendido pelos antropólogos brasileiros. Ainda, agregado a esse esforço anterior, se é verdade que um dos componentes centrais da Antropologia, assim como nos demais campos da ciência, se concretizam na acumulação de conhecimento, é comum recorrer a resultados e publicações de anos ou décadas atrás, considerando a coexistência de paradigmas na disciplina. Como elos de uma mesma cadeia, essas iniciativas apontam para o objetivo comum de incorporar às necessidades da disciplina uma organização sincronizada de uma série de abordagens para a compreensão e enfrentamento das restrições impostas por uma perspectiva científica totalizante, que não contempla as distintas facetas da ciência.

No tocante às entrevistas com os antropólogos foi possível concluir que a articulação dos espaços nacionais e internacionais sobre a produção e a publicação em Antropologia contém uma das possíveis perspectivas da disciplina. O principal desafio para a Antropologia (e de suas áreas correlatas) está na adequação dos instrumentos de avaliação de sua produção em conformidade com o seu campo científico, com a natureza de suas investigações, com seu contexto e sua nacionalidade. Os antropólogos têm

hábitos de publicação diversos de cientistas de outros campos. Ora, se o próprio mecanismo auto-regulador da Antropologia não está em consonância com a produção científica gerada, então o modelo já se encontra comprometido. Mesmo porque, as diversas gerações de antropólogos brasileiros têm sido marcadas por um alto padrão de excelência profissional. Além do desempenho de atividades estritamente científicas de compreensão e explicação da realidade social e cultural brasileira, a comunidade local tem desempenhado um papel político muito importante. A história da Antropologia feita no Brasil demonstra que o diálogo com os especialistas estrangeiros sempre aconteceu em nível de igualdade, quando se trata de discutir sobre a cultura brasileira. Também, essa característica é muito visível no âmbito do debate político, notadamente nos mais difíceis anos de autoritarismo recente. A julgamos pelo depoimento decisivo de um dos pesquisadores mais respeitados do mundo e que viveu no Brasil por alguns anos - Claude Lévi-Strauss recentemente concedeu uma entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*: “Tenho uma grande admiração pelos etnólogos brasileiros. Diria até que a única grande Etnologia que existe atualmente no mundo é a brasileira. Conduziu trabalhos de primeira grandeza. É extraordinariamente prolífica. É puramente brasileira.” (LÉVI-STRAUSS apud LAPOUGE, 2004, D3).

Retomando, apesar da forte influência do colonizador, em muitos momentos, da forte repressão à liberdade docente, dos atos de cassações e dos expurgos dentro das universidades brasileiras durante o regime militar e às constantes tentativas de interferências políticas na vida do cidadão brasileiro, como os recentes acontecimentos sobre a quota de inserção de negros nos cursos universitários, as sucessivas gerações de antropólogos brasileiros, numericamente reduzidos se comparados aos cientistas das Ciências Nomotéticas, souberam se organizar, conseguindo apoio para se desenvolver e preservar a sua independência política e acadêmica. Fica muito evidente que uma comunidade de antropólogos detentora desses requisitos tem muito a acrescentar ao debate candente de aplicabilidade de métodos equânimes na medição da produção científica antropológica brasileira face aos outros campos científicos, sem ferir a autonomia da ciência.

Os antropólogos brasileiros têm uma dinâmica muito peculiar de contribuir para a ciência. Eles trafegam nos círculos internacionais para aprimorar sua formação

acadêmica; para apresentar seus trabalhos em eventos internacionais ou integram, como professores convidados, o quadro docente e de pesquisadores em universidades no exterior. Ao mesmo tempo, vivem em aldeias indígenas, convivem com as comunidades da periferia, freqüentam eventos regionais e/ou locais, situados em pequenas cidades do interior. Possuem uma produção científica numerosa e vasta, atingindo não só uma enorme gama de temas da ciência, mas principalmente apresentando um amplo leque de formas de comunicações. Publicam seus livros e organizam suas coletâneas, disponibilizando-os para grandes editoras internacionais ou pequenas editoras universitárias ou regionais. Divulgam seus resultados de pesquisa sob a forma de livros, artigos, resenhas, relatórios técnicos ou outras modalidades. Muitas vezes, publicam em revistas internacionais. Essa versatilidade os coloca em uma posição respeitável junto à comunidade científica. A consolidação da Antropologia feita no Brasil é concreta. Entretanto, seria desejável um melhor entendimento das grandes regras da circulação da comunicação científica, com vistas a defender a incorporação de indicadores de avaliação em outros formatos e suportes. Essa perspectiva complementar permite melhorar o desempenho das Ciências Humanas e Sociais. Mesmo assim e apesar disso, a Antropologia do Brasil vem enfrentando uma perda de competitividade no momento de angariar verbas, podendo acarretar um provável comprometimento do seu prestígio acadêmico e da qualidade de suas pesquisas, a longo prazo, com evidente prejuízo perante as outras áreas do conhecimento e a própria disciplina em outros países.

Léa Velho sustenta que “a revisão por pares é usualmente considerada como o procedimento central do processo de alocação de recursos para pesquisa (...) Em meados do século XX, a revisão por pares estava totalmente institucionalizada como método e procedimento para alocar recursos para a ciência.” (VELHO, 1997, P. 15-16).

Em vista do que foi exposto, os problemas do modelo de avaliação ora vigente, contudo, não devem servir para simplesmente desqualificá-lo. Esse “novo” modelo está a exigir não apenas o conhecimento profundo do campo científico do pesquisador, mas ainda passa a exigir novos requisitos desse especialista. Portanto, entender com maior clareza como circula a comunicação científica nas demais áreas da ciência e buscar ponderações pertinentes não só à Antropologia, mas às Ciências Humanas e sociais em geral, só contribui para a melhoria da *performance* do antropólogo e dos demais

humanistas diante dos padrões de avaliação de produção da ciência. Assim, a compreensão da dinâmica de interação entre as distintas disciplinas científicas mediante o desenvolvimento de uma geração de indicadores de produtividade da ciência permitirão avaliar a evolução da comunicação científica a partir de três dimensões de análises relevantes: assentar as bases para o delineamento de indicadores que reflitam as particularidades dos diferentes campos da ciência, sem ignorar os preceitos científicos; configurar uma rede de cientistas sociais capazes de cooperar no âmbito dessa temática e trazer novos elementos para a definição das políticas públicas do Brasil.

Enfim, o caráter multifacetado dos indicadores de produtividade da ciência e os efeitos que eles produzem não permitem nenhuma conclusão definitiva, tampouco um trabalho exploratório como este encontrou espaço para o estabelecimento de indicadores consolidados, mas sim nos remeteu a algumas reflexões e perspectivas aqui delineadas, que só podem avançar com os esforços dos antropólogos e dos pesquisadores que atuam nas Ciências Humanas e Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABA: Associação Brasileira de Antropologia. [Online]. [<http://www.abant.br> - 07 jun. 2004].
- ABELSON, Philip H. “Scientific communication”. *Science*, vol. 209, 4 jul. 1980. p 60-62.
- ADORNO, Sérgio. “ANPOCS: 20 anos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 25, 1997. p. 5-7.
- AKSNES, Dag. “A macro study of self-citation”. *Scientometrics*, vol. 56, nº 2, 2003. p.235-246.
- ALMEIDA, Maria do Rosário Guimarães. “Retrospectiva da literatura cinzenta.” In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2000.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice: Ed. Rev. dos Tribunais: IDESP, 1989. vol. 1, p.188-216. [Também publicado: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “Castelos na areia: dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro, 1930-1964.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 24, 1987. p.11-40.]
- ALONSO, Wladimir J. & FERNÁNDEZ-JURICI, Esteban. “Regional network raises profile of local journals”. *Nature*, vol. 415, 2002. p.471-472.
- ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: O Museu Paulista 1893-1922*. São Paulo: Humanitas; USP/FFLCH, 2001.

ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2004.
[Online]. [<http://www.anpocs.com.br> - 10 jun. 2004].

ANTELMAN, Kristin. “Do open-access articles have a greater research impact?”
College & Research Libraries, vol 65, nº 5, set. 2004, p. 372-382.

APRESENTAÇÃO. *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol. 7, nº 3, jul./set.
1999. p.5-6.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A modernidade possível: cientistas e
ciências sociais.” IN: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no
Brasil*. São Paulo: Vértice: Ed. Rev. dos Tribunais; IDESP, 1989. vol. 1, p.234-
315.

_____. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista.” IN:
MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice;
Rev. dos Tribunais; IDESP, 1995. vol. 2, p.107-232.

ARUNACHALAM, Subbiah. International Conference on Science indicators for
development countries. Anais. Paris, 1990.

_____. “The sleeping dragons wakes up: a scientometric analysis of the growth of
science and the usage of journals in China.” *Current Science*, vol. 65, nº 1, 1993.
p. 807-822.

_____. “Why is Indian science mediocre?” *Science Today*, feb. 1979, p. 8-9.

ARUNACHALAM, Subbiah & MANORAMA, K, 1989. “Are citation-based
quantitative techniques adequate for measuring science on the periphery?”
Scientometrics, vol.15, nº 5-6, 1989. p. 93-408.

- ARUNACHALAM, Subbiah & MARKANDAY, S. “Science in the middle level countries: a bibliometric analysis of scientific journals of Australia, Canada, India and Israel.” *Journal of Information Science*, nº 3, 1981. p. 495-498.
- AZEREDO, Paulo R. *Antropólogos e pioneiros*. São Paulo: USP/FFLCH, 1986.
- AZEVEDO, Fernando de, org. “A antropologia e a sociologia no Brasil.” IN:_____.
As ciências no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. vol. 2, cap.14, p. 409-461.
- BAR-ILAN, Judit. “Self-linking and self-linked rates of academic institutions on the web.” *Scientometrics*, vol. 59, nº 1, 2004. p. 29-41.
- BARBER, Bernard. *Science and the Social Order*. New York: Free pr., 1952. Cap. 4.
- BARBOSA, MARIA Lúgia de Oliveira. “A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 36, 1993. p. 3-30.
- BEAVER, D. D. “Reflections on scientific collaboration : past, present and future.” *Scientometrics*, vol. 52. nº 3, 2001. p. 365-377.
- BELTRÃO, Jane Felipe. “Amazônia e antropologia: gradações de um enredamento secular.” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 187-212.
- BELTRÃO, Jane Felipe & Sá, Samuel Maria do Amorim. “Universidade Federal do Pará: programa de mestrado em antropologia social.” IN: GODOI, Emilia P; DEBERT, Guita G. & PONTES, Heloísa, orgs. *Antropologia na pós-graduação*. Campinas: ABA/UNICAMP, 2002.

BEN-DAVID, Joseph. *O papel do cientista na sociedade; um estudo comparativo*. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1974.

_____. “Roles and innovations in medicine.” *American Journal of Sociology*, nº 65, 1960.

BONELLI, Maria da Glória. “As ciências sociais no sistema profissional brasileiro.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 36, 1993. p. 31-62.

BONELLI, Maria da Glória & DONATONI, Silvana, 1996. “Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 41, 1996. p. 109-142.

_____. “Os sociólogos nos Estados Unidos.” IN: DINIZ, Eli et alii, org. *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 1993. p. 104-136.

BORDONS, M; FERNANDEZ, M. T. & GOMEZ, I. “Advantages and limitations in the use of impact factor measures for the assessment of research performance in a peripheral country.” *Scientometrics*, vol. 53, nº 2, 2002. p. 195-206.

BRAUN, Tibor; SZABADI-PERESZTEGI, Zsuzsa & JÓVACS-NÉMETH, Eva. “Nobels for ambiguous lists of ranked Nobelists as science indicators of national merit in physics, chemistry and medicine, 1901-2001.” *Scientometrics*, vol. 53, nº 2, 2002. p. 195-206.

BRISOLLA, Sandra Negraes. “Indicadores para apoio à tomada de decisão.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago., 1998. p. 221-225.

- BRITO, Ângela X. de. "Transformações institucionais e características sociais dos estudantes brasileiros na França." *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 50, 2000. p. 145-162.
- BROMAN, Thomas. "Periodical literature." In: FRASCA-SPADA, Marina & JARDINE, Nick. *Books and the sciences in history*. Cambridge: Cambridge University pr., 2000. p. 225-238.
- CABRAL, João de Pina. "Uma história de sucesso: a antropologia brasileira vista de longe." IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 249-266.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Uma resenha de etnografias americanas recentes." *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 27, 1989. p. 3-50.
- _____. "No mundo das ciências sociais." IN: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rev. dos Tribunais; IDESP, 1995. vol. 2, p. 397-440.
- CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de nível Superior. [Online]. [<http://www.capes.gov.br> - 10 jun. 2004].
- CAPES. Pós-Graduação: Enfrentando Novos Desafios: documentos e resultados do seminário realizado pela CAPES. *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol. 9, nº 2/3, abr./set. 2001.
- CAPES. Área de Avaliação: Antropologia/Arqueologia." IN: Documentos de área do conhecimento elaborados pelas comissões de avaliação da CAPES: Ciências Humanas. *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol.7, nº 3, 1999. p. 24-33.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “As categorias do entendimento na formação da antropologia.” IN: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. cap. 2, p. 27-48. [Também publicado CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “As categorias do entendimento na formação da antropologia.” *Anuário Antropológico*, 1981, p.125-146].

_____. “A categoria da causalidade na antropologia.” In: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. cap. 3, p. 49-90. [Também publicado CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “A categoria da causalidade na antropologia.” *Anuário Antropológico*, 1983, p.11-52].

_____. “A categoria da (des)ordem e a pós-modernidade na antropologia.” IN: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. Cap. 4, p. 91-108. [Também publicado CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A categoria da (des)ordem e a pós-modernidade na antropologia*. Campinas: Departamento de Ciências Sociais; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Unicamp, s.d. (Trabalhos de Antropologia nº 1)].

_____. “Entre o estruturalismo e a hermenêutica.” IN: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. (Apêndice A), p. 181-188.

_____. “Leitura e cultura de uma perspectiva antropológica.” IN: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. Apêndice B, p. 189-200. [Também publicado CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Leitura e cultura de uma perspectiva antropológica: Conferência de Abertura.” Encontro Interdisciplinar de Leitura, 1º, Londrina, abr.1984. Anais. Londrina, 1984].

_____. “A organização dos antropólogos brasileiros.” In: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. cap. 6, p. 129-142. [Também publicado CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “A organização dos antropólogos brasileiros: Conferência.” Reunião Brasileira de Antropologia, Curitiba, 15ª, jun.1986. Anais. Curitiba: ABA, 1986].

_____. “Por uma etnografia das antropologias periféricas.” IN: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. cap. 7, p. 143-160.

_____, 1962. “Pós-graduação em antropologia no Museu Nacional.” *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, vol. 1, nº 1, 1962.

_____. “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira.” IN: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. Cap. 5, p. 109-128. [Também publicado CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira: Conferência.” Reunião Regional de Antropólogos do Nordeste, 1ª, Recife, 12 nov. 1985. Anais. Recife: ABANNE, 1985]; [CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira . *Anuário Antropológico*, 1985].

_____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

_____. *A sociologia do Brasil indígena: ensaios*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Edusp, 1972.

_____. “Tempo e tradição: interpretando a antropologia.” IN: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq,

1988. Cap.1, p. 13-26. [Também publicado CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Tempo e tradição: interpretando a antropologia.” Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, 14^a, abr. 1984. Anais. Brasília: ABA, 1984]; [CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Tempo e tradição: interpretando a antropologia.” *Anuário Antropológico*, 1984, p.191-203].

_____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. “A vocação meta-disciplinar da etnografia da ciência.” IN: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988. Cap. 8, p. 161-180.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & RUBEN, Guilherme Raul. *Estilos de antropologia*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

CASTRO, Cláudio de M. “Há produção científica no Brasil?” *Ciência e Cultura*, vol. 37, nº 7, 1985a.

_____. “A produção científica no Brasil.” International Seminar on Development and Scientific and Technological Research Effectiveness, Rio de Janeiro, 15 a 18 janeiro, 1985. *Anais*. Rio de Janeiro, 1985b.

CASTRO, Eduardo Viveiros de, 1999. *Etnologia brasileira*. IN: MICELI, Sergio, org. *Antropologia*. 2^a ed. São Paulo: Sumaré; ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. vol.1, p.109-224. (O que ler nas ciências sociais: 1970-1995)

CNPq: Conselho Nacional de Pesquisa. [Online]. [<http://www.cnpq.gov.br> - 12 mai. 2004].

CNPq. *O CNPq e a formação de recursos humanos de C&T para o Brasil*. Brasília: CNPq, 1966.

_____. *Plataforma Lattes*. [Online]. [<http://www.cnpq.gov.br> - 02 abr. 2004].

COMBEROUSSE, Martine. “Les nouvelles technologies au service de la littérature grise.” *Bulletin des Bibliothèques de France*, vol. 40, nº 2, 1995. p. 51.

CORRÊA, Mariza. “A antropologia no Brasil: 1960-1980.” IN: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995. vol. 2, p.25-106.

_____. “Dona Heloisa e a pesquisa de campo.” *Revista de Antropologia*, vol. 40, nº 1, 1997.

_____. *História da antropologia no Brasil: 1930-1960*. São Paulo: Vértice; Campinas: Unicamp, 1987.

_____. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF; IFAN, 1988.

_____. “Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, nº 6, fev. 1988. p. 77-98.

CORRÊA, Mariza, CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & LARAIA, Roque de Barros, 2002. “Entrevista com David Maybury-Lewis.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 50, 2002. p. 5-14.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense; EDUSP, 1986.

DAGNINO, Renato. “A síndrome do publish or perish.” *Jornal da Unicamp*, 15 fev. 1999. p. 5-7.

- DAL ROSSO, Sadi & TEIXEIRA, João G. “A crise da universidade brasileira: os mistérios da caixa preta; mecanismos de participação na política de Ciência e Tecnologia.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 19, 1985.
- DAMATTA, Roberto. “A originalidade de Gilberto Freyre.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 24, 1987. p. 3-10.
- DAVYT, Amílcar & VELHO, Léa. “A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?” *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*, vol. 7, nº 1, mar./jun., 2000. p. 93-116.
- DEBERT, Guita Grin. “Formação e ensino.” In: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 143-162.
- DIAS, Juliana Braz. “Língua e poder: transcrevendo a questão nacional.” *Mana*, vol. 8, nº 1, abr., 2002.
- DI CESARE, Rosa. “The use of literature in the agricultural economics field: a quantitative analysis.” International Conference on Grey Literature, 2, Washington, 1995. *Conference Proceedings...* Washington: TransAtlantic, 1995.
- DURHAM, Eunice R. “A política de pós-graduação e as ciências sociais.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 21, 1986. p. 41-55.
- DUTT, Bharvi; GARG, K. C. & BALI, Anita. “Scientometrics of the international journal Scientometrics.” *Scientometrics*, vol. 56, nº 1, 2003. p. 81-93.

- ESTERCI, Neide; FRY, Peter & GOLDENBERG, Mirian. *Fazendo antropologia no Brasil*. Brasília: DP&A, 2001.
- FARIA, Luiz de Castro. *Antropologia: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- FAULHABER, Priscila. “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 48, 1999. p. 3-14.
- FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- _____. “Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 40, 1995. p. 3-25.
- FERNANDEZ-CANO, A. & BUENO, Angel. “Multivariate evaluation of Spanish educational research journals.” *Scientometrics*, vol. 55, nº 1, 2002. p. 87-102.
- FERRETI, Sérgio. “Ensino e pesquisa de antropologia no Maranhão.” *Cadernos de Pesquisa*, vol. 5, nº 2, 1989. p. 161-180.
- FIGUEIRA, I.; JACQUES, R. & LETA, J. “A comparison between domestic and international publications in Brazilian psychiatry.” *Scientometrics*, vol. 56, nº 3, 2003. p. 317-327.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria. “O financiamento das ciências sociais: a estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep, 1966-1985.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 26, 1988. p. 38-55.

- FIORIN, José Luiz. Relatório do Grupo de Trabalho de Ciências Humanas, Letras, Linguística e Artes. *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol. 7, nº 3, jul./set. 1999, 2001.
- FONSECA, Claudia. “Antropólogo para quê?” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 69-92.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *As ciências sociais na FAPESP*. São Paulo: IDESP, 1989.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *História, antropologia e a pesquisa educacional: itinerários intelectuais*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRESTON, Paul, 1989. “Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife.” IN: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Ed. Rev. dos Tribunais; IDESP, 1989. vol. 1, p.316-358.
- FRY, Peter. “Internacionalização da disciplina.” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 227-249.
- GALVÃO, Gerson; SANTANA, Paulo Henrique de A. & PACHECO, Roberto. Apresentação. *Revista da Plataforma Lattes*, 1999. [Online]. [<http://www.stela.ufsc.br/revistaplataformallattes.pdf>. – 20 jun.2004].
- GARFIELD, Eugene. “Análisis cuantativo de la literatura científica y sus repercusiones en la formulación de políticas científicas en América Latina y Caribe.” *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, vol. 118, nº 5, 1995. p.448-456.

_____. “Impact factors, and why they won’t go away.” *Nature*, vol 411, 31 may. 2001. p.522.

GERHOLM, Thomas & HANNERTZ, Ulf. “Introduction: the shapping of national anthropologies.” *Ethos*, 1983. p. 5-35.

GLÄNZEL, Wolfgang & MOED, Henk F. “Journal impact measure in bibliometric research.” *Scientometrics*, vol. 53, nº 2, 2002. p. 171-193.

GLÄSER, J.; LAUDER, G. “Integrating scientometric indicators into sociological studies.” *Scientometrics*, vol. 52, nº 3, 2001. p. 411-434.

GODIN, Benoit. “The emergence of S&T indicators.” *Research Policy*, vol. 32, nº 4, apr. 2003. p. 679-691.

GODOI, Emília Pietrafesa de; DEBERT, Guita Grin & PONTES, Heloísa André. *Antropologia na pós-graduação*. Porto Alegre: ABA; Campinas: UNICAMP/IFCH, 2002.

GOLDFINCH, S.; DALE, T. & DEROUEN, K. JR. “Science from the periphery.” *Scientometrics*, v.57, nº 3, 2003. p.321-337.

GOLDSTEIN JR., Leonardo. “Pesquisa, da produção à divulgação.” *Jornal da Unicamp*, 15 fev. 1999. p. 8.

GREENE, Lewis Joel. “O dilema de um editor de uma revista biomédica: aceitar ou não aceitar.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago. 1998. p.230-232.

GROSSI, Miriam Pillar. “Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia.” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 39-68.

- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Dissertação de Mestrado).
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi & GRUPIONI, Maria Denise Fajardo. “Depoimento de Darcy Ribeiro.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº44, 1997. p. 3-30.
- GÜLGÖZ, Sami; YEDEKÇIOĞLU, Omer A. & YURTSEVER, Ersin. “Turkey’s output in social science publications: 1970-1999.” *Scientometrics*, vol. 55, nº 1, 2002. p. 103-121.
- GUTIERREZ MENDOZA, Edgar Salvador. *Uma aldeia de antropólogos: a antropologia em Brasília*. Brasília, ICH/UNB, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- HAGSTROM, Warren O. *The scientific community*. New York: Basic Books, 1965. Cap. 1.
- HARNAD, Stevan. “Web matters: the invisible hand of peer review.” *Nature*, vol. 396, 05 nov. 1998.
- HERRERA, Amílcar Oscar. “La ciencia en el desarrollo de América Latina.” *Comercio Exterior*, vol. 19, nº 9, set. 1969. p. 704-712. [Também reproduzida HERRERA, Amílcar Oscar. “La ciencia en el desarrollo de América Latina.” *Comercio Exterior*, vol. 30, nº 12, dez. 1980. p. 1432-1441]; [Traduzido para o português em uma coletânea: HERRERA, Amílcar Oscar. A ciência no desenvolvimento da América Latina. IN: TABAK, Fanny, org. *Dependência tecnológica e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. p. 112-114].

_____. *Ciencia y política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1971. [Também republicada HERRERA, Amílcar Oscar. *Ciencia y política en América Latina*. 10ª edição . México: Siglo XXI, 1987].

HOOD, William & WILSON, Concepción S. “The literature of bibliometrics, scientometrics and informetrics.” *Scientometrics*, vol. 52, nº 2, 2001. p. 291-314.

HUTZLER, Celina Ribeiro. “A antropologia em Pernambuco: tradição e atualização.” IN: MOTTA, Antonio & BRANDÃO, Maria do Carmo, orgs. *Revista Antropológicas*, nº especial, 1997. p. 41-55.

ISRAEL, Jonathan I. *Philosophy and the making of modernity 1650-1750*. Oxford: Oxford University pr., 2001. p. 118-155.

IZIQUÉ, Cláudia. Hora de cobrar. *Revista de Pesquisa FAPESP*, nº 98, abr. 2004.

JIMÉNEZ-CONTRERAS, E.; MOYA ANEGÓN, F. DE & LÓPEZ-CÉZAR. E. D. “The evolution of research activity in Spain.” *Research Policy*, vol. 32, nº 1, 2003. p. 123-142.

KATZ, J. Sylvan & MARTIN, Ben R. “What is research collaboration?” *Research Policy*, vol. 26, 1997. p.1.18.

KIM, Kapseon. “The motivation for citing specific references by social scientists in Korea; the phenomenon of co-existing references.” *Scientometrics*, vol. 59, nº 1, 2004. p. 79-93.

KING, David A. “The scientific impact of nations: what different countries get for their research spending.” *Nature*, vol. 403, 15 jul. 2004. p. 311-316.

- KING, Donald W. & TENOPIR, Carol. “A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago. 1998. p.176-182.
- KING, J. A. “A review of bibliometric and other science indicators and their role in research evaluation.” *Journal of Information Sciences*, nº 13, 1987. p. 261-276.
- KONDO, Edson Kenji. “Desenvolvendo indicadores estratégicos em ciência e tecnologia.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, 1998. p. 128-133.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. “A imagem nas ciências sociais do Brasil: um balanço crítico.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 47, 1999. p. 49-64.
- KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero & TARUHN, Rosane. Biblioteca eletrônica de revistas científicas internacionais: projeto de consórcio. *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago. 1998. p. 193-197.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. “The history of science.” IN: *International Encyclopaedia of the social sciences*. New York: Macmillan, 1968.
- LANGE, L. L. *Citation counts of multi-authored papers: first-named authors and further authors*. *Scientometrics*, vol. 52, nº 3, 2001. p. 457-470.
- LAPOUGE, GILLES. “Entrevista Claude Lévi-Strauss: essa antropologia que me fascina”. *O Estado de São Paulo*, 27 nov. 2004, Cad. 2, D3.

- LAWRENCE, Steve. "Free online availability substantially increases a paper's impact." *Nature*, vol. 411, 31 mai. 2001. p. 521.
- LEFF, Enrique. "El sistema de ciencia y tecnologia en el proceso de desarrollo socioeconómico." *Comercio Exterior*, vol. 26, nº 11, nov. 1976. p.1334-1341.
- LEITE, Marcelo. Trocando quantidade por qualidade no sistema de pós-graduação do Brasil. *Jornal da Ciência: notícias* [Online] [http://:www.jornal da ciência.org.Br - 25 nov. 2004]
- LETTA, J. & CHAIMOVICH, H. "Recognition and international collaboration: the Brazilian case." *Scientometrics*, vol. 53, nº 3, 2003. p. 325-335.
- LIMA, Roberto Kant de. *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*. Niterói: Vozes; UFF, 1985.
- LIMONGI, Fernando. "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo." In: MICELI, Sergio, org. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rev. dos Tribunais; IDESP, 1989. v.1, p.217-233.
- _____. "Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo." IN: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice: Ed. Rev. dos Tribunais: IDESP, 1989. vol. 1, p. 111-187.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LOUREIRO, Luiz Valcov. Depoimentos. *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol. 10, nº 4, out./dez. 2002. p. 19-27.

- MCCLELLAN III, James. "Scientific institutions and the organization of science." In: PORTER, Roy. *Eighteenth-century science*. Cambridge: Cambridge University pr., 2003. vol. 4, p. 87-105. (The Cambridge History of Science)
- MACIEL, Alba C.; ANDRADE, Diva & VALE, Eunides do. "A antropologia na Universidade de São Paulo: história e situação atual." *Revista de Antropologia*, vol. 21, 1ª parte, 1978. p.117-143.
- MARTINS, Carlos Benedito. "A formação do sistema nacional de pós-graduação." IN: SOARES, Maria Susana Soares, org. *Educação superior no Brasil*. Brasília: UNESCO; CAPES, 2002.
- _____. "Pós-graduação no contexto do ensino superior brasileiro." In: MORHY, Lauro, org. *Universidade em questão*. Brasília: Ed. da UNB, 2003. vol. 1.
- MASSI, Fernanda. *Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras; 1930-1960*. IN: MICELI, Sérgio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rev. dos Tribunais; IDESP, 1989. vol.1, p.410-459.
- MAYBURY-LEWIS, D. "A antropologia em época de confusão." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 50, 2002. p. 15-24.
- MEADOWS, Arthut Jack. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- MELATTI, Júlio César. *A antropologia no Brasil*. São Paulo: Cortez: ANPOCS, 1984. p. 123-211. (O que se deve ler em ciências sociais). [Resenhas bibliográficas de artigos do BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 1-3 – edição que engloba BIB nº 15-19].
- MENEGHINI, Rogério. "A avaliação da produção científica e o projeto SciELO." *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago., 1998. .

MENEGHINI, Rogério & FONSECA, Lúcia. “Índices alternativos de avaliação da produção científica em bioquímica no Brasil.” *Ciência e Cultura*, vol. 42, nº 9, set., 1990. p. 629-646.

MERTON, Robert. “Os imperativos institucionais da ciência.” IN: DEUS, J. D., org. *A crítica da ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. vol. 2. p. 37-52.

_____. *La sociologia de la ciencia: investigaciones teóricas y empíricas*. Madri: Alianza, 1977. vol. 2.

_____. “Sociologia do conhecimento.” IN: BERTELLI, R. et alii, org. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 81-125.

MICELI, Sergio. “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais.” IN: _____, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice: Ed. Rev. dos Tribunais; IDESP, 1989. vol. 1, p. 72-110.

_____. “O cenário institucional das ciências sociais no Brasil.” IN: _____, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rev. dos Tribunais; IDESP, 1995. vol. 2, p.7-24.

_____. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1990.

_____. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré; FAPESP, 1993.

_____. “A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992.” IN: MICELI, Sérgio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rev. dos Tribunais; IDESP, 1995. vol. 2, p. 341-396.

_____. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rev. dos Tribunais; IDESP, 1995. vol. 2.

- _____. “Por uma sociologia das ciências sociais.” IN: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Ed. Rev. dos Tribunais; IDESP, 1989. vol. 1, p. 5-19.
- MONTERO, Paula. “Antropologia no Brasil: tendências e debates.” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 117-142.
- _____. “O que é ser antropólogo hoje. *Estudos Avançados*, vol. 8, nº 22, set./dez. 1994. p. 329-335.
- MOTTA, Antonio & BRANDÃO, Maria do Carmo. *Aproximações: antropologia do norte e nordeste*. Recife: Bagaço, 2003.
- _____. “O campo da antropologia e suas margens: a pesquisa e sua disseminação em diferentes instituições de ensino superior no nordeste.” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 163-186.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira; pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTTA, Roberto Mauro Cortez da. “Um mestrado de antropologia em Pernambuco: reminiscências e perspectivas.” IN: MOTTA, Antonio & BRANDÃO, Maria do Carmo, orgs. *Revista Antropológicas*. PPGAS/UFPE, 1997. p.15-39
- MUTSCHKE, P. & HAASE, A. Q. “Collaboration and cognitive structures in social science research fields.” *Scientometrics*, vol. 52, nº 3, 2001. p. 487-502.

- NAGPAUL, P. S. & ROY, S. “Constructing a multi-objective measure of research performance.” *Scientometrics*, vol. 56, nº 3, 2003. p. 383-402.
- NARVAEZ-BERTHELEMOT, Nora et alii. “Science in África: na overview of mainstream scientific output.” *Scientometrics*, vol. 54, nº 2, 2002. p. 229-241.
- NASCIMENTO, Maria de Jesus. “Producción científica brasileña en España; documentación de lãs tesis doctorales.” *Ciência da Informação*, vol. 29, nº 1, jan./abr., 2000.
- NEIBURG, Federico. “Espaços nacionais e circulação internacional de idéias.” *Mana*, vol. 8, nº 1, 2002.
- NEVES, Abílio Afonso Baeta. Depoimentos. *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol. 10, nº 4, out./dez. 2002. p.7-18.
- NOGUEIRA, Oracy. “A sociologia no Brasil.” IN: FERRI, Mario Guimarães & MOTOYAMA, Shozo, coord. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979. vol.3, cap. 6, p.181-234.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de & FURTADO, Lourdes Gonçalves. “As ciências sociais no Museu Emílio Goeldi.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 39, 1995. p. 103-110.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. “As ciências sociais no Rio de Janeiro.” IN: MICELI, Sérgio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1995. vol. 2, p. 233-308.
- OLIVEN, Ruben G. “A antropologia e a cultura brasileira.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 27, 1989. p. 74-89.

- OLIVEN, Ruben George. “A reprodução da antropologia no Brasil.” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 213-226.
- ORTIZ, Renato. “As ciências sociais e o inglês.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 53, 2004. p. 5-22.
- PEIRANO, Mariza. “Os antropólogos e sua linhagem.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 6, nº 16, 1991. p. 43-50.
- _____. “Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada.” IN: MICELI, Sergio, org. *Antropologia*. 2ª ed. São Paulo: Sumaré; ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. p. 225-266 (O que ler nas ciências sociais:1970- 1995).
- _____. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Ed. UNB, 1992.
- PEREIRA, João Baptista Borges. “Emilio Willems e Egon Schaden na história da antropologia.” *Estudos Avançados*, vol. 8, nº 22, 1994. p. 249-253.
- PERITZ, Bluma & BAR-ILAN, Judit. “The sources used by bibliometrics-scientometrics as reflected in references.” *Scientometrics*, vol. 54, nº 2, 2002. p. 269-284.
- PICHAPPAN, P. & SARASVADY, S. “The other side of the coin: the intricacies of author self-citations.” *Scientometrics*, vol. 53, nº 2, 2002. p. 195-206.
- POBLACIÓN, Dinah Aguiar & NORONHA, Daisy Pires. “Produção das literaturas branca e cinzenta pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil.” *Ciência da Informação*, vol. 31, nº 2, mai./ago., 2000.

PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das Coleções Brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50.” IN: MICELI, Sérgio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice: Ed. Rev. dos Tribunais: IDESP, 1989. vol.1, p. 359-409. [Também publicado PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das Coleções Brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 26, 1989, p. 56-90].

_____. “Brazil com Z: a produção estrangeira sobre o país editada aqui, sob a forma de livro, entre 1930 e 1938.” IN: MICELI, Sérgio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995. vol. 2, p. 441-478. [Também publicado PONTES, Heloísa. “Brazil com Z: a produção estrangeira sobre o país editada aqui, sob a forma de livro, entre 1930 e 1938.” IN: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Ed. Rev. dos Tribunais; IDESP, 1989. vol. 1, p.359-409].

_____. “Cidades e intelectuais: os nova-iorquinos da Partisan Review e os paulistas de Clima entre 1930 e 1950.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 53, 2003. p. 33-52.

POYNDER, Richard. “Tem years after.” *Information Today*, vol. 21, nº 9, 2004.

PRATT, Anna Maria. “Avaliação da produção científica como instrumento para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago. 1998. p.206-209.

PRICE, Derek John de Solla. *A ciência desde a Babilônia*. Belo Horizonte: Itatiaia; São: EDUSP, 1976.

_____. *Little science, big science and beyond*. New York: Columbia University, 1986.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Brasil dos cientistas sociais não-brasileiros*. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 1993. p. 65- 97. (Ciências Sociais Hoje)

QUINT, Barbara. “Future of the NIH open access policy.” *Information Today*, vol. 21, nº 9, 2004.

RAMOS, Alcida Rita & RIBEIRO, Gustavo Lins. “Universidade de Brasília: programa de pós-graduação em antropologia social.” IN: GODOI, Emília P.; DEBERT; Guita G. & PONTES, Heloísa, orgs. *Antropologia na pós-graduação*. Campinas: ABA/Unicamp, 2002.

REY-ROCHA, Jesús & MARTIN-SEMPERE, Maria José. “Patterns of the foreign contributions in some domestic vs. international journals on earth sciences.” *Scientometrics*, vol. 59, nº 1, 2004. p. 95-115.

REY-ROCHA, Jesús; MARTIN-SEMPERE, Maria José & GARZÓN, Belén. “Research productivity of scientists in consolidated vs. non-consolidated teams: the case of Spanish university geologists.” *Scientometrics*, vol. 55, nº 1, 2002. p. 137-156.

REIS, Elisa Pereira; REIS, Fabio Wanderley & VELHO, Gilberto. “As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 25, 1997. p. 7-28.

- REIS, Fábio Wanderley. “Para a avaliação da pós-graduação em ciências sociais.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 27, 1989. p. 89-96.
- REIS, José. O caminho de um divulgador. *Ciência e Cultura, SBPC*, vol. 34, nº 6, 1982. p. 800-816.
- RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 7-12.
- RIBEIRO, Renato Janine. “CAPES recomenda que todos os programas de pós-graduação tenham página na internet.” *Notícias do Jornal da Ciência, SBPC*, nº 2604, 13/09/2004. (via e-mail).
- ROCHE, Marcel. “Is the scientific journal to disappear?” *Interciência*, vol.19, nº1, 1994. p.5.
- RODRIGUES, Teresinha. Quando os indicadores de C&T deixam de indicar e passam a determinar. *ComCiência*. [Online]
[<http://www.comciencia.Br/reportagens/2004/11/11.shtml>]
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. “Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em administração no Brasil?” *O&S*, vol. 10, nº 28, set./dez., 2003. p. 165-167.
- ROLAND, Maria Inês de França. *Gilberto Freyre, Maria Inês de França Roland*. São Paulo: Ícone, 2000.
- ROUSSEAU, Ronald. “Indicadores bibliométricos e econométricos para a avaliação de instituições científicas.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago., 1998. p.149-158.

- RUBIM, Christina de Rezende. “Um pedaço de nossa história: historiografia da antropologia brasileira.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 44, 1997. p.31-72.
- RUBINO, Silvana. “Clube de pesquisadores: a sociedade de etnologia e folclore e a sociedade de sociologia.” IN: MICELI, Sérgio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995. vol. 2, p. 479-522.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. “A construção da universidade autônoma.” *BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico*, nº 46, 1998. p.
- SANTOS, Raimundo Nonato dos. “Produção científica: por que medir? O que medir?” *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, vol. 1, nº 1, jul./dez., 2003. p. 22-38.
- SCHADEN, EGON. “O estudo do índio brasileiro; ontem e hoje.” *Revista de História*, vol.12, 1952. p.385-401.
- _____. “A etnologia no Brasil.” IN: FERRI, Mario Guimarães & MOTOYAMA, Shozo, coord. *História das ciências no Brasil*. São Paulo, EPU; EDUSP, 1979. vol. 2, cap. 5, p. 239-272.
- _____. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- _____. “Os primeiros tempos da antropologia em São Paulo.” *Anuário Antropológico*, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. “As ciências sociais nos anos 90.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 6, nº 16, 1991. p. 51-60.

SCHWARCZ, Lilia K. M. *Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: IDESP, 1989.

_____. “O nascimento dos museus brasileiros: 1870-1910.” IN: MICELI, Sergio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice: Ed. Rev. dos Tribunais: IDESP, 1989. vol 1, p. 20-71.

SEYFERTH, Giralda. “O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar.” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 93-116.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, E. M. & PINHEIROS, L. V. “Avaliação da produtividade científica dos pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas.” *Informação e Sociedade Estudos*, vol 13, nº 2, 2003. p.1-18.

SOCIOLOGIA: Revista da ELSP. Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, v. 1-28, 1939-1966.

SORÁ, Gustavo. Os livros do Brasil entre Rio de Janeiro e Frankfurt. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 41, 1996. p. 3-35.

SORJ, Bernardo. Estratégias, crises e desafios das ciências sociais no Brasil. IN: MICELI, Sérgio, org. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rev. dos Tribunais; IDESP. vol. 2, 1995. p. 309-340.

SPINAK, Ernesto. “Indicadores cientiométricos.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago. 1998. p.141-148.

STEFANIAK, Bárbara. “International co-operation in science and in social sciences as reflected in multinational papers indexed in SCI and SSCI.” *Scientometrics*, vol. 52, nº 2, 2001. p. 193-210.

STELA [Online] [<http://www.stela.ufsc.br> – 20 jun. 2004]

STORER, Norman. *The social system of science*. New York: Rinehart and Winston, 1962. p.76-136.

STUBBS, E. A. “Indicadores de desempenho; natureza, utilidade y construcción.” *Ciência da Informação*, vol. 33 , nº 1, 2004.

SZMRECSÁNYI, Tamás. “Avaliação em ciência e tecnologia: necessidade, critérios e procedimentos.” *Revista de Administração*, vol. 22, nº 4, out./dez., 1987. p. 84-85.

_____. “Elementos para uma história social da produção científica no Brasil.” *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, vol. 2, nº 1, jan./abr., 1985. p.165-170.

_____. “Economia e demografia.” IN: _____. *Quatro ensaios sobre a economia política na dinâmica populacional*. Campinas, Unicamp/IFCH, 1984. (Cadernos do IFCH, 14). p. 7-28.

TARGINO, Maria das Graças & GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. “Ciência brasileira na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI).” *Ciência da Informação*, vol. 29, nº 1, jan./abr., 2000. p. 103-117.

TESTA, James. “A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago. 1998. p.233-235.

TRAJANO Filho, Wilson & MARTINS, Carlos Benedito. “Introdução.” IN: RIBEIRO, Gustavo Lins & LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ABA, 2004. p. 13-38.

UCGO: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. *Gestão do patrimônio cultural*. [Online]. [<http://www.ucg.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].

UFF: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Antropologia*. [Online]. [<http://www.uff.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].

UFPA: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Antropologia*. [Online]. [<http://www.ufpa.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].

UFPE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Antropologia*. [Online]. [<http://www.ufpe.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].

UFPR: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Antropologia social*. [Online]. [<http://www.ufpr.br> - 28 mai. 2004 e e 10 set. 2004].

UFRJ: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Antropologia social*. [Online]. [<http://www.ufrj.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].

UFRGS: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Antropologia social*. [Online]. [<http://www.ufrgs.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].

UFSC: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Antropologia social*. [Online]. [<http://www.ufsc.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].

UFSC: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. GRUPO STELA. *Plataforma Lattes*. [Online]. [<http://www.stela.ufsc.br> - 10. jun. 2004]

- UGOLINI, D. & CASILLI, C. “The visibility of italian journals.” *Scientometrics*, vol. 56, nº 3, 2003. p. 345-355.
- UNB: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Antropologia*. [Online]. [<http://www.unb.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].
- UNICAMP: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Antropologia social*. [Online]. [<http://www.unicamp.br> - 28 mai. 2004].
- USP: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. *Antropologia social*. [Online]. [<http://www.usp.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].
- USP: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. *Arqueologia*. [Online]. [<http://www.usp.br> - 28 mai. 2004 e 10 set. 2004].
- VALLADARES, Licia & LIMA, Roberto Kant de. “A escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 49, 2000 p.
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. “Por uma antropologia de alcance universal.” *Cadernos CEDES*, vol. 18, nº 43, 1997.
- VANTI, Nadia. *Avaliação do banco de dissertações e teses da Associação Brasileira de Antropologia: uma análise cienciométrica*. Campinas: PUCCAMP, 2001. (Dissertação de Mestrado). 146 p.
- VELHO, Gilberto. “Universidade, autonomia e qualidade acadêmica.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 46, 1998.
- VELHO, Léa. “A ciência e seu público.” *Transinformação*, vol.9, nº3, 1997. p.15-32.

_____. “Avaliação acadêmica: a hora e a vez do baixo clero.” *Ciência e Cultura*, vol. 41, nº 10, 1992. p.63-78.

_____. “Como estabelecer um sistema de indicadores bibliométricos para América Latina.” Taller de Obtención de Indicadores Bibliométricos y de Actividad Científica, 2., 2000, Madrid. *Anais...* Madrid: RICYT, 2000. p.1-19. [Disponível em <http://www.ricyt.edu.ar/Biblioteca/Documentos/2brvelho.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2003].

_____. *Como medir a ciência. Revista Brasileira de Tecnologia*, vol. 16, nº1, 1985. p.35-41.

_____. “Estratégias para um sistema de indicadores de C&T no Brasil.” *Parcerias Estratégicas*, nº 13, dez. 2001. p. 109-121.

_____. “Indicadores de C&T e seu uso em política científica.” *Sociedade e Estado*, vol. 7, nº 1, 1986. p.71-89.

_____. “The meaning of citation in the context of a scientifically peripheral country.” *Scientometrics*, vol. 9, nº 1, 1986. p.71-89.

_____. “Redes regionais de cooperação em C&T e o Mercosul.” *Parcerias Estratégicas*, nº 10, mar. 2001. p. 58-74.

VELHO, Otávio G. “Antropologia para sueco ver.” *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol.23, nº 1, 1980. p.79-91.

VELLOSO, Jacques. *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país*. Brasília: UNESCO; CAPES, 2002. v. 1.

_____. *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país*. Brasília: UNESCO; CAPES, 2003. v. 2.

_____. *Pós-graduação em antropologia: entrevistados e variáveis*. Brasília: NESUB/UNB, 2003.

VESSURI, Hebe. “Bibliometria de latinoamerica.” *Interciencia*, vol.10, nº1, 1985. p.38-40.

_____. “Recent strategies for adding value to scientific journals in Latin America.” *Scientometrics*, vol.34, nº1, 1995. p.139-161.

_____. “La revista científica periferica: el caso de Acta Cientifica Venezolana.” *Interciencia*, vol.12, nº 3, 1987. p.124-134.

VIANA, Luiz Werneck, CARVALHO, Maria Alice Rezende de & MELO, Manuel Palácios Cunha. “A formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa.” *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 40, 1995. p. 27-64.

VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: Veja, 1998.

VOGT, Carlos & POLINO, Carmelo, orgs. *Percepção pública da ciência: resultados da pesquisa na Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: FAPESP, 2003.

WALKER, Thomas J. “Author willing to pay for instant web access.” *Nature*, vol. 411, 31 may, 2001. p.521-522.

- WENZEL, V. “Complex systems in natural science and humanities.” *Scientometrics*, vol. 52, nº 3, 2001. p. 525-529.
- WORMEL, Irene. “Informetria: explorando bases de dados como instrumentos de análises.” *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, mai./ago. 1998. p.210-216.
- YAMAMOTO, Oswaldo H. et al. “Periódicos científicos em psicologia: uma proposta de avaliação.” *Infocapes: Boletim Informativo da CAPES*, vol. 7, nº 3, jul./set. 1999. p.7-14.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. “Instituições e orientações intelectuais na antropologia brasileira.” IN: _____. *A arena científica*. Campinas: Autores Associados; Brasília: FLACSO, 1994.
- ZIMAN, John. *A força do conhecimento: a dimensão científica da sociedade*. São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1981.
- ZITT, M.; RAMANA-RAHARY, S. & BASSECOULARD, E. “Correcting glasses help fair comparisons in international science landscape: country indicators as a function of ISI databases delineation.” *Scientometrics*, vol. 56, nº 2, 2001. p. 259-282.

ANEXOS

ANEXO I(a). RELAÇÃO DOS PROFESSORES DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – ORDEM ALFABÉTICA ²²

Alberto Groisman - UFSC
Alcida Rita Ramos – UNB
Aldo Litaiff – UFSC
Alícia Gonzales Castells - UFSC
Ana Carolina Cambeses Pareschi - UNB
Ana Claudia Duarte Rocha Marques - USP
Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer - USP
Ana Luísa Fayet Sallas - UFPR
Ana Luiza Carvalho da Rocha - UFSC
Ana Maria de Niemeyer – UNICAMP
Andréa Carvalho Mendes de Oliveira Castro – UFPR
Anelise Nack - UFSC
Antonádia Monteiro Borges - UFRJ
Antonella Maria Imperatriz Tassinari - UFSC
Antonio Augusto Arantes Neto - UNICAMP
Antonio Carlos de Souza Lima - UFRJ
Antonio Carlos Motta de Lima - UFPE
Antonio Roazzi - UFPE
Aparecida Maria Neiva Vilaça - UFRJ
Ari Pedro Oro - UFRGS
Arno Vogel - UFF
Bartolomeu Figueroa de Medeiros - UFPE
Beatriz Perrone-Moisés - USP
Bela Feldman Bianco - UNICAMP
Bernardo Lewgoy - UFRGS
Bruna Franchetto - UFRJ
Caleb Faria Alves - UFRGS
Carla Costa Teixeira - UNB
Carlos Alberto Steil - UFRGS
Carlos Henrique Moreira Serrano - USP
Carlos Rodrigues Brandão - UNICAMP
Carlos Sandroni - UFPE
Carlos Fausto - UFRJ
Carmem Izabel Rodrigues – UFPA
Carmem Sílvia Rial - UFSC
Cecília Beatriz Helm Niederheitmann – UFPR
Célia Corsino - UCGO
Ceres Gomes Victora - UFRGS
Christine de Alencar Chaves - UFPR
Ciméa Barbato Bevilaqua - UFPR

²² Ver Nota de Rodapé nº 16, p. 171 do Capítulo 5.

Cláudia Lee Williams Fonseca - UFRGS
Cornélia Eckert - UFRGS
Cristina Donza Cancela - UFPA
Daisy Macedo de Barcellos - UFRGS
Daniela Riva Knauth - UFRGS
Danielle Perin Rocha Pita - UFPE
Deborah de Magalhães Lima - UFPA
Delma Pessanha Neves – UFF
Dennis Wayne Wermer - UFSC
Dominique Tilkin Gallois - USP
Denise Fagundes Jardim - UFRGS
Denise Machado Cardoso - UFPA
Diana Antonaz -UFPA
Edilene Coffaci de Lima - UFPR
Eduardo Batalha Viveiros de Castro - UFRJ
Eliane Cantarino O'Dwyer -UFF
Ellen Fensterseifer Woortmann - UNB
Emília Pietrafesa de Godoi - UNICAMP
Emílio Fogaça - UCGO
Eneida Corrêa de Assis - UFPA
Esther Jean Langdon - UFSC
Eunice Ribeiro Durham – USP
Eurípedes da Cunha Dias - UNB
Federico Guillermo Neiburg - UFRJ
Fernanda Arêas Peixoto - USP
Gabriel Omar Alvarez - UNB
Gilberto Cardoso Alves Velho - UFRJ
Giralda Seyferth – UFRJ
Gisela Macambira Villacorta - UFPA
Gláucia Oliveira da Silva - UFF
Guilherme Raul Ruben - UNICAMP
Guita Grin Debert - UNICAMP
Gustavo Lins Ribeiro - UNB
Heitor Frúgoli Júnior - USP
Heliane Prudente Nunes – UCGO
Heloísa André Pontes - UNICAMP
Heny Trindade Barreto Filho - UNB
Igor Chmyz - UFPR
Ilka Boaventura Leite - UFSC
Jane Felipe Beltrão - UFPA
João Baptista Borges Pereira - USP
João Pacheco de Oliveira Filho - UFRJ
John Cowart Dawsey - USP
John Manuel Monteiro - UNICAMP
José Carlos de Souza Rodrigues - UFF
José Francisco Fernandes Quirino dos Santos - USP
José Guilherme Cantor Magnani - USP

José Jorge de Carvalho - UNB
José Luiz dos Santos - UNICAMP
José Otávio Catafesto de Souza - UFRGS
José Sávio Leopoldi - UFF
José Sérgio Leite Lopes - UFRJ
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti - UFPE
Judith Chambliss Hoffnagel - UFPE
Júlio Assis Simões - USP
Júlio César Melatti - UNB
Kabengele Munanga - USP
Klaas Axel Anton Wessel Woortmann - UNB
Laura Arlene Saré Ximenes Ponte - UFPA
Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes – UFF
Leila do Socorro Araújo de Melo - UFPA
Lia Zanotta Machado - UNB
Liana Maria Sálvia Trindade – USP
Lilia Katri Moritz Schwarcz – USP
Lívia Neves de Holanda Barbosa – UFF
Luís Roberto Cardoso de Oliveira - UNB
Luiz de Castro Faria - UFF
Luiz Eduardo Jorge - UCGO
Luiz Fernando Dias Duarte - UFRJ
Lux Boelitz Vidal - USP
Lygia Maria Sigaud - UFRJ
Maira Barbieri - UCGO
Manoel Alexandre Ferreira da Cunha - UFPA
Manuel Ferreira Lima Filho - UCGO
Márcia Scholz de Andrade Kersten – UFPR
Márcio D’Olne Campos - UNICAMP
Márcio Ferreira da Silva - USP
Márcio Goldman – UFRJ
Marco Antônio da Silva Mello - UFF
Marcos Pazzanese Duarte Lanna – UFPR
Margarida Maria Moura – USP
Maria Amélia Schmidt Dickie – UFSC
Maria Angélica Motta Maués – UFPA.
Maria Aparecida Lopes Nogueira - UFPE
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira – UNICAMP
Maria do Carmo Tinôco Brandão de Aguiar Machado - UFPE
Maria Elizabeth da Silva Lucas – UFRGS
Maria Eunice de Souza Maciel - UFRJ
Maria Filomena Gregori - UNICAMP
Maria José Reis – UFSC
Maria José Teixeira Carneiro – UFF
Maria Lúcia Aparecida Montes – USP
Maria Regina Azevedo Lisbôa - UFSC
Maria Rosilene Barbosa Alvim - UFPE

Maria Suely Kofes - UNICAMP.
Marilda Manoel Batista – UFRGS
Marília Lopes da Costa Facó Soares – UFRJ
Marilu Márcia Campelo – UFPA
Mariza Corrêa – UNICAMP
Mariza Gomes e Souza Peirano
Marlene Castro Ossami de Moura – UCGO
Marjo de Theije - UFPE
Marnio Teixeira Pinto - UFSC
Marta Rosa Amoroso – USP
Maurides Batista de Macêdo Filha Oliveira – UCGO
Mauro Vianna Barreto - UFPA
Mauro William Barbosa de Almeida - UNICAMP
Mércio Pereira Gomes - UFF
Mireya Suárez de Soares - UNB
Miriam Furtado Hartung - UFSC
Miriam Pillar Grossi - UFSC
Moacir Gracindo Soares Palmeira - UFRJ
Mônica Prates Conrado - UFPA
Nádia Farage - UNICAMP
Neusa Maria Sens Bloemer - UFSC
Omar Ribeiro Thomaz - UNICAMP
Ondina Fachel Leal - UFRGS
Oscar Calavia Saez - UFSC
Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho - UFRJ
Paula Montero -USP
Paul Elliot Little - UNB
Peter Wilfried Schröder - UFPE
Rafael José de Menezes Bastos - UFSC
Raymundo Heraldo Maués - UFPA
Renate Brigitte Viertler - USP
Renato da Silva Queiróz – USP
Renato Monteiro Athias - UFPE
Ricardo Cid Fernandes - UFPR
Rita de Cássia Lahoz Morelli – UNICAMP
Rita Laura Segato de Carvalho - UNB
Roberta Bivar Carneiro Campos - UFPE
Roberto Augusto DaMatta - UFF
Roberto Cardoso de Oliveira - UNICAMP
Roberto Kant de Lima - UFF
Roberto Mauro Cortez Motta - UFPE
Robin Michael Wright – UNICAMP
Rodrigo montoya - UFPR
Romero Ximenes Ponte - UFPA
Roque de Barros Laraia - UNB
Rosângela Digiovanni - UFPR
Ruben George Oliven - UFRGS

Russel Parry Scott - UFPE
Sandra Jacqueline Stoll - UFPR
Selma Baptista - UFPR
Sérgio Baptista da Silva – UFRGS
Sílvia Caiuby Novaes - USP
Sílvio Coelho dos Santos - UFSC
Simoni Lahud Guedes - UFF
Stephen Grant Baines - UNB
Sylvia Caiuby Novaes - USP
Sylvia Franco Schiavo - UFF
Sônia Weidner Maluf – UFSC
Tânia Andrade de Lima - UCGO
Tânia Neumann Kaufman - UFPE
Tânia Stolze Lima - UFF
Telma Amaral Gonçalves - UFPA
Theophilos Rifiotis - UFSC
Tiago de Oliveira Pinto – USP
Vagner Gonçalves da Silva - USP
Vanessa Rosemary Lea - UNICAMP
Veriano de Souza Terto Júnior - UFRGS
Wilma Marques Leitão - UFPA
Wilson Trajano Filho - UNB
Yonne de Freitas Leite – UFRJ

ANEXO I(b). RELAÇÃO DOS PROFESSORES DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA– POR INSTITUIÇÃO ²³

Universidade Católica de Goiás (UCGO)

Célia Corsino
Ellen Fensterseifer Woortmann
Emílio Fogaça
Heliane Prudente Nunes
Klaas Axel Anton Wessel Woortmann
Luiz Eduardo Jorge
Maira Barbieri
Manuel Ferreira Lima Filho
Marlene Castro Ossami de Moura
Maurides Batista de Macêdo Filha Oliveira
Roque de Barros Laraia
Tânia Andrade de Lima

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Arno Vogel
Delma Pessanha Neves
Eliane Cantarino O'Dwyer
Gláucia Oliveira da Silva
José Carlos de Souza Rodrigues
Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes
Lívia Neves de Holanda Barbosa
Luiz de Castro Faria
Marco Antônio da Silva Mello
Mércio Pereira Gomes
Roberto Augusto DaMatta
Roberto Kant de Lima
Simoni Lahud Guedes
Sylvia Franco Schiavo
Tânia Stolze Lima

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Carmem Izabel Rodrigues
Cristina Donza Cancela

²³ Ver Nota de Rodapé nº 16, p. 171 do Capítulo 5.

Deborah de Magalhães Lima
Denise Machado Cardoso
Diana Antonaz
Eneida Corrêa de Assis
Gisela Macambira Villacorta
Jane Felipe Beltrão
Laura Arlene Saré Ximenes Ponte
Leila do Socorro Araújo de Melo
Manoel Alexandre Ferreira da Cunha
Maria Angélica Motta Maués
Marilu Márcia Campelo
Mauro Vianna Barreto
Mônica Prates Conrado
Raymundo Heraldo Maués
Romero Ximenes Ponte
Telma Amaral Gonçalves
Wilma Marques Leitão

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Antonio Carlos Motta de Lima
Antonio Roazzi
Bartolomeu Figueroa de Medeiros
Carlos Sandroni
Danielle Perin Rocha Pita
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
Judith Chambliss Hoffnagel
Marjo de Theije
Maria Aparecida Lopes Nogueira
Maria do Carmo Tinôco Brandão de Aguiar Machado
Maria Rosilene Alvim
Peter Wilfried Schröder
Renato Monteiro Athias
Roberta Bivar Carneiro Campos
Roberto Mauro Cortez Motta
Russel Parry Scott
Tânia Neumann Kaufman

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Ana Luísa Fayet Sallas
Andréa Carvalho Mendes de Oliveira Castro
Bela Feldman Bianco
Cecília Beatriz Helm Niederheitmann
Christine de Alencar Chaves

Ciméa Barbato Bevilaqua
Edilene Coffaci de Lima
Guilherme Raul Ruben
Igor Chmyz
José Guilherme Magnani
Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Márcia Scholz de Andrade Kersten
Marcos Pazzanese Duarte Lanna
Rafael Meneses Bastos
Ricardo Cid Fernandes
Rodrigo Montoya
Roque Laraia
Rosângela Digiovanni
Sandra Jacqueline Stoll
Selma Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ari Pedro Oro
Bernardo Lewgoy
Caleb Faria Alves
Carlos Alberto Steil
Ceres Gomes Victora
Cláudia Lee Williams Fonseca
Cornélia Eckert
Daisy Macedo de Barcellos
Daniela Riva Knauth
Denise Fagundes Jardim
José Otávio Catafesto de Souza
Maria Elizabeth da Silva Lucas
Maria Eunice de Souza Maciel
Marilda Manoel Batista
Ondina Fachel Leal
Ruben George Oliven
Sérgio Baptista da Silva
Veriano de Souza Terto Júnior

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Antonádia Monteiro Borges
Antonio Carlos de Souza Lima
Aparecida Maria Neiva Vilaça
Bruna Franchetto
Carlos Fausto
Eduardo Batalha Viveiros de Castro

Federico Guillermo Neiburg
Gilberto Cardoso Alves Velho
Giralda Seyferth
João Pacheco de Oliveira Filho
José Sérgio Leite Lopes
Luiz Fernando Dias Duarte
Lygia Maria Sigaud
Márcio Goldman
Maria Eunice de Souza Maciel
Marília Lopes da Costa Facó Soares
Moacir Gracindo Soares Palmeira
Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho
Yonne de Freitas Leite

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Alberto Groisman
Aldo Litaiff
Alícia Gonzales Castells
Ana Luiza Carvalho da Rocha
Anelise Nack
Antonella Maria Imperatriz Tassinari
Carmem Sílvia Rial
Dennis Wayne Wermer
Esther Jean Langdon
Ilka Boaventura Leite
Maria Amélia Schmidt Dickie
Maria José Reis
Maria Regina Azevedo Lisbôa
Marnio Teixeira Pinto
Miriam Furtado Hartung
Miriam Pillar Grossi
Neusa Maria Sens Bloemer
Oscar Calavia Saez
Rafael José de Menezes Bastos
Sílvio Coelho dos Santos
Sônia Weidner Maluf
Theophilos Rifiotis

Universidade de Brasília (UNB)

Alcida Rita Ramos
Ana Carolina Cambeses Pareschi
Carla Costa Teixeira
Ellen Fensterseifer Woortmann

Eurípedes da Cunha Dias
Gabriel Omar Alvarez
Gustavo Lins Ribeiro
Henyó Trindade Barreto Filho
José Jorge de Carvalho
Júlio César Melatti
Klaas Axel Anton Wessel Woortmann
Lia Zanotta Machado
Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Mariza Gomes e Souza Peirano
Mireya Suárez de Soares
Paul Elliot Little
Rita Laura Segato de Carvalho
Roque de Barros Laraia
Stephen Grant Baines
Wilson Trajano Filho

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Ana Maria de Niemeyer
Antonio Augusto Arantes Neto
Bela Feldman Bianco
Carlos Rodrigues Brandão
Emília Pietrafesa de Godoi
Guilherme Raul Ruben
Guita Grin Debert
Heloísa André Pontes
John Manuel Monteiro
José Luiz dos Santos
Márcio D'Olne Campos
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira
Maria Filomena Gregori
Maria Suely Kofes.
Mariza Corrêa
Mauro William Barbosa de Almeida
Nádia Farage
Omar Ribeiro Thomaz
Rita de Cássia Lahoz Morelli
Roberto Cardoso de Oliveira
Robin Michael Wright
Vanessa Rosemary Lea

Universidade de São Paulo (USP)

Ana Claudia Duarte Rocha Marques

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

Beatriz Perrone-Moisés

Carlos Henrique Moreira Serrano

Dominique Tilkin Gallois

Eunice Ribeiro Durham

Fernanda Arêas Peixoto

Heitor Frúgoli Júnior

João Baptista Borges Pereira

José Francisco Fernandes Quirino dos Santos

José Guilherme Cantor Magnani

John Cowart Dawsey

Júlio Assis Simões

Kabengele Munanga

Liana Maria Sálvia Trindade

Lilia Katri Moritz Schwarcz

Lux Boelitz Vidal

Márcio Ferreira da Silva

Margarida Maria Moura

Maria Lúcia Aparecida Montes

Marta Rosa Amoroso

Paula Montero

Renate Brigitte Viertler

Renato da Silva Queiróz

Sílvia Caiuby Novaes

Tiago de Oliveira Pinto

Vagner Gonçalves da Silva

ANEXO II. ROTEIRO DAS ENTREVISTAS, ACOMPANHADAS DO MODELO DA CARTA PADRÃO

Prezado(a) Professor(a)

A elaboração de nossa tese de doutorado - “*Os instrumentos de avaliação da produção científica no campo das ciências sociais: um estudo de caso da Antropologia no Brasil*”, sob orientação do Prof. Dr. Tamás Szmrecsányi, trata da hegemonia dos artigos em periódicos científicos estrangeiros, em detrimento de outros veículos de divulgação, sendo que essa ênfase na “cultura da avaliação” vem dificultando a visibilidade da área e interfere no financiamento à pesquisa da disciplina.

A nossa pesquisa empírica analisa os currículos disponíveis no sistema Lattes, sendo V. Sa. selecionado para esta entrevista eletrônica como um dos principais atores envolvidos no ciclo da produção do fazer antropológico. Por esta razão, solicitamos que as questões sejam devolvidas até **05/09/2004**, porque sua opinião é muito importante.

Colocamo-nos à disposição para as informações que se fizerem necessárias e aproveitamos para saber da possibilidade de solicitar informações adicionais, em caso de necessidade.

Antecipadamente grata por sua valiosa colaboração

Maria Alice Rebello Nascimento
Departamento de Política Científica e Tecnológica
Instituto de Geociências/UNICAMP
e-mail: malice@ige.unicamp.br

1. O que lhe parece a aplicabilidade de regras padronizadas de medição da produtividade científica válidas tanto para as ciências exatas como nas ciências sociais?
2. Avalie, do ponto de vista da “cultura da avaliação”, as interferências ocorridas nas relações com a comunidade científica internacional e suas implicações, face à uma produção local significativa, mas sub-representada.
3. Comente: ”O caminhar harmônico e convergente entre as agências internacionais, nacionais (CAPES e CNPq) e locais (FAPs) de financiamento, pode implicar em redução de investimentos no campo da Antropologia”.

ANEXO III(a). LISTA QUALIS – A

ISSN	Título	Classificação	Circulação
0102-5364	Revista do CEPA	A	Local
0002-7294	American Anthropologist	A	Internacional
0084-6570	Annual Review of Anthropology	A	Internacional
0104-236X	Anos 90	A	Nacional
0702-8997	Anthropologie et Sociétés	A	Internacional
1414-7378	Antropolítica	A	Nacional
0102-4302	Anuário Antropológico	A	Nacional
1516-8085	BIB. Revista brasileira de informacao bibliografica em ciencias sociais	A	Nacional
0104-9658	Cadernos de Antropologia e Imagem	A	Nacional
0104-5679	Cadernos de campo	A	Local
0102-311X	Cadernos de Saúde Pública	A	Nacional
1029711	Cadernos do CEAS-Estudos e Ação Social	A	Local
	Cadernos PENESB	A	Local
1519-5538	Campos - Revista de Antropologia Social	A	Nacional
0304-2685	Ciência e Trópico	A	Local
0103-4316	Clássica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos	A	Nacional
0011-3204	Current Anthropology	A	Internacional
1519-843X	Debates do NER	A	Local
0104-1037	Em aberto	A	Nacional
01032186	Estudos Históricos	A	Nacional
1413-0580	Estudos Sociedade e Agricultura	A	Local
0014-1801	Ethnohistory	A	Internacional
0873-6561	Etnográfica	A	Internacional
0014-2182	Études Rurales	A	Internacional
0104-351X	FUMDHAMentos	A	Local
1517-9699	Gênero	A	Local
0104-7183	Horizontes Antropológicos	A	Internacional
1517-35X	Ilha – Revista de Antropologia	A	Nacional
1414-3283	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	A	Nacional
0037-9174	Journal de la Société des Américanistes	A	Internacional
0305-4403	Journal of Archaeological Science	A	Internacional
0022-216X	Journal of Latin American Studies	A	Internacional
0377-0486	Journal of Raman Spectroscopy	A	Internacional
0439-4216	L' Homme	A	Internacional
0181-4095	Law & Society Review	A	Internacional
	Le Nouvel Journais	A	Internacional

6773-787X	Leituras Compartilhadas.	A	Local
0101-3335	Letras de Hoje	A	Nacional
0104-9313	Mana - Estudos de Antropologia Social	A	Internacional
0103-4111	Novos Estudos Cebrap	A	Internacional
0101-3300	Novos Estudos Cebrap	A	Internacional
	Phaos - Revista de Estudos Clássicos	A	Local
1415-4056	Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais	A	Local
0102-7972	Psicologia Reflexão e Crítica	A	Nacional
1465-5187	Public Archaeology	A	Internacional
0101-8434	REB – Revista Eclesiástica Brasileira	A	Internacional
0100-8587	Religião & Sociedade	A	Nacional
1415-5400	Revista brasileira de ciências criminais	A	Nacional
0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais	A	Internacional
1415-790x	Revista Brasileira de Epidemiologia	A	Nacional
0102-3098	Revista brasileira de estudos de população	A	Nacional
0034-7183	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	A	Nacional
0103-9989	Revista da USP	A	Nacional
0034-7701	Revista de Antropologia	A	Internacional
0103-6564	Revista de Psicologia da USP	A	Nacional
0103-3093	Revista do CEPA	A	Local
0103-9709	Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia	A	Nacional
0102-2571	Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	A	Nacional
0104-026X	Revista Estudos Feministas	A	Internacional
1022-0364	Série Antropologia	A	Local
1518-3319	Topoi - Revista de História	A	Internacional
0043-8243	World Archaeology	A	Internacional

ANEXO III(b). LISTA QUALIS – B

ISSN	Título	Classificação	Circulação
0104-9585	Humanitas	B	Local
1354-3296	Alceu - Revista de Comunicação, Cultura e Política	B	Nacional
1516-7372	Anthropologicas	B	Local
1677-7174	Antropologia em Primeira Mão	B	Local
0329-2142	Apuntes de Investigación del CECYP	B	Nacional
0102-4248	Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco	B	Local
1413-909X	Cadernos do CES	B	Local
0103-4974	Cadernos do CRH	B	Nacional
0104-8333	Cadernos Pagu	B	Internacional
	Cahiers du genre	B	Internacional
	Canindé - Revista do Museu de Arqueologia de Xingó	B	Nacional
0101-8515	Ciência Hoje	B	Nacional
0102-4868	Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre	B	Local
0102-4868	Ciências e letras-Revista da Faculdade Porto Alegre	B	Local
1518-4463	Ciencias Sociales y Religión	B	Nacional
0102-6003	CLIO - Série Arqueológica (UFPE)	B	Nacional
1676-7055	Coleção Textos Didáticos	B	Local
0011-152X	Crítica Marxista	B	Nacional
0104-222x	Cultura Vozes	B	Nacional
1600-0110	Dialogos Latinoamericanos	B	Internacional
0101-546X	Estudos Afro-asiáticos	B	Internacional
0101-3130	Estudos Teológicos	B	Internacional
1414-9494	Fragmentos de Cultura	B	Local
0104-5970	História, Ciência e Saúde - Manguinhos	B	Internacional
1415-0718	Humanas - Revista do IFCH/UFRGS	B	Local
0104-9585	Humanitas	B	Local
	Iluminuras, Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais	B	Local
1092-7697	International Journal of Historical Archaeology	B	Internacional
1517-6088	Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares	B	Nacional
1360-9939	Law & Policy	B	Internacional
1097-184X	Men and masculinities	B	Internacional
0104-6454	Perspectiva Filosófica	B	Local
1413-5787	Phoenix	B	Nacional

1521-804x	Portuguese Literary & Cultural Studies	B	Internacional
0103-7544	Revista da SBPH	B	Internacional
0188-3631	Revista de Arqueologia Americana	B	Internacional
0101-9589	Revista de Ciências Humanas	B	Local
0034-8309	Revista de História	B	Internacional
0102-6992	Revista Sociedade e Estado	B	Nacional
1415-689X	Sexta Feira	B	Local
1518-2290	Trabalhos de antropologia e etnologia	B	Nacional

ANEXO III(c). LISTA QUALIS – C

ISSN	Título	Classificação	Circulação
	Amazônia/IPAR	C	Local
	Boletim de Políticas Ambientais	C	Local
0102-6968	Boletim do CNDM	C	Local
0101-0484	Boletim do Museu do Índio	C	Local
0077-2232	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi	C	Nacional
1677-549X	Boletim Rede Amazônia	C	Local
	Caderno de Criação da Universidade Federal de Rondônia	C	Local
1414-915X	Caderno Synthesis	C	Nacional
85-7504-020-0	Cadernos Adenauer	C	Local
	Cadernos Agende	C	Local
	Cadernos da América Latina	C	Local
0871-0945	Cadernos de Ciências Sociais	C	Local
1677-0277	Cadernos de Educação Escolar Indígena	C	Local
	Cadernos de Gênero	C	Local
1413-8409	Cadernos do CEOM	C	Local
	Cadernos NIGS	C	Local
0989-5191	Cahiers du Bresil Contemporain	C	Internacional
0009-6725	Ciência e cultura	C	Nacional
1413-8123	Ciência e Saúde Coletiva	C	Nacional
0102-8200	Civitas - Revista de Ciências Sociais	C	Nacional
1519-6089	Civitas-Revista de Ciências Sociais	C	Nacional
1519-7654	ComCiência - Revista Mensal Eletrônica de Jornalismo Científico	C	Nacional
1415-9945	Diálogos	C	Local
0101-465x	Educação - revista da Faculdade de Educação da Universidade Católica do Rio Grande do Sul	C	Nacional
0137-3080	Estudios Latino Americanos	C	Internacional
0080-0244	Estudos Geológicos	C	Nacional
1695-6133	Geologica Acta	C	Internacional
1678-6475	Habitus	C	Nacional
1413-666X	Imaginário	C	Local
0103-7676	Impulso - Revista de Ciências Sociais e Humanas	C	Nacional
1561-5324	Intellectual News - Review of the International Society for Intellectual History – ISIH	C	Internacional
1516-1854	Interação em Psicologia	C	Nacional
	LIAMES - Línguas Indígenas da América do Sul	C	Local

	Mosaico Social - Revista do Curso de Ciências Sociais	C	Local
0103-4111	Motrivivência	C	Nacional
	PETrechos	C	Local
	Poeté Revista Literária dos Estudantes da UFSC	C	Local
1517-5421	Primeira Versão	C	Local
0102-1184	Reforma Agrária	C	Local
0101-3289	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	C	Internacional
1676-8965	Revista Brasileira de Sociologia da Emoção	C	Nacional
	Revista Colombiana de Antropologia	C	Nacional
1414-7556	Revista da Saúde	C	Nacional
0102-0402	Revista de Arqueologia	C	Nacional
1519-6968	Revista do CEAM	C	Local
0104-3560	Revista do Museu Antropológico	C	Local
1516-0033	Revista Interfaces	C	Nacional
1413-2109	Revista Rua	C	Local
0102-8839	Revista São Paulo em Perspectiva	C	Local
1519-4388	Revista Studium	C	Nacional
0102-8782	Revista Tempo Brasileiro	C	Nacional
0103-569X	Revista Tempo e Presença	C	Nacional
1518-7985	Signum	C	Nacional
0765-3697	Sociétés - Revue des Sciences Humaines et Sociales	C	Internacional
	Soronda	C	Local
1413-389X	Temas de Psicologia	C	Nacional
1518-4471	Teoria & sociedade	C	Nacional
0091-2131	THOT	C	Local
01035576	Travessia - Revista do Migrante	C	Nacional
1518-2290	Trilhas	C	Local

ANEXO III(d). LISTA QUALIS – INTERNACIONAL

ISSN	Título	Classificação	Circulação
0002-7294	American Anthropologist	A	Internacional
0084-6570	Annual Review of Anthropology	A	Internacional
0702-8997	Anthropologie et Sociétés	A	Internacional
0211-5611	Anthropos	Sem Classificação	Internacional
0104-8333	Cadernos Pagu	B	Internacional
0989-5191	Cahiers du Bresil Contemporain	C	Internacional
	Cahiers du genre	B	Internacional
0011-3204	Current Anthropology	A	Internacional
1600-0110	Dialogos Latinoamericanos	B	Internacional
0137-3080	Estudios Latino Americanos	C	Internacional
0101-546X	Estudos Afro-asiáticos	B	Internacional
0101-3130	Estudos Teológicos	B	Internacional
0014-1801	Ethnohistory	A	Internacional
0014-1844	Tennos	Sem Classificação	Internacional
0873-6561	Etnográfica	A	Internacional
0014-2182	Études Rurales	A	Internacional
1695-6133	Geologica Acta	C	Internacional
0104-5970	História, Ciência e Saúde - Manguinhos	B	Internacional
0104-7183	Horizontes Antropológicos	A	Internacional
1561-5324	Intellectual News - Review of the International Society for Intellectual History – ISIH	C	Internacional
1092-7697	International Journal of Historical Archaeology	B	Internacional
0037-9174	Journal de la Société des Américanistes	A	Internacional
0305-4403	Journal of Archaeological Science	A	Internacional
0022-216X	Journal of Latin American Studies	A	Internacional
1016-3476	Journal of Mediterranean Studies	Sem Classificação	Internacional
0377-0486	Journal of Raman Spectroscopy	A	Internacional
0439-4216	L' Homme	A	Internacional
1360-9939	Law & Policy	B	Internacional
0181-4095	Law & Society Review	A	Internacional
	Le Nouvel Journais	A	Internacional
0104-9313	Mana - Estudos de Antropologia Social	A	Internacional
1097-184X	Men and masculinities	B	Internacional
0103-4111	Novos Estudos Cebrap	A	Internacional

0101-3300	Novos Estudos Cebrap	A	Internacional
0251-3552	Nueva Sociedad	Sem Classificação	Internacional
1521-804x	Portuguese Literary & Cultural Studies	B	Internacional
1465-5187	Public Archaeology	A	Internacional
0101-8434	REB - Revista Eclesiástica Brasileira	A	Internacional
	Reproductive Health Matters	Sem Classificação	Internacional
0101-3289	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	C	Internacional
0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais	A	Internacional
0103-7544	Revista da SBPH	B	Internacional
0034-7701	Revista de Antropologia	A	Internacional
0188-3631	Revista de Arqueologia Americana	B	Internacional
0034-8309	Revista de História	B	Internacional
0034-8341	Revista de Índias	Sem Classificação	Internacional
0327-0734	Revista de Investigaciones Folclóricas	Sem Classificação	Internacional
0104-026X	Revista Estudos Feministas	A	Internacional
	Social Anthropology	Sem Classificação	Internacional
0765-3697	Sociétés - Revue des Sciences Humaines et Sociales	C	Internacional
1518-3319	Topoi – Revista de História	A	Internacional
0043-8243	World Archaeology	A	Internacional

ANEXO III(e). LISTA QUALIS – NACIONAL

ISSN	Título	Classificação	Circulação
1354-3296	Alceu - Revista de Comunicação, Cultura e Política	B	Nacional
0104-236X	Anos 90	A	Nacional
1414-7378	Antropolítica	A	Nacional
0102-4302	Anuário Antropológico	A	Nacional
0329-2142	Apuntes de Investigación del CECYP	B	Nacional
1516-8085	BIB. Revista brasileira de informacao bibliografica em ciencias sociais	A	Nacional
0077-2232	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi	C	Nacional
1414-915X	Caderno Synthesis	C	Nacional
0104-9658	Cadernos de Antropologia e Imagem	A	Nacional
0102-311X	Cadernos de Saúde Pública	A	Nacional
0103-4974	Cadernos do CRH	B	Nacional
1519-5538	Campos - Revista de Antropologia Social	A	Nacional
	Canindé - Revista do Museu de Arqueologia de Xingó	B	Nacional
0009-6725	Ciência e cultura	C	Nacional
1413-8123	Ciência e Saúde Coletiva	C	Nacional
0101-8515	Ciência Hoje	B	Nacional
1518-4463	Ciencias Sociales y Religión	B	Nacional
0102-8200	Civitas - Revista de Ciências Sociais	C	Nacional
1519-6089	Civitas-Revista de Ciências Sociais	C	Nacional
0103-4316	Clássica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos	A	Nacional
0102-6003	CLIO – Série Arqueológica (UFPE)	B	Nacional
1519-7654	ComCiência - Revista Mensal Eletrônica de Jornalismo Científico	C	Nacional
0011-152X	Crítica Marxista	B	Nacional
0104-222x	Cultura Vozes	B	Nacional
0101-465x	Educação - revista da Faculdade de Educação da Universidade Católica do Rio Grande do Sul	C	Nacional
0104-1037	Em aberto	A	Nacional
0080-0244	Estudos Geológicos	C	Nacional
01032186	Estudos Históricos	A	Nacional
1678-6475	Habitus	C	Nacional
1517-35X	Ilha – Revista de Antropologia	A	Nacional
0103-7676	Impulso - Revista de Ciências Sociais e Humanas	C	Nacional
1516-1854	Interação em Psicologia	C	Nacional
1414-3283	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	A	Nacional

1517-6088	Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares	B	Nacional
0101-3335	Letras de Hoje	A	Nacional
0103-4111	Motrivivência	C	Nacional
1413-5787	Phoenix	B	Nacional
0102-7972	Psicologia Reflexão e Crítica	A	Nacional
0100-8587	Religião & Sociedade	A	Nacional
1415-5400	Revista brasileira de ciências criminais	A	Nacional
1415-790x	Revista Brasileira de Epidemiologia	A	Nacional
0102-3098	Revista brasileira de estudos de população	A	Nacional
0034-7183	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	A	Nacional
1676-8965	Revista Brasileira de Sociologia da Emoção	C	Nacional
	Revista Colombiana de Antropologia	C	Nacional
1414-7556	Revista da Saúde	C	Nacional
0103-9989	Revista da USP	A	Nacional
0102-0402	Revista de Arqueologia	C	Nacional
0103-6564	Revista de Psicologia da USP	A	Nacional
0103-9709	Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia	A	Nacional
0102-2571	Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	A	Nacional
1516-0033	Revista Interfaces	C	Nacional
0102-6992	Revista Sociedade e Estado	B	Nacional
1519-4388	Revista Studium	C	Nacional
0102-8782	Revista Tempo Brasileiro	C	Nacional
0103-569X	Revista Tempo e Presença	C	Nacional
1518-7985	Signum	C	Nacional
1413-389X	Temas de Psicologia	C	Nacional
1518-4471	Teoria & sociedade	C	Nacional
1519-4183	Territórios e Fronteiras	Sem Classificação	Nacional
1518-2290	Trabalhos de antropologia e etnologia	B	Nacional
01035576	Travessia - Revista do Migrante	C	Nacional

ANEXO III(f). LISTA QUALIS – LOCAL

ISSN	Título	Classificação	Circulação
0104-9585	Humanitas	B	Local
0102-5364	Revista do CEPA	A	Local
	Amazônia/IPAR	C	Local
1516-7372	Anthropologicas	B	Local
1677-7174	Antropologia em Primeira Mão	B	Local
	Boletim de Políticas Ambientais	C	Local
0102-6968	Boletim do CNDM	C	Local
0101-0484	Boletim do Museu do Índio	C	Local
1677-549X	Boletim Rede Amazônia	C	Local
	Caderno de Criação da Universidade Federal de Rondônia	C	Local
85-7504-020-0	Cadernos Adenauer	C	Local
	Cadernos Agende	C	Local
	Cadernos da América Latina	C	Local
0104-5679	Cadernos de campo	A	Local
0871-0945	Cadernos de Ciências Sociais	C	Local
1677-0277	Cadernos de Educação Escolar Indígena	C	Local
0102-4248	Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco	B	Local
	Cadernos de Gênero	C	Local
1029711	Cadernos do CEAS-Estudos e Ação Social	A	Local
1413-8409	Cadernos do CEOM	C	Local
1413-909X	Cadernos do CES	B	Local
	Cadernos NIGS	C	Local
	Cadernos PENESB	A	Local
0304-2685	Ciência e Trópico	A	Local
0102-4868	Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre	B	Local
0102-4868	Ciências e letras-Revista da Faculdade Porto Alegre	B	Local
1676-7055	Coleção Textos Didáticos	B	Local

1519-843X	Debates do NER	A	Local
1415-9945	Diálogos	C	Local
1413-0580	Estudos Sociedade e Agricultura	A	Local
1414-9494	Fragmentos de Cultura	B	Local
0104-351X	FUMDHAMENTOS	A	Local
1517-9699	Gênero	A	Local
1415-0718	Humanas - Revista do IFCH/UFRGS	B	Local
0104-9585	Humanitas	B	Local
	Iluminuras, Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais	B	Local
1413-666X	Imaginário	C	Local
6773-787X	Leituras Compartilhadas.	A	Local
	LIAMES - Línguas Indígenas da América do Sul	C	Local
	Mosaico Social - Revista do Curso de Ciências Sociais	C	Local
0104-6454	Perspectiva Filosófica	B	Local
	PETrechos	C	Local
	Phaos - Revista de Estudos Clássicos	A	Local
	Poeté Revista Literária dos Estudantes da UFSC	C	Local
1415-4056	Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais	A	Local
1517-5421	Primeira Versão	C	Local
0102-1184	Reforma Agrária	C	Local
0101-9589	Revista de Ciências Humanas	B	Local
1519-6968	Revista do CEAM	C	Local
0103-3093	Revista do CEPA	A	Local
0104-3560	Revista do Museu Antropológico	C	Local
1413-2109	Revista Rua	C	Local
0102-8839	Revista São Paulo em Perspectiva	C	Local
1022-0364	Série Antropologia	A	Local
1415-689X	Sexta Feira	B	Local
	Soronda	C	Local
0091-2131	THOT	C	Local
1518-2290	Trilhas	C	Local